UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

Lieli Karine Vieira Loures Malard Monteiro

Estupro na imprensa

O processo de trabalho de jornalistas e profissionais de direito na cobertura do caso Roger Abdelmassih pelo jornal *Folha de S.Paulo* (2009-2015), na perspectiva de estudos de jornalismo, da legislação e das práticas do Poder Judiciário e dos estudos feministas

São Paulo
2016

LIELI KARINE VIEIRA LOURES MALARD MONTEIRO

Estupro na imprensa

O processo de trabalho de jornalistas e profissionais de direito na cobertura do caso Roger Abdelmassih pelo jornal *Folha de S. Paulo* (2009-2015), na perspectiva de estudos de jornalismo, da legislação e das práticas do Poder Judiciário e dos estudos feministas

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção de título de Mestre em Ciências da Comunicação

Área de concentração: Estudos dos Meios e da Produção Midiática

Orientadora: Profa. Dra. Alice Mitika Koshiyama

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Malard Monteiro, Lieli Karine Vieira Loures
Estupro na imprensa: O processo de trabalho de
jornalistas e profissionais de direito na cobertura do caso
Roger Abdelmassih pelo jornal Folha de S. / Lieli Karine
Vieira Loures Malard Monteiro. -- São Paulo: L. K. V. L.
. Malard Monteiro, 2016.
248 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes /
Universidade de São Paulo.
Orientadora: Alike Mitika Koshiyama
Bibliografia

1. Jornalismo e cidadania das mulheres 2. Estupro na
imprensa 3. Direito e cobertura jornalística 4. Caso Roger
Abelmassih - Folha de S.Paulo 5. Gênero e estudos feminista
I. Koshiyama, Alike Mitika II. Título.

CDD 21.ed. - 070

MONTEIRO, Lieli Karine Vieira Loures Malard. **Estupro na imprensa**: o processo de trabalho de jornalistas e profissionais de direito na cobertura do caso Roger Abdelmassih pelo jornal Folha de S. Paulo (2009-2015), na perspectiva de estudos de jornalismo, da legislação e das práticas do Poder Judiciário e dos estudos feministas. Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção de título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Aprovada em:

Banca examinadora

Profa. Dra. Luiza Margareth Rago
Universidade Estadual de Campinas

Maria Otilia Bocchini
Universidade de São Paulo

Ao meu pequeno Theo, para que possa ser um homem melhor, ao Gabriel, meu amor,
e a todas as mulheres sobreviventes (ou não) às várias violências de gênero.

AGRADECIMENTOS

À profa. Dra. Alice Mitika Koshiyama, pela orientação que me apontou caminhos.

À Escola de Comunicação e Artes, por acolher esta pesquisa.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de mestrado que viabilizou a realização deste trabalho.

Ao promotor José Reinaldo Guimarães Carneiro, por tornar esta pesquisa possível.

A Maria da Conceição Moreira e Ana Sofia Alves Pereira, mulheres que me substituíram no trabalho cotidiano da casa, viabilizando minha dedicação ao pequeno Theo e a este trabalho.

A Seane Alves Melo, pela escuta, pela amizade.

A LÍlian de Oliveira, pela revisão e parceria na reta final.

Que as mulheres aprendam no silêncio a sua sujeição.
Apóstolo São Paulo

RESUMO

Esta pesquisa parte da leitura de uma cobertura jornalística e desvenda o processo de produção das notícias e as condições de sua veiculação, com mediações dos estudos de jornalismo, estudos de direito e dos estudos de gênero. Iniciamos com a análise empírica do conteúdo jornalístico produzido pelo jornal *Folha de S.Paulo* entre janeiro de 2009 e maio de 2015, sobre os acontecimentos relacionados à investigação, ao julgamento, à fuga e à prisão de Roger Abdelmassih, especialista em reprodução humana assistida condenado a 278 anos de prisão por cometer crimes contra a dignidade sexual de 37 pacientes. O processo de leitura colocou-nos interrogações sobre a cobertura jornalística. Em busca de respostas, entrevistamos jornalistas e profissionais do direito envolvidos no caso e constatamos diferenças e relações de interdependência no trabalho deles, que condicionam os acontecimentos em 1) fatos jurídicos culminados em processos de caráter privado na Justiça e 2) em fatos jornalísticos culminados em informações traduzidas em textos publicáveis na imprensa, conforme demonstramos no Capítulo 2 desta dissertação. Estudos de jornalismo apontam as limitações do fazer jornalístico e sua inserção na vida cotidiana e o processo de repetição do senso comum que pode ser desafiado em condições especiais (MORETZSHON, 2007). Mas pesquisa da feminista (SEGATO, 2003) destaca a importância da informação veiculada pela imprensa para a defesa dos direitos das mulheres. Estudos de gênero rastreiam a construção dos estereótipos de gênero e a ordem patriarcal de gênero que embasam valores morais a partir dos quais são forjados os estigmas e preconceitos que atingem as vítimas de estupro (SAFFIOTI, 2015). Na análise de conteúdo do jornal *Folha de S.Paulo*, constamos uso de termos inadequados para nominar vítimas e agressor, erros jurídicos e julgamentos morais impertinentes ao caso. Essas visões dominantes e equivocadas sobre as vítimas de estupro precisam ser desconstruídas por outro modo de fazer jornalismo. Esta pesquisa nos mostrou que, ao descolar-se dos fatos jurídicos, a cobertura jornalística confinou no universo privado a violência sexual. Deixando de tratá-la como questão de saúde pública, não promoveu a divulgação de informações que poderiam contribuir para a construção da cidadania das mulheres.

Palavras-chave: Jornalismo e cidadania; Gênero e feminismo; Direito e cobertura jornalística; Estupro, violência contra a mulher; Folha de S. Paulo, Caso Abdelmassih

ABSTRACT

This research stems from the reading of a news story coverage and unveils the production process of news stories and their dissemination, negotiated by media, law, and gender studies. We begin with the empirical analysis of the journalistic content produced by Folha de São Paulo between January 2009 and May 2015 about the incidents involving the investigation, trial, escape and arrest of Roger Abdelmassih – specialist in assisted human reproduction condemned to 278 years of prison for committing crimes against the sexual dignity of 37 patients. The process of reading posed questions about the news coverage. In search for answers, we interviews journalists and lawyers involved in the case and found differences and relations of interdependence in their work, which condition the events in 1) legal facts culminating in private processes in the legal system and 2) in journalistic facts culminating in information translated into publishable texts in the press, as demonstrated in the 2nd chapter of this dissertation. Media studies point the limitations of journalistic procedures and its insertion in the daily lives and the repetition process of common sense that may be challenged in special conditions (MORETZSHON, 2007). But feminist research (SEGATO, 2003) highlights the importance of the information circulated by the media to defend women's rights. Gender studies trace the construction of gender stereotypes and the patriarchal gender order that ground the moral values on which the stigma and prejudice that affect rape victims is forged (SAFFIOTI, 2015). In the content analysis of Folha de São Paulo we found the use of inadequate terms to name the victims and the aggressor, legal errors, and unconnected value judgments about the case. These dominant and erroneous views about rape victims must be deconstructed by a different type of journalistic procedure. This research demonstrates that in disconnecting from legal facts, the news coverage confined sexual violence to a private realm. By not treating it as a matter of public health, it did not promote the circulation of useful information that would help the women's rights cause.

Keywords: Media and rights; Gender and feminism; Law and media coverage; Rape – violence against women; Folha de São Paulo – Roger Abdelmassih case

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 Análise de conteúdo do caso Roger Abdelmassih veiculado pelo jornal <i>Folha de S.Paulo</i>	16
1.1 O médico das estrelas	16
1.2 A cobertura	18
1.2.1. Reportagens de <i>Cotidiano</i>	19
1.2.2 Textos publicados em <i>Tendências e Debates</i> , <i>Ombudsman</i> , <i>Painel do Leitor</i> , <i>Saber e Análise</i>	59
1.3 Considerações	66
CAPÍTULO 2 A construção da notícia: fatos jornalísticos e fatos jurídicos.....	70
2.1 A prova	80
2.2 A palavra da vítima	84
2.3 Anonimato	88
2.4 Na letra da lei.....	92
CAPÍTULO 3 A nova lei de combate ao estupro (nº 12.015/2009): a notícia e o esclarecimento a partir dos estudos feministas.....	94
3.1 Onde a lei não alcança	103
3.2 Quebrando o silêncio	110
3.3 Interpretações	116
CAPÍTULO 4 O registro do cotidiano: problematização do fazer jornalístico e a construção da cidadania das mulheres a partir dos estudos feministas.....	119
4.1 Notícia enquanto produto	121
4.2 Jornalismo e cidadania das mulheres	125
4.3 O fazer jornalístico	126
4.3.1 O fato	127
4.3.2 A pergunta	128
4.3.3 Qual verdade?	129
4.3.4 Artigos	135
4.3.5 <i>Ombudsman</i>	136
4.3.6 Entrevistas	137
4.4 Outras possibilidades.....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS	146
ANEXOS	151

INTRODUÇÃO

Em 9 de janeiro de 2009, o jornal *Folha de S.Paulo* (FSP) publicou, no miolo do caderno *Cotidiano*, a notícia de que a Polícia Civil e o Ministério Público de São Paulo estavam investigando uma denúncia que apontava Roger Abdelmassih, especialista em reprodução humana assistida, como o principal suspeito de cometer crimes sexuais contra pacientes. Nessa ocasião, o referido veículo de comunicação escolheu usar o substantivo “acusadoras” para definir as mulheres que denunciaram o agressor.

A leitura dessa reportagem provocou o incômodo que resultaria neste trabalho. Por que acusadoras, e não vítimas? Em 2013, quando iniciamos a pesquisa, foi esta a pergunta que nos orientou. Nossas hipóteses eram de que a FSP realizara uma cobertura pautada nos valores morais do senso comum, que culpabiliza a vítima de violência sexual pelo crime, e que a cobertura da imprensa poderia ter prejudicado de alguma forma as investigações ao pôr em dúvida os relatos das vítimas.

A justificava para tal escolha é que percebemos a relevância de investigar como se deu a representação midiática das vítimas que foram agredidas sexualmente por seu médico, durante a repercussão do caso nos meios de comunicação. Para tanto, seria necessário o levantamento do material que havia sido veiculado a respeito do caso. Por termos tomado conhecimento do fato pela *Folha de S.Paulo*, decidimos que o recorte se daria em veículos impressos. Então, descobrimos que apenas a FSP havia registrado cotidianamente o desenrolar do caso, tendo sido o veículo responsável pelo furo de reportagem. Diante de tal informação, definimos que o *corpus* seria a análise das reportagens publicadas no referido jornal entre 9 de janeiro de 2009 e 24 de novembro de 2010. O período compreendia um conjunto de textos correspondentes à veiculação da primeira reportagem até a notícia de que Roger Abdelmassih havia sido condenado, em primeira instância, a 278 anos de prisão pelos crimes de estupro ou atentado violento ao pudor de 37 mulheres, todas ex-pacientes, entre os anos de 1995 e 2008.

No decorrer da pesquisa, precisamente no início de agosto de 2014, quase todos, senão todos os canais de comunicação, noticiaram que Roger Abdelmassih, foragido desde 2011, havia sido preso em Assunção, no Paraguai. Esse fato gerou uma série de novas reportagens publicadas na FSP e, diante dele, decidimos ampliar o *corpus* da análise. Assim, o conjunto de textos examinados compreende o período de 9 de janeiro de 2009 e se estende até 31 de

maio de 2015. Além das reportagens publicadas no caderno *Cotidiano*, compõem nosso *corpus* os textos de análise e opinião produzidos a partir do caso e veiculados no mesmo jornal.

Para entender todo o processo de produção das reportagens, julgamos pertinente entrevistar jornalistas que participaram da cobertura do fato. Como se trata de um caso policial e identificamos a importância dos termos jurídicos para a definição de atos e fatos, foi uma dedução lógica perceber que seria necessário entrevistar pessoas do Poder Judiciário. Nesse momento, também decidimos que era interessante conversar com vítimas no intuito de colher opiniões sobre como elas se viam representadas no jornal. Realizamos entrevistas com algumas pessoas que estiveram diretamente envolvidas no caso ou tinham conhecimento técnico para comentá-lo. Levantamos nomes de possíveis entrevistados a partir da leitura das reportagens, quando escolhemos “protagonistas” de diferentes lados do acontecimento. Inicialmente, a única resposta que tivemos foi do promotor José Reinaldo Guimarães Carneiro. No ato da entrevista, soubemos que estávamos diante de quem havia recebido a denúncia no Ministério Público e conduzido a investigação, o que enriqueceu sobremaneira o trabalho, pois tivemos informações privilegiadas¹ que nos permitiram conhecer em detalhes os bastidores do caso. Nessa entrevista, a segunda parte da nossa hipótese foi completamente derrubada, pois soubemos que foi justamente um veículo de comunicação, a Rede Globo, que levou o caso ao conhecimento do promotor. Além disso, ele nos repetiu diversas vezes que sem a participação da imprensa não teria sido possível a construção do caso, tampouco a condenação do réu.

A participação da FSP, em especial, foi decisiva, uma vez que outros veículos de comunicação (incluindo a própria Rede Globo) haviam se negado a cobrir o caso. Também para a nossa surpresa, a abertura do caso para a imprensa foi uma decisão do promotor, quando ele percebeu que o inquérito estava sendo ameaçado por uma série de “golpes do destino”, entre eles o sumiço do processo dentro do Fórum da Barra Funda, na capital paulista, e a abertura de processo criminal contra uma das testemunhas pelo réu. Outro grande problema enfrentado pelo promotor foi a dificuldade de conseguir que as vítimas depusessem. Somando todos esses fatores, José Reinaldo concluiu que a investigação estava correndo graves ameaças e procurou a imprensa como último recurso, na esperança de conseguir levar adiante o processo. Essa informação foi preciosa para revermos o modo de condução da

¹ Informações privilegiadas em relação aos leitores da FSP e do público em geral que soube do caso e o acompanhou apenas via meios de comunicação.

pesquisa. Não se tratava mais de revelar as escolhas que levaram o jornal a optar pelo substantivo “acusadora”, mas, sim, de investigar o fazer jornalístico, as práticas que envolveram a cobertura, e de entender a produção jornalística em seu contexto maior: a sociedade. Aparentemente sutil, essa mudança de perspectiva resultou em um trabalho mais honesto. Não menos comprometido com os valores feministas, mas, sim, menos comprometido com a militância.

Nossa segunda entrevista foi possível graças ao promotor. Foi ele quem nos colocou em contato com a repórter que havia escrito a primeira reportagem noticiando o caso, Lilian Christofolleti. Se, por um lado, a imprensa havia sido a heroína do caso, por outro, descobrimos que muitos termos jurídicos foram empregados pela imprensa com seu significado alterado. É o caso da palavra “acusado”, que o jornalismo toma de modo descolado do fato jurídico e, no senso comum, ganha outro sentido. Em nosso encontro com Lilian Christofolleti, buscamos, então, entender como o jornal FSP se apropriava dos fatos jurídicos e por quê. Posteriormente, entrevistamos Suzana Singer, que havia sido secretária de redação do *Cotidiano* à época do caso Roger Abdelmassih. Entrevistamos, ainda, Silvana Batini, procuradora do Estado do Rio de Janeiro e professora na Fundação Getúlio Vargas. Batini está entre os ministrantes do Curso de Direito para Jornalistas, oferecido anualmente pela instituição a profissionais que já atuam no mercado de trabalho. Suas observações foram enriquecedoras para o nosso trabalho, pois pudemos constatar que a cobertura jornalística descolada dos fatos jurídicos provoca estragos na produção de notícias, gerando desinformação ou confusão.

A leitura do material colhido ainda antes da notícia da prisão do foragido nos conduziu à formulação das perguntas de acordo com a participação de cada um dos entrevistados. Apesar de as entrevistas serem individuais e dirigidas à atuação de cada um no caso, mantivemos o norte. Todas elas foram conduzidas de modo a localizar o sentido do termo “acusadora” para o jornalismo e para o direito.

Diante do promotor, nossa intenção foi descobrir se essa era uma escolha da imprensa que encontrava respaldo legal, e descobrimos que não. Quando partimos para a entrevista com a jornalista e editora, entre outras coisas, nossa intenção foi entender como o veículo de comunicação se apropriava dos fatos jurídicos. Quando conversamos com Vana Lopes, uma das vítimas, buscamos compreender como ela percebia a atuação da imprensa no caso. Lopes, que estudou direito após sofrer a violência, disse-nos que reconhece a participação da imprensa no momento da denúncia: “a imprensa ajudou para que outras vítimas soubessem o que estava acontecendo e também denunciassem”. Entrevistamos, ainda, a advogada e

professora da Faculdade Metodista de São Paulo Claudia Scalqueti, com quem conversamos sobre questões de biossegurança, que estavam relacionadas às acusações de troca de material genético e outros crimes cometidos pelo condenado. Acabamos não utilizando essa entrevista no corpo da pesquisa em razão de o tema ter fugido do objeto de nosso trabalho. Entretanto, o material consta dos anexos e vale a pena ser lido, pois Scalquet amplia sobremaneira as questões relacionadas à reprodução e ao direito familiar a partir da manipulação genética para a reprodução humana assistida. Nessa entrevista, percebemos que os desdobramentos e consequências dos crimes praticados por Roger Abdelmassih são tentaculares, atingindo várias instâncias sociais.

A cada entrevista realizada, voltávamos à pesquisa com novas informações e ajustávamos a rota, realinhando o estudo a fim de conduzi-lo do modo mais objetivo possível. Finalizadas as entrevistas, pudemos voltar à análise do *corpus* com um novo olhar.

Por uma questão de metodologia e viabilidade da análise, separamos o material em dois grandes grupos. O primeiro correspondeu à cobertura diária (*Cotidiano*), o segundo, às análises, reflexões e críticas acerca do acontecimento (*Primeiro Caderno, Cotidiano, Ombudsman*). O conjunto do primeiro grupo foi rotulado de acordo com o momento da investigação. O resultado foi a organização em três subgrupos. Posteriormente, agrupamos os textos correspondentes à análise e reflexão acerca do acontecimento.

Para analisar o material coletado em *Cotidiano*, partimos da cronologia do caso e dividimos os textos do seguinte modo: 1) Investigação – 09/01/2009 a 28/02/2009; 2) Indiciamento e condenação – 24/06/2009 a 24/11/2010; e 3) Fuga e captura – 07/01/2011 a 31/05/2015.

O *corpus* e as entrevistas fomentaram a discussão de gênero que orienta a pesquisa. A partir do método de investigação, constatamos a importância da parceria entre a Promotoria e a imprensa, o que nos trouxe a percepção das possibilidades da interdisciplinaridade no trabalho jornalístico, a fim de ultrapassar as limitações do senso comum e do cotidiano na elaboração de uma prática mais voltada à construção da cidadania. Partimos, então, para a redação do texto que culmina com a pesquisa aqui apresentada. Nosso trabalho está dividido em quatro capítulos.

No Capítulo 1, apresentamos toda a análise, resultado da leitura do *corpus*. A ordem segue a divisão acima mencionada. Em cada um dos três momentos, levantamos as principais características da cobertura produzida naquele período de tempo. Destacamos os problemas ou características do conjunto de textos de cada fase. Encerramos o capítulo com a análise dos textos publicados fora do caderno *Cotidiano*.

Se no primeiro capítulo tratamos de analisar o conteúdo produzido pela *Folha de S.Paulo* ao longo do desenrolar dos acontecimentos, no segundo, apresentamos o caso com base nas entrevistas que realizamos. Desse modo, conseguimos localizar como o caso chegou até o Ministério Público e à FSP. Apresentamos os argumentos do jornal para as escolhas no tratamento das vítimas e comparamos com as explicações do promotor, e vice-versa. Interessante nesse capítulo é justamente a possibilidade que temos de mapear os modos de construção da notícia vinculados ao andamento do processo jurídico, pontuando as diferenças entre cada área. Aqui apresentamos um quadro que traça os correlatos dos fatos jurídicos e sua tradução na imprensa de forma correta. Como apontou Vana Lopes: “a verdade da imprensa tem que ser a verdade jurídica”.

A argumentação do terceiro capítulo foi construída com base em uma reportagem da segunda fase da cobertura. Trata-se da informação da mudança no Código Penal que redefiniu o conceito de estupro. Localizamos nesse texto, divulgado em 20 de agosto de 2009, o ponto de contato entre a cobertura do caso e as questões de gênero que definem o comportamento do senso comum para com as vítimas de violência sexual. Pudemos, desta forma, percorrer um trajeto que nos permitiu localizar as questões de gênero – que dividem desigualmente a sociedade, privilegiando os homens e subordinando as mulheres – a partir dos primeiros instrumentos jurídicos de que temos notícia. Localizamos no Código de Hamurábi o mais antigo registro a respeito das leis que tutelam o corpo e a sexualidade feminina para benefício masculino. Convertendo as mulheres em moeda de troca e posse, esse instrumento jurídico atravessou os tempos e corroborou para a construção desigual entre os gêneros, com perdas incontáveis para as mulheres.

Fizemos um resumo apresentando as principais mudanças na Lei nº 12.015/2009 e partimos para uma investigação mais teórica. As autoras Heleieth Saffioti e Laura Rita Segato foram essenciais para que pudéssemos abordar a ordem patriarcal de gênero e o estupro, elementos definidores do caso Roger Abdelmassih que foram ignorados pela cobertura. A ordem patriarcal de gênero influencia na manutenção dos estereótipos sobre as vítimas de violência sexual. Paralelamente, discutimos como a mudança da legislação foi diretamente influenciada pela filosofia e luta feministas e como a discussão de gênero e violência sexual foi mais uma vez invisibilizada pela imprensa ao ignorar alteração tão importante. Vale registrar aqui que a grande imprensa e a mídia em geral não deram atenção à mudança do Código Penal, por meio da referida lei.

De Saffioti, nós nos apropriamos do conceito de ordem patriarcal de gênero para explicar sobre a divisão desigual entre os sexos e o conceito de mulher enquanto categoria

social, necessário para explicar como o jornalismo deveria olhar para as mulheres: como uma categoria, um grupo, e não como indivíduos isolados. Utilizando dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que trazem um panorama do estupro no Brasil, mostramos que as estatísticas estão em pleno acordo com o que as teorias feministas já vinham apontando.

Finalmente, no quarto capítulo, apresentamos a problematização do fazer jornalístico, levando em consideração seu discurso legitimador e sua função social de mediação entre Estado e sociedade. Antes, resgatamos o conceito de cotidiano e sua importância para a história, demonstrado por Agnes Heller no clássico *O cotidiano e a história*. A partir da apropriação de Silvia Moretzsohn, em *Pensando contra os fatos*, sedimentamos a discussão a respeito das práticas e produção jornalísticas e destacamos a problematização acerca dos conceitos de imparcialidade e objetividade trazidos pela autora.

Recorrendo ao autor Victor Gentili, *Democracia de massas: jornalismo e cidadania*, amarramos a argumentação no terreno da construção da cidadania das mulheres. Fechamos o capítulo demonstrando a importância do cotidiano para a construção da história num exemplo de como a imprensa pode ser (pois já foi) permeada pela filosofia feminista, quando pautou as mulheres enquanto grupo e tratou das questões mais pertinentes a elas (enquanto categoria social), fazendo valer a máxima ‘o pessoal é político’. Para tal, recorremos a Margareth Rago (2012).

Após realizarmos a análise de conteúdo da cobertura do caso, apresentarmos os bastidores na perspectiva do jornalismo e do Judiciário, e demonstrarmos nosso percurso teórico no campo da filosofia feminista e do jornalismo, pudemos concluir que a cobertura do caso Abdelmassih pela *Folha de S.Paulo* segue de modo cronológico os acontecimentos legais (jurídicos) do processo, mas o discurso jornalístico não se mantém fiel ao discurso jurídico, o que impacta diretamente e de modo negativo na construção da representação das vítimas, além de confundir o público/leitor.

Apontamos que a falta de dados indicadores de violência sexual durante a cobertura confinou os textos ao universo particular dos envolvidos, retirando o caráter social inerente à violência de gênero. Ademais, emoldurar no caderno *Cotidiano* a discussão de violência de gênero é, mais uma vez, invisibilizar a violência específica contra mulheres, escamoteando a questão sob o tema da violência urbana. O papel do jornalismo é fundamental para que tais acontecimentos ganhem visibilidade e possam ser entendidos como questão social. A participação da imprensa, nesse caso, foi da máxima importância, viabilizando a efetivação da justiça. Entretanto, o fazer jornalístico pode sofrer ajustes que o tornariam mais efetivo

também na construção da cidadania das mulheres. Afinal, “Apresentar alternativas, não o destino. Possivelmente, este é o negócio do jornalismo, o papel da informação jornalística numa sociedade em que as pessoas possam emergir da massa para agir como Cidadãs” (MARTINS, 2005).

Destacamos ainda que as entrevistas revelaram que, se o jornalismo está ainda preso a prejulgamentos da ordem patriarcal de gênero, o Código Penal brasileiro sinaliza avanços na desconstrução de preconceitos infundados em relação às vítimas de violência sexual. O papel do indivíduo é fundamental nesse processo, como demonstra a atuação do promotor José Reinaldo Guimarães Carneiro, que se posicionou ao lado das vítimas, encampando uma batalha por justiça.

CAPÍTULO 1 | ANÁLISE DE CONTEÚDO DO CASO ROGER ABDELMASSIH VEICULADO PELO JORNAL *FOLHA DE S. PAULO*

1.1 O MÉDICO DAS ESTRELAS

No dia 9 de janeiro de 2009, os leitores do jornal *Folha de S. Paulo* (FSP) que se detiveram no caderno *Cotidiano* souberam que o médico mais famoso do país na área de reprodução assistida, dr. Roger Abdelmassih, estava sendo investigado por crimes contra a moral. A cada nova reportagem sobre o caso, os leitores viram o número de vítimas crescer. Inicialmente nove mulheres foram ouvidas pelo Ministério Público e esses depoimentos embasaram o inquérito. No dia 13 de janeiro, apenas quatro dias após a primeira reportagem, o jornal noticiava: *Mais 14 mulheres acusam médico de assédio*. Ao final daquele mês, mais precisamente no dia 27, a manchete era *Acusações contra médico já chegam a 61*.

Quando as notícias sobre as investigações ganharam as páginas da FSP, a clínica localizada no número 1.085 da Avenida Brasil, em São Paulo, já era o consagrado reduto de membros da alta sociedade que precisavam de intervenção especializada para conceber um filho. O endereço era responsável por um terço do nascimento de bebês fertilizados no país, índice que elevou o próprio Roger Abdelmassih ao posto de celebridade. Quando a pauta era reprodução humana assistida, certamente ele seria o entrevistado, fosse na TV, fosse no rádio, fosse na mídia impressa. As declarações extravagantes somadas aos altos índices exibidos com orgulho geravam propaganda em torno do médico e atraíam anônimos que pudessem pagar, por três tentativas, os R\$ 38.000,00 cobrados em sua clínica, no ano de 2009.

As mulheres que o procuravam estavam, então, ligadas por um objetivo em comum: o desejo da maternidade. O perfil das pacientes era mulheres entre 30 e 40 anos, das classes média alta e alta, que precisavam de ajuda para a concepção, fosse por problemas consigo mesma, fosse por problemas do companheiro. Podemos deduzir, em razão disso, que as principais clientes do investigado eram pessoas emocionalmente sensíveis.

Acompanhando o desenrolar do caso via FSP, soubemos que a primeira queixa registrada formalmente em uma delegacia contra Abdelmassih data de 1993. A denúncia veio

da ex-paciente Vanuzia Leite Lopes, que, além de não conseguir engravidar, se tornou infértil. Ela perdeu as duas trompas e parte do ovário em razão de uma infecção decorrente dos abusos, conforme atestaram os ginecologistas.

Vanuzia conta que, em 1993, procurou o médico para tentar engravidar. Pagou cerca de R\$ 150 mil (o dinheiro estava reservado para a compra de um apartamento na praia). Hoje, diz enfrentar graves consequências físicas e psicológicas pelo abuso que diz ter sofrido. Segundo Vanuzia, na última das três sessões do tratamento, Abdelmassih praticou sexo anal e vaginal enquanto ela estava sedada, provocando uma contaminação bacteriana que fez com que ela perdesse as trompas. “Hoje, não tenho mais condições psicológicas de tentar ser mãe”, diz. Em março, diz ela, resolveu procurar a polícia e reapresentar a denúncia. (FSP, *Cotidiano*, 28 ago. 2009).

O inquérito sobre os abusos sexuais esbarrou em denúncias que levaram a investigações sobre outros crimes, entre eles: apropriação indevida do material genético, eugenia, sexagem (escolha de sexo dos bebês), venda casada, sonegação. Segundo reportagem da revista *Época* publicada em 26 de agosto de 2009, a prática da eugenia também era oferecida aos clientes como mais um produto da clínica. A mesma reportagem chama a atenção para o fato de que, no ano de 2003, a taxa de sucesso dos procedimentos de fertilização *in vitro* atingidas pela clínica de Abdelmassih era de 47,1%. Para fazermos um contraponto, os casos de sucesso da Rede Latino-Americana de Reprodução Assistida, instituição científica que reúne mais de 90% dos centros de reprodução humana da América Latina, chegavam a apenas 31,7% naquele período. Abdelmassih garantia publicamente 90% de sucesso em seus tratamentos, que, somados à satisfação de nomes como os dos “reis” Pelé e Roberto Carlos, Gugu Liberato, Tom Cavalcante, Raul Gazolla e Luiza Tomé, afastavam, até aquele momento, questionamentos acerca dos procedimentos adotados por ele e sua equipe. Os altos índices propagandeados pelo “médico das estrelas” só foram questionados quando se instaurou o inquérito para apurar os estupros. “Se alguém alardeia 90% de sucesso, faz propaganda enganosa ou usa métodos eticamente inaceitáveis”, afirmou o presidente do Conselho Federal de Medicina, Roberto D’Ávila, ao jornal FSP, em reportagem publicada em 6 de janeiro de 2011. Talvez essa blindagem tenha sido possível por não haver no Brasil um código de leis que regulamentasse a biomedicina até aquele momento. Os crimes contra a moral, ao contrário, encontravam-se bem enquadrados no Código Penal brasileiro. Por esses crimes, Abdelmassih foi julgado e, no dia 24 de novembro de 2010, no mesmo caderno

Cotidiano, os leitores souberam: *Roger Abdelmassih é condenado a 278 anos*. A história não parou por aí. Após a condenação, o réu passou mais de três anos foragido até ser capturado.

1.2 A COBERTURA

Nossa escolha por acompanhar a cobertura dada ao caso pelo jornal FSP se ancora no fato de este ter sido o veículo que deu o furo de reportagem, seguiu divulgando o caso por vários dias e noticiou todos os passos, tanto da investigação quanto do processo penal. Analisamos os textos desde a primeira notícia, publicada em 9 de janeiro de 2009, até a prisão do réu, em agosto de 2014. O *corpus* da nossa pesquisa constitui-se de 48 reportagens – todas veiculadas no caderno *Cotidiano* – e 12 artigos. Várias das matérias do *Cotidiano* se desdobram em mais de um texto, formando um conjunto de informações cujo objetivo parece ser expor todos os lados envolvidos no caso. Os artigos, por sua vez, foram publicados tanto no *Primeiro Caderno* (na seção *Opinião* e em *Ombudsman*) como no caderno *Cotidiano* e tiveram como objetivo reflexão mais aprofundada do assunto.

O foco da nossa análise foi a construção das imagens das vítimas durante os anos em que o jornal cobriu o caso. Interessou-nos catalogar adjetivos, expressões e o contexto em que aquelas mulheres foram retratadas no jornal nos diferentes momentos da cobertura. Durante a leitura do material selecionado, percebemos que nosso trabalho ficaria incompleto se deixássemos de analisar também a construção da imagem do agressor, sendo assim, da mesma forma, catalogamos adjetivos, expressões e contextos em que o agressor foi retratado. Tendo em vista o grande número de reportagens e artigos publicados, nossa análise foi organizada da seguinte forma:

Quadro 1

Metodologia de análise do *corpus*

EDITORIA	TEXTOS ANALISADOS
COTIDIANO	Investigação (09/01/2009 a 28/02/2009)
	Indiciamento e Condenação (24/06/2009 a 24/11/2010)
	Fuga e captura (07/01/2011 a 31/05/2015)
PRIMEIRO CADERNO & COTIDIANO	Opinião: Tendências e Debates/ Paineis do Leitor/ Editorial

	Ombudsman
	Cotidiano: Análise e Coluna Barbara Gancia

1.2.1. Reportagens de *Cotidiano*

1.2.1.1. *Investigação (09/01/2009 a 28/02/2009): Médico é investigado por supostos crimes sexuais*

Nesse primeiro momento, a cobertura fundamenta-se na investigação instaurada primeiramente pelo Ministério Público e depois pela Polícia Civil. Trata-se, portanto, da fase de investigação policial. Juridicamente, nesse momento do processo, Roger Abdelmassih é apenas considerado investigado, em razão de suspeita baseada em indícios “fortíssimos” de que praticaria crimes contra a moral. O médico ainda não fora formalmente acusado. As mulheres que se apresentaram como vítimas foram quem denunciaram o crime aos órgãos competentes. Elas não têm poder legal de acusação. Só quem pode fazê-lo são os órgãos competentes, nesse caso, o Ministério Público (MP).

Nessa primeira fase, são publicadas na FSP ao todo nove reportagens, das quais apenas três trazem textos curtos, sem entretítulo ou boxes. As mulheres atacadas constam do inquérito como vítimas. A primeira reportagem que revela o caso, então, deveria informar ao leitor que o médico está sendo investigado por crimes contra a moral. Importante salientar que, quando a polícia (ou no caso o Ministério Público) investiga um crime, o faz com base em denúncias consideradas factíveis; a investigação é um processo que seguirá pistas para encontrar o responsável pelo delito. Nesse caso, a investigação, como saberemos mais detalhadamente adiante, começa com base em fortes indícios apontando para a culpa do investigado.

Ao decidir que *Médico é investigado por supostos crimes sexuais* é uma notícia de interesse público e, portanto, merece espaço para que os leitores tomem conhecimento do caso, o jornal traz uma série de informações com a intenção de contribuir para melhor entendimento do que está acontecendo. Sendo assim, a reportagem foi subdividida em dois entretítulos e conta com três boxes. No corpo do texto principal, encontram-se as informações centrais, ou seja, a notícia de que o médico está sendo investigado pelo Ministério Público de

São Paulo por crimes contra a moral e a versão dele, que se defende das acusações. Uma regra do jornalismo é ouvir pelo menos dois lados a respeito de um acontecimento. Essas informações – que chamamos “essenciais” no corpo do texto principal – são acrescidas de outras que descrevem as mulheres que denunciaram o estupro e o suspeito (voltaremos a estas informações a seguir). No texto principal, promotores e investigado foram ouvidos e trechos de suas falas são citados, havendo uma rápida explicação jurídica sobre o crime e a denúncia, além de alguns detalhes técnicos e breve histórico da investigação. As informações adicionais sobre o caso foram organizadas nos intertítulos *Denúncia rejeitada* e *Anonimato*.

Denúncia rejeitada traz um resumo do que já havia acontecido no inquérito, reportando ao leitor que: a primeira acusação apresentada pelo MP foi rejeitada pela juíza; essa acusação se baseava no depoimento de uma ex-funcionária que havia tentado chantagear o médico e de uma ex-paciente que havia feito tratamento em 1999; a Polícia Civil entrou no caso a pedido da juíza, que não reconhecia poder de investigação do MP; e o primeiro inquérito, com investigação apenas do MP, ficou desaparecido por um mês no Foro Criminal da Barra Funda, em São Paulo.

Anonimato traz o contexto das agressões sofridas por três mulheres que depuseram formalmente. Logo abaixo do subtítulo, a frase que abre o texto comunica ao leitor que, “Sob a condição de não revelar nomes verdadeiros, a *Folha* conversou com três mulheres que falaram à polícia e com duas que não querem depor” (FSP, *Cotidiano*, 9 jan. 2009). Destacamos aqui que esta foi a quarta vez que o leitor recebeu essa informação. As outras três foram apresentadas no corpo do texto principal. Após cada vítima contar sua história, o jornal trouxe a defesa do investigado, que negou todas as denúncias. Assim se encerra o texto principal: “Abdelmassih também não comentou esse caso por não conhecer a identidade da acusadora. ‘Como vou saber se de fato é uma ex-paciente?’” (FSP, *Cotidiano*, 9 jan. 2009).

O primeiro box aparece sob o chapéu *O outro lado* e tem como título: *Médico vê conspiração de concorrentes para prejudicá-lo*. Aqui o leitor encontra a defesa em aspas tanto do investigado quanto de seus advogados. Abdelmassih é contemplado com mais esse espaço para se defender. Ele fala de si em terceira pessoa, como registrado no texto. Por algum motivo, foi dada importância para o estado emocional do investigado, que é transcrito no texto “‘Vou falar sobre o caráter do Roger, um homem que tem cinco filhos, graças a uma mulher maravilhosa que acabo de perder’, diz, com a voz embargada. Dois filhos trabalham na clínica. ‘Sônia também trabalhava. A sala dela ainda está aí’” (FSP, *Cotidiano*, 9 jan. 2009).

Sob o entretítulo *blog*, o investigado reitera sua inocência e explica melhor o que foi adiantado no texto principal: que é vítima de uma “campanha sórdida” orquestrada pela concorrência. Reitera seu estranhamento pelo fato de as mulheres terem continuado o tratamento após o crime: “Abdelmassih estranha o fato de algumas mulheres que o acusaram terem continuado o tratamento. ‘Elas voltam à clínica. Você voltaria?’” (FSP, *Cotidiano*, 9 jan. 2009). E questiona mais uma vez a decisão das mulheres por preservar suas identidades. “[...] E vou querer saber baseado (*sic*) em que essas pessoas, que não se identificam, estão falando” (FSP, *Cotidiano*, 9 jan. 2009).

O segundo box tem o título: *Ex-funcionária que fez denúncia tentou chantagear Abdelmassih*. A reportagem conta a história da única vítima que aceita revelar sua identidade até aquele momento. Trata-se de uma ex-funcionária que tentou chantagear Abdelmassih. “A primeira mulher a procurar o Ministério Público, em abril, para denunciar Roger Abdelmassih por suposto atentado violento ao pudor foi uma ex-funcionária dele, Cristiane da Silva Oliveira, a única que aceita revelar a sua identidade”. Cristiane conta que Roger Abdemassih tentou beijá-la à força e por isso ela se demitiu. Diz que era comum ver mulheres saindo da sala do médico com “braços vermelhos e batom borrado”. Ela pediu ao médico R\$ 15 mil para não entregar à polícia o nome das outras mulheres agredidas. Abdelmassih nega e o jornal traz sua defesa da seguinte forma: “Ela foi demitida porque foi chamada a atenção dela violentamente” (FSP, *Cotidiano*, 9 jan. 2009).

O terceiro box vem sob o chapéu “Saiba mais” e tem o título *Clínica faz 1/3 dos bebês de proveta do país*. O texto constitui um resumo da carreira de sucesso do médico e cita nomes de celebridades que, até então, eram clientes.

Esse conjunto de textos que inaugura o caso Roger Abdelmassih vai definir o tom da cobertura nesse primeiro momento. As reportagens subsequentes trarão, via de regra, a repetição de informações que o periódico selecionou como importantes. Nessa reportagem, fica determinado como a FSP vai se referir tanto ao investigado quanto às mulheres que denunciaram o estupro. Entre outras escolhas que merecem nossa atenção, recortamos os tratamentos dados às vítimas e ao investigado, no corpo do texto principal:

Quadro 2
Representação

VÍTIMAS	INVESTIGADO
“Acusadoras”	Médico
“São mulheres entre 30 e 40 anos, casadas, bem-sucedidas profissionalmente, de pelo menos três Estados diferentes, que não se conheciam. Nenhuma delas aceita revelar publicamente sua identidade – com exceção da ex-funcionária”	Pioneiro da fertilização no país
“[...] ex-paciente que acredita ter sido vítima de violência sexual enquanto estava sedada em 1999”	“Um dos pioneiros da fertilização in vitro no Brasil e um dos especialistas mais procurados em sua área”
“Supostas vítimas”	“O especialista, que é referência na área de reprodução assistida, fez em sua clínica um terço de todos os bebês de proveta do país.”
“Apesar de se dizerem indignadas com o que teria ocorrido, a maioria reluta – além das nove depoentes, seis mulheres contaram suas histórias ao Ministério Público, mas não quiseram formalizar uma acusação”	“[...] o médico que ajuda as celebridades a terem filhos”
“Sob a condição de não revelar nomes verdadeiros, a <i>Folha</i> conversou com três mulheres que falaram à polícia e com duas que não querem depor”	“Desde 1970, tem se dedicado à reprodução assistida. Foi responsável pela geração de mais de 7.000 bebês de proveta, um terço do total nascido no Brasil”
“[...] alega ter sido assediada pelo médico em 2003”	“Polêmico em suas declarações, Abdelmassih já admitiu adotar práticas vetadas pelo Conselho Federal de Medicina”
“Mulheres que acusam o médico”	“Nos últimos anos, tem investido em pesquisa básica com a parceria de cientistas estrangeiros”
“ex-pacientes”, “pacientes”	

Identificamos que o discurso da FSP coincide com o da defesa do investigado, ambos questionam todo o tempo o pedido de anonimato das mulheres. Já na sétima linha do texto principal, o leitor é informado de que “Nenhuma delas aceita revelar publicamente sua identidade – com exceção da ex-funcionária”. Mais adiante “O médico ainda não foi ouvido e

não teve acesso à identidade das acusadoras” (FSP, *Cotidiano*, 28 ago. de 2009). E quase ao fim do texto:

Uma das principais dificuldades dos promotores é convencer as supostas vítimas a depor. Apesar de se dizerem indignadas com o que teria ocorrido, a maioria reluta – além das nove depoentes, seis mulheres contaram suas histórias ao Ministério Público, mas não quiseram formalizar uma acusação (FSP, *Cotidiano*, 28 ago. de 2009).

Dos quatro textos que compõem a primeira reportagem, dois terminam com aspas do investigado (textos 1 e 3); um termina com aspas do advogado de defesa (texto 2) e o último (texto 4) trata do currículo e da carreira do investigado.

Quadro 3

Dos fatos jurídicos aos fatos jornalísticos

TEXTO 1	TEXTO 2	TEXTO 3	TEXTO 4
Médico é investigado por supostos crimes sexuais	O OUTRO LADO/Médico vê conspiração de concorrentes para prejudicá-lo	Ex-funcionária que fez denúncia tentou chantagear Abdelmassih	SAIBA MAIS/Clínica faz 1/3 dos bebês de proveta do país
da acusadora. ‘Como vou saber se de fato é uma ex-paciente?’.		Última linha “O médico diz que a ex-funcionária está mentindo. ‘Ela foi demitida porque foi chamada a atenção dela violentamente’”	

No texto principal (Texto 1), o espaço de fala é distribuído da seguinte maneira: promotores falam primeiro, apresentando a denúncia. São quatro falas. O investigado se defende com cinco falas. As ex-pacientes falam uma vez cada uma, somando o total de cinco falas. A ex-secretária tem um boxê à parte.

Quadro 4
Quem diz o quê

Acusação (citações dos promotores José Reinaldo Carneiro e Luiz Henrique Dal Poz)	Defesa (citações de Roger Abdelmassih)	Jornal
“[...] já há indícios contundentes contra Abdelmassih, suficientes para denunciá-lo à Justiça”	“Não sou louco. Se sou alguém querido e a pessoa quer se irritar, quer entender que houve algo que não existiu, não posso fazer nada. Seis, sete mulheres [que acusam]? Tenho 20 mil pacientes que se submeteram à fertilização in vitro, são 7.500 crianças nascidas. Vou levar um caminhão de testemunhas’, afirma o médico”	O Ministério Público não tem prova material contra o médico, apenas relatos.
“São relatos detalhados de diferentes vítimas, mulheres que não ganham nada contando isso. As histórias têm muitas similitudes e são bastante verossímeis”	“Não sei quem são essas mulheres nem por que estão dizendo isso.”	O médico ainda não foi ouvido e não teve acesso à identidade das acusadoras.
“É um tipo de crime perverso, que nunca tem testemunhas nem deixa marcas. Só na alma da mulher”	“Se alguém é vítima de assédio, continua o tratamento?”	
“Há um receio do que irá acontecer com a própria imagem, com a repercussão dos fatos na família e na sociedade. É uma reação de proteção. A vítima se retrai”	“Eu me lembro que, ao sair da clínica, grávida, ela veio me dar um beijo e um abraço de agradecimento. Me diga: se tivesse havido assédio, ela teria feito isso?”	
	“Como vou saber se de fato é uma ex-paciente?”	

Identificamos que, embora as falas dos promotores forneçam uma dimensão sobre o estado emocional das vítimas de estupro e expliquem o motivo do pedido de preservação de suas identidades, tais afirmações perdem força, primeiramente, porque são colocadas no texto

após o jornal apresentar as vítimas como “acusadoras” e mulheres que não aceitam revelar sua identidade. Segundo, e talvez mais importante, porque as informações sobre o estado emocional das vítimas e as peculiaridades do estupro não são repetidas mais que duas vezes e não foram eleitas pelo jornal como o foco da cobertura. Apenas em mais um texto, publicado em 13 de janeiro de 2009, três dias após ser aberta sindicância contra Abdelmassih no Conselho Regional de Medicina, quando o número de mulheres que prestaram depoimento chegou a 14, o jornal repete que:

No inquérito, não há prova material contra o médico, apenas relatos. Mesmo assim, o promotor José Reinaldo Carneiro, do Gaeco, grupo especial do Ministério Público paulista que investiga o caso, acredita ter indícios suficientes para oferecer uma denúncia contra o médico. Na polícia, o crime investigado é atentado violento ao pudor (ato libidinoso diferente de estupro), que pode acarretar até dez anos de prisão (FSP, *Cotidiano*, 13 jan. 2009).

As afirmações e a defesa do investigado são reiteradas a cada texto. Nessa fase da cobertura, a defesa questiona o sigilo da identidade das vítimas e usa desse argumento para invalidar as acusações imputadas pelo MP. Há também a descrição do crime, que é repetida várias vezes, porém, sem dar a real dimensão de sua gravidade “Em geral, as mulheres acusam o médico de tentar beijá-las ou acariciá-las quando estavam sozinhas – sem o marido ou a enfermeira presente. Algumas disseram ter sido molestadas após a sedação”. Na reportagem do dia 9 de janeiro, o investigado afirma que levará “um caminhão de testemunhas” a seu favor, seus bons antecedentes, sua carreira e seu sucesso profissional são destacados pela defesa. E, como já vimos, são também usados pelo jornal para apresentar o médico.

O jornal divulga, ainda na fase de investigação, mais duas mulheres, além da ex-funcionária da clínica Cristiane da Silva Oliveira, que concordam em revelar sua identidade. Uma delas conversa com a reportagem e sua fala é publicada em 27 de janeiro de 2009. Trata-se da “estudante de moda Helena Leardini, 39, é uma das poucas denunciante que aceita revelar sua identidade – quase todas exigem anonimato”. Essa reportagem informa que 61 mulheres prestaram depoimento formal no inquérito policial. Antes, em 17 de janeiro de 2009, é dado destaque à segunda mulher que abre mão do direito à privacidade, a fotógrafa Monika Bartekvich, e Cristiane da Silva Oliveira é completamente esquecida pelo periódico. Vale ressaltar que, sobre a chantagem, os promotores disseram na reportagem de 9 de janeiro:

“Para o Ministério Público, o e-mail não desacredita o depoimento de Cristiane. ‘Na nossa investigação, ela é apenas mais uma vítima de Roger Abdelmassih’, afirma o promotor José Reinaldo Carneiro” (FSP, *Cotidiano*, 9 jan. de 2009). Apesar disso, a FSP dá o seguinte título ao boxe que contava a história de Cristiane: *Ex-funcionária que fez denúncia tentou chantagear Abdelmassih*.

Voltando à fotografia, o título da entrevista é *Fotógrafa é primeira a fazer acusação pública a médico*, enquanto o olho e a linha fina da reportagem são respectivamente *Ex-paciente diz que foi agarrada por Abdelmassih; defesa de médico diz que é “fantasia”* e *35 mulheres denunciaram supostos crimes sexuais, mas Monika Bartkevitch é a única que não pediu sigilo de sua identidade*. A história de Monika Bartkevich é publicada numa entrevista do tipo pingue-pongue em que o jornal revela que o desejo de Monika de ter um filho com o companheiro que era vasectomizado a levou até a clínica. O leitor fica sabendo que o tratamento não deu certo e que o casamento dela acabou pouco tempo depois das agressões. Sobre sua experiência na clínica:

No segundo dia, fui sozinha fazer alguns exames. Na saída, o dr. Roger me deu um selinho na boca. Fiquei passada, não sabia o que fazer. Em casa, contei ao meu marido, que não acreditou. Ele disse: "A gente tem muito dinheiro lá [na clínica] e tem um objetivo, que é ter uma filha. Você é descolada, saberá se virar bem". Fui à clínica pela terceira vez. Quando o dr. Roger veio me cumprimentar, estiquei a mão. Disse que não tinha gostado da atitude dele, que estava na clínica para uma coisa sagrada, que é ter um filho. Ele me pediu desculpas, disse que eu era uma pessoa envolvente. Ele me carregou como se eu fosse um bebê. Uma funcionária ofereceu uma maca, mas ele recusou dizendo que eu era especial. Depois da inseminação, de novo, na frente das enfermeiras, ele me pegou no colo e me levou até o quarto. Pediu à enfermeira que saísse. Daí, ficou completamente alterado. Disse que era louco por mim, lambia a minha cara inteira. Eu gritava, mas ele tapava a minha boca. Ficou tentando me beijar, passava a mão por todo o meu corpo. Ele jogou o corpo para cima de mim. Eu dava socos, empurrões, gritava. Comecei a lutar, acho que isso durou uns 15 minutos, não sei, pareceu uma eternidade. (FSP, *Cotidiano*, 17 jan. 2009)

As perguntas da FSP foram:

1. Por que você foi à clínica?
2. O que aconteceu?
3. Não houve mais nada?
4. No colo?
5. Como terminou?
6. Você tentou denunciar o médico à época?

7. Por que seu marido não acreditou em você?

Após a entrevista, o boxe “O outro lado” traz a defesa afirmando que a história é “fantasiosa” e questiona:

“Acho muito estranho uma mulher passar por tudo isso e não ter denunciado à época. Ela disse que isso aconteceu há nove anos? Então, por que não procurou a polícia? Por que não procurou o CRM [Conselho Regional de Medicina]? Bom, ela conta que o marido não a deixou denunciar, mas ela se livrou do marido, que era o obstáculo para qualquer denúncia, dois meses depois. O que a impediu, então, de denunciar o médico?”, questiona o advogado Vanni. (FSP, *Cotidiano*, 17 jan. 2009)

O advogado reclama não ter acesso à íntegra dos depoimentos nem aos nomes das mulheres que acusaram Abdelmassih à polícia e ao Ministério Público.

Sem saber quem o acusa, ou do que ele é acusado, é impossível fazer a defesa. A gente nem sabe se essas mulheres são efetivamente ex-pacientes dele. Após termos acesso integral ao inquérito policial, o dr. Roger poderá esclarecer, uma a uma, todas as acusações. Ele vai provar a sua inocência. (FSP, *Cotidiano*, 17 jan. 2009)

Em 10 de janeiro, é publicada a reportagem *CRM investigará médico suspeito de abusos*. Olho e linha fina são *Para presidente de conselho de medicina de SP, indícios de culpa são "fortíssimos"; Abdelmassih nega as acusações e Mais quatro mulheres afirmam ter sido molestadas; já o presidente da Sociedade Brasileira de Reprodução diz nunca ter ouvido queixas*. Aqui a estrutura de texto se repete: primeiro, acusação, depois, defesa. O presidente do Conselho, Henrique Carlos Gonçalves, afirma “ver indícios de culpa”. Ele diz: “Num caso como esse, normalmente é a palavra da paciente contra a do médico. Mas esse princípio não se aplica agora. A palavra de um médico não pode prevalecer sobre a palavra de nove mulheres. É um indício fortíssimo de culpa” (FSP, *Cotidiano*, 10 jan. 2009). Na sequência do texto, o jornal transcreve a seguinte fala do presidente da Sociedade Brasileira de Reprodução Humana, Henrique Waldemar Naves do Amaral Waldemar, para quem “técnica e cientificamente não há nada que deponha contra Abdelmassih. ‘Pelo contrário. A clínica dele, a maior do Brasil, só traz bons resultados’, diz”. No parágrafo seguinte, o jornal dá espaço para o que pensa o ginecologista Malcolm Montgomery, do hospital Albert Einstein: “Nunca

tive uma reclamação. Roger é educado, carinhoso, um homem muito ‘família’. É inteligente, e um homem inteligente dificilmente jogaria a carreira fora por uma bobagem dessas”.

Essa matéria, de 10 de janeiro, publicada no dia seguinte à reportagem inaugural, portanto, noticia que o CRM também investiga Roger Abdelmassih com base na denúncia apresentada pelo Ministério Público. São três órgãos investigando o médico naquele momento. No lide da notícia, Roger Abdelmassih vem seguido pelo aposto “um dos pioneiros da fertilização in vitro no Brasil e um dos especialistas mais procurados em sua área”. As mulheres são novamente “acusadoras”. Como já apontamos, o corpo do texto principal traz a fala do presidente do CRM, que vê indícios fortíssimos de culpa. Contudo, traz também médicos que o jornal escolheu entrevistar e publicar com falas que defendem o investigado. No último parágrafo, é informado que no dia anterior, em 9 de janeiro, após a veiculação da reportagem inaugural, mais quatro mulheres procuraram a polícia para depor. Segundo o jornal, elas:

[...] afirmaram ter sofrido problemas semelhantes enquanto se tratavam com Abdelmassih. [...] Todas elas também falaram na condição de anonimato. [...] As mulheres afirmam terem sido surpreendidas por investidas do médico quando estavam sozinhas – sem o marido e sem enfermeira presente. Não há prova material contra o médico, só relatos. (FSP, *Cotidiano*, 10 jan. 2009)

Essa reportagem que, vale repetir, divulga haver uma terceira investigação em curso contra Roger Abdelmassih conta com três boxes, cujos títulos são: 1) *Abdelmassih se diz indignado, mas confiante na Justiça*; 2) *Ex-pacientes duvidam de acusações e defendem comportamento de especialista*; e 3) *Marido de ex-paciente vai à polícia e diz que o médico tentou beijar sua mulher*.

1) *Abdelmassih se diz indignado, mas confiante na Justiça*: trouxe na íntegra a nota de indignação divulgada pelo médico após divulgação do caso pelo jornal FSP.

O médico Roger Abdelmassih divulgou ontem nota por meio da qual se diz indignado, reclama de que não conhece o teor das acusações (uma vez que, mesmo tendo requisitado, seu advogado não teve acesso à íntegra do inquérito policial) e declara que “confia nos trâmites da Justiça brasileira”. (FSP, *Cotidiano*, 10 jan. 2009)

2) *Ex-pacientes duvidam de acusações e defendem comportamento de especialista*: apresenta ao leitor texto no qual a atriz Luiza Tomé, o ator Raul Gazolla e a engenheira civil Odete dos Santos atestam os bons antecedentes do investigado, elogiando seu trabalho e duvidando das mulheres o que denunciaram. A fala transcrita da atriz Luiza Tomé, ela chama o investigado de “paizão” e lança sua tese: “Para Tomé, as mulheres que fizeram as acusações podem ter ‘confundido’ o carinho do médico com assédio sexual. ‘Ele é afetivo. Vai ver que elas não entenderam direito. Será que não é delírio dessas mulheres, até um desejo oculto?’” (FSP, *Cotidiano*, 10 jan. 2009).

Por último, em *Marido de ex-paciente vai à polícia e diz que o médico tentou beijar sua mulher*, a agressão aqui foi narrada pelo marido da ex-paciente, cuja entrevista também é marcada pelo desejo de proteção da identidade. “Sob a condição de seu nome não ser divulgado, ele afirmou que, em 2000, a mulher se submeteu a tratamento na clínica. Disse que, num certo dia, Abdelmassih, ao se despedir da mulher, segurou no seu rosto e tentou beijá-la”. O texto informa ainda que:

Mais três mulheres relataram ontem, após a publicação da reportagem, problemas semelhantes. Duas procuraram o Ministério Público e ainda serão ouvidas na polícia. Outra procurou a Folha dizendo que, em 2005, foi molestada por Abdelmassih. Ela conversou pessoalmente com a reportagem, mas pediu anonimato por temer problemas no trabalho e com a família. (FSP, *Cotidiano*, 10 jan. 2009)

O compilado dos textos que compõem as nove reportagens que cobriram o período da investigação, além de conter matéria sobre abertura de sindicância no CRM e outra que dá destaque para a segunda mulher que não pede proteção da sua identidade (não nos esqueçamos de Cristiane S. Oliveira, a primeira vítima a não pedir anonimato e que teve seu depoimento foi descreditado nas notícias, mas considerado válido pelos promotores), informa sobre o aumento do número de vítimas que depõem contra o investigado, relatando o mesmo *modus operandi*. A primeira reportagem, em janeiro, divulgou a investigação relatando que três mulheres depuseram formalmente. No dia 13 de janeiro a manchete foi *Mais 14 mulheres acusam médico de assédio*; em 15 de janeiro: *Sobe para 32 o número de mulheres que acusam o médico*, em 27 de janeiro *Acusações contra médico já chegam a 61*. Em 28 de janeiro, um pequeno texto informava que o Cremesp (Conselho Regional de Medicina de São Paulo) iria fiscalizar a clínica de Roger Abdelmassih e, em 12 de março, outra nota dizia que o investigado teria acesso ao nome das denunciantes.

A reportagem de 13 de janeiro, *Mais 14 mulheres acusam médico de assédio*, veio com os boxes *Cremesp arquiva 65% das denúncias de assédio* e *Orientações*, a reportagem de apenas 330 palavras, informa que:

Dois terços das denúncias de assédio sexual recebidas pelo Cremesp (Conselho Regional de Medicina de São Paulo) são arquivadas, mostra estudo feito entre 2002 e 2008. Foram 272 denúncias de pacientes contra médicos paulistas – 35 por ano, em média – das quais 65% foram arquivadas por falta de provas, segundo o conselho. (FSP, *Cotidiano*, 13 jan. 2009)

É informado também o perfil dos agressores: “Em geral, os acusados de assédio são homens casados, entre 40 e 60 anos”. As especialidades ginecologistas e médicos da família são as mais denunciadas, nesta ordem, e 15% são reincidentes.

Aqui destacamos a fala transcrita pela FSP da médica e conselheira do Cremesp Ieda Therezinha Verreshi: “Ficava sempre a palavra do denunciante contra a do denunciado e a mentalidade de que, sem provas, não há crimes. Agora, estamos levando em conta outros fatores, como a reincidência. A ideia é agilizar a apuração da denúncia e o julgamento do caso”. Ieda Therezinha diz que outro fator que dificulta a apuração das denúncias é o silêncio das pacientes. “Muitas faziam a denúncia, mas depois não voltavam para prestar depoimento. Têm medo do marido, do companheiro. Agora, estamos indo até elas para ouvi-las’, conta”. Sua fala reitera a dos promotores, ainda na reportagem inaugural sobre motivos de a vítima preservar sua identidade e sobre a peculiaridade que cerca as provas do crime de estupro.

O box *Orientações* traz uma prestação de serviço:

O médico nunca deve examinar a paciente **sozinho**. O conselho de medicina orienta que uma enfermeira esteja presente
Se possível, a mulher deve ir à consulta **acompanhada**
Nenhuma consulta exige que a mulher fique **totalmente nua** na frente do médico
Se perceber qualquer **suspeita** de assédio, a mulher deve denunciar o médico na polícia e no conselho regional de medicina. (FSP, *Cotidiano*, 13 jan. 2009, grifos nossos)

Essa reportagem, que consideramos de grande valor para a promoção de um debate público acerca dos crimes contra a dignidade sexual, antigos crimes contra a moral, é uma ilha na cobertura. Não há mais textos que tratem o estupro como problema social, com números,

dados estatísticos, orientações, com profissionais que possam falar sobre as peculiaridades desse tipo de crime, sobre o estado emocional das vítimas, os traumas. Ao contrário desse texto singular e enxuto, toda a cobertura se constrói a partir da vida pessoal dos afetados pelo crime, confinando o estupro no cenário doméstico, na vida privada das mulheres.

Nesse primeiro momento da cobertura, verificamos que, do ponto de vista do nosso estudo, importantes informações foram apresentadas: a) falas dos promotores sobre características do crime de estupro e sobre proteção da identidade da vítima; b) reportagem sobre arquivamento das denúncias de estupro no Cremesp. Caso fosse objetivo do jornal explorar essas informações, seria possível a produção de reportagens mais aprofundadas no crime de estupro em geral, descolando a cobertura do caso em particular. Ao tratar dos aspectos gerais da situação, a FSP poderia promover a discussão pública sobre os crimes contra a dignidade sexual. Verificamos que a importância das informações trazidas nas falas dos promotores na reportagem de 9 de janeiro e o box sobre o arquivamento das denúncias no Cremesp ficaram perdidas no mar de textos que confinaram o crime apenas no contextos pessoal e privado dos envolvidos. Apesar de o jornal noticiar quase que diariamente durante aquele janeiro que o número de testemunhas crescia, que Roger Abdelmassih estava sendo investigado pelo MP, Polícia Civil e Cremesp, dando a dimensão da gravidade da situação, as escolhas da cobertura apontam um caminho que, ao tentar proteger o investigado do linchamento da opinião pública, acabou sacrificando mais uma vez as mulheres que estavam lutando por justiça. A escolha da FSP em chamar de acusadoras as vítimas foi, além de um erro técnico, do ponto de vista jurídico, um cacoete que, repetido à exaustão, acaba por minar ainda mais a imagem das mulheres que foram estupradas. Formalmente, quem acusou Roger Abdelmassih foi o Ministério Público. Juridicamente, essas mulheres são vítimas e, no caso das que depuseram mas os crimes já haviam prescrito, testemunhas. Esse cacoete permaneceu também no segundo momento da cobertura.

As reportagens que se desdobram em boxes e entretítulos, criando páginas e mais páginas de cobertura, não se cansam de trazer sempre os bons antecedentes do investigado, o seu sucesso profissional e falas de várias testemunhas a seu favor. A dúvida sobre a veracidade do crime, que não existe para o MP ou para o Cremesp, está sempre presente nas reportagens, na fala dos advogados, do próprio investigado ou mesmo do jornal, quando repete: “O Ministério Público não tem prova material contra o médico, apenas relatos”. Como dissemos anteriormente, é dada curiosa importância para o estado emocional do investigado, isso acontecerá em toda a cobertura, não só do jornal FSP, mas também em outros veículos, como o jornal *O Estado de São Paulo* e, mais recentemente, a *Revista Piauí*. O mesmo não

acontece com as vítimas. A insistência em pesar a mão na escolha pela preservação da identidade, que o jornal prefere chamar de anonimato:

Quadro 5
Anonimato

ANONIMATO		
JORNAL	ABDELMASSIH	ADVOGADO ADRIANO VANNI
“Nenhuma delas aceita revelar publicamente sua identidade”	“Sou inocente e confio na Justiça. Vou levar um caminhão de testemunhas. E vou querer saber baseado em que essas pessoas, que não se identificam, estão falando”	“Sem saber quem o acusa, ou do que ele é acusado, é impossível fazer a defesa. A gente nem sabe se essas mulheres são efetivamente expacientes dele. Após termos acesso integral ao inquérito policial, o dr. Roger poderá esclarecer, uma a uma, todas as acusações. Ele vai provar a sua inocência”
	“Até o prezado momento, mesmo tendo requisitado, o meu advogado não teve acesso integral ao inquérito policial. Desconheço, portanto, o teor real dessas acusações, assim como a identidade das pessoas que me acusam”	

Todas as vezes em que aparece o nome de Roger Abdelmassih, ele é seguido de “considerado um dos maiores especialistas de fertilização in vitro no Brasil”. As vítimas são sempre “mulheres entre 30 e 40 anos, casadas, bem-sucedidas profissionalmente, de pelo menos três Estados diferentes, que não se conheciam e não aceitam revelar sua identidade”. Não há um debate sobre os traumas deixados nas vítimas de estupro nem sobre as peculiaridades do crime, que, quase que invariavelmente, não tem testemunhas além da vítima. Nas reportagens, o crime é resumido como: “Em geral, as mulheres acusam o médico de tentar beijá-las ou acariciá-las, quando estavam sozinhas – sem o marido ou a enfermeira presente. Algumas disseram ter sido molestadas após a sedação”. Esse resumo, como pontuamos anteriormente, não dá conta de esmiuçar o que está contido no ato de tocar o corpo alheio sem consentimento, não coloca o leitor em contato com os sentimentos que estão envolvidos, os limites que são transgredidos do ponto de vista de quem é agredido, que é o mais importante.

Além de desacreditar o depoimento das vítimas com base na preservação de suas identidades, a estratégia da defesa é armada sob o argumento de que pesquisas científicas mostram que o sedativo usado na clínica, o anestésico propofol, pode provocar “comportamento amoroso” e “alucinação com conotação sexual”. Gostaríamos de fazer uma análise detalhada cruzando aspectos psicanalíticos e teoria de gênero sobre essa argumentação, mas nos falta tempo e conhecimento sobre o primeiro campo. Vamos nos ater, então, às falas de médicos e outros especialistas ouvidos pelo jornal FSP. O argumento sobre o efeito do anestésico foi lançado na já citada reportagem de 27 de janeiro, quando a *Folha* anunciou *Acusações contra médico já chegam a 61*. O olho da notícia foi *Número de denúncias cresce após Roger Abdelmassih afirmar que anestésico pode ter provocado alucinação sexual* e *Especialista nega todas as acusações de assédio; médicos dizem desconhecer relatos de fantasias sexuais após uso de medicamento*. Na primeira linha do texto, vítimas e médicos já são enquadrados nas definições escolhidas pelo jornal “Agora são 61 as ex-pacientes que acusam de crimes sexuais Roger Abdelmassih, 65, considerado um dos maiores especialistas de fertilização in vitro no Brasil” (FSP, *Cotidiano*, 27 jan. 2009).

A reportagem traz a informação, dada pelo promotor do caso, José Reinaldo Guimarães Carneiro, de que o número de vítimas que decidiram denunciar o investigado cresceu após entrevista publicada no jornal *O Estado de São Paulo* (OESP), em 25 de janeiro de 2009. Os especialistas ouvidos pelo *O Estado de São Paulo* foram entrevistados sem saberem das declarações de Roger Abdelmassih e têm um discurso semelhante aos profissionais ouvidos pela FSP. Os médicos ouvidos pela FSP disseram:

Luiz Antonio Vane, presidente da Sociedade Brasileira de Anestesiologia, afirma que o que existe de literatura sobre o produto mostra que esse possível comportamento amoroso é um “evento raríssimo”, “que pode ocorrer em menos de 1% dos pacientes”. Para o anestesista do hospital Sírio-Libanês, Enis Donizetti, o paciente pode sonhar durante essa indução, mas não há nenhuma relação do produto com a ocorrência de sonhos eróticos que possam determinar o comportamento do paciente quando ele acordar. O propofol é um anestésico venoso usado em procedimentos em que é necessária anestesia total. Pode durar minutos ou um tempo prolongado, dependendo da dose. Na bula brasileira do Diprivan (nome fantasia), comercializado pela Astra Zeneca, é descrita a “desinibição sexual” como um possível efeito desse anestésico. (FSP, *Cotidiano*, 13 jan. 2009)

Aqui, fazemos um parêntese para comentar as relações entre as reportagens dos jornais FSP e OESP, quem primeiro divulgou a tese como sendo estratégia de defesa oficial do investigado. O lide da entrevista publicada no OESP diz que:

Roger Abdelmassih, 65, dono da maior clínica de reprodução assistida no Brasil, vem sendo acusado desde o início do mês de supostos crimes sexuais contra 54 pacientes que se submeteram a tratamento para ter filhos em épocas diferentes. O médico está sendo investigado pela polícia e pelo Ministério Público de São Paulo. (OESP, 25 jan. 2009)

Mais adiante no texto lemos “Algumas de suas acusadoras alegam que foram agarradas e forçadas a beijá-lo; outras falam em abusos enquanto estavam sedadas ou acordando”. E no boxê intitulado *Médico faltou ao 1º depoimento* olho *No mesmo dia prestou queixa contra ex-funcionária*, o jornal veicula que o advogado de defesa reclama de não ter acesso aos depoimentos das “supostas vítimas”. E na boca do advogado de defesa lemos “pretensas vítimas”. Entre outras semelhanças na escolha estilística da cobertura, destacamos aqui o mesmo cacoete de chamar de acusadoras as vítimas e antecipar os passos judiciais. Vemos também o sucesso profissional do investigado merecer destaque. Entretanto, a reportagem de OESP traz mais espaço de fala aos promotores e esclarece pontos que consideramos importantes, como a explicação de que a identidade das vítimas estava protegida pelo provimento 32 (dispositivo legal em que as identidades das testemunhas e/ou vítimas ficam ocultas). Essa informação foi colocada pelo jornal logo abaixo da fala do advogado de defesa, queixoso por não ter acesso à identidade das “pretensas vítimas”.

Voltando para o objeto da nossa análise, qual seja, a cobertura do caso pela FSP, como listamos anteriormente, o jornal optou por uma série de adjetivos, substantivos e expressões para se referir às vítimas que não necessariamente traduziram os termos juridicamente corretos. Aqui, chamamos a atenção para duas escolhas em particular: ‘supostas vítimas’ e ‘acusadoras’. Verificamos, na etapa da investigação, que o uso do substantivo ‘vítimas’ pelo jornal vem sempre antecedido pelo adjetivo ‘supostas’. A primeira vez que localizamos a expressão ‘supostas vítimas’ foi em texto da reportagem de 9 de janeiro, no já citado trecho:

Uma das principais dificuldades dos promotores é convencer as supostas vítimas a depor. Apesar de se dizerem indignadas com o que teria ocorrido, a maioria reluta – além das nove depoentes, seis mulheres contaram suas histórias ao Ministério Público, mas não quiseram formalizar uma acusação. (FSP, *Cotidiano*, 9 jan. 2009)

Em 21 de agosto de 2009, após prisão de Roger Abdelmassih, que a essa altura já era acusado formalmente, portanto réu, o jornal traz entrevista com o filho de Abdelmassih. Nessa reportagem, um dos boxes tem como título: *Outras nove supostas vítimas se apresentam para depoimento* (grifos nossos). O texto diz que “a polícia ouviu mais uma mulher que diz ter sido vítima de Roger Abdelmassih”, e que “Segundo a polícia, além dela, outras **oito supostas vítimas** se apresentaram ou pediram para depor”. Temos aqui duas observações: em 24 de novembro de 2010, em reportagem cujo título principal é *Roger Abdelmassih é condenado a 278 anos de prisão*, é apresentada fala do advogado de defesa Luís Oliveira Lima “Nós respeitamos, mas não concordamos com essa decisão. Vejo uma sentença desprovida de apoio nas provas produzidas nos autos [...]. Baseada apenas na versão das vítimas, que eu prefiro dizer **supostas vítimas**”. Em 20 de agosto de 2014, o jornal noticia a cobertura sobre a captura de Roger Abdelmassih num compilado de sete textos, um deles, sob o chapéu ‘O outro lado’, cujo título é *Defesa diz esperar resultado de recurso*, lemos: “Os advogados do ex-médico Roger Abdelmassih não quiseram comentar a prisão dele nesta terça-feira (19), no Paraguai. **A defesa dele sempre alegou inocência e fala de ‘supostas vítimas**” (grifos nossos).

Além de a opção por supostas vítimas coincidir com a fala da defesa do acusado, verificamos que do ponto de vista jurídico e no inquérito policial as mulheres são vítimas, jamais acusadoras. Como pontuamos anteriormente, quem acusa é o Ministério Público. Voltaremos a essa discussão adiante, quando abordarmos a mudança no Código Penal a partir do novo entendimento acerca do conceito de estupro. Já a opção pelo não emprego do adjetivo ‘supostas’ precedendo o substantivo ‘vítimas’ pode ser entendida como preciosismo do jornal, uma opção por não se comprometer enquanto a investigação estava em curso (como apontou a procuradora da República e professora de Direito da Fundação Getúlio Vargas, em entrevista anexada ao final deste trabalho). Foi uma escolha, assim como usar ‘possíveis vítimas’ também o seria. Em 4 de outubro de 2009, pouco mais de um mês da condenação, que é noticiada em 24 de novembro, Carlos Eduardo Lins da Silva, *ombudsman* do jornal à época, publicou sob o título *Pacientes e médicos têm direitos* um texto que critica a veiculação do artigo de Gustavo Ioschpe, no espaço *Tendências e Debates*, no qual o autor insinua que a imprensa estaria cometendo o mesmo erro cometido no caso Escola Base. Recortamos aqui um trecho do texto de Carlos Eduardo.

É preciso pautar alguém do outro lado, não para tentar provar culpa (jornal não é tribunal), mas para mostrar o drama, as preocupações, os direitos atingidos de suas **possíveis vítimas** (e de outros pacientes que sofrem algum tipo de assédio por parte de médicos) e o que podem fazer para se resguardar. (FSP, *Cotidiano*, 4 out. 2009, grifos nossos).

1.2.1.2. Indiciamento (24/06/2009 a 30/07/2010)

O conjunto de textos que caracterizam a cobertura do que chamamos de segunda fase é composto por 16 reportagens, várias delas se desdobram em mais de um texto e informam sobre os próximos passos do caso. Seleccionamos, para marcar a passagem da primeira para a segunda fase da cobertura, a reportagem que noticia o indiciamento do investigado. Com o indiciamento, Roger Abdelmassih passou de investigado a incriminado pela Polícia Civil, que, baseada nas evidências colhidas durante a investigação criminal, o apontou como provável autor do crime. Ser indiciado implica constrangimento, pois essa informação ficará registrada permanentemente na ficha de antecedentes do indivíduo.

Indiciando. Derivado de *indiciar* (mostrar por indícios, revelar, denunciar), designa a pessoa a quem se fez uma *imputação criminal*, em virtude do que se iniciou contra ela a *ação penal*. Corresponde, em sentido, ao *denunciado*, *indigitado*, *acusado* ou *incriminado*, que se distingue perfeitamente do condenado, pois que a este já se fez aplicação da pena ou da sanção criminal, em face da demonstração ou procedência de ter dado ao crime ou delito. Em relação ao *indiciado* há indícios, conjecturas, que serão apurados e reconhecidos, ou não, afinal, pela sentença do julgador. (DE PLÁCIDO SILVA, 1989, p. 455).

Nessa fase, cuja reportagem inaugural vem sob o título *Polícia indícia médico Roger Abdelmassih*, o leitor também foi informado de que o Cremesp, que antes abrira sindicância, instaurou 51 processos éticos contra o réu; suspendeu seu registro profissional; que o réu pediu o cancelamento do registro, o que foi rejeitado pelo órgão, que optou pela cassação definitiva; que o réu foi preso em 18/08/2009; que a defesa pediu anulação do indiciamento; que os cinco pedidos de *habeas corpus* foram negados; que o ex-ministro da Defesa Márcio Tomás Bastos entrou para o time de defesa e que em 24/12/2010 Roger Abdelmassih foi solto; que houve vítima cujo crime datava de 1970; que pacientes já haviam tentado denunciar o crime pelo menos 15 anos antes. Além dessas notícias, o compilado de textos que

compõe o segundo momento da cobertura traz entrevista com o advogado de defesa e com o filho do suspeito.

Em reportagem de 24 de junho de 2009, observamos pela primeira vez o nome ‘Roger Abdelmassih’ no título da matéria principal, aparentemente ele vinha sendo preservado deste destacado lugar. No corpo do texto, já nas primeiras linhas do primeiro parágrafo, o texto insiste que quem acusa o réu são as vítimas.

O médico Roger Abdelmassih, 65, considerado um dos maiores especialistas de fertilização in vitro do Brasil, foi indiciado ontem pela Polícia Civil de São Paulo sob suspeita de ter cometido crimes de estupro e atentado violento ao pudor contra ex-pacientes. Abdelmassih é acusado por pelo menos 60 mulheres que dizem ter sido suas pacientes e sofrido crimes sexuais durante as consultas. [...] O caso foi denunciado pela primeira vez ao Ministério Público em abril de 2008, por uma ex-funcionária do médico. (FSP, *Cotidiano*, 24 jun. 2009)

O jornal FSP repete por diversas vezes que Cristiane da Silva Oliveira foi a primeira mulher a denunciar o réu. “O caso foi denunciado pela primeira vez ao Ministério Público em abril de 2008, por uma ex-funcionária do médico.” Na primeira fase da cobertura, também soubemos que a vítima chantageou o réu. Entretanto, a informação de que ela teria sido a primeira vítima a romper o silêncio e procurar o MP é desmentida pelo promotor do caso, como detalharemos no próximo capítulo. Aqui deixamos uma pergunta que tentaremos responder mais tarde: por que atribuir a denúncia que deflagrou o processo à vítima cuja palavra pode mais facilmente ser questionada e descreditada?

Se na primeira fase verificamos que para a *Folha* o pedido de preservação de identidade das vítimas era digno de destaque, na segunda fase vemos que este passa a ser um problema para os advogados de defesa, que usaram tal argumento para justificar o cerceamento do direito de defesa do réu:

Em março último, a defesa do médico conseguiu no Supremo Tribunal Federal o direito de, antes de ele ser ouvido oficialmente, ter acesso aos depoimentos e identidades de todas as mulheres que o acusam. A defesa de Abdelmassih afirmou ontem que ele teve seu direito de defesa cerceado e que a Polícia Civil descumpriu a determinação do Supremo. Segundo um dos advogados do médico, Adriano Vanni, a polícia antecipou o depoimento sem maiores explicações, antes que a defesa pudesse ter acesso às acusações. A Delegacia da Mulher não falou oficialmente sobre o caso. O advogado José Luis de Oliveira Lima, que também defende o médico, disse que as acusações e identidades não foram disponibilizadas para a defesa. (FSP, *Cotidiano*, 24 jun. 2009)

Nesse texto os promotores não são ouvidos, nem as vítimas. Há apenas duas linhas da Secretaria de Segurança Pública, que foi procurada para responder sobre a acusação da defesa “A Secretaria da Segurança Pública disse que as acusações e identidades foram disponibilizadas à defesa. ‘A delegada do caso informou que todos os procedimentos do inquérito policial foram realizados de acordo com as leis vigentes, incluindo-se as decisões do STF’, afirmou em nota” (FSP, *Cotidiano*, 24 jun. 2009).

Mais uma vez, sobre o crime de estupro não há nenhuma discussão. Apenas no olho da notícia, como já apontado, o leitor é informado da acusação: “estupro e atentado violento ao pudor”. No corpo do texto, acusação aparece das seguintes formas: “crimes sexuais”, “investidas do médico” e “molestamento”. Além de ouvir os argumentos da defesa, a reportagem relembra o início do caso, recontando a rejeição da denúncia oferecida pelo MP. As informações que já haviam sido apresentadas no texto de 9 de janeiro e em outros da primeira fase são repetidas, mas não são aprofundadas.

Abdelmassih é acusado por pelo menos 60 mulheres que dizem ter sido suas pacientes e sofrido crimes sexuais durante as consultas [...] diversas pacientes com idades entre 30 e 40 anos bem-sucedidas profissionalmente disseram ter sido surpreendidas por investidas do médico e molestadas quando estavam na clínica dele sem a presença dos maridos ou de enfermeiras. (FSP, *Cotidiano*, 24 jun. 2009)

No boxê dessa reportagem o réu reitera sua inocência já no título: *Acusações são falsas, afirma Roger Abdelmassih*, e no corpo do texto os leitores são lembrados de que o réu vinha sendo perseguido na internet desde 2008 pelo que ele denomina “movimento de ressentimentos vingativos”, que divulgava “mentiras, fantasias e fofocas”. É aberto espaço para que o médico lembre que as vítimas podem ter sofrido alucinações.

No dia seguinte, em 25 de junho, o jornal publica que *Abdelmassih pede que indiciamento seja anulado*. O texto esclarece tardiamente ao leitor “Com o indiciamento, a Polícia Civil aponta o médico como responsável pelos crimes, por acreditar que há indícios para isso.” Tal informação, que consideramos bastante preciosa para nossa discussão e para esclarecimentos sobre os passos jurídicos do caso, só foi apresentada no dia seguinte à reportagem que divulga o indiciamento. Como vimos, a reportagem sobre o indiciamento deu bastante espaço de fala para a defesa reclamar do acesso às identidades das vítimas. Como soubemos em reportagem publicada no jornal OESP, as vítimas do caso estavam protegidas pelo provimento 32, mas, ao que tudo indica, a FSP não considerou essa informação

importante o suficiente para ser publicada. Voltaremos ao provimento 32 no próximo capítulo.

Continuando a leitura da reportagem sobre o pedido da anulação do indiciamento, o jornal reitera

Abdelmassih já negou as acusações por diversas vezes. De acordo com o advogado Adriano Vanni, um dos defensores de Abdelmassih, a polícia não respeitou uma determinação do Supremo de que a defesa tivesse acesso a todas as provas existentes no inquérito antes de seu depoimento. O advogado diz que a polícia apresentou anteontem, durante o depoimento do médico, o nome de mais quatro **supostas vítimas**, que não constavam no processo, mas sem o teor das declarações prestadas por elas. (FSP, *Cotidiano*, 25 jun. 2009, grifos nossos)

Aqui, vemos o advogado reclamar um direito que não lhe cabe naquele momento, como veremos mais adiante ao detalharmos a importância do provimento 32, e identificamos uma escolha de construção para o texto complicada do ponto de vista de compreensão. Primeiro porque a definição técnica do que venha a ser indiciar alguém vem descolada da informação principal *Polícia indícia médico Roger Abdelmassih*, divulgada no dia anterior. Além disto, logo após a solitária e tardia explicação que seria elucidativa a respeito do termo jurídico ‘indiciado’, o texto apresenta ao leitor falas da defesa que cercam de dúvida a conclusão da investigação policial. Soma-se a isso o fato de o texto também trazer de volta a informação de que não é a primeira vez que o MP acusa Roger Abdelmassih e que a acusação havia sido rejeitada.

Em 11 de agosto de 2009, o jornal noticia que o Cremesp abriu 51 processos contra o réu, acatando as denúncias da Promotoria. Mais uma vez, atrelado ao nome Roger Abdelmassih, lemos o aposto “um dos mais famosos especialistas em reprodução assistida do país”. Por inúmeras vezes, o êxito profissional é sequência do sobrenome do réu. Seu sucesso é também destacado pela defesa como atenuante “Dr. Roger é um dos médicos mais respeitados do país na sua especialidade. Ele nega veementemente a prática de qualquer ato ilícito, aguarda o desenrolar das investigações e têm tranquilidade de que, no final, tudo será esclarecido”.

Em 18 de agosto de 2009, foi publicada reportagem que merece nossa atenção. Sob o título *Médico é preso acusado de crimes sexuais*, há uma série de informações que conduzem ao erro de interpretação. Aqui podemos interpretar que o réu foi preso porque foi indiciado – o que não é verdade – ou que ele está sendo preso por ter sido acusado de 56 estupros. Se

fosse verdade, essa notícia colocaria em xeque todo nosso sistema democrático, uma vez que o réu estaria sendo preso sem julgamento.

Apenas no último parágrafo da reportagem lemos as seguintes informações:

Abdelmassih foi denunciado pela Promotoria na última quinta sob acusação de 56 estupros. A denúncia foi feita com base em legislação que passou a vigorar no último dia 7, segundo a qual o antigo “ato libidinoso” passa a ser considerado como “estupro”. Pela legislação anterior, seriam 53 atentados violentos ao pudor (atos libidinosos) e três estupros (quando há conjunção carnal). (FSP, *Cotidiano*, 18 ago. 2009)

A informação de que o MP reapresentou a denúncia e que desta vez foi aceita pela juíza foi resumida neste parágrafo, no texto cujo foco é a prisão do réu. Não há esclarecimentos de que o processo de reapresentação da denúncia formalizou a acusação e marcou o início da ação penal. Quando a denúncia foi reapresentada pelo MP à juíza Kenarik Boujikian Felipe (seguindo protocolo, a denúncia deveria ser reapresentada ao mesmo juiz que a rejeitou), Roger Abdelmassih passou de suspeito a acusado ou réu. Até aquele momento das investigações, e portanto da cobertura da imprensa, o que estava em andamento era a investigação criminal. A denúncia oferecida pelo MP e aceita pela juíza foi o que deflagrou o início do processo de ação penal, que correu em sigilo por ordem da magistrada. A prisão do réu foi outro passo dentro das possibilidades de ação penal. Foi uma ação preventiva solicitada pelo MP com base em indícios de que a liberdade do réu comprometeria a investigação penal. Tais informações não estão claras na reportagem e sua supressão conduz ao erro de interpretação de que o réu está sendo preso sem julgamento. Como veremos adiante, o modo como essa informação foi veiculada comprometeu o julgamento de jornalistas que fizeram análises críticas sobre o caso.

Vimos que a notícia sobre o início da ação penal veio resumida e condensada com informação sobre a mudança na legislação acerca do entendimento do conceito de estupro. A discussão sobre a mudança passou ao largo da cobertura e não mereceu lugar por si só. Informar apenas que “Pela legislação anterior, seriam 53 atentados violentos ao pudor (atos libidinosos) e três estupros (quando há conjunção carnal)” (FSP, *Cotidiano*, 18 ago. 2009) é invisibilizar uma discussão que poderia trazer benefícios sociais para as mulheres vítimas de estupro. A continuação da reportagem traz informação que corrobora para possível interpretação de que o crime não foi tão grave assim. Abaixo do subtítulo *60 mulheres*, diz-se:

Cerca de 60 mulheres – quase todas ex-pacientes – o acusam de crimes sexuais. Em geral, as mulheres o acusam de tentar beijá-las ou acariciá-las quando estavam sozinhas – sem o marido ou a enfermeira presente. Algumas disseram ter sido molestadas após a sedação. (FSP, *Cotidiano*, 18 ago. 2009)

Na sequência vem a fala da defesa:

O advogado José Luis Oliveira Lima, um dos defensores do médico, disse considerar a prisão “ilegal”. “Não há nenhum fato novo. Não há nenhuma circunstância. Não há nenhuma prova, é importante que se diga isso, da acusação de estupro. Não é verdade. Não consta nos autos [do processo]”, disse o advogado. (FSP, *Cotidiano*, 18 ago. 2009)

O argumento apresentado pelo advogado de defesa José Luis está em consonância com o argumento já apresentado pelo jornal desde a reportagem inaugural: “O Ministério Público não tem prova material contra o médico, apenas relatos”. O agravante aqui é que não há declaração de membro do MP para contrapor a afirmação do advogado. O leitor recebe apenas a fala do advogado de defesa do réu afirmando que não há provas do crime de estupro. Vamos relembrar que em 9 de janeiro ao menos o jornal dera espaço para que os promotores explicassem que “É um tipo de crime perverso, que nunca tem testemunhas nem deixa marcas. Só na alma da mulher” (FSP, *Cotidiano*, 9 jan. 2009). A prova do crime de estupro é diferente da prova de um crime de furto, por exemplo. Mais adiante, vamos explicar por quê. Mais uma vez a *FSP* deixou de promover a discussão aprofundada sobre as nuances, particularidades e toda a complexidade que está contida nos crimes contra a dignidade sexual.

Voltando a reportagem publicada em 18 de agosto de 2009, que informa ao leitor que o réu foi preso preventivamente, o box *Advogado diz que prisão é “ilegal” e vai recorrer* traz espaço de fala para a defesa que, através do jornal, coloca mais uma vez em dúvida a existência do crime e a credibilidade dos aparelhos de investigação do Estado, que não são ouvidos em nenhum dos textos desta reportagem. O jornal se limita a dizer que “o Ministério Público não se manifestou sobre o assunto”. Mas não sabemos se o órgão foi procurado. Os advogados de defesa encontram espaço para se pronunciar.

O médico nega todas as acusações feitas contra ele pelo Ministério Público Estadual e pela Polícia Civil.

“Não há laudo pericial para dar razão a essa acusação. O doutor Roger é um homem de passado ilibado, [réu] primário, de bons antecedentes, residência fixa. Em momento algum se furtou ao chamamento da autoridade policial e continua desempenhando as suas funções na sua clínica”, continuou o advogado. (FSP, *Cotidiano*, 18 ago. 2009)

Mais adiante,

O advogado também disse que o fato de a prisão do médico ter sido decretada por um juiz auxiliar da 16ª Vara Criminal, já que a juíza titular está fora do posto, deve ser considerado. Segundo ele, a juíza já havia rejeitado o pedido de prisão. O advogado negou, porém, que o Ministério Público tenha se aproveitado da ausência da magistrada. “São fatos”, afirmou. (FSP, *Cotidiano*, 18 ago. 2009)

E ainda, no mesmo texto, o jornal reproduz mais uma fala do advogado que já vinha sendo argumento do próprio jornal:

“Ele [Abdelmassih] nega taxativamente a autoria [dos crimes]. É importante mencionar que o doutor Roger atendeu mais de 20 mil clientes na sua clínica. É considerado não um dos melhores médicos do Brasil, mas um dos melhores médicos do mundo”, disse o advogado. (FSP, *Cotidiano*, 18 ago. 2009)

Vemos aqui, novamente, os advogados de defesa reiterarem argumentos que vinham sendo apresentados pelo jornal desde a fase um da cobertura: o sucesso profissional do réu merece destaque todo o tempo.

No dia seguinte, 19 de agosto de 2009, a FSP traz uma reportagem com detalhes sobre o pedido de prisão do réu, sob o título *Médico comete abuso desde 70, diz promotor*. O texto informa detalhes sobre a denúncia apresentada pelo Ministério Público e conta a história da primeira vítima de Roger Abdelmassih de que se tem notícia. É a primeira vez que o substantivo ‘vítima’ vem desacompanhado do adjetivo ‘suposta’, estão que ainda não será uma constante na cobertura. Nesse texto, o jornal volta a destacar a preservação da identidade da vítima.

A afirmação da Promotoria de que o médico pratica crimes desde a década de 70 é baseada no depoimento de uma mulher de Campinas. O nome dela não foi divulgado no documento. A mulher procurou os promotores para contar que, há quase 40 anos, teve cólicas renais e foi atendida no SUS. Segundo o depoimento, Abdelmassih, no começo de carreira, era o médico de plantão. Segundo a vítima, o médico fez propostas sexuais e passou o pênis por seu corpo. Mencionado pelos promotores como exemplo de que Abdelmassih tem uma personalidade voltada para crimes sexuais, esse caso já está prescrito. (FSP, *Cotidiano*, 19 ago. 2009)

É também nessa reportagem que o leitor é informado, pela primeira vez, sobre os outros crimes atribuídos ao réu: sexagem, sonegação fiscal, mistura de material genético etc.

Nas primeiras linhas da reportagem principal, o jornal repete mais uma vez “O médico, um dos mais famosos especialistas em reprodução assistida do país, está na carceragem do 40º Distrito Policial, na Vila Santa Maria (zona norte de SP)”. Além de relembrar o status profissional do réu, a reportagem repete que o réu foi acusado conforme a legislação atual, fosse na antiga lei, seriam “53 atentados violentos ao pudor (atos libidinosos) e três estupros (em que há conjunção carnal)” . Também os crimes são mais uma vez resumidos em “as mulheres acusam o médico de tentar beijá-las ou acariciá-las quando seus maridos ou a enfermeira não estavam na sala. Em três casos há relatos de ato sexual”. Como apontamos anteriormente, ao resumir os crimes insistindo que a mudança da lei alimenta o número de estupros, o texto pode induzir à interpretação de que as denúncias são exageradas. Ideia que pode ser reforçada pela falta de informações sobre o estado emocional das vítimas e os traumas causados pelas agressões.

Essa reportagem contém ainda dois boxes cujos títulos são *Continuo a acreditar nele, diz paciente* e *Denúncia é fantasiosa, diz advogado de defesa*. Como dissemos anteriormente, a FSP fez escolhas na hora de cobrir o caso. Exemplo disso são os entrevistados, que obviamente foram pessoas escolhidas. A seleção pode ter sido feita por indicação de uma fonte ou levantamento do repórter ou outra pessoa da equipe, como o pauteiro. Fato é que queremos destacar que houve escolhas. O que indica um recorte, uma edição no acontecimento, que será apresentado ao leitor como fato verdadeiro, mas trata-se de escolhas, decisões tomadas a partir do fato “real”. Não sabemos quais os trechos das entrevistas não foram usados. Dos trechos selecionados para publicação, não sabemos como eles foram transcritos. As entrevistas são editadas, cortadas, reescritas. É nesse processo que as escolhas ideológicas se manifestam. Chamamos a atenção para o texto *Continuo a acreditar nele, diz paciente*, publicado como box do texto *Médico comete abuso desde 71, diz promotor*. Trata-

se de uma escolha que julgou pertinente ouvir pacientes que depuseram em favor do réu: “Pacientes de Roger Abdelmassih, preso anteontem acusado de crimes sexuais, afirmaram à Folha que o médico é ‘ético’ e ‘respeitoso’ em suas consultas”.

Foi uma escolha procurar pacientes que fossem testemunhas de defesa. Podemos ponderar que o jornal estaria ouvindo o outro lado. No entanto o jogo de acusação e defesa representado na diagramação dessa matéria sugere mais uma audiência que a simples cobertura do caso.

Nos dois textos, vemos a defesa se apoiar em um discurso já apresentado pelo jornal: “Eu reafirmo que essa denúncia é fruto da criatividade intelectual do representante do Ministério Público”, disse. ‘Não é verdade essa afirmação. Não há provas disso’, afirmou, sobre as 56 acusações de estupro feitas pela Promotoria” (FSP, *Cotidiano*, 19 ago. 2009). Reiteradamente, o sucesso profissional é colocado como prova de inocência: “Um homem que teve 20 mil clientes, mais de 7.000 clientes tiveram filhos, eu não tenho a menor dúvida que todo procedimento dele foi dentro da ética e da legalidade” (FSP, *Cotidiano*, 19 ago. 2009). E ainda, vemos destaque para o estado emocional do réu “profundamente abalado”: “[Ele] está à base de remédios. Mas confiante na imparcialidade e na serenidade do Tribunal de Justiça de São Paulo’, disse” (FSP, *Cotidiano*, 18 ago. 2009).

No dia seguinte, em 20 de agosto de 2009, o jornal publica entrevista com o advogado de defesa José Luis Oliveira Lima sob o título *Abdelmassih sempre foi ético, diz advogado*. A entrevista constitui-se de perguntas mais impessoais. Identificamos aqui um raro momento em que o jornal traz perguntas mais isentas. Recortamos a seguir um trecho que merece mais atenção:

FOLHA - Por que tantas pessoas acusam seu cliente? São 39...

LIMA - Eu respondo a esse seu número, de 39 mulheres, com 20 mil clientes, com 7.000 filhos a quem esse homem deu vida. Vinte mil clientes é um número fortíssimo. Nós estamos falando de 7.000 crianças. De uma clínica respeitada no Brasil, referência no mundo.”

FOLHA - Uma pessoa que pratica milhões de atos bondosos não está isenta de praticar um crime.

LIMA - Não estou dizendo que o fato de ele ter praticado 10 mil atos bondosos o absolveria de eventuais atos não tão bondosos. Digo que não tem, por parte do doutor Roger, nenhum ato que não tenha conduta ética, correta e lícita. Essas afirmações são improcedentes. Ele nega, eu como advogado nego a participação dele em qualquer fato mencionado na inicial [documento apresentado pelo Ministério Público] ou na fala dessa senhora [não diz qual].

FOLHA - Seu cliente, em artigo publicado pela Folha, em janeiro, afirmou que não sabia a verdadeira motivação dessas denúncias. E hoje?

LIMA - Não temos a motivação. Mas tem um dado que é muito importante. Até o início deste ano, nós tínhamos cinco ou seis mulheres que tinham feito reclamação.

Após a divulgação do caso é que esse número ganhou essa proporção. Acho curioso isso. Não tenho uma opinião formada, mas acho curiosa essa corrente que foi feita contra meu cliente.

FOLHA - Numa entrevista, seu cliente cita medicamentos que provocam delírios. Mas, em alguns casos, não foi aplicada nenhuma medicação. Como ele explica isso?

LIMA - Ele não tem que explicar. Porque ele nega que esses fatos tenham ocorrido. Ele nega a ocorrência desses fatos, portanto, não precisa explicar.

FOLHA - O número de denúncias não pode ter crescido por isso? Porque as mulheres consideraram que ele estava mentindo?

LIMA - Essa é uma análise. Mas eu prefiro utilizar a expressão que utilizei: é um fato curioso.

FOLHA - Qual é o prejuízo para Abdelmassih com essa prisão?

LIMA - Primeiro, tem o prejuízo moral. Estamos falando de um homem com cinco filhos, 14 netos. Há um abalo emocional muito grande. Hoje, quando eu disse a ele, disse a notícia [da recusa do habeas corpus], ele ficou profundamente emocionado. Foi muito pesado. O doutor Roger decidiu que, tão logo consiga a liberdade, vai se afastar da atividade médica.

FOLHA - Essa decisão também busca ajudar no recurso à Justiça?

LIMA - Ele efetivamente quer preservar a sua clínica, que é uma clínica de referência, porque ele precisa se dedicar à sua defesa e, também, porque há um abalo pessoal. Ele é um ser humano que está sofrendo profundamente com o fato. Está num momento muito duro. (FSP, *Cotidiano*, 20 ago. 2009)

Apesar de as vítimas continuarem sendo tratadas como acusadoras, aqui verificamos que a série de perguntas publicadas aponta para um posicionamento diferente. Porém, como o jornal vinha seguindo outro caminho, temos várias respostas da defesa coincidindo, repetidas vezes, com argumentos desse veículo de comunicação. Ou seja, ao longo da cobertura, a própria *Folha* infundiu com frequência o discurso da defesa. A defesa ressalta a carreira do réu como prova de inocência, e vimos o jornal destacar a carreira de Abdelmassih por diversas vezes contra o anonimato das “supostas vítimas”. Aqui, a defesa insinua que a culpa de tantas vítimas procurarem o MP seria da imprensa.

O box da referida entrevista traz uma informação preciosa, mas pouco lapidada: *Conceito de estupro mudou no início do mês*. Além de informar a data da mudança e o número da lei, o texto não traz nada que não tenha sido dito na reportagem de 18 de agosto, quando o jornal informou sobre a prisão do réu. A FSP continua não tratando da discussão que foi travada para que houvesse mudança na lei.

O médico Roger Abdelmassih foi denunciado sob acusação de 56 estupros porque a denúncia foi apresentada no último dia 13, quando o Código Penal já havia sido alterado. Se fosse pela legislação anterior, seriam 53 atentados violentos ao pudor e três estupros. A mudança não interfere, porém, no tempo que o médico poderá ficar preso, numa eventual condenação. Primeiro porque os supostos atos atribuídos a ele pela Promotoria foram praticados antes da mudança da lei – pela legislação brasileira, uma nova lei só pode retroagir em benefício do réu. Além disso, a pena

prevista para ato violento ao pudor é a mesma do estupro, tanto na legislação antiga quanto na atual: de seis a dez anos de reclusão. A pena aumenta em algumas circunstâncias. (FSP, *Cotidiano*, 20 ago. 2009)

É a partir da entrevista com o advogado de defesa que o jornal vai mudando seu posicionamento em relação às vítimas. Entretanto, vimos que em vários momentos a FSP descolou-se dos termos e trâmites legais, tanto durante a investigação criminal quanto (e principalmente) no momento de passagem da investigação para a ação penal. O resultado são informações soltas e desconectadas, publicadas em dias diferentes, que mais confundem do que informam. A falta de esclarecimento sobre a acusação formal (oferecida ao Estado pelo MP) ser um processo e o pedido de prisão preventiva outro induz ao erro de que o réu está sendo condenado sem julgamento. A exaustiva repetição de que quem acusa são as vítimas induz ao erro de interpretação de que as mulheres são responsáveis pela denúncia oferecida ao Estado. A mudança de posicionamento do jornal em relação às vítimas acontece após a publicação de um grande volume de textos que já haviam colocado palavras declarações das mulheres em dúvida.

Um dia após publicar entrevista com advogado de defesa, em 21 de agosto, portanto, o jornal veicula entrevista com o filho do réu: *Meu pai é inocente, diz filho de Abdelmassih*. Ao final, um box cujo título é *Outras nove supostas vítimas se apresentam para depoimento*. No mesmo conjunto de textos, a pequena reportagem *Estudante diz que prisão é “pouco ainda”* traz a notícia de mais uma vítima que não pede proteção da identidade. Desta vez a FSP não destaca que “a vítima aceita revelar sua identidade”, como anteriormente no caso da ‘ex-funcionária’, da ‘fotógrafa’ e da ‘estudante de moda’. É a partir daí que o periódico abandona o adjetivo ‘supostas’ definitivamente e passa a tratar como vítimas as mulheres que romperam o silêncio. Não deixa de ser curiosa a mudança de posicionamento acontecer sem que tenham sido incluídos fatos novos na ação penal. Seria compreensível a mudança de tratamento após a condenação, ainda que em primeira instância. Mas, como vimos, o jornal decidiu abandonar o adjetivo ‘supostas’ sem base legal. Seguindo o que podemos chamar de nova linha editorial em relação às vítimas, identificamos que, logo após publicar que mais dois pedidos de *habeas corpus* foram negados e que o réu foi transferido para o presídio de Trembembé, o jornal traz, em 28 de agosto de 2009, uma reportagem baseada em duas vítimas que haviam prestado queixa ao Ministério Público e ao Cremesp há pelo menos 15 anos. *Mulher diz ter sido ignorada ao acusar médico há 15 anos*, diz título seguido pelo olho *Denúncia de abuso contra Roger Abdelmassih foi levada ao Cremesp, à Promotoria e à polícia* e *Em 1998, outra*

mulher apresentou denúncia ao conselho regional; médico está preso desde o dia 17, acusado de 56 estupros.

Nessa reportagem o leitor é informado de que

Documentos guardados por duas mulheres mostram que as denúncias contra o médico Roger Abdelmassih são conhecidas por instituições como Cremesp (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo), Ministério Público Estadual e Polícia Civil há pelo menos 15 anos. No fim de 1993, a ex-estilista Vanuzia Leite Lopes, 49, procurou as três entidades para acusar o médico. Para ela, caso sua denúncia tivesse sido investigada com rigor, o médico não teria feito novas vítimas. (FSP, *Cotidiano*, 28 ago. 2009)

Mas é preciso lembrar que essa não foi a primeira vez que a FSP teve acesso a documentos que comprovavam as denúncias das vítimas. Curiosamente, a reportagem de 9 de janeiro também trazia a informação de que duas vítimas haviam registrado um boletim de ocorrência e uma escritura pública, ambos os documentos datavam de 2006. Nela, tais informações foram colocadas no corpo texto, sob o entretítulo *Anomimato*, sem destaque para os documentos. Naquele momento, o investigado teve espaço de fala para se explicar. Sete meses depois, a informação de que vítimas possuíam documentos comprovando que já haviam tentado denunciar o agressor merece ser manchete. Mais uma vez nos perguntamos o que fez o veículo de comunicação mudar seu posicionamento. O outro lado dessa reportagem traz falas do Cremesp e do Ministério Público explicando o porquê do arquivamento dessas denúncias à época, além do advogado de defesa que nega “peremptoriamente” as acusações e reitera que as acusações são “fruto da criatividade intelectual” dos promotores.

Após informar que mais dois pedidos de *habeas corpus* foram negados e que Márcio Thomaz Bastos assumiria a banca de defesa do réu, a FSP publica, em 24 de dezembro de 2009: *Gilmar Mendez solta Roger Abdelmassih*. O olho resume as informações contidas no corpo do texto: *Especialista em reprodução assistida estava preso preventivamente desde agosto, sob a acusação de estuprar pacientes e Ministro Gilmar Mendes entendeu que, como médico está impedido de exercer a profissão, não há mais sentido em mantê-lo preso*. Finalmente o erro técnico é desfeito e o leitor, informado de que o Ministério Público é o responsável pelas acusações:

Abdelmassih é considerado um dos mais famosos especialistas em reprodução assistida do país e cobrava até R\$ 200 mil por um tratamento, segundo o Ministério Público de São Paulo, responsável pelas acusações contra o médico (FSP, *Cotidiano*, 24 nov. de 2009)

E temos pelo menos mais uma importante informação nesta reportagem que é o porquê de o MP ter entrado com o pedido de prisão preventiva e a “correção” de informações apresentadas anteriormente:

O promotor Luiz Henrique Dal Poz afirmou na noite de ontem que respeita a decisão do STF, mas que ela veio em um momento inoportuno. "90% da fase de instrução do processo já está concluída", disse. Segundo ele, a decisão pode causar instabilidade nas vítimas e testemunhas e também há risco de o médico fugir. (FSP, *Cotidiano*, 24 nov. 2009)

Ainda no corpo do texto, merece destaque a informação:

As investigações contra Abdelmassih começaram no ano passado, após uma ex-funcionária de sua clínica procurar o Ministério Público para relatar que foi atacada pelo médico. Após a divulgação do caso pela **Folha** em janeiro, outras mulheres procuraram a Promotoria para relatar agressões. Ao todo, a denúncia à Justiça aponta 39 mulheres. (FSP, *Cotidiano*, 24 nov. 2009, grifo do autor)

Essa mesma informação foi veiculada da seguinte maneira na reportagem que marca o início da fase Indiciamento e Investigação, em 24 de junho de 2009.

O caso foi denunciado pela primeira vez ao Ministério Público em abril de 2008, por uma ex-funcionária do médico. Depois, diversas pacientes com idades entre 30 e 40 anos bem-sucedidas profissionalmente disseram ter sido surpreendidas por investidas do médico e molestadas quando estavam na clínica dele sem a presença dos maridos ou de enfermeiras. (FSP, *Cotidiano*, 24 jun. 2009)

A mesma informação é reapresentada ao leitor com novas palavras. Sete meses antes, o periódico optou por destacar outras informações sobre a ex-funcionária, colocando sua história sob o destaque da chantagem. *Ex-funcionária que fez denuncia tentou chantagear Abdelmassih* era o título do box que trazia a história de Cristiane da Silva Oliveira, em 9 de janeiro de 2009.

Voltando ao texto de 24 de dezembro, sob o entretítulo *Advogados*, vemos Oliveira Lima defender a liberdade do réu primário e atacar as decisões anteriores de prender e manter o réu encarcerado. Novamente a defesa insinua que a imprensa seria culpada pelos reveses:

“Bastos também afirmou que os tribunais que negaram o pedido de liberdade anteriormente exerceram ‘odiosa antecipação de pena, contrária ao princípio da não culpabilidade’ e criticou o efeito ‘midiático’ da prisão do médico.” Novamente, o estado emocional do réu merece destaque: “Ele está deprimido”, disse o advogado (Oliveira Lima). O destaque se repete em reportagem de 25 de dezembro sob o título *Médico Roger Abdelmassih deixa a cadeia*, cujo olho traz *Preso há mais de quatro meses sob acusação de estupro, ele foi beneficiado por habeas corpus concedido pelo presidente do STF e Médico ficou emocionado com a decisão e deverá passar festas de fim de ano com a família, diz advogado; Promotoria teme fuga*.

Esta é a sétima vez que a palavra ‘estupro’ aparece no olho, todas após o indiciamento. No título, vemos a palavra aparecer pela primeira vez somente em reportagem de 29 de junho de 2010 *Acusado de estupro, Abdelmassih pede cancelamento do registro*. Nessa reportagem a FSP repete os vícios, por assim dizer, da fase da investigação.

Abdelmassih é acusado de estupro contra 39 ex-pacientes, mas, como algumas relataram mais de um crime, há 56 acusações contra ele. As mulheres o acusam de tentar beijá-las ou acariciá-las quando estavam sozinhas. Algumas disseram ter sido molestadas após a sedação. A defesa diz que o médico nega os casos e que não ficava sozinho com as pacientes. (FSP, *Cotidiano*, 29 jun. 2010)

Vimos em apenas uma reportagem a explicação de que as acusações são do MP e não das vítimas.

Em 25 de dezembro de 2009, dia seguinte à notícia que divulga liberdade concedida ao réu pelo então ministro e presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, a FSP narra como foi a saída do réu da prisão. Sob o título *Médico Roger Abdelmassih deixa a cadeia* e olho *Preso há mais de quatro meses sob acusação de estupro, ele foi beneficiado por habeas corpus concedido pelo presidente do STF e Médico ficou emocionado com a decisão e deverá passar festas de fim de ano com a família, diz advogado; Promotoria teme fuga*, o jornal informa que o réu está mais magro, que chorou ao ver o advogado, agradeceu-o com um abraço e que não dormiu de ansiedade; além da repetição das informações trazidas na reportagem do dia anterior. Novamente, chama a atenção o estado emocional de Abdelmassih ter destaque num caso de estupro. Não nos cansamos de repetir que o mesmo foco não foi dado às vítimas.

Mais duas reportagens sobre o registro profissional do réu são publicadas em 29 e 30 de julho de 2010, quando o leitor é informado que Abdelmassih pediu cancelamento do

registro e que o Cremesp cassou sua licença ignorando o pedido de cancelamento. Essa reportagem encerra a fase dois, que, como vimos, é marcada inicialmente pela coincidência entre discurso do jornal e da defesa, no sentido de questionar o sigilo da identidade das vítimas, que na qual o jornal continua dando largo espaço para a defesa, tanto na fala dos advogados quanto de entrevistados que atestam a inocência do réu – entrevista com o filho do então médico e com pacientes que continuam a acreditar no réu.

Um resumo dessa fase seria: o réu é preso, tem cinco pedidos de *habeas corpus* negado e registro profissional suspenso. Os advogados de defesa insinuam que a imprensa estaria promovendo um circo e, portanto, seria corresponsável pelas mazelas do réu. Nesse contexto, a FSP assume o substantivo ‘vítimas’ para designar as mulheres agredidas sexualmente e publica reportagem que revela que denúncias são antigas. Somente então o foco da cobertura passa a não estar mais na dúvida sobre o crime, o que, em última análise, é pôr em dúvida a palavra das vítimas. Como dito anteriormente, do ponto de vista legal, o jornal não tem subsídios para embasar a mudança. Se o uso de “supostas vítimas” se baseia na inconclusão da ação penal, seria preciso que o réu fosse condenado para que o jornal, apoiado em processos legais, pudesse abandonar o adjetivo ‘supostas’.

1.2.1.3 Condenação, fuga e captura (24/11/2010 a 31/05/2015)

Na terceira fase, o foco da cobertura da *Folha de S.Paulo* vai sendo transferido para as tentativas frustradas da defesa em inocentar o réu e para os desdobramentos da ação penal. Esse momento pode ser subdividido em duas partes: 1) Condenação e fuga; 2) Captura, que compreende um conjunto de 17 reportagens, das quais as publicações de 20 e 21 de agosto de 2014 compõem o que podemos chamar de “especial” sobre a captura e vida do foragido no Paraguai. O que marca a passagem para a nova fase é justamente o movimento na ação penal, qual seja, a condenação do réu em primeira instância. Nesse momento da cobertura jornalística, a FSP poderia se referir ao réu como condenado em primeira instância, indicando aos leitores que ainda caberia recurso da decisão. Como apontamos linhas acima, faria todo sentido a partir de então o abandono da expressão “supostas vítimas”, que aconteceu prematuramente em relação à ação penal.

1) *Condenação e fuga*

A reportagem que marca o início dessa fase é publicada em 24 de novembro de 2010. Sob o título *Roger Abdelmassih é condenado a 278 anos*, o olho traz *Decisão aponta ataque a 37 mulheres, todas pacientes, entre 1995 e 2008 e Médico, um dos maiores especialistas do país em reprodução assistida, poderá recorrer da sentença em liberdade*. O lide traz:

A Justiça de São Paulo condenou ontem o médico Roger Abdelmassih, 67, a 278 anos de prisão por ter estuprado ou violentado 37 mulheres entre os anos de 1995 e 2008. A sentença considerou 48 ataques, consumados ou não. Algumas vítimas sofreram abuso mais de uma vez. O advogado do médico, José Luís Oliveira Lima, disse que vai recorrer dessa decisão de primeira instância. (FSP, *Cotidiano*, 24 dez. 2010)

Nesse conjunto de três textos as vítimas são tratadas como vítimas ou testemunhas de acusação (no caso de crimes prescritos), termos corretos do ponto de vista jurídico. Ao dar voz ao advogado de defesa, o jornal diz:

O defensor diz que a magistrada desprezou provas, como o depoimento de 170 testemunhas que atestam a inocência do médico. “Foram depoimentos taxativamente favoráveis ao médico Abdelmassih”, disse. “Nós respeitamos, mas não concordamos com essa decisão. Vejo uma sentença desprovida de apoio nas provas produzidas nos autos [...]. Baseada apenas na versão das vítimas, que eu prefiro dizer supostas vítimas.” Lima disse ainda ter certeza de que o Tribunal de Justiça vai reverter essa decisão, porque os desembargadores vão julgar “sem olhar para capa do processo”. “Não estou afirmando que a magistrada se sentiu pressionada pela imprensa, mas o juiz é um ser humano”, afirmou. (FSP, *Cotidiano*, 24 dez. 2010)

A estratégia da defesa, que antes baseava a argumentação no questionamento da proteção da identidade das vítimas e nas alucinações provocadas pelo anestésico utilizado nos procedimentos clínicos, agora se apoia no ataque à imprensa e no que eles chamam de falta de provas. Como vimos anteriormente, esse argumento foi comprado e reproduzido pela FSP sem a menor problematização sobre o que seriam provas de um crime de estupro. Sobre o pedido de preservação da identidade para as vítimas, cabe dizer que o jornalismo possui em seu código de ética, legitimado na Lei de Imprensa, no artigo 7º - caputo 71, que é prerrogativa jornalística preservar a fonte, não podendo o profissional de imprensa ou qualquer outro veículo de comunicação ser obrigado, coagido ou compelido a revelar o nome

de seu informante. Essa proteção jornalística também foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, ao estabelecer que é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional (artigo 5º, inciso XIV). Também pela Constituição a vítima de um crime tem direito à preservação da identidade, quando a defesa da sua intimidade ou o interesse social exigem, e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo promulgou o provimento 32 com objetivo de preservar a identidade das vítimas (seus dados pessoais), durante a fase do inquérito, quando elas podem ser coagidas ou ameaçadas.²

Ao pedir anonimato, as mulheres vítimas de estupro não solicitaram nada que fosse desconhecido, alheio ou estranho ao fazer jornalístico. Pelo contrário. Mas o estranhamento com o qual tratou o jornal FSP aponta para os mesmos vícios do senso comum no tratamento da mulher vítima de violência sexual, que imediatamente levanta dúvidas a respeito do crime e da “honra” da vítima. O jornalismo poderia problematizar esse costume e investigar o que está por traz desse hábito, mas não o fez.

Seguindo na cobertura da fase três, na reportagem de 7 de janeiro de 2011, que informa *Por risco de fuga, juíza manda prender Roger Abdelmassih* e olho *A alegação do Ministério Público foi de que o médico pediu à Polícia Federal a renovação do seu passaporte; Especialista havia sido condenado a 278 anos de prisão por estupro de ex-pacientes e uma ex-funcionária*, as vítimas são tratadas da seguinte forma:

As acusações de estupro e atentado violento ao pudor foram reveladas pela Folha, em janeiro de 2009. Os crimes ocorreram entre 1995 e 2008. Na condenação, constam 48 ataques, consumados ou não. **Ao todo 37 mulheres foram vítimas do médico. Algumas sofreram abuso mais de uma vez.** Abdelmassih era considerado

² Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Provimento 32 – São Paulo, 24 de outubro de 2000.

[...] Artigo 1º - Aplicam-se às disposições deste provimento aos inquéritos e processos em que os réus são acusados de crimes dentre aqueles discriminados no artigo 1o, inciso III, da Lei Federal no 7.960, de 21 de dezembro de 1989.

Artigo 2º - Quando vítimas ou testemunhas reclamarem de coação, ou grave ameaça, em decorrência de depoimentos que devam prestar ou tenham prestado, Juizes de Direito e Delegados de Polícia estão autorizados a proceder conforme dispõe o presente provimento.

Artigo 3º - As vítimas ou testemunhas coagidas ou submetidas a grave ameaça, em assim desejando, não terão quaisquer de seus endereços e dados de qualificação lançados nos termos de seus depoimentos. Aqueles ficarão anotados em impresso distinto, remetido pela Autoridade Policial ao Juiz competente juntamente com os autos do inquérito após edição do relatório. No Ofício de Justiça, será arquivada a comunicação em pasta própria, autuada com, no máximo, duzentas folhas, numeradas, sob responsabilidade do Escrivão.

Artigo 4º - Na capa do feito serão lançadas duas tarjas vermelhas, que identificam tratar-se de processo onde vítimas ou testemunhas postularam o sigilo de seus dados e endereços, consignando-se, ainda, os indicadores da pasta onde depositados os dados reservados.

um dos mais famosos especialistas em reprodução assistida do Brasil. (FSP, *Cotidiano*, 7 jan. 2011, grifos nossos)

Aqui a mudança de postura é clara. As próximas seis reportagens, que vão de 8 de janeiro de 2011 a 5 de fevereiro de 2012, informam que o réu, agora condenado em primeira instância, não se apresentou após decreto de prisão; que o réu é oficialmente foragido; que o recurso da defesa para revogar a prisão é negado; que um ano depois da fuga polícia continua sem pistas do paradeiro de Roger Abdelmassih. O ano de 2013 não traz informação alguma sobre o caso. As vítimas não estão mais presentes nos textos de 2011 e 2012. Elas voltam a fazer parte da cobertura em agosto de 2014, quando o jornal noticia a captura do réu, condenado em primeira instância.

2) *Captura*

Abdelmassih, foragido desde 2011, é preso no Paraguai, o jornal noticia em 20/ de agosto de 2014. No texto:

O ex-médico Roger Abdelmassih, 70, condenado em primeira instância a 278 anos de prisão pelo estupro de 37 mulheres, foi preso na tarde desta terça (19) em Assunção, capital do Paraguai. As suspeitas de crimes sexuais contra ele foram reveladas pela Folha em janeiro de 2009. Antes conhecido como “médico das estrelas”, por ser um dos principais especialistas em reprodução assistida do país, ele estava foragido desde 6 janeiro de 2011, quando a Justiça decretou sua prisão pela segunda vez. [...] Em janeiro de 2009, após a Folha revelar as acusações contra Abdelmassih, uma série de outras vítimas procurou o Ministério Público. Após investigação da Promotoria, ele foi denunciado por 56 ataques a 39 mulheres. Chegou a ficar preso de agosto a dezembro de 2009, mas obteve do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, o direito de responder o processo em liberdade. A condenação foi em novembro de 2010 - em julho, seu registro de médico já havia sido cassado. Para parte dos ataques, a Justiça considerou não haver provas. A sentença apontou 48 ataques contra 37 mulheres, consumados ou não, de 1995 a 2008. (FSP, *Cotidiano*, 20 ago. 2014).

Aqui, vemos uma correção de alguns “cacoetes” da imprensa apontados anteriormente. As vítimas são vítimas, o MP é o acusador e Abdelmassih perde o título que o jornal sustentou por tanto tempo, “pioneiro da reprodução assistida”, como se o sucesso profissional fosse garantia de bom comportamento, argumento também utilizado pelos advogados de defesa. Na sequência, o texto sob o título *Para vítimas de abuso, captura do fugitivo é sinal de 'justiça'* traz falas das vítimas Ivanilde Serebrenic, Teresa Cordioli e Nelma Luz, que se

manifestam sobre o crime – uma delas foi vítima de negligência médica – e sobre como se sentiram com a notícia da prisão do réu. Mas essa reportagem ainda não alcança o universo das vítimas, dando ao leitor uma dimensão mais rica do trauma por elas vivido. Nos quesitos dar voz à vítima e transmitir ao leitor a experiência traumatizante que é o estupro, o texto seguinte é o mais eficaz. Trata-se de um relato pessoal da repórter que levou o caso ao jornal.

Ouvir relato de abuso por ex-médico foi 'chocante', diz jornalista que revelou o caso
DEPOIMENTO

LILIAN CHRISTOFOLETTI

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Foi durante um almoço com um advogado que o assunto veio à tona. Uma amiga dele havia sido molestada sexualmente por um médico muito conhecido, chamado Roger Abdelmassih, e outras mulheres também teriam passado por situações semelhantes. Nunca o havia entrevistado, mas sabia de sua presença constante em programas de TV e revistas de celebridades, posando sempre ao lado de casais felizes com um ou mais bebês no colo. Era chocante imaginar o que o advogado narrava.

Depois que apresentei a história à Folha, a recomendação foi de muita cautela e muita apuração. Reuni documentos, como boletins de ocorrência e depoimentos registrados em cartório. O difícil era encontrar alguma mulher disposta a conversar abertamente sobre o caso, como o jornal me pedia. Após muita resistência, finalmente uma delas aceitou falar pessoalmente, desde que sua identidade fosse mantida em sigilo. Ela dizia que tinha sido molestada dentro do consultório. Ela não estava sedada. Estava lúcida e apavorada. Havia sido agarrada e beijada à força.

Um depoimento levou a outro. Quando vi, tinha em mãos as histórias de oito mulheres na faixa dos 35 anos, bem-sucedidas profissionalmente, que não se conheciam e, com uma diferença ou outra no enredo, narravam terem sido atacadas por Abdelmassih.

Vi a dor de lembrarem suas histórias, sempre com os olhos marejados de raiva e de medo. Raiva por se sentirem enganadas e usadas justamente na fase mais delicada de suas vidas e pelo médico que supostamente as ajudaria a engravidar. E medo da opinião pública, de serem julgadas e desacreditadas pelos vizinhos, amigos e conhecidos.

CONSULTÓRIO

Durante a apuração do caso, Abdelmassih me recebeu em seu luxuoso consultório nos Jardins, na mesma sala em que algumas mulheres narraram terem sido agarradas. Ele, que sempre gostou dos holofotes, não aceitou ser fotografado.

Acompanhado por um médico, uma assessora de imprensa e um advogado, gesticulava bastante. Alegava que era vítima de uma armação. Em pé, arregaçou as mangas e exibiu os seus bíceps. “Pegue aqui, veja se sou forte para agarrar uma mulher”, dizia, arrancando risos da sua equipe.

A primeira reportagem saiu em 9 de janeiro de 2009 e encorajou outras mulheres a contarem as suas histórias. Foram quatro no dia seguinte, depois o número subiu para 32, 61, 90.

Oito dias depois, uma fotógrafa corajosa deu finalmente rosto a essas mulheres, que ainda esperam por Justiça. (FSP, *Cotidiano*, 20 de agosto de 2014)

Nesse depoimento, a FSP abre espaço pela primeira vez para se referir ao estado emocional das vítimas. Toca na questão do trauma, esclarece que o jornal (assim como a

defesa do réu) pedia provas materiais, destaca a coragem da vítima que mostrou seu rosto e explica o porquê do pedido de “anonimato”.

A cobertura continua e os textos de 20 de agosto de 2014 trazem informações sobre a estratégia de defesa e outros crimes, como o de adulteração genética, pelos quais o réu também foi investigado. Interessante observar que, quando o jornal traz a fala da defesa, diz:

“Os advogados do ex-médico Roger Abdelmassih não quiseram comentar a prisão dele nesta terça-feira (19), no Paraguai. A defesa dele sempre alegou inocência e fala de **“supostas vítimas”**. [...] Quando Abdelmassih foi condenado, os advogados disseram que a juíza Kenarik Boujikian Felipe (da 16ª Vara Criminal) desprezou certas provas, como o depoimento de 170 testemunhas que defendem a inocência dele. O advogado Oliveira Lima também disse à época que a condenação do ex-médico se baseou apenas na versão de vítimas, “desprovida de apoio nas provas produzidas nos autos”. **“Baseada apenas na versão das vítimas, que eu prefiro dizer supostas vítimas”**, disse em novembro de 2010. Agora, ele afirmou que não comentaria o caso. (FSP, *Cotidiano*, 20 ago 2010)

No dia seguinte, 21 de agosto de 2014, mais uma série de reportagens trata do caso, com informações sobre como o réu se manteve foragido, onde morava, como foi preso, o que comeu quando foi preso, quem foram seus companheiros de cela, seu estado emocional. Entre os textos, destacamos: *Vítimas recebem ex-médico com gritos de 'monstro' cujo olho é Após dividir cela com preso por contrabando, Roger Abdelmassih chegou a São Paulo e foi para Tremembé e Emocionadas, cinco mulheres foram ao aeroporto para ver o capturado e relataram alívio com sua prisão*. Ao contrário do que o título pode sugerir, um texto que trate do estado emocional das vítimas ou algo que o valha, este dá cinco linhas para a reprodução da fala de duas vítimas que estavam no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, e nas outras quase trinta fala sobre como o réu chegou ao aeroporto, o que comeu na noite anterior, o que fez e faria nos primeiros dias na prisão e dá detalhes do seu estado emocional.

Policiais paulistas disseram ter ouvido de colegas da Polícia Federal que o ex-médico aparentava estar deprimido e que, no trajeto até a capital, falou diversas vezes que pensava em se matar. Ele contou ainda, segundo os policiais, que vivia com medo de ser preso. Em uma ocasião, revelou ter pegado uma arma e cogitado o suicídio porque achava que sua casa em Assunção estava cercada por policiais. [...] “Ele alega inocência, diz que vai reverter a situação, mas que se arrepende de algumas coisas. Chorou bastante quando lembrou dos filhos.” Segundo Gonçalves, Abdelmassih afirmou que era sustentado pela mulher. (FSP, *Cotidiano*, 21 ago 2014)

Ao tratar da primeira fase da cobertura, destacamos um texto do ombudsman Carlos Eduardo, de 4 de outubro de 2009, para apontar uma outra possibilidade de tratamento das vítimas como “possíveis vítimas”. No trecho por nós destacado, o ombudsman sugere

É preciso pautar alguém do outro lado, não para tentar provar culpa (jornal não é tribunal), mas para mostrar o drama, as preocupações, os direitos atingidos de suas **possíveis vítimas** (e de outros pacientes que sofrem algum tipo de assédio por parte de médicos) e o que podem fazer para se resguardar. (FSP, *Ombudsman*, 4 out. 2009)

Cinco anos depois, o jornal segue o ‘conselho’ e publica no compilado de textos que trata da captura do foragido: *Trajetórias interrompidas*, cujo olho é *A tentativa de engravidar na clínica de Roger Abdelmassih mudou a vida de vítimas, que enfrentaram o fim do casamento e muitos traumas*. Nessa matéria, o jornal destaca a história, o sofrimento e as consequências do trauma após o estupro de duas vítimas, Vanuzia Leite Lopes e Monika Bartkevithc, a mesma que mereceu destaque na primeira fase da cobertura. Quando Bartkevithc é entrevistada pela primeira vez, o foco é colocado na situação que levou à agressão sexual. As perguntas são desenhadas para que a entrevistada esclareça detalhes da agressão, como num interrogatório. A vítima é perguntada sobre o porquê de o marido não acreditar nela. Pergunta que certamente seria melhor respondida pelo próprio marido e que, feita à vítima, tende a colocá-la em situação delicada, até constrangedora. Ao entrevistá-la novamente, o foco da conversa é o sofrimento causado pela violência.

Na segunda vez, ele [Abdelmassih] já me beijou na boca. Aí o meu marido falou: “Olha, Monika, a gente quer muito, é o nosso sonho ter o nosso filho. Você vai ter que saber conduzir essa situação”. Não consegui engravidar com o tratamento. Assim que você faz a inseminação, você tem que ficar em repouso, com as pernas para cima. E bem nesse momento eu fui atacada pela segunda vez. Ele lambia o meu rosto todo, dizia que era louco por mim. Jogou o corpo para cima de mim, tapou minha boca. Eu devo ter ficado lutando com ele uns 15 minutos.

Depois disso, eu entrei em uma depressão terrível. Quando saiu a primeira matéria, as pessoas nos agrediram, diziam que éramos loucas, que queríamos aparecer. Eu tinha um casamento maravilhoso. Minha vida virou de ponta-cabeça. Eu recebia ameaças de morte o tempo inteiro, fiquei quase louca. Tive que sair do Brasil com a minha filha, que tinha quatro anos na época. Fiquei seis anos fora. Montei uma empresa, trabalhava como “personal shopper” (que faz compras personalizadas).

Agora moro no litoral paulista. Trabalho como gerente de uma padaria. Embora eu seja formada em publicidade e fotografia, eu optei por morar em um lugar mais escondido. Ele [Abdelmassih] agora está preso, mas ainda é uma pessoa muito influente. Tenho medo. (FSP, *Cotidiano*, 21 ago 2014)

Aqui, vemos a mudança no tratamento das vítimas e na abordagem das entrevistas, mas continuamos sendo informados por textos que não tiram a questão do universo privado. Em 23 de agosto de 2014, o jornal publica a segunda matéria que trata da mudança da legislação sobre o estupro e mais uma vez a discussão que suscitou a alteração fica de fora. O foco aqui é explicar que

O julgamento do ex-médico Roger Abdelmassih, condenado em 2010 a 278 anos de prisão, foi um dos primeiros após lei de 2009 que mudou o Código Penal e passou a tratar todos os casos de abuso sexual como sendo estupro. Pela legislação anterior, estupro era a violência sexual praticada contra uma mulher e apenas quando havia “conjunção carnal”. As outras formas de sexo forçado (como oral ou anal) e abusos eram classificados como “atentado violento ao pudor”. Apesar dos nomes diferentes, a pena prevista era a mesma – seis a dez anos de prisão. A denúncia (acusação formal) do Ministério Público contra Abdelmassih, feita em agosto de 2009, já considerava a nova nomenclatura da legislação. Mas, apesar disso, a juíza Kenarik Boujikian Felipe utilizou a regra antiga pelo princípio jurídico de que mudanças na lei não podem prejudicar o réu. As acusações foram feitas por 39 mulheres que relataram 56 investidas entre 1995 e 2008. Ele foi absolvido em oito casos. (FSP, *Cotidiano*, 23 ago. 2014)

O texto é encerrado com a seguinte fala da defesa:

O principal argumento da defesa é que não há provas. Os advogados também dizem que atos como beijar e passar a mão não podem ser considerados atentados violentos. A tese foi rejeitada pela magistrada. “Todo mundo sabe diferenciar entre um beijo sexual e um beijo, todo mundo sabe que tocar o corpo de forma lasciva é bem diferente do que apenas colocar a mão em alguém”, afirmou ela na sentença. (FSP, *Cotidiano*, 23 ago. 2014)

Este seria mais um interessante gancho para problematizar a discussão. A campanha “Eu não mereço ser estuprada” havia ganhado as redes sociais em abril de daquele ano, gerando a correção dos números da pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgada dias antes, além de debate sobre o estupro. A campanha “Chega de fiu fiu” havia encontrado ressonância social no ano anterior. Finalizando, destacamos fala de

Abdelmassih, publicada em 13 de outubro de 2014, em nota sobre o vazamento de uma conversa entre o agressor e a irmã “Passava mulher para trás constantemente, provavelmente achava que tava tudo disponível. A mulher jogava o milho e eu ia comer e aí eu levei o ferro” (FSP, *Cotidiano*, 13 out 2014).

As últimas três reportagens publicadas não tratam do caso diretamente, mas como pano de fundo. Em 15 de outubro de 2014, o caderno *Cotidiano* traz entrevista com Larissa Sacco Abdelmassih, atual esposa do agressor. Sob o título *Roger pode não ser santo, mas dizer que é criminoso é muito diferente*, ela fala da vida como foragida e do relacionamento com Abdelmassih. No dia seguinte, o jornal publica *Mulher de Abdelmassih não vê quem ele é, diz ex-paciente e olho Para estilista que afirma ter sido estuprada em 1993, Larissa é ‘vítima de cegueira e ganância’* e *Vanuzia Lopes diz que mulher do ex-médico condenado por estupro ‘vai sofrer demais quando ela acordar’*. A entrevista com a vítima Vanuzia Lopes traz detalhes sobre como ajudou a localizar seu agressor e sua opinião sobre a atual esposa dele. Vanuzia volta à manchete na FSP em maio de 2015, após o lançamento do livro *Bem-vindo ao inferno*, que conta a história da caçada de Vanuzia Lopes. O título da reportagem é *O inferno são as outras* e o olho: *Vítimas de Roger Abdelmassih contestam versão de livro escrito por mulher que diz ter achado o ex-médico, condenado por 37 estupros*. Aqui, vemos as vítimas se desentendendo e Vanuzia sendo questionada por suas antigas companheiras, que reivindicam participação na captura do agressor.

Nesse conjunto de três textos que encerram as publicações em *Cotidiano* (até outubro de 2015, nada mais havia sido publicado sobre o réu), vemos os crimes cometidos pelo réu darem espaço para uma cobertura que focou no desentendimento das mulheres. Chama a nossa atenção o modo como as últimas reportagens mudam o foco da cobertura. A pergunta que persiste: qual o valor da notícia *O inferno são as outras*? A reportagem nos convocou ao exercício de imaginar o perfil da vítima ideal, daquela que será vista pelo senso comum como digna de respeito (ou piedade?) e credibilidade.

Lembramos que, até outubro de 2015, já haviam sido anunciados mais dois livros sobre o tema: *A caçada: A busca do homem mais procurado do país*, de Leandro Sant’Ana, produtor da Record que teria atocaiado Abdelmassih no Paraguai, e *A clínica*, do jornalista Vicente Vilardaga. Nenhuma dessas informações serviu de conteúdo para reportagens difamatórias ou que insinuem que os autores estariam tentando se promover.

1.2.2 Textos publicados em *Tendências e Debates*, *Ombudsman*, *Painel do Leitor*, *Saber e Análise*

Enquanto acompanhamos a cobertura sobre o caso Roger Abdelmassih, um dos nossos incômodos era o fato de a cobertura de crime grave, ou melhor, hediondo (para sermos legalistas), se dar apenas de maneira factual e circunscrita no caderno *Cotidiano*. No decorrer da nossa pesquisa, percebemos que o caso Roger Abdelmassih havia merecido atenção fora do *Cotidiano*, tendo sido encontrado um conjunto de artigos e textos publicados na seção *Opinião*, que ocupa as duas primeiras páginas do primeiro caderno do jornal, espaço nobre, portanto. Os textos analisavam o assunto com base nas várias etapas da cobertura e foram publicados nas seguintes colunas que compõem a seção: *Tendências e Debates*, *Painel do Leitor*, *Editorial*. Os textos dos ombudsmen, que também mereceram nossa atenção, foram publicados no caderno *Poder*.

Quem inaugurou o debate nas páginas dedicadas ao livre pensamento e análises mais aprofundadas sobre temas da atualidade foi o próprio Roger Abdelmassih, quando ainda era investigado. Em 28 de janeiro de 2009, a FSP concedeu espaço a sua defesa. O que ele fez de próprio punho, redigindo artigo de defesa para a seção *Tendências e Debates*. Não sabemos de quem partiu a iniciativa (do jornal ou do investigado), mas o poder de decisão sobre a publicação certamente foi do jornal, que optou por ceder espaço. No mesmo dia, o *Painel do Leitor* trazia um curto texto refletindo a indignação dos advogados de defesa, queixosos pela publicação de reportagem no dia anterior (27 de janeiro de 2009) cujo título era *Acusações contra o médico já chegam a 61*. No mesmo dia, a FSP abre espaços dedicados a opiniões de leitores e especialistas para que o caso Roger Abdelmassih seja analisado pelo investigado e seus advogados.

Em 1º de fevereiro de 2009, o *ombudsman* do jornal à época, Carlos Eduardo Lins da Silva, escreveu:

Minha primeira reação ao artigo de Roger Abdelmassih na página A3 de quarta foi positiva. Achei que era garantia do direito de defesa. Cartas de leitores que o criticavam me mudaram a opinião. O espaço de "Tendências/ Debates" é para discutir ideias, não para tratar de crimes comuns. O artigo não analisa o tema do assédio sexual, só defende um acusado de tê-lo cometido. O jornal já lhe vinha dando espaço nas reportagens. Se queria dar mais, deveria tê-lo entrevistado. (FSP, *Ombudsman*, 1º de fevereiro de 2009)

Até outubro de 2015, o último texto publicado na seção *Tendências e Debates* foi assinado por Larissa Sacco Abdelmassih, atual esposa do réu. Quando Larissa Abdelmassih ganhou o espaço, seu marido já estava condenado em primeira instância. Logo, o réu tem duas possibilidades para sua defesa em páginas reservadas para análises mais aprofundadas sobre os assuntos atuais.

Ao todo, foram publicados nove artigos na seção *Opinião*, além de três textos dos ombudsmen e sete comentários dos leitores. Dos comentários publicados no *Painel do Leitor*, além de um assinado pelos advogados de defesa, encontramos um assinado por um dos promotores do caso, José Reinaldo Guimarães Carneiro, em resposta ao artigo assinado por Gustavo Ioschpe, em que o autor insinua que a imprensa nacional estaria repetindo o caso Escola Base, e explica por quê:

Não conheço as **supostas vítimas**, mas seria improvável que tantas mulheres acusassem um homem de um mesmo crime sem ter razão para isso. Por outro lado, tampouco me surpreenderia se o dr. Abdelmassih fosse inocente. As 56 **acusadoras** não são nem 0,2% das pacientes que ele atendeu. Se fosse o predador sexual que pintam, imagino que o número de vítimas seria maior. Também é estranho que tenham demorado tantos anos para acusá-lo e tenham prosseguido o tratamento depois do abuso. Mas por que essas mulheres viriam agora a público se fosse tudo mentira? É possível que algumas tenham falsas memórias, que outras sejam aproveitadoras e que outras tenham sido estimuladas por promotores sôfregos. É improvável. Mas é possível. (IOSCHPE, 2009, grifos nossos)

No texto, Gustavo Ioschpe exercia o livre pensamento a respeito da prisão preventiva e suspensão do registro profissional do réu. Sob o título *Caso Abdelmassih: a nova Escola Base?*, o autor apresentou sua indignação contra a prisão preventiva do réu e repudiou a mais remota ideia de desrespeito à presunção da inocência. A suspensão dos direitos civis, anuncia o autor, é “ao mesmo tempo sintoma e prenúncio de uma sociedade que resvala rumo ao autoritarismo” (IOSCHPE, 2009). Mais adiante, o autor pondera

Não quero defender o dr. Abdelmassih. Se for culpado de um terço do que lhe acusam, é um torpe. Mas quero, sim, reivindicar o direito de defesa e de liberdade desse e de qualquer cidadão, acusado de qualquer crime, até sua condenação, **a não ser em casos de possibilidade de fuga ou quando a liberdade do réu representa perigo**. (IOSCHPE, 2009, grifos nossos)

Citando o jurista inglês William Blackstone, defende: “é melhor que 10 culpados escapem do que 1 inocente sofra” (IOSCHPE, 2009).

Ioschpe considera em seu texto informações veiculadas no próprio jornal. E, como já demonstramos anteriormente, muitas delas conduzem ao erro de interpretação, sobretudo para leigos. Gustavo Ioschpe é mestre em desenvolvimento econômico, e, por essa razão, não consideramos pertinente o espaço nobre que lhe foi dado para discutir aspectos técnicos dos direitos civis. Relembramos aqui que a informação sobre o motivo do pedido de prisão preventiva solicitado pelo Ministério Público não é trazida nos textos. Mas, como soubemos, o risco de fuga era iminente, tanto que o réu fugiu e passou mais de três anos foragido. Vítimas e testemunhas também haviam sido ameaçadas. Tais informações foram suprimidas do jornal.

Os questionamentos levantados por Ioschpe foram discutidos e bem explicados em texto anterior, publicado em 26 de agosto de 2009, assinado pelo articulista do jornal Luís Francisco Carvalho Filho, que é advogado e consultor jurídico. Em *Réu solto é diferente de impunidade*, Carvalho Filho explica o que as sucessivas notícias sobre os pedidos negados de *habeas corpus* não deixaram claro. Nas primeiras linhas, Carvalho Filho anuncia que a presunção da inocência é a regra no Brasil e que a prisão preventiva não está ligada à gravidade do delito, mas sim à garantia da ordem pública por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal.

A prisão se justifica, por exemplo, quando o réu ameaça a testemunha interferindo ilegalmente no andamento do processo ou quando se prepara para fugir. Não deve causar estranheza o fato de algumas pessoas estarem presas, à espera do julgamento, e outras soltas. Cada caso é um caso.

No episódio do médico Roger Abdelmassih, os pedidos de *habeas corpus* impetrados sucessivamente no Tribunal de Justiça, no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal ainda não foram julgados. Os relatores se limitaram a negar as liminares. Preferiram aguardar as informações do magistrado responsável pela ordem de prisão e o parecer do Ministério Público antes de analisar o recurso. A ministra Ellen Gracie, do STF, foi fiel à súmula que impede o julgamento do pedido antes da decisão das instâncias inferiores. Assim, nada impede que, apesar das liminares negadas, o *habeas corpus* seja dado no futuro.

Várias circunstâncias serão determinantes no julgamento do *habeas corpus*. Pesa contra o médico a acusação de meia centena de delitos sexuais, de ter supostamente abusado das pacientes após eliminar sua capacidade de resistência, abusando de sua condição profissional, a comoção provocada pela revelação íntima das vítimas, o clamor público. Juízes são seres humanos e suscetíveis de serem influenciados pelos contornos escandalosos ou emocionais da causa. Mas, em tese, devem se manter equidistantes e examinar tecnicamente o decreto de prisão preventiva.

Réu solto não se confunde com impunidade. O que de fato incomoda no Brasil é a ineficiência crônica do Poder Judiciário. A Justiça tarda e falha. Os processos demoram anos e anos para ser julgados criando a impressão de que ninguém vai para a cadeia. Mas as cadeias estão superlotadas. A culpa desse sentimento cada vez mais arraigado não é da garantia constitucional. Para se dimensionar a importância do princípio da presunção de inocência, que deveria valer para todos, basta imaginar a hipótese de uma pessoa presa preventivamente, durante anos, até a efetivação de um julgamento que a absolva... O equilíbrio entre a eficácia da Justiça e o respeito aos direitos individuais é o grande desafio. (CARVALHO FILHO, 2009)

Após o texto de Carvalho Filho, seguindo a sequência cronológica, o próximo articulista a entrar na conversa foi a jornalista Barbara Gancia, com o texto sobre a entrada do ex-ministro da justiça Thomáz Bastos na banca de defesa do réu. Sobre as vítimas ela diz:

Das mulheres que prestaram queixa contra o dr. Roger, não há nenhuma juvenzinha. Estão todas chegando na casa dos 40 ou mais. Especulação minha, claro, mas imagino que isso signifique que a cliente típica do dr. Roger chegava ao consultório dele depois de cerca de dez anos de tentativas frustradas de engravidar. Dá para ter uma ideia do estado de fragilidade em que essas mulheres se encontravam quando ele as recebia pela primeira vez? (GANCIA, 2009)

Nesses textos temos um esboço do que poderia ter sido um artigo problematizando várias das “dúvidas” colocadas pelo jornal, como o pedido de anonimato, o tempo entre o crime e a denúncia, o desejo frustrado da maternidade sendo possível por meio da ciência e tecnologia oferecidos na (melhor) clínica *versus* a continuidade do tratamento após o crime. Mas como o foco do texto não são os estupros, Gancia dedica as outras linhas para a discussão sobre o Estado de direito. Sobre o estupro, ela resume: “a questão do estupro acaba ficando em segundo plano para outra tragédia, de proporções kafkianas” (GANCIA, 2009).

O já citado texto de Ioschpe é publicado após o artigo de Gancia. Na sequência, o jornalista Fernando de Barros e Silva escreve suas impressões sobre o *Caso Abdelmassih*, publicadas em 28 de dezembro de 2009. Seu objetivo era criticar o *habeas corpus* concedido em 24 de dezembro daquele ano, por Gilmar Mendes. O texto é iniciado por três perguntas:

Quantas pessoas estão encarceradas hoje no país, em regime de prisão preventiva, sem que ainda tenham sido julgadas? 2. Quantas, entre as pessoas que se encontram nessa condição, chegam a ter seus pedidos de soltura apreciados pelo Supremo Tribunal Federal? 3. E quantas conseguem ver seu caso atendido em apenas quatro meses pelo presidente da mais alta corte do país? (SILVA, 2009)

Sobre as vítimas, Barros diz:

O habeas corpus de Gilmar Mendes, que, no recesso da Justiça, libertou o médico acusado de molestar sexualmente pelo menos 39 mulheres, causa óbvio mal-estar. As vítimas (supostas?) depositavam na expertise do doutor a esperança de engravidar – e a situação de vulnerabilidade física e emocional em que foram atacadas, conforme os relatos, confere ao escândalo feição especialmente repugnante. (SILVA, 2009)

Mais uma vez, chegamos perto de um texto que poderia tecer mais linhas sobre as vítimas. Barros faz considerações que simpatizam com a situação das vítimas e traz indignação à decisão de Gilmar Mendes, mas o foco do texto também é colocado nos trâmites legais.

Em 5 de janeiro de 2010, a coluna *Tendências e Debates* veicula texto do jornalista e consultor de comunicação Carlos Brickmann, que dialoga com texto de Fernando de Barro e Silva, discordando das opiniões do colega sobre o *habeas corpus* concedido ao réu. Sob o título *Masmorra para todos*, Brickmann refuta a ideia central do texto de Barros, sob o argumento de que o texto anterior “amplia a credibilidade de uma tese já popular, a de que os suspeitos devem pagar pelos crimes que lhe foram atribuídos como se já tivessem sido condenados por eles” (FSP, *Tendências e Debates*, 5 jan. 2010). Avesso à ideia de prisões sem justa causa, Brickmann é mais um defensor da liberdade indignado com a possibilidade de injustiça para Abdelmassih.

Do caso em si, sei apenas o que li nesta **Folha**. Conheço pouquíssimo o médico Roger Abdelmassih, não simpatizo nem antipatizo com ele, como pessoa. Se for culpado, seus atos serão inqualificáveis: hediondez é pouco, repugnância é pouco. Mas não se pode esquecer, mesmo ao tratar com pessoas portadoras dos mais baixos instintos, que apesar de tudo são pessoas, são seres humanos; têm direito à defesa, têm direito a advogados, têm direito a ver a lei respeitada. Lei é uma regra geral a ser aplicada num número indefinido de casos futuros. Não pode haver uma lei para cada caso, dependendo dos aplausos ou apupos da opinião pública. Nem se pode fazer uma lei para punir especificamente um caso já ocorrido. (Carlos Brickmann, FSP, *Tendências e Debates*, 5 jan. 2010)

Em 22 de agosto de 2014, dois dias após o jornal noticiar a captura do foragido, a coluna *Opinião* traz um editorial, portanto texto que reflete a opinião do jornal, que pondera os fatos. O texto relembra que Abdelmassih é condenado em primeira instância e que “teve a carreira interrompida pela revelação de que a polícia o investigava por crimes sexuais contra suas pacientes”. Relembra que a denúncia foi feita pelo jornal FSP e que a reportagem “outras mulheres reforçaram as acusações”. “Suspeita-se que Abdelmassih tenha feito mais que as 37 vítimas que deram base à decisão judicial”. O texto comemora a captura do réu como um sinal de credibilidade para a justiça, uma vez que a captura poderia ajudar a desfazer a impressão de que pessoas ricas não são punidas. Na sequência, porém, o jornal adverte: “Nem por isso deve-se provocar a distorção oposta. Convém lembrar que, embora condenado a quase três séculos de prisão, Abdelmassih não tem contra si uma sentença definitiva, e seus advogados insistem em proclamá-lo inocente”. O texto afirma que, independentemente do desfecho, o caso deixará como legado discussões sobre a assimetria de acesso à Justiça no país e aponta que o sistema prisional teria como objetivo a paz social e, ao prender um criminoso, o Estado teria três objetivos: 1) tirar o delinquente de circulação por algum tempo; 2) tentar dissuadir o criminoso da reincidência; 3) servir como satisfação às vítimas. “Não por acaso algumas mulheres fizeram questão de ver Roger Abdelmassih preso”. O texto termina com uma defesa a uma “Justiça republicana”, de modo que a condição social ou econômica do réu seja absolutamente irrelevante. Encerrando os artigos publicados no caderno *Poder*, seção *Opinião*, coluna *Tendências e Debates*, como já citamos, Larissa Sacco Abdelmassih escreve sobre sua certeza da inocência de Roger Abdelmassih.

Em nossa análise, pudemos constatar que, afora os textos publicados pelos ombudsmen, na discussão que se travou no espaço reservado a análises e reflexões mais aprofundadas sobre o caso, o crime de estupro tangenciou a discussão, quase que por acaso, pois pouco importava o crime cometido pelo famoso médico, o que estava em jogo para os articulistas eram os direitos civis de qualquer cidadão. Defesa nobre, não podemos negar. Percebemos que a discussão, em grande medida, foi conduzida pelo conteúdo que o jornal publicou no caderno *Cotidiano* e os articulistas, em alguns casos, foram conduzidos a erros. Quase todas as questões apontadas pelas análises refletiam falta de conhecimento técnico dos autores e, como apontamos, o texto do advogado Luís Francisco Carvalho Filho foi tecnicamente esclarecedor.

Percebemos também que, algumas vezes, articulistas se referiam às vítimas usando as mesmas palavras já publicadas anteriormente no jornal (acusadores e supostas vítimas). Chamou nossa atenção o currículo dos articulistas que comentaram o caso. Afora o advogado

Carvalho Filho, que tinha condições de fazer e fez uma boa análise técnica sobre o caso, e o economista Gustavo Ioschpe, o quadro de analistas foi composto majoritariamente por jornalistas que opinavam sobre o nosso sistema judiciário assimétrico. Os únicos comentários especializados em Direito ou violência de gênero, além do advogado Luís Francisco Carvalho Filho, foram dos advogados de defesa de Abdelmassih, do promotor José Reinaldo Guimarães Carneiro e da professora Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Willians, cuja pesquisa é focada no enfrentamento e prevenção da violência intrafamiliar e na escola. Todos esses comentários foram publicados em *Painel do Leitor*, com um espaço bastante reduzido para o exercício do livre pensar.

É lastimável que Gustavo Ioschpe faça um texto tão superficial, sugerindo a improcedência das acusações de dezenas de mulheres ao médico Roger Abdelmassih, sem fazer a lição de casa e rever anos de pesquisa sobre violência sexual. Do contrário, não faria afirmações do senso comum, achando estranho por que as mulheres demoraram tanto tempo para fazer a acusação da violência sexual sofrida. LÚCIA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE WILLIAMS, professora titular do Departamento de Psicologia da UFSCar (São Carlos, SP) (FSP, *Painel do Leitor*, 27 de set. 2009)

Sobre os textos publicados em *Ombudsman*, além da já citada reflexão acerca de o espaço *Tendências e Debates* contemplar o réu (à época investigado), também vimos Carlos Eduardo criticar a análise de Gustavo Ioschpe

Em 28 de janeiro, "Tendências/Debates" publicou artigo do médico Roger Abdelmassih, acusado de assediar pacientes. Na época, comentei que esse espaço é para discutir ideias, não para tratar de crimes comuns. Em 24 de setembro, a seção publicou artigo que não chega a ser a favor do médico, mas defende a tese de que ele pode ser inocente (é claro que pode) e está sendo maltratado pela imprensa e pela sociedade (por parte delas, seguramente está). Por sair do específico e chegar a conclusões gerais, esse texto não padece do problema básico do anterior. Mas passa a impressão de que o jornal está sendo parcial nesse episódio, em favor do acusado. É preciso pautar alguém do outro lado, não para tentar provar culpa (jornal não é tribunal), mas para mostrar o drama, as preocupações, os direitos atingidos de suas possíveis vítimas (e de outros pacientes que sofrem algum tipo de assédio por parte de médicos) e o que podem fazer para se resguardar. (Carlos Eduardo Lins da Silva, FSP, *Ombudsman*, 4 out. 2009)

O terceiro texto do *ombudsman* sobre o caso Roger Abdelmassih traz uma reflexão da jornalista Suzana Singer, secretária de redação da FSP à época do caso Roger Abdelmassih e

editora do *Cotidiano* à época do caso Escola Base. Em seu texto, Singer apresenta os casos A e B e pergunta ao leitor: “Se você fosse editor, qual história publicaria? O caso A, que parece ter indícios mais fortes, ou o B, que se baseia apenas em algumas declarações anônimas?” (SINGER, 2014).

Como apontamos, quando o caso ganhou as páginas dedicadas à análise, a discussão que se deu foi sobre o Estado Democrático de Direito. Os textos analisavam ou questionavam sobre os direitos do réu. A razão que deflagrou todo o processo jurídico, o estupro, não serviu de base para análise alguma. Novamente, a discussão sobre desigualdade de gênero, materializada na violência sexual, não foi pautada. No caso Roger Abdelmassih, estamos tratando especificamente da violência sexual, que tem nuances muito cruéis para a vítima. Julgamos central a peça *Editorial* publicada na prisão do réu, em que a *Folha de S.Paulo* evidencia suas opiniões, que claramente não tratam das vítimas de estupro ou do estupro como crime e problema social. Apesar dos esforços do *ombudsman* Carlos Lins em alertar para os excessos, o jornal não reviu sua postura.

1.3 CONSIDERAÇÕES

Com base na leitura do material apresentado e analisado, pudemos perceber uma série de escolhas e decisões tomadas pelo jornal *Folha de S.Paulo* que tanto comprometeram a impessoalidade da cobertura como obnubilaram a clareza do processo criminal. Ao acompanhar a cobertura do caso, dentro de um escopo de tempo fechado, constatamos que o fato deflagrador de todo o processo jurídico – um médico que abusava sexualmente e estuprava suas pacientes em consultório – fomentou uma cobertura que se apropriou desse fato apenas como pano de fundo para produzir uma avalanche de informações que apenas tocaram de modo superficial na questão central do caso julgado: a violência sexual.

Ao decidir que as investigações em curso no Ministério Público de São Paulo e Polícia Civil contra Roger Abdelmassih eram notícia e merecia ser de conhecimento do público, a FSP fez uma escolha. A partir de então, uma série de decisões foi sendo tomada a fim de definir como seria divulgada, pelo periódico, a condução do caso. A grande questão por trás do fazer jornalístico é que o produto final de um jornal, a notícia, é apresentado como um recorte do real. As edições, escolhas, procedimentos são invisíveis ao público leigo. Isso

posto, faz-se necessário dizer que todas as reportagens publicadas ao longo dos anos de cobertura do caso, em última instância, refletiram escolhas do jornal. Os entrevistados ouvidos foram escolhidos dentre outras possibilidades, assim como também foram escolhidas as falas que seriam transcritas e publicadas no jornal. Além de selecionadas, as falas foram editadas, cortadas. E todo o conjunto de palavras, ou seja, o vocabulário selecionado pelo veículo de comunicação, também foi uma escolha. Obviamente são preferências que, algumas vezes, se pautam pelo conjunto de regras necessárias para confecção das notícias. Regras que compõem a ética e o fazer jornalístico. Apesar de se pautar pelas regras de descobertas científicas, estabelecendo critérios de investigação que se pretendem objetivos, imparciais e racionais, o jornalismo não é ciência exata. A cobertura é baseada em fatos, mas os textos que narram os acontecimentos mostram o flutuar de posicionamento do jornal. A partir da análise dos textos e entrevistas realizadas, pudemos concluir que as mudanças não foram resultados de fatos jurídicos, concluímos que as escolhas do jornal FSP coincidem com o senso comum a respeito das vítimas de violência sexual.

Percebemos também que, caso a cobertura estivesse comprometida a refletir os procedimentos jurídicos, assim como vocabulário técnico condizente com a evolução dos processos criminais e penais, teríamos como resultado construção diferente da imagem das vítimas. Relembremos que o abandono prematuro, juridicamente falando, do adjetivo “supostas” para o substantivo “vítimas” foi uma escolha do jornal totalmente descolada do processo legal. Destacamos também que a escolha pelo adjetivo “supostas” também não passou disto: escolha. Caso o jornal tivesse escolhido o adjetivo “possíveis” também estaria fazendo uma escolha correta do ponto de vista legal. Como estamos num campo em que a interpretação é possível, julgamos necessário o cuidado na seleção das palavras e pertinente nos debruçarmos sobre as possibilidades de interpretação que tais escolhas oferecem ao leitor, ao público. “Supostas vítimas” oferece uma carga de interpretação, ao passo que ‘possíveis vítimas’ apresenta outra. Escolher deliberadamente chamar de acusadoras as vítimas que denunciam um crime não é só um erro jurídico, é uma escolha que carrega uma carga de valor bastante pejorativa em uma sociedade que tende a invisibilizar o estupro, culpabilizar a vítima e duvidar de sua palavra. Trataremos dessas questões, que caracterizam o que as feministas definem como cultura do estupro, no capítulo 3, dedicado a gênero.

Do ponto de vista da cobertura jornalística, entendemos que esta necessita de cuidados em vários aspectos. Ao jogar os holofotes em um suspeito (seja de qual crime for), é imprescindível que a imprensa tenha o cuidado de não promover um julgamento paralelo que poderá condenar um inocente, manchando sua reputação de forma irreparável, como foi com

os suspeitos no caso da Escola Base, que entrou para a história do jornalismo brasileiro como exemplo a não ser seguido. A semelhança entre os casos está nos crimes sexuais, porém, no caso Escola Base, os investigados eram suspeitos de abusar de crianças e eram inocentes. Todo cuidado é pouco ao tornar pública uma investigação desse porte. O estupro e o estupro de vulneráveis estão previstos na Lei nº 8.072/1990, sendo tipificados como crimes hediondos, portanto, têm tratamento mais rigoroso e grave que as outras infrações penais, em razão do entendimento de que causam mais aversão social. Os crimes que atentam contra a vida, assim como os que atentam contra a honra, e os demais direitos fundamentais são tipificados nessa categoria. O condenado por esses crimes recebe sanções mais severas. A imprensa precisa, portanto, cercar-se de cuidados para não cometer excessos que, como no caso Escola Base, irão condenar publicamente suspeitos que serão absolvidos pelo sistema judicial. No caso Roger Abdelmassih, soma-se ao fato de estar em curso uma investigação sobre crime hediondo o suspeito ser um médico de renome e reconhecimento profissional, amigo de figuras públicas e celebridades. Não podemos ignorar que a agenda de clientes e amigos pessoais do então suspeito, ao mesmo tempo que lhe conferia credibilidade, tornava o caso ainda mais espinhoso. Podemos imaginar o tamanho do desconforto (para dizer o mínimo) que a notícia da investigação causou entre os clientes que passaram pela clínica do investigado. A jornalista que deu o furo tinha nas mãos “uma bela história”, mas também um grande desafio. E todo cuidado era pouco.

Nesse contexto, o princípio de presunção da inocência, garantido pela Constituição Federal de 1988, no art. 5º, inciso LVII, “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória”, foi levado a cabo pelo jornal FSP. Quando entrevistamos a repórter Lilian Christofolleti, quem levou a pauta para o jornal, ela nos contou que as reuniões para tratar da cobertura desse caso eram feitas na companhia dos advogados do jornal e que a maior dificuldade para ela, enquanto profissional, era conseguir as provas do crime que tanto eram solicitadas pelos advogados da FSP. Na intenção de evitar processos, o jornal FSP se blindou de cuidados que refletiram em uma cobertura que em muitos momentos assume o discurso dos advogados de defesa e se posiciona em favor do réu.

Inquieta-nos constatar, entretanto, que, sob a intenção de garantir e preservar o Estado de direito, o referido periódico sacrificou a discussão sobre violência sexual e a imagem das mulheres que são violentadas diariamente em nosso país. Pudemos observar, pela análise do conteúdo produzido pela FSP, que, ao tentar preservar os direitos do réu, as vítimas foram, como comumente ocorre em casos de violência sexual, descreditadas e a discussão sobre o tema passou ao largo da cobertura. A imprensa perdeu a oportunidade de questionar valores

morais e comportamentos pautados em preconceitos de gênero que se perpetuam em nossa sociedade. Como apontamos, caso a cobertura fosse mais amarrada ao processo jurídico, apropriando-se dos conceitos e vocabulários, e fornecesse um panorama tecnicamente mais rico, o conjunto de textos seria certamente mais isento e correto do ponto de vista jurídico-legal e as vítimas teriam sido identificadas de outro modo, com palavras mais descoladas da moral do senso comum. Por rastrear as escolhas presentes no processo da cobertura, pareceu-nos que se essas fossem outras, teria sido possível promover uma discussão mais rica e aprofundada sobre o crime de estupro sem que a cobertura ficasse focada na culpa ou inocência do réu, pois, como apontou o *ombudsman* Carlos Eduardo Lins e Silva, “jornal não é tribunal”.

CAPÍTULO 2 | A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA: FATOS JORNALÍSTICOS E FATOS JURÍDICOS

No primeiro capítulo, analisamos o conteúdo produzido pelo jornal *Folha de S.Paulo* durante os cinco anos da cobertura do caso Roger Abdelmassih. Neste capítulo, estudaremos o caso a partir do ponto de vista de pessoas envolvidas de modo central, ou que possuem conhecimento técnico relevante para tecer considerações a respeito. Este capítulo é fundamentado em entrevistas cujos objetivos foram a) entender o papel da imprensa para as investigações de crimes; b) entender as escolhas do jornal FSP para a construção da cobertura e as principais dificuldades do ponto de vista jornalístico; c) compreender as escolhas no tratamento das vítimas de violência sexual pela imprensa. As linhas que compõem este capítulo vão, portanto, refletir o resultado de nossas entrevistas, pois trazem falas e posicionamentos dos entrevistados.

Inicialmente, buscamos entender como o caso nasceu na imprensa e no Ministério Público. A partir daí, procuramos responder as perguntas que chamaram nossa atenção ao realizarmos a análise do conteúdo produzido pelo jornal FSP durante a cobertura do caso. Ou seja, buscamos aqui responder as perguntas levantadas no capítulo anterior. Para tal, foi necessária a formulação de questões que esclarecem pontos técnicos do ponto de vista jurídico, por isso, arrolamos entrevistados que não estavam ligados ao caso, mas sim ao nosso sistema jurídico. Também ouvimos uma das vítimas do réu. Os entrevistados que se dispuseram a nos receber contribuíram de forma essencial para nossa pesquisa. Foram eles: José Reinaldo Carneiro, promotor de Justiça do Estado de São Paulo que recebeu a denúncia; Lilian Christofolleti, repórter da *Folha de S.Paulo*, e Suzana Singer, secretária de redação do jornal à época do caso; Ana Claudia Scalquete, advogada e professora de Direito; Vanuzia Leite Lopes, vítima de Roger Abdelmassih; Silvana Batini, procuradora do Estado do Rio de Janeiro.

Como vimos no capítulo anterior, o texto que tornou pública as investigações contra o réu sustentou o posicionamento da defesa por um longo período. A partir das entrevistas tivemos acesso aos bastidores do caso tanto no foro penal quanto na tribuna da imprensa. As entrevistas se mostraram essenciais, pois, com base nelas, pudemos traçar as diferenças de compreensão e posicionamento entre o Judiciário e a imprensa quanto ao tema violência

sexual. Se, cientificamente, não temos elementos para afirmar que poucas entrevistas são suficientes para traçar os comportamentos de duas instâncias sociais, nós nos apoiaremos na importância da representação desses profissionais para o caso tomaremos suas respostas como reflexo das vozes dessas duas importantes instituições social: o sistema judiciário e a imprensa. Entendemos que, durante as entrevistas, tanto o promotor como a jornalista, falavam em nome das instituições nas quais trabalhavam e, portanto, suas declarações representam o pensamento de tais instituições.

Como dito anteriormente, durante um longo período, a FSP foi o único veículo a cobrir o caso Abdelmassih, desempenhando importante papel para o desenrolar do processo criminal e da ação penal. A veiculação da primeira notícia e cobertura cotidiana do jornal foi essencial para as investigações. As vítimas se multiplicaram a partir da publicação da reportagem de 9 de janeiro de 2009 e só então a investigação ganhou a solidez necessária para culminar na ação penal. A inquestionável importância da cobertura do jornal FSP para o caso é ressaltada em entrevista concedida pelo promotor José Reinaldo Guimarães Caneiro, quem primeiro recebeu a notícia do crime no Ministério Público de São Paulo. Nela, o promotor foi categórico ao afirmar que sem a “divulgação social” ele teria perdido o caso, pois a investigação sofreu vários reveses a partir do momento em que Roger Abdelmassih foi chamado para depor. A decisão de divulgar o caso na imprensa para que a sociedade tomasse conhecimento das investigações não poderia ter sido mais acertada. Após a reportagem do jornal FSP, como vimos na sequência de notícias, o número de vítimas que se apresentou no Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, o Gaeco,³ cresceu exponencialmente. “Temos no processo 60 e poucas vítimas, mas cerca de 180 compareceram ao Gaeco para nos cumprimentar, para resgatar a honra que estava desgraçada, para abraçar os promotores e só isso, mais nada além disso, pois não queriam aparecer” (CARNEIRO, entrevista 2013).

Nosso trabalho não pretende colocar em xeque a importância que a cobertura da imprensa teve para esse caso. Tal mérito é inquestionável. A questão que colocamos aqui é de outra ordem. A cobertura certamente contribuiu para a condenação do réu, mas teve o mesmo sucesso no alargamento da discussão acerca da violência sexual? Os leitores – e a grande maioria da população – tomaram conhecimento do caso a partir da reportagem veiculada pela

³ Grupo de atuação especial criado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, em 1995, que tem como função básica o combate a organizações criminosas e se caracteriza pela atuação direta dos Promotores na prática de atos de investigação, diretamente ou em conjunto com organismos policiais e outros organismos. Atualmente, existem quatorze Núcleos de atuação, distribuídos em todas as regiões do Estado de São Paulo. Fonte: Site oficial do Gaeco: <<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/gaecos>>.

FSP. Mas eles não foram os únicos a saber do caso pelas mãos de jornalistas. O promotor Reinaldo Carneiro conta que a investigação que condenaria Roger Abdelmassih nasceu após denúncia feita por um veículo de comunicação.

Quem primeiro fez um levantamento e descobriu que o médico estava estuprando as vítimas foi um organismo de imprensa, foi a TV Globo. Uma produtora da TV Globo procurou pelo Ministério Público, junto ao jornalista que era setorista nosso à época, o Maurício Ferraz – que hoje está no *Fantástico*. O caso chegou assim. Nós conversamos com essa produtora e ela disse: “Eu tenho três evidências”. Naquela época, ela tinha colhido o depoimento de algumas mulheres. Eram três ou quatro mulheres, eu não me lembro com clareza o número. Ela disse que tinha ouvido os depoimentos dessas mulheres, em locais diversos do país, já pensando em uma reportagem sobre o caso. Mas, por questões de protocolo da emissora, não teria uma reportagem se não houvesse investigação criminal. Eu pedi a ela para ver os depoimentos. Por uma norma da emissora, eu não poderia ter acesso ao material bruto. A produtora me entregou a fita já editada com as identidades das mulheres preservadas e disse para eu tirar minhas conclusões. Assisti aos depoimentos da mulher 1, mulher 2, mulher 3... Eu peguei o caso assim, desta forma. Eu queria perceber primeiro se tínhamos um caso. [...] eu levei as declarações para casa e fiquei estudando. Eram declarações muito longas, de pessoas que na verdade não se conheciam. Eu ainda estou em dúvida quanto ao número, mas acho que eram cinco pessoas. Muito bem. Quando eu formei minha primeira impressão sobre o caso, eu pedi que a minha esposa visse as declarações. Eu queria uma opinião feminina, pois era muita responsabilidade partir para o início de um caso que envolvia tanta dificuldade. Minha esposa ficou bastante impressionada e me disse: “você deve se aprofundar nisso”. O caso Roger Abdelmassih nasceu desta maneira. (José Reinaldo Guimarães Carneiro, 24 de fevereiro de 2014).

Gostaríamos de destacar, em relação a esse trecho da entrevista, que a identidade das vítimas foi preservada, provavelmente, pelo princípio ético jornalístico que garante a proteção de suas fontes. Saber ou não a identidade das vítimas não invalidou a compreensão de que houve um crime, na percepção do promotor. Continuando nossa entrevista, o promotor nos conta como foi todo o processo envolvendo a participação da imprensa.

Meu primeiro passo, então, foi fazer contato com essas mulheres. Convenci a TV a fazer com que uma mulher falasse comigo. Era uma mulher que estava extremamente amedrontada. Muito amedrontada. Era terrível para ela o fato. Ela tinha trazido feridas muito graves consigo. Traz para todas as pessoas. Mas a primeira pessoa com quem eu tive contato era alguém que estava arrasada emocionalmente por conta da experiência horrível que ela teve na clínica. Ela estava com o marido, que tentou apoiar o tempo todo, mas, quando ela chegou na frente de um promotor criminal, não era uma coisa que estava nascendo ali. Ela trouxe emoções que carregava já há cinco, seis anos. Os fatos eram muito antigos. [...] colhemos evidências a ponto de ter a primeira conclusão forte e poder afirmar: agora temos um caso. Daí, eu queria ouvir o médico. Eu precisava abrir a investigação para ele. Eu o notifiquei e todas as desgraças aconteceram para o Ministério Público.

O médico contratou o primeiro advogado dele. Não veio falar conosco. Se recusou terminantemente, por opção dele, a se defrontar conosco para trazer a versão dele, enfim... ele preferiu não falar. Foi a opção dele. Nós marcamos uma segunda data e veio o advogado. Nós conversamos com ele e dissemos que, se o problema era impossibilidade de saúde, a gente marcaria para depois. Mas, enquanto a gente marcou para depois, ele (Abdelmassih) correu e começou a fazer uma investigação paralela contra uma das vítimas. Das cinco vítimas, quatro eram de poder econômico bastante estabelecido. Uma era funcionária muito pobre do médico, e foi aí que ele atacou. Ela tinha lúpus, além de outros problemas. Era uma pessoa muito singela. Ela chegou a mandar um e-mail para o médico falando que poderia negociar com ele, etc. e tal. Depois ela nos pediu desculpas... mas ela fez isso. Então, abriu-se um flanco do médico contra essa mulher. Ou seja, enquanto eu estava pensando que eu estava aguardando o médico para poder vir falar comigo quando ele estivesse melhor, a verdade não era essa. Ele estava com um inquérito policial, dentro da polícia, no DEIC, para comer a investigação pelas beiradas. Quando eu descobri isso, e não foi imediatamente, eu descobri outras coisas também. Eu distribuí minha investigação para o juiz, eu tinha que fazer isso, é protocolo, e minha investigação desapareceu dentro do foro criminal. Eu pensei “poxa, ele está atacando”. Eu já não tinha conseguido ouvir o médico, que seria o padrão normal da investigação. Se ele viesse e falasse: “é isso, é aquilo outro”, eu iria atrás. Era uma investigação em andamento. Até ali, ninguém sabia da existência do caso. Aí, foi quando eu percebi essas manobras todas, achei que o caso precisaria de uma divulgação social. Foi quando conversei mais efetivamente com a imprensa. Nós precisávamos divulgar o caso, ele estava sendo destruído por conta do trabalho que estavam fazendo no entorno. Como é que pode uma investigação desaparecer dentro do foro criminal e ninguém dar satisfação dela? Você pode pensar: “Refaça! O senhor tinha a cópia.” Mas, se eu chamasse uma das vítimas, com todo seu histórico, e dissesse a ela: “olha, a senhora vai ter que prestar um novo depoimento porque eu perdi a sua investigação”, neste caso especificamente eu perderia tudo. Então foi muito, muito complicado. Bom, e aí eu descobri que a TV Globo não daria o caso. A emissora resolveu não tocar no assunto sob alegação de que o caso não estava maduro. Disseram “não vamos entrar nisso. Não faremos”. Eu não vou dar nomes, mas eu precisei conversar com uma jornalista da TV Globo que tinha sido vítima do médico e ela me disse que falaria como mulher, mas que a empresa não a deixaria falar comigo. A produtora estava extremamente desiludida e angustiada. Mas até aí eu não desconfiava, é normal um jornalista ter uma matéria derrubada. Eu insisti para que divulgássemos o caso como ele estava. Mas não tive resposta. Então, aconteceu outro fato. No Foro Criminal da Barra Funda há cerca de 50 juízes criminais e apenas dois não aceitam investigações feitas só por promotores. Pois o destino, entre aspas, quis que a distribuição levasse o caso justamente para um deles, que é a juíza Kenarik. E por que ela não aceita? Porque ela não aceita investigações produzidas só pelo Ministério Público. Esse é o debate que envolve a questão da PEC [Proposta de Emenda à Constituição] 37⁴, as ruas, etc. e tal... Bem, a denúncia foi rejeitada.

⁴ Em junho 2013, o país viveu uma “onda” de protestos em diversas capitais. O que deflagrou o levante da população foi o aumento das tarifas de ônibus. O Movimento Passe Livre (MPL) foi quem convocou as manifestações. A partir da violenta repressão da polícia no Estado de São Paulo, os protestos ganharam adesão de grande parte da população, o que por um lado ajudou na pressão contra o aumento das tarifas em várias capitais, mas, por outro, dispersou o foco original. As ruas foram ocupadas pela população que reivindicava várias outras pautas. É nesse contexto que se insere a discussão da PEC 37, que debatia o poder de investigação do Ministério Público. Caso fosse aprovada a PEC, de autoria do deputado Lorival Mendes (PTdoB/MA), o Ministério Público e alguns outros órgãos perderiam o poder de investigação criminal, que seria dado exclusivamente às polícias Federal e Civil. Diante da tramitação da PEC 37 na Câmara dos Deputados, diversas organizações lançaram a campanha “Brasil contra a Impunidade”, acusando a proposta de beneficiar criminosos. Utilizando dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o grupo alegava que apenas 11% das ocorrências sobre crimes comuns são convertidos em investigações policiais e, no caso dos homicídios, somente 8% são apurados. Ao mesmo tempo, apontaram que graças ao trabalho do Ministério Público Federal foram propostas 15 mil ações penais entre 2010 e 2013. Se tais casos fossem repassados à Polícia Federal, os crimes poderiam não ser julgados. Eles acabariam prescritos caso as investigações não se concluíssem a tempo. A proposta foi rejeitada pelo plenário da Câmara dos Deputados.

Foi terrível. A investigação havia desaparecido. O médico não tinha falado conosco. Havia um inquérito policial contra uma das vítimas e para trancar aquele inquérito na polícia houve um trabalho enorme do Ministério Público. Trancamos. Enfim, era tudo uma estratégia de defesa, própria deles. E aí, você tem que perguntar para o advogado de defesa deles que estratégia era essa. Deu trabalho.

Nós fomos atrás para reconstruir essas coisas. O que eu tive que fazer? Tive que colocar a polícia no caso. Mas não poderia ser qualquer delegacia. Tínhamos que fazer uma delegacia especializada se inteirar do caso e a polícia me atendeu, entregou o caso nas mãos de uma delegada de uma Delegacia de Mulher para refazer aquilo que eu já havia feito. Que, em síntese, era ouvir aquelas mulheres. E qual é a diferença entre a oitiva que eu faço e a oitiva que um policial faz? A vítima era a mesma. Tudo o que elas haviam falado para mim, depois de um exercício grande de convencimento, elas teriam que repetir para a polícia. Como eu explico para a vítima essa discussão sobre o poder de investigação do Ministério Público? Então, foi um outro sacrifício. Neste caminhar, com o inquérito desaparecido e as coisas todas atrapalhadas como elas estavam, é que eu precisei divulgar o caso. A Globo teve a primeira mão, mas não divulgou. Argumentei que haviam sido eles quem trouxeram o caso... “Não faremos”, responderam. Aí, minha segunda ideia foi a *Veja*. Começamos a conversar com a *Veja*. Eles vieram, estudaram profundamente o caso. Não havia segredo de Justiça, não havia nada disso. A *Veja* também falou não. Mas não foi algo decidido do dia para a noite. Foi um processo lento. Nesse intervalo eu fui procurado por uma outra jornalista – que já havia trabalhado conosco em outro caso –, a Lilian Christofoletti, da *Folha de S.Paulo*. Foi a *Folha de S.Paulo* que deu a notícia pela primeira vez. Na ordem real dos acontecimentos, era o terceiro veículo. Porque não foi o veículo que trouxe (o caso) nem aquele que espontaneamente estava acompanhando, que era o caso da revista *Veja*. E você pode me perguntar: “E por que o senhor divulgou na imprensa?”. Eu divulguei porque eu estava perdendo o caso. Eu tinha certeza absoluta de que o caso estava sendo massacrado e isso ia além das nossas forças. (José Reinaldo Guimarães Carneiro, 24 de fevereiro de 2014).

Já a repórter Lilian Christofoletti soube do caso da seguinte forma:

Esta matéria chegou até mim por uma fonte, uma pessoa que já havia me ajudado em outras reportagens e eu jamais imaginaria essa pessoa ligada a esse caso. Essa pessoa tem um casal de amigos cuja esposa relatava ter sido abusada pelo médico. Esta mulher contou para o marido e o marido contou para minha fonte, ele é um advogado. Como nós já havíamos trabalhado juntos, ele me chamou para contar. À época eu fiquei contente porque ele disse que já conhecia meu trabalho e sabia que eu e iria investigar antes de publicar. [...] Depois que a minha fonte me contou que o caso já estava com o Ministério Público é que eu fui atrás para saber com quem era. Foi quando eu descobri que já havia um inquérito em andamento. [...] No inquérito eram só duas mulheres: a secretária e a sedada. Isso era um entrave para a matéria. Assim que eu recebi a informação, chequei com o Ministério Público e levei para o jornal. Logo em seguida já houve uma reunião do jornal com os advogados (do próprio jornal), que me disseram que do jeito que estava não era possível publicar. Infelizmente era (o depoimento) de uma mulher sedada, eu não havia conversado com ela ainda. Ela não queria aparecer, estava com muita vergonha, e uma ex-secretária que havia chantageado o médico. Isso realmente enfraquece a credibilidade do depoimento dela (a secretária) contra um médico que era muito conhecido e já havia feito mais de sete mil inseminações artificiais. Então, era difícil acreditar e não dava para publicar isso sem ter mais alguém falando. Eu, então, continuei investigando. E no inquérito era mencionado um site (www.vitimasdeabdelmassih.com.br) Algumas páginas haviam sido congeladas na

internet, eu consegui resgatar essas páginas para ir atrás de alguns depoimentos, mas não havia nomes. Daí, algumas mulheres que já haviam conversado com o Ministério Público, mas não haviam dado nomes, aceitaram conversar comigo. Primeiro por telefone e depois pessoalmente. Algumas mulheres eram muito conhecidas, eram jornalistas, outras eram empresárias, mas nenhuma queria dar nome. O que era também um empecilho. A gente já tinha umas cinco ou seis mulheres. Toda vez que eu juntava alguma coisa, tinha reunião no jornal. Quem participava muito era, principalmente, a Suzana Singer, secretária de redação. Ela era uma excelente secretária de redação. Excelente parceira. Me orientou muito, no sentido de questionar. A Eleonora de Lucena, um exemplo de jornalista. Hoje ela não tem mais um cargo fixo na *Folha*. É repórter especial. O José Fernando de Barros e Silva que era meu editor. Eram essas as pessoas que participavam da reunião. Então a gente sentava, conversava, discutia e caía sempre na estaca zero, que era: a gente não tem provas. A gente levava isso para os advogados da *Folha* e sempre voltávamos à estaca zero. Infelizmente uma passada de mão, um beijo, um apertão não deixavam marcas visíveis. Deixavam marcar nas mulheres, mas não visíveis. Aí, conversando com elas por telefone, eu fui explicando que só aquilo não era suficiente para publicar. E as mulheres ficaram descrentes, disseram “vai ser mais uma que não vai divulgar”. Elas estavam tentando contar. Elas estavam tentando divulgar isso. Aí, eu fui tentando ganhar a confiança delas para poder conversar pessoalmente. Consegui. Marcamos em lugares afastados, elas se apresentaram com nomes falsos. Eu fui tentando conversar. Eu via pelo depoimento delas que elas estavam nervosas, que elas não ganhavam nada com aquilo. Eram mulheres bem-sucedidas, casadas. Eu falo que eram mulheres na faixa de trinta, quarenta anos. Eu conversei com uma, que conhecia outra e depois outras, e mais outra. Elas eram de estados diferentes e não eram amigas antes do episódio. Elas não se conheciam, elas passaram a se conhecer pelo blog. Muitas nem haviam contado para os seus maridos e pesquisando na internet elas descobriram o blog. Então, elas não eram amigas de antes, pessoas que se conheciam. Que era o que ele (Abdelmassih) falava muito. Bom, mas mesmo assim a gente não conseguia publicar ainda. A essa altura tínhamos seis depoimentos de mulheres, mais o da secretária. Mais o depoimento de um marido. E nos sentamos novamente na sala de reuniões. A minha sensação era de que elas estavam falando a verdade. Era possível sentir pelo jeito como elas falavam, elas se emocionavam. Nunca a entrevista foi ao mesmo tempo com todas. Sempre eram entrevistas individuais. Pelo jeito que elas falavam, eu sentia que estavam falando a verdade. Elas não ganhavam nada com a história. (Entrevista Lilian Christofoletti, 7 de abril de 2014)

Quando conversamos com Suzana Singer,⁵ que em 2009 foi secretária de redação da FSP e uma das cabeças das reuniões que decidiram se o caso Roger Abdelmassih seria publicado e como, ela nos deu ainda mais detalhes sobre os bastidores do caso.

Existia uma fofoca, que circulava há tempos. Era fofoca mesmo, do tipo: “alguém disse que fulana disse que esse cara cantava as pacientes.” Já chegaram e-mails anônimos à redação com o seguinte conteúdo: “Minha mulher sofreu na mão desse cara e vocês não têm coragem de falar dele porque ele é médico de gente famosa.” Quando a Lilian me contou que o Ministério Público estava investigando o dr. Roger, decidimos ir atrás. Foi assim que a história chegou aqui. A Lilian

⁵ Suzana Singer ocupava, em novembro de 2015, o cargo de editora de treinamento da *Folha*. Ao deixar o cargo de secretária de redação, em 2010, ela ocupou o cargo de *ombudsman* do jornal até 2014.

(Christofolleti), então, começou a ir atrás das entrevistas. O problema era que no primeiro momento ninguém queria falar em ON.⁶ Quando decidimos investigar, eu fui procurada por ex-pacientes dele que me contaram suas histórias, mas todas falaram em OFF.⁷ Fizemos então uma reunião interna para decidir sobre a publicação ou não. Ponderamos as informações que havia. Concluimos que o fato de ter o Ministério Público investigando era uma notícia. Mas essa notícia pode ser dada em meia página, página inteira, um quarto de página... Então, fomos ouvi-lo. Aliás, essa é outra diferença em relação ao caso Escola Base, pois os acusados se esconderam. Não estou culpando ninguém. Eu acho que eu também me esconderia. Houve violência. Pixaram a escola, etc. Mas fato é que eles se esconderam e o dr. Roger recebeu nossa equipe. Eu me lembro de a Lilian contar que durante a entrevista ele dizia, em tom confiante: “Olha para mim, você acha que eu preciso agarrar mulher?”. Ele teve muita presença. Me lembro que fui confrontada pela chefia do jornal com a pergunta: “Mas se a clientela dele é tão esclarecida, gente com grana, por que essas mulheres não querem falar em ON?”. Bem, depois de muita negociação, decidimos publicar mas sem a foto dele. E aí demorou um tempo até o telefone começar a tocar... (Suzana Singer, 05 de novembro de 2015).

Lilian Christofolleti teve sua carreira jornalística focada na cobertura política, escândalos, desvios de dinheiro. Ela passou pelo caderno *Cotidiano* no começo da carreira e logo foi para o caderno *Brasil*. Quando perguntamos se ela já havia coberto algum caso de violência sexual, sua resposta foi negativa. Perguntamos, então, o porquê de ela estar nesse caso e sua resposta foi: “Porque era notícia. Era uma tremenda história”. A repórter nos conta que passou cerca de dois meses investigando até que o jornal aceitasse publicar.

Claro que eu queria dar a notícia em primeiro lugar, mas eu não queria cair numa furada. A gente comparava com a Escola Base.⁸ Era muito recente a Escola Base. A gente não queria repetir o erro. Eu ainda não era jornalista na época da Escola Base, mas esse caso é muito vivo na memória dos jornalistas. E eu estava em um jornal de grande repercussão. Eu queria que me questionassem. O jornal me questionava muito. A Suzana me questionava muito. Eu sentia a gente trabalhando em parceria.

⁶ **On the record.** Abreviadamente, **on. Notícia** com fonte conhecida, perfeitamente qualificada. O contrário de **off the record.** *Dicionário de Jornalismo Juarez Bahia*, Século XX, p. 265.

⁷ **Off.** Abreviatura de **off the record.** **Notícia** que omite a **fonte**. Informação confidencial que só pode ser publicada sem menção ao nome do informante. Usual em situações de turbulência política, limitação ao direito e informação ou **censura**. Ocasionalmente, utilizada pelo veículo em condições normais (em matérias investigativas, por exemplo), para preservar o sigilo da fonte e do local. *Dicionário de Jornalismo Juarez Bahia*, Século XX, p. 264.

⁸ Em 1994, a imprensa divulgou que professores e os proprietários da Escola Base (uma escola particular infantil de São Paulo) teriam abusado sexualmente de alguns alunos, crianças de 4 anos de idade. As acusações se provaram falsas, mas o estrago já estava feito na vida do casal de proprietários, além da professora e seu marido. A imprensa comprou a versão do delegado, que apresentou um caso sem investigação. O delegado responsável pelo caso, Edécio Lemos, teria agido pressionado pela mídia televisionada e pelas manchetes de jornais. O caso foi arquivado pelo promotor Sérgio Peixoto Camargo por falta de provas. Em 1995, Icusiro, Maria, Paula e Maurício moveram uma ação por danos morais contra a Fazenda Pública do Estado. Eles ganharam as duas primeiras instâncias. Entre os órgãos de imprensa processados por danos morais, estão *Folha de S.Paulo*, *O Estado de São Paulo*; Rede Globo, SBT, Record, Rádio e TV Bandeirantes e revista *Veja*.

Não assim “eu quero defender essa matéria. Vou publicá-la de qualquer jeito.” Não, eu queria ter um caso sólido. Então, eu tinha sete mulheres, mais a secretária, mais o marido. E ainda assim voltava à estaca zero. E só o Ministério Público investigando. O inquérito que havia sido aberto sumiu do fórum, depois reapareceu... O que é muito estranho também, porque um inquérito não pode sumir depois aparecer assim...

E aí, o que fez a gente mudar um pouco, o que fez o jornal dizer ‘vamos’ foi que no dia anterior ou alguns dias antes a dra. Kenarik, que já havia rejeitado a denúncia porque só havia duas testemunhas, resolveu abrir o inquérito na polícia. Aí, como eram dois órgãos investigando: o Ministério Público e a polícia, a *Folha* resolveu publicar. E havia aquele questionamento muito vivo, principalmente por causa da herança do caso Celso Daniel, de que o Ministério Público não tinha poder de investigação. Só com a presença dos dois órgãos é que a *Folha* resolveu investigar. Foi nesse momento. Mas o que pesou? Pesou a credibilidade dos promotores, que eram pessoas que a gente já conhecia há muitos anos. Pesou a riqueza de detalhes do depoimento das mulheres, eu conhecê-las pessoalmente. Saber a identidade delas, apesar de não divulgar, eu tinha a identidade delas. Eu fiz xerox do RG. Eu tinha a foto, eu tinha a identidade delas.

Duas delas... uma havia feito boletim de ocorrência na época. E uma tinha feito uma escritura pública, lavrada em cartório. Eu também tive acesso a esse documento. Tudo à época. Pesou também o perfil das mulheres. Uma era uma jornalista conhecida e que não ganhava nada com isso... Ninguém quer ser a pessoa que foi estuprada pelo médico. Tinha também uma empresária também conhecida, bem-sucedida. Uma bailarina, uma fotógrafa. Uma procuradora do Estado de São Paulo. Eram pessoas assim. O que é que uma pessoa dessas vai ganhar com isso? E o jeito que elas contavam. Os detalhes. Muitas surgiram depois das matérias.

Mas, bom, daí a gente publicou a primeira matéria. A primeira matéria a gente escreveu e não publicou no dia seguinte. Porque a gente leu, releu, leu de novo, passamos para o advogado. Ele leu mais uma vez, leu muitas vezes. E a gente discutiu muito como ia dar a matéria. A gente escreveu a matéria em cima de fatos. A gente não queria colocar nenhum conceito. E a gente queria deixar bem claro que não existiam provas concretas. O que existiam eram apenas relatos. Que era o que o Ministério Público tinha. Porque, de novo, isso é não ter provas. Não tem vídeo, não tem uma gravação que poderia se constituir como prova. Primeiro porque as mulheres eram pegadas muito de surpresa, né? Como falam em seus relatos, elas estavam voltando da sala de fertilização. Depois que a gente decidiu publicar, começamos a discutir como iríamos publicar. Não demos chamada de capa. A matéria não foi capa do *Cotidiano*, foi alto de capa do *Cotidiano*. Houve a decisão de não ser capa. Ela foi página interna do *Cotidiano*. Não tem Abdelmassih no título, apenas médico. Optamos por não colocar Abdelmassih. E na linha fina e na lupa a gente colocou a defesa dele. Não que estivéssemos inseguros dos depoimentos. Acho que jornalista tem que ter muito feeling e eu acreditava no que elas estavam falando. A secretária, eu a entrevistei por telefone... infelizmente o depoimento dela ficou mesmo prejudicado por conta da chantagem. Mas o das outras mulheres eu realmente acreditava. (Lilian Christofoletti, 07 de abril de 2014)

Sobre como se deu as escolhas do que faria parte da reportagem inicial e em que se pautavam as escolhas para publicação de textos subsequentes, a repórter nos contou que as escolhas eram feitas com base nas entrevistas, mas o que era muito agressivo ou violento, como os detalhes dos estupros (sexo anal, vaginal), era excluído da publicação.

Excluimos por falta de provas. Mas depois acabou surgindo nas matérias. Mas, para isso, foi imprescindível quando a fotógrafa veio a público e mostrou o rosto. Ela me disse saber que iria pagar um preço alto. Ela sabia que tinha tomado uma decisão difícil. A atitude dela deu confiança para outras mulheres virem a público. A partir daí, as acusações ganharam rosto. E aí alguns detalhes mórbidos e sórdidos vieram à tona. Não era possível para o jornal dar detalhes de sexo, sexo anal e masturbação sem ter provas. Seria expor também as mulheres. Acho que elas não gostariam de ver suas histórias estampadas desta forma. Havia o medo de que alguém as vinculasse (ao caso). O medo de como os vizinhos iriam olhar, como os amigos iriam encarar, o marido. É muito delicado, né? Isso aconteceu no momento mais frágil da vida delas. Então tomamos essa iniciativa. Não publicamos detalhes de estupro anal. Não queríamos uma reportagem sensacionalista: “o médico monstro”. Tivemos muito cuidado. O fato por si já é suficientemente grave. Não era preciso publicar o nome dele (Abdelmassih); não precisava de uma manchete escandalosa. O fato já era grave. Por isso não publicamos detalhes. E mesmo assim fomos acusados de sensacionalistas. (Entrevista Lilian Christofolletti, 7 de abril de 2014)

Lilian Christofolletti trabalhou cerca de seis meses no caso. O período compreende aproximadamente dois meses de apuração e quatro meses na cobertura dos fatos. A publicação da primeira reportagem data de janeiro de 2009 e em maio do mesmo ano, a repórter saiu do país por motivos pessoais. Nesse período ela entrevistou cerca de 70 pessoas.

Muitas não fizeram denúncia no Ministério Público. Elas conversaram comigo pessoalmente, elas queriam ver a punição, mas não queriam se expor. Eu sentia que as mulheres queriam contar, mas tinham muita vergonha. Elas sentiam culpa. Elas se perguntavam se tinham provocado ou não. Se perguntavam: “Por que comigo? Será que eu me insinuei? Será que eu fui com uma blusa decotada? Será que em algum momento eu dei a entender que ele podia fazer isso comigo?”. Eu pude perceber que todas passavam por esse processo. E depois elas concluíam: “Não, não fui eu”. Quando começaram a surgir as denúncias, elas percebiam que ele era o único culpado. Então, muitas desistiram de ter filho nesse meio-tempo (antes de as denúncias se tornarem públicas). Houve uma mulher que se separou do marido. Ela contou (sobre o abuso) e ele não acreditou nela. Eu entendo por que algumas demoraram tanto para denunciar. Teve uma senhora que o denunciou nos anos 1980. Eu não consegui resgatar, mas foi o primeiro caso. Abdelmassih era médico antes de atuar em fertilização, ele tinha uma outra especialização (urologista). Ele operou o marido desta mulher e ela estava na sala de espera quando foi atacada, o marido ainda estava na sala de cirurgia. O Abdelmassih não era conhecido, trabalhava no interior. Tatava-se de uma dona de casa, como uma mulher dessas vai acusar do nada? Começaram a surgir casos de épocas diferentes. Os relatos eram muito parecidos. Ou as mulheres estavam sentadas ou ele as atacava durante a consulta, enfiando a mão por debaixo da blusa delas. O que ele dizia antes de atacar também seguia um padrão, elas relatavam coisas parecidas, que ele falava sempre mal do marido. Dizia assim: “Ah, que pena que você está aqui sozinha. O seu marido tem que ser um homem mais presente. Você é uma mulher que merece um homem do seu lado, um homem que te dê força. Essa é uma situação difícil.” E aí, ele já segurava o rosto delas e dava um beijo na boca. Elas também descreviam muito a frieza que ele demonstrava quando elas reagiam. Ele dizia: “Não quer, é só falar”. Virava as costas e saía. E depois, na próxima consulta, agia como se nada tivesse acontecido. Era uma frieza absoluta. (Entrevista Lilian Christofolletti, 7 de abril de 2014)

Segundo Suzana Singer, o que fazia do caso Roger Abdelmassih uma notícia era a investigação em curso do Ministério Público. Veicular sempre “O outro lado” era um critério de publicação.

A informação de que o Ministério Público estava investigando (Roger Abdelmassih) foi decisiva. Isso era notícia. Sem isso não publicaríamos. Me pergunto: se três mulheres tivessem procurado a *Folha* para contar, precisaria ser feita uma grande investigação e nem sempre é fácil. Acredito que iríamos investigar sim. Mas o fato de a Ministério Público estar investigando cria a noticiabilidade. Além disso, sempre tivemos a preocupação de colocar o lado dele. Foi por isso que a gente deu espaço para ele escrever o artigo no *Tendências e Debates*. Tivemos a preocupação de ouvir também o filho dele. (Entrevista Suzana Singer, 5 de novembro de 2015)

Quando perguntamos a Lilian Christofolletti por que chamar de acusadoras as mulheres que denunciaram o estuprador, a resposta foi que eram as mulheres que estavam acusando o médico naquele momento. Reforçamos a pergunta, por que não vítimas?

Porque, se fossem vítimas, eu já o estava julgando. Se eu as colocasse como vítimas, ele já seria culpado. Naquele momento não dava para saber quem era vítima, se o médico ou se as mulheres. Então, o que a gente tinha? As acusadoras. Elas acusavam. Não chamá-las de vítima em nenhum momento foi um outro cuidado que o jornal tomou. (Lilian Christofolletti, 7 de abril de 2014)

Insistimos no fato de que, para o Ministério Público, as vítimas eram as mulheres. Mas a repórter foi categórica em dizer que, do ponto de vista do jornal, eram as mulheres que acusavam o médico. A mesma pergunta feita para Suzana Singer, ouvimos que:

No jornalismo nós nos damos essa licença. Realmente, do ponto de vista legal, quem acusa é o Ministério, mas no dia a dia da redação, usamos acusador em todos os casos. Exemplo: “o delator do Lava-Jato acusou Marcelo Odebrecht”. Em todos os casos é assim. E o “supostas vítimas” foi usado porque era preciso deixar no condicional até termos mais elementos. É um cuidado que o jornal tem. Foi usado também no caso Escola Base. É importante. Não havia certezas, **no caso Abdelmassih não havia prova nenhuma**. (Entrevista Suzana Singer, 5 de novembro de 2015, grifos nossos)

Quando perguntamos ao promotor Reinaldo Carneiro se era correto o jornal FSP chamar de acusadoras as mulheres que denunciaram seu estuprador, sua resposta foi:

Não, quem acusa é o Estado, na figura do Ministério Público. As vítimas são vítimas. Eu não havia reparado, você está me chamando a atenção para isso, mas vale pontuar que a linguagem do jornalismo e do direito são completamente diferentes. (Entrevista Reinaldo Guimarães Carneiro, 24 de fevereiro de 2014)

A procuradora do Estado do Rio de Janeiro e professora de Direito na Fundação Getulio Vargas Silvana Batini⁹ explica:

A palavra jurídica correta a ser empregada em relação a estas mulheres é "vítimas". É o termo da lei. Acusador/acusadora é uma expressão geralmente empregada para o órgão estatal responsável pela acusação nas ações penais: o Ministério Público. Nunca vi uma vítima de furto que vai à delegacia ser chamada de acusadora. Se o jornal não quer assumir que elas são vítimas porque o processo ainda não acabou, há formas de amenizar isto: "pretensa vítima" "supostas vítimas", etc. Acusadoras não é uma expressão adequada do ponto de vista jurídico. (Entrevista Silvana Batini, 9 de setembro de 2015).

Na cobertura da FSP, as mulheres foram acusadoras ou supostas vítimas até 21 de agosto de 2009. A partir dessa data, o jornal passa a se referir a elas como vítimas, apenas. O julgamento de Abdelmassih só aconteceu em 24 de novembro de 2010. Algum fato interno teria causado a mudança de posicionamento do jornal? Suzana Singer explica que, a rigor, o correto seria manter "supostas vítimas" até o último momento. "Penso que, pelas evidências que foram surgindo, houve a decisão de abandonar o 'supostas'" (SINGER, 2015).

2.1 A PROVA

⁹ Silvana Batini é uma das professoras do curso de Direito para Jornalistas oferecido anualmente pela Fundação Getulio Vargas.

Em 28 de agosto de 2009, a FSP publicou a reportagem *Mulher diz ter sido ignorada ao acusar médico há 15 anos*. O texto falava de acesso a documentos de duas vítimas que registraram denúncias em órgãos competentes e haviam sido ignoradas. Lembramos que a reportagem inaugural (9 de janeiro de 2009) também trazia documentos que comprovavam tentativas de denúncias de outras. Apesar disso, a informação que mereceu destaque foi o pedido de anonimato. A existência de documentos não foi considerada relevante por si só quando a cobertura estava acompanhando as investigações policiais. Alguns meses depois, identificamos a mudança de posicionamento. Sobre esse fato, Suzana Singer comenta: “Em agosto ele já era um monstro, não? Inicialmente deve ter sido um cuidado que a *Folha* tomou.”

Além de tratar de modo secundário a existência de documentos que comprovavam que as vítimas tentaram denunciar, lembramos que na reportagem de 9 janeiro de 2009 a FSP tratou da seguinte forma palavras declarações das vítimas:

Para os promotores José Reinaldo Carneiro, Luiz Henrique Dal Poz e Roberto Porto, “já há indícios contundentes contra Abdelmassih, suficientes para denunciá-lo à Justiça.” “São relatos detalhados de diferentes vítimas, mulheres que não ganham nada contando isso. As histórias têm muitas similitudes e são bastante verossímeis”, afirma Dal Poz. O Ministério Público não tem prova material contra o médico, apenas relatos (FOLHA DE S.PAULO, *Cotidiano*, 9 de janeiro de 2009).

Ao ler o trecho para o promotor Reinaldo Carneiro, seu comentário foi o seguinte:

Por que prova material? O estupro é um crime que não deixa obrigatoriamente prova material. Prova material significa exame de laudo pericial. A prova material do homicídio é o laudo de necropsia do corpo, não basta um atestado de óbito. Mas no crime de estupro, se o médico lesionar a vítima e ela se submeter ao exame há um laudo material, mas normalmente (o estupro) não é um crime que deixa marcas. Como é que o Brasil sempre analisou esses crimes? Em cima de evidências concretas, que são a palavra da vítima, pois são crimes praticados às escondidas, naturalmente. Então, a palavra da vítima é evidência. Creio que isto tenha sido um cuidado do jornalista. (Entrevista José Reinaldo Guimarães Carneiro, 24 de fevereiro de 2014)

Quando perguntamos à jornalista o porquê de o jornal discordar das provas legitimadas pelo Ministério Público, ouvimos que:

O Ministério Público ainda achava que tinha provas suficientes para a abertura de um inquérito para pedir a denúncia. Ele também estava em fase de investigação. Não era um coisa conclusa. Eles (Ministério Público) tinham depoimento de oito pessoas, incluindo o marido. Para eles, isso era prova. Para nós ainda era pouco.

No caso da Escola Base, o delegado também falava que tinha provas. E os jornalistas perguntavam: “Mas quais provas você tem?” E ele dizia: “O inquérito é a minha prova. A abertura do inquérito já é uma prova”.

Não, a abertura do inquérito não é uma prova. Todo mundo está sujeito a erro. O jornalista está sujeito a erro. O promotor também está sujeito a erro. Então o fato de ter só um inquérito não é prova. É um indício de que algo realmente pode ter acontecido ou não. Do mesmo jeito que é difícil para as vítimas provarem que elas foram atacadas, é muito difícil provar que ele não atacou, se ele não tivesse atacado. O caráter abstrato da prova pesa para os dois lados. Nós pensávamos muito nisso. Quando decidimos publicar, a reportagem não foi capa do jornal nem do caderno *Cotidiano*, não publicamos o nome Abdelmassih. Fizemos essas escolhas não por que duvidávamos da reportagem, mas para que a matéria não fosse sensacionalista. A gente divulgou um fato: ele estava sendo investigado, havia tantas mulheres que já haviam prestado depoimento, e o Ministério Público não tinha provas, tinha relatos. (Lilian Christofoletti, 7 de abril de 2014)

Segundo nos explicou a repórter, o jornal consideraria prova uma testemunha, vídeo, fotos. Para Lilian Christofoletti, as provas se configuraram como a parte mais difícil da cobertura desse caso. Todo o tempo, os advogados do jornal pediam provas. Perguntamos se os advogados entendiam a sutileza desse caso, ouvimos que sim, “mas costumavam dizer que, se não está nos autos, não está no mundo. E com toda razão” (Lilian Christofoletti, 7 de abril de 2014).

Sobre as dificuldades dessa cobertura, Suzana Singer elenca:

Neste caso havia questionamentos que eram difíceis de responder. Exemplo: por que nenhuma dessas mulheres havia ido à polícia? Depois descobriu-se que tinha uma ou duas (denúncias formalizadas). A única mulher que aceitava falar em ON era uma funcionária dele que havia tentado achá-lo. As mulheres voltavam à clínica para continuar o tratamento... Depois, quando as histórias foram aparecendo, a gente conseguiu até entender, mas antes era uma incógnita por que as mulheres que o acusavam continuavam o tratamento... Então, era muito confusa a situação psicológica dessas mulheres. Eu, até aquele momento, não conhecia, não sabia que a pessoa podia ficar tão fragilizada àquele ponto. Eu não sabia.

Ele agiu assim por anos, muitos anos. E ele era muito famoso. O que ouvi dos médicos que o criticam, sempre em OFF, era de que os índices de fertilidade da clínica dele eram meio suspeitos. Então acreditava-se que ele usava métodos questionáveis. Mas os abusos sexuais eu nunca tinha ouvido. Eu me lembro que cheguei a conversar com um médico. Perguntei se ele já tinha ouvido algo sobre os abusos e ele me disse que não. Então, nos questionávamos: como seria possível uma clínica com toda aquela clientela se manter por tanto tempo diante de um cenário desses? Eu me lembro que, depois que saiu a história da anestesia, a chefia do jornal me questionou: “E aí? E se for isso?”, perguntaram. Lembro-me de ter, eu mesma, ligado para alguns médicos para apurar a versão que Abdelmassih deu sobre as anestésias. Todos responderam que não era bem como Abdelmassih estava dizendo.

Pensando bem, como era possível todas terem a mesma alucinação? De que o médico era um tarado? Era mesmo estranho. Mas o Abdelmassih manteve a postura. Uma outra coisa que a gente se perguntava: como era possível, numa clínica daquele porte, com tantos funcionários, ninguém nunca ter visto nada? Então, a parte mais difícil era entender a lógica das vítimas. (Entrevista Suzana Singer, 5 de novembro de 2015)

Vanúzia Leite Lopes, vítima de Abdelmassih que estudou Direito após a violência sofrida, discorda.

O estupro é uma situação única. Em que não há testemunha. Quando houver testemunha, filmagem, prova, é premeditação. Quer dizer: eu teria que voltar lá, preparar uma cena, filmar e me predispor a ser estuprada de novo. Uma vítima é pega de surpresa. É ali na esquina. A vítima não anda premeditada (precavida). É muito difícil a prova da vítima. Por isso que em direito ou em jornalismo, mas o jornalista não entende, há a importância da valorização da palavra da vítima. Eu cito isso no meu livro, que é a mão e o gesto. É diferente a juíza que julgou... nós não temos provas periciais, exames de corpo delito por quê? Porque muitas tinham vergonha de ir (denunciar, fazer o exame), porque eram casadas, o marido iria matar o médico. Iria causar um assassinato... um caso específico. Quando a vítima vai à delegacia e faz o exame, pronto! Lá está a prova material que seria a prova de papel. Não resta dúvida. Mesmo assim, às vezes ainda há questionamentos: “Ela foi lá, ela provocou, ela estava usando decote” [...]. (Entrevista Vanuzia Leite Lopes, 5 de junho de 2015)

Após ler a reportagem de 9 de janeiro, pedimos para que a procuradora Silvana Batini comentasse, do ponto de vista jurídico, a frase “O Ministério Público não tem prova material contra o médico, apenas relatos”.

A frase do jornal refere uma confusão que o senso comum faz. Para se acusar uma pessoa em um processo e para depois condená-la é preciso ter provas suficientes. Provas que sejam suficientes para convencer o juiz. Essas provas podem ser materiais (provas da existência concreta do crime, obtidas por meio dos vestígios materiais que esses crimes deixam), ou outras provas de natureza diversa (prova testemunhal, prova documental, escuta telefônica, provas indiciárias etc.). No nosso sistema processual, não há uma pré-tarifação de provas. As provas não têm valores preestabelecidos. Elas precisam formar um conjunto harmonioso e convincente. Ninguém jamais obteria prova da materialidade de um estupro ocorrido há mais de um ano simplesmente porque os vestígios possíveis já teriam desaparecido. Pior: um estupro praticado mediante ameaça, e não violência real, nem sempre deixa vestígios materiais. Exigir prova material de estupro para condenação é absurdo e a lei não fala isto. No caso em questão havia um conjunto de testemunhos bastante sólidos, convergentes, plausíveis. Para abrir a ação penal é mais do que suficiente. No curso da ação, estas provas vão ser confrontadas com contraprovas produzidas pela defesa, e o juiz ao final avalia para saber qual prevalece. Nem sempre o grau de certeza é

100%, mas a lei não exige que seja. A condenação tem que derivar de provas suficientes, plausíveis, razoáveis e produzidas em um contexto processual de ampla defesa e contraditório. Mas não é um resultado matemático de uma equação.

O que será que a matéria imaginava como sendo “provas materiais”? Fotos, vídeos, confissão? Outra questão: nossa tradição jurídica não é de valorização da palavra da vítima. No processo penal, quando a vítima depõe, é chamada de informante. Isso é ruim. Há um movimento em outros países que só agora ganha algum fôlego no Brasil, de valorização da palavra da vítima. Em alguns casos é a única prova possível. Terá que ser avaliada no contexto e sopesada com outras circunstâncias. Mas jamais desprezada. Especialmente em crimes sexuais.

(Entrevista Silvana Batini, 9 de setembro de 2015)

2.2 A PALAVRA DA VÍTIMA

Ao longo da nossa pesquisa, pudemos observar o quanto a palavra da vítima é descreditada enquanto prova pelo jornal. Buscando compreender o que impede o alinhamento dos discursos jurídico e jornalístico, repetimos a mesma pergunta para vários profissionais. No próximo capítulo trataremos dessa questão à luz dos estudos de gênero – sob a perspectiva da cultura de estupro –, a fim de localizar possíveis explicações para tal “fenômeno”. Quando perguntamos à ex-secretária de redação Suzana Singer se havia dúvidas sobre a veracidade das denúncias, ouvimos que:

A dúvida não era se fulana estava mentindo. Os questionamentos estavam ligados ao por que ninguém falar em ON, por que a demora para denunciar. Isso nós questionávamos. Veja, eu acho que é diferente do caso (hipotético) de uma menina que diz que foi estuprada na festa e então começam a questioná-la a respeito da roupa, do decote, do comportamento dela. Não era nesse sentido que questionávamos, mas sim no sentido de tentar entender o que estava acontecendo. Por que deixar passar tantos anos (para denunciar). (Entrevista Suzana Singer, 5 de novembro de 2015)

Perguntamos então se nesse momento não foi cogitada a possibilidade de conversar com especialistas para tentar entender o comportamento de uma vítima de estupro e violência sexual, entender os traumas, as dificuldades da denuncia, enfim, o contexto.

Não pensamos nisso. Talvez fosse útil, mas este era um caso bem peculiar. Porque ele pegava as mulheres naquele momento bem delicado da maternidade. Quando elas estavam dispostas a tudo para ser mãe. Então, a mulher engolia aquilo. Me

lembro que algumas mulheres se questionavam, se perguntavam se elas haviam dado abertura. Ele as pegava neste momento. Eu não conhecia ninguém que já estudasse isso (naquela época), não sei se haveria alguém que pudesse dar um testemunho sobre isso. (Suzana Singer, 5 de novembro de 2015)

Sobre a importância da palavra da vítima no caso Roger Abdelmassih e sobre o entendimento do Ministério Público acerca da palavra da vítima em caso de estupro, o promotor do caso, José Reinaldo Guimarães Carneiro, explica:

Hoje falamos modernamente em crimes contra a dignidade sexual. Parece um detalhezinho, mas devemos nos atentar a ele. Houve uma alteração da lei em 2009 e o que chamávamos de crimes sexuais passou a ser chamado de crimes contra a dignidade sexual. Especialmente com relação a crimes contra a dignidade sexual, mais precisamente o estupro, que é o mais violento, a jurisprudência¹⁰ brasileira conferiu o entendimento de que a palavra da vítima é preponderante. Isso porque o crime sexual, o estupro, é cometido de uma maneira a ser absolutamente clandestino. Não há outras pessoas observando. Então é o tipo de delito que não deixa, de forma comum, testemunhas. Se retirássemos a palavra da vítima, não teríamos nada, em nenhuma hipótese. Abriríamos assim uma válvula de impunidade para estupradores. O que aconteceu foi que a jurisprudência sempre consolidou esse entendimento: prevalece a palavra da vítima, isso não é uma novidade.

No caso Abdelmassih, imagine o seguinte: e se fosse só uma vítima e não mais de 60? Como as coisas teriam acontecido? Quando a investigação começou, nós tínhamos esse parâmetro: A palavra da vítima vale? A palavra da vítima vale e vale muito. Isso não é graças ao caso Abdelmassih, é devido à construção da jurisprudência brasileira nesta área. Bem, o caso Abdelmassih tinha alguns complicadores. Ele envolvia uma pessoa absolutamente notória, uma clínica conceituada no exterior. Então, se eu lançasse exclusivamente uma vítima, pois, veja, eu não recebi 60 vítimas em uma única vez. Eu recebi uma. Meu primeiro contato foi com uma única pessoa, que estava absolutamente amedrontada e era perfeitamente natural que ela estivesse assim. Se eu fosse levar em consideração apenas este depoimento, talvez eu não construísse o caso. Eu precisava de mais elementos. Então, veja, no caso Abdelmassih, o MP foi ainda mais cuidadoso do que ele é normalmente, do que ele foi em outros casos de estupro. Isso foi um preconceito nosso, que eu reconheço. Mas eu tinha muito medo de provocar um desastre na vida de um profissional inocente. Essa era uma preocupação real. Por isso o caso foi investigado muito tempo sob sigilo. Assim pudemos chegar à segunda, terceira... quinta vítima. Foi quanto eu tive certeza de um multiplicador. Mas não seria necessário. Uma pessoa poderia ter deflagrado este caso.

Porém, acho muito difícil o Judiciário brasileiro ter considerado a materialidade do caso apenas com uma vítima. Foi fundamental que as coisas acontecessem como elas aconteceram, ou seja, com uma quantidade expressiva de vítimas. E a quantidade expressiva só foi possível graças à matéria da *Folha*. A matéria da *Folha* foi um divisor de águas, pois eu estava perdendo o caso, como já lhe contei. (José Reinaldo Guimarães Carneiro, 17 de setembro de 2015)

¹⁰ Conjunto das decisões e interpretações das leis feitas pelos tribunais superiores, adaptando as normas às situações de fato. Trata-se do uso estabelecido, aquilo que serve como modelo ou exemplo para agir, pensar, dizer.

Ao apontar a ausência de provas do Ministério Público, o jornal FSP automaticamente desconsiderou as declarações das vítimas como válidas ou legítimas. Como vimos, para o Ministério Público, neste caso, a palavra da vítima foi essencial e era prova. Segundo a procuradora do Estado do Rio de Janeiro, Silvana Batini, viemos de uma tradição jurídica que não privilegia a palavra da vítima. No caso que é objeto de nossa pesquisa, vimos que a palavra da vítima foi descreditada tanto pelo jornal quanto pelos advogados de defesa. A divulgação da sentença, publicada na FSP no dia 24 de novembro de 2010, trouxe a informação de que, “para parte dos ataques, a juíza considerou não haver provas robustas” (FSP, *Cotidiano*, 14 de novembro de 2010). Perguntamos ao promotor José Reinaldo Guimarães Carneiro quando a palavra da vítima não pode ser entendida como prova e por que a juíza teria considerado falta de prova em alguns casos.

A palavra da vítima é descreditada quando manifestação em si revela alguma falta de credibilidade na essência, que o promotor, que é o responsável pela acusação, ou a juíza possam aferir. No caso do Abdelmassih eu não me lembro de uma única vítima que tivesse contado uma história fantasiosa que eu tivesse desacreditado. O que houve foram pessoas cujo crime já havia prescrito. Esses fatos foram absolutamente desconsiderados. Alguns até passaram pela juíza e foram condenados, mas o Tribunal Superior reconheceu a prescrição quando julgou o recurso. Das pessoas que falaram comigo, nenhuma apresentou uma história que não tivesse começo, meio e fim. Então, depois que eu formei minha convicção de que eu estava diante de um estupro perigoso, é importante frisar, o Roger é um estupro perigoso. Uma pessoa que se esconde por trás de uma clínica de fama internacional e comete violências da forma reiterada como ele praticou é perigosa. Acho que é um dos casos mais graves de violência sexual de que eu tenho notícia. Existe um consenso entre as pessoas que estiveram ligadas a este caso em relação a isso. (José Reinaldo Guimarães Carneiro, 17 de setembro de 2015)

Ainda sobre a validade da palavra da vítima, quisemos saber se, na experiência profissional do promotor, era comum mulheres inventarem que foram estupradas.

Absolutamente raro. Nos crimes sexuais, eventualmente você pode se deparar com esse tipo de circunstância em situação de alienação parental, no direito de família. Por exemplo, num divórcio ou numa separação mal resolvida. Nós já tivemos caso em que a mãe imputou um crime sexual contra um pai que depois se mostrou mentiroso. Neste caso a filha foi colocada como vítima. Mas não é do nosso dia a dia. Eu não tenho nenhuma estatística científica sobre isso, mas a cada dez denúncias de estupro, temos nove ou oito com sentenças de condenação. Vez ou outra temos uma mudança nesse sentido.

No caso Abdelmassih, a prova era transparente, cristalina, contundente, arrasadora, de forma a não deixar nenhuma dúvida. Mulheres que nunca tinham se conhecido na primeira fase da investigação relatavam características específicas de ataque que eram idênticas. Isso sem que as vítimas jamais tivessem conversado umas com as outras.

A defesa do Abdelmassih tentou alegar que elas, as vítimas, tinham uma rede de comunicação na internet. Houve uma manifestação na internet. Mas essa manifestação, que inclusive permitiu que localizássemos algumas pessoas, não discutia mérito dos ataques individuais. E quando rompemos da primeira para a segunda fase da investigação, após a publicação da reportagem na *Folha*, e então vieram cerca de 60 vítimas, tivemos uma noção completamente ampliada da circunstância. Todas, todas sem exceção narravam de modo enfático os mesmos detalhes, as mesmas rotinas, a convivência das pessoas na clínica, inclusive dos filhos.

Minha opinião pessoal a respeito da omissão dessas pessoas, dos filhos, é que eles provavelmente estavam apenas com uma visão econômica. Pois acredito que ao ver esta deformidade na clínica, os filhos, muito antes de perderem o nome da clínica, poderiam ter tomado providências concretas para fazer cessar essa desgraça que era a atuação desse pai.

Era um filme de terror. Veja, tenho conhecimento de vítimas que dez anos após o ataque ainda são tomadas de suores noturnos, ataques de pânico, crises de ansiedade; houve casamentos destruídos ou que passaram por períodos de angústia e todas as consequências destrutivas próprias da violência. Tudo isso está retratado dentro da ação penal Abdelmassih. (José Reinaldo Guimarães Carneiro, 17 de setembro de 2015)

Sobre o trecho abaixo, publicado na reportagem de 9 de janeiro de 2009, e repetido em diversas matérias da primeira fase da cobertura,

Esta não será a primeira tentativa do Ministério Público de denunciar Abdelmassih. Em setembro, os promotores ofereceram acusação formal contra o médico com base em dois casos: o da ex-funcionária e o de uma ex-paciente que acredita ter sido vítima de violência sexual enquanto estava sedada em 1999. (FOLHA DE S.PAULO, *Cotidiano*, 9 de janeiro de 2009)

o promotor José Reinaldo Guimarães Carneiro comenta:

Isto não é verdadeiro. Meu primeiro contato com uma vítima de Abdelmassih diz respeito a uma pessoa que está absolutamente protegida e não é a secretária. A primeira pessoa que foi formalmente ouvida pelo MP não foi a secretária. Então, se as pessoas falam que o caso está alicerçado na fala de uma secretária, elas falam para tentar desvirtuar a realidade da investigação. Eu gostaria de comentar a fala em si. É uma fala preconceituosa. Pois, veja, a primeira mulher que falou comigo é uma mulher bastante poderosa. Mas o poder que ela tem não retirou dela o medo, os traumas que ela tem, como acontece com toda vítima de um estupro. Mas se tivesse sido a secretária? Foi justamente em cima dela que o médico foi com uma

facilidade extraordinária. Veja o preconceito. Porque ele não foi contra as vítimas poderosas? Como diz o ditado, assombração sempre sabe para quem aparece. A secretária era uma menina doente. Ela tinha uma doença grave, autoimune. Eu tinha a responsabilidade de protegê-la e o fiz da maneira que pude, inclusive trancando a investigação que tinham aberto contra ela no Deic. Enfim. Esta fala é preconceituosa. (José Reinaldo Guimarães Carneiro, 17 de setembro de 2015)

Durante a entrevista com a ex-secretária de redação Suzana Singer, soubemos que, à medida que as vítimas quebravam o silêncio e denunciavam o agressor, também apareciam ex-pacientes que davam testemunhos em favor do réu. O jornal julgou ser justo abrir espaço de fala para essas manifestações. Contudo, a nosso ver, ao publicar depoimentos de pessoas famosas atestando a credibilidade e inocência do réu ao lado de depoimentos de vítimas que falavam em OFF, o jornal acabou mais uma vez pesando a balança contra as vítimas.

2.3 ANONIMATO

Sobre o pedido de anonimato das vítimas ter sido marcado constantemente no jornal, que repetia “as mulheres que não queriam aparecer” e possíveis implicações dessa decisão para os leitores, a repórter Lilian Christofolletti disse:

Acho que para o leitor é ruim porque ele gosta de saber. Um leitor disse “o médico está aí dando a cara dele. E ela, porque elas não aparecem?”. Isso enfraquece a reportagem. O que fortalece são os números. O que fortalece é o perfil das mulheres. Por isso que a gente falava “de 30 a 40 anos”, ou seja, têm discernimento. São bem-sucedidas. Quando a gente perguntava o que elas faziam, a gente checava para saber se ela realmente fazia aquilo. Na ausência de nomes, a única coisa que eu podia tentar fazer era solidificar as vítimas. Falando da idade, falando que elas eram de estados diferentes. Que elas não se conheciam. Que nenhuma ganhava nada com isso. Invariavelmente eram todas mulheres casadas com homens ricos... Tinha que ter poder aquisitivo, né, para fazer aquilo. Tinha gente até que não, mas que fez muito esforço para pagar. Mas a maioria eram mulheres de alto poder aquisitivo. Então, assim, enfraquecia a matéria elas não darem rosto, não darem nome. Mas eu acho perfeitamente compreensível, diante de matérias assim, quem gostaria de vincular o seu nome para ser tachada de “a molestada”? A acusadora? Mesmo porque a força que ele tinha na imprensa era enorme. Elas se sentiam minúsculas. Ele vivia na TV. Ele era o papa da reprodução. Elas se sentiam menores. Mas, ao mesmo tempo, com muita raiva. (Lilian Christofolletti, 7 de abril de 2014)

Suzana Singer acredita que o pedido de manter as identidades em OFF cria uma sombra de dúvida na notícia.

O pedido de anonimato cria uma sombra de dúvida na notícia. Me lembro que só após a primeira mulher aceitar a falar sem a condição de anonimato é que outras foram aparecendo. E ele (Abdelmassih) tinha em seu currículo profissional mais de 7 mil bebês fertilizados. A balança estava pendendo para um lado. Ok, 14 mulheres (agredidas) é um absurdo. Mas ele havia atendido não sei quantas mil, e ao longo de vários anos. Poderiam ter sido 14 pessoas que interpretaram mal o que aconteceu. Nós estávamos muito preocupados em não destruir injustamente a carreira de alguém. Eu se fosse uma mulher... (refraseia). As pessoas continuavam indo na clínica. O movimento não acabou de repente. Depois eu entendi que as pessoas pagavam uma fortuna. Era um tratamento que durava meses. Mas nós poderíamos ter destruído a carreira dele. (Suzana Singer, 5 de novembro de 2015)

Como vimos no capítulo anterior, foi motivo de constantes reclamações da defesa a impossibilidade de acesso à identidade das vítimas. O promotor José Reinaldo Guimarães Carneiro explica que, no caso Roger Abdelmassih, o MP invocou o provimento 32do Tribunal de Justiça de São Paulo. Trata-se de um instrumento legal que visa proteger as vítimas, subtraindo dos autos seus dados qualificativos, que ficam arquivados no ofício de Justiça, em pasta própria, sob os cuidados e guarda do escrivão-diretor. Geralmente se vê a aplicação do provimento em processos que versam sobre delitos graves como latrocínio, roubo, sequestro. Os depoimentos são colhidos à ausência do réu. As testemunhas ficam protegidas até que a investigação criminal seja concluída. No momento da ação penal, a defesa tem o acesso e a informação direta da qualificação da testemunha. Foi exatamente isso que ocorreu no caso Roger Abdelmassih. Como vimos, por diversas vezes, a *Folha* deu espaço para a defesa reclamar da falta de acesso à identidade das vítimas e falar do cerceamento de defesa do réu. No âmbito jurídico, há defensores, como os de Roger Abdelmassih, que alegam inconstitucionalidade no uso do instrumento, mas a jurisprudência parece apontar em favor da proteção da identidade das vítimas e testemunhas. Fato é que existe uma discussão ampla a respeito do assunto, que é de interesse público e não foi trazida à luz durante a cobertura do caso. Em nenhum momento o jornal tratou da discussão jurídica que existe por trás do uso do provimento 32, apenas apresentou parcialmente a questão ao dar espaço de questionamento para os defensores do réu. Nós nos valem aqui da ambiguidade do adjetivo parcial. Uma vez que, ao tratar da questão pela metade (ouvindo apenas um dos lados), o jornal apresenta

um posicionamento tendencioso. Como exposto no primeiro capítulo, o jornal *OESP* abordou a questão do provimento 32.

A riqueza dos detalhes jurídicos perdidos pela cobertura certamente prejudicou o debate não só acerca do estupro enquanto problema social, mas obnubilou informações que poderiam enriquecer o entendimento mais ampliado dos processos legais aos quais estamos sujeitos enquanto cidadãos e cidadãs. Não é matéria da nossa pesquisa o uso do provimento 32, mas esse dispositivo está atrelado à mudança que ocorreu no Código Penal, em 2009, sobre o entendimento dos crimes contra a dignidade sexual. Assunto que merecerá nossa atenção no próximo capítulo.

Sobre o uso desse instrumento jurídico aplicado ao caso Abdelmassih, o promotor nos esclareceu que foi necessário se valer dele porque as vítimas tinham muito medo do agressor. Quando perguntado sobre a proteção das vítimas de estupro em outros casos, o promotor faz uma explanação detalhada.

Esta é uma questão técnica importante. Na época da investigação, a proteção das vítimas de violência sexual funcionava como em qualquer outro caso, fosse corrupção, roubo ou latrocínio, pelo provimento 32. Aqui no foro criminal as vítimas prestam seus depoimentos à ausência de seus roubadores, latrocidistas etc. É o protocolo.

A investigação do caso Roger Abdelmassih aconteceu de 2007 para 2008. Em 2009 houve alteração da lei no Congresso Nacional. A lei já citada, que revê os crimes sexuais. A alteração foi muito importante e vou lhe explicar por quê. Anteriormente, havia os chamados crimes de estupro e os crimes de atentado violento ao pudor, que eram qualquer abordagem sexual que não fosse a relação sexual convencional homem e mulher. No conceito antigo de estupro, que vigorou até 2009, só mulheres poderiam ser vítimas. Então, em 2009 houve algumas alterações na lei. Primeiro, desapareceu o atentado violento ao pudor, por conseguinte, qualquer abordagem sexual violenta ou mediante grave ameaça passa a ser entendida como estupro. A ‘figura’ atentado violento ao pudor foi extraída do Código Penal. Veja, o coito anal não é menos grave que o coito vaginal. O atentado violento ao pudor era um conceito ultrapassado e antigo. Houve, então, uma fusão do tipo (penal), pós-Abdelmassih. Houve também uma outra importante alteração. A ação penal para os crimes de estupro era privada, ou seja: a vítima é quem deveria discutir com sua família se iria ou não haver ação penal. Isto é um absurdo. A mulher conquistou um papel de destaque na sociedade atual. Numa sociedade moderna a mulher não pode ficar refém nem da própria família, sobretudo na decisão de ação penal num crime de grave natureza como é o estupro. Hoje o estupro é uma ação penal pública, graças a esta transformação da ação privada para a pública. Antes da alteração da lei, a mulher que decidisse processar o estuprador teria ela mesma que contratar um advogado. Hoje, na ação pública, o acusador é o Ministério Público. Os legisladores resolveram que todos os casos de crimes sexuais, que agora não estavam mais no controle da vítima, passaram a ser segredo de Justiça.

O Abdelmassih faz um movimento tentando se proteger nesse segredo de Justiça, mas ele incide em dois problemas gravíssimos. Primeiro, a alteração legislativa aconteceu após o caso dele e, segundo, não foi uma alteração legislativa para proteger o investigado do crime, mas para proteger as vítimas, que, então, não tinham mais o controle sobre a ação penal. Esta é uma mudança histórica, é preciso

frisar. Trata-se de uma interpretação histórica da transformação do Direito Penal. Eu estava trabalhando na investigação em 2008, continuei trabalhando nos anos subsequentes, eu peguei a fase dessa transformação e acompanhei de perto esse processo. Foi uma transformação necessária e moderna. A ação de estupro era privada anteriormente. Hoje ela é uma ação pública. [...] De forma bastante resumida, essas foram as transformações trazidas pela mudança na lei. Entretanto, a doutrina do Direito Penal já queria realizar essa transformação que aconteceu efetivamente em 2009. A lei que modificou o Direito Penal é a Lei nº 12.015, de 2009. Hoje esta lei está incorporada no Código Penal. Bem, então o segredo de Justiça passou a ser prestigiado nos crimes de violência sexual para proteger a vítima, que não tem mais o controle da ação, pois anteriormente era uma ação privada e de interesse da vítima, mas não só, também do pai, da mãe, do marido da vítima. Então, o segredo de Justiça do caso, que apareceu em 2009, vem daí, da mudança da lei, e representou o cuidado que o legislador teve com as vítimas nessa fase de transição. Hoje ainda é preciso representação para que haja investigação, mas a ação penal é do Ministério Público. (José Reinaldo Guimarães Carneiro, 17 de setembro de 2015)

A explicação do promotor nos sugere uma interpretação possível para a insistência da *Folha de S.Paulo* em chamar de acusadoras as vítimas. Sendo o estupro um delito cuja ação penal, até 2009, era de titularidade privada, nada mais compreensível que a interpretação dos advogados do jornal fosse a de que, pela letra da lei, a acusação contra Roger Abdelmassih era oferecida pelas mulheres ofendidas¹¹. Esta seria a regra para os crimes de violência sexual antes de agosto de 2009. Entretanto, o nosso Código Penal abria a possibilidade para que a ação penal nos crimes sexuais fosse de titularidade pública em casos em que a vítima não pudesse arcar com os custos de um advogado, em casos de abuso do pátrio poder, em que o agressor fosse padrasto, tutor ou curador, bem como em casos de violência real ou grave ameaça, quando os crimes resultavam em lesão corporal grave ou morte. Neste caso, a ação penal era reforçada pela súmula 608 do Supremo Tribunal Federal (STF), que estabelece: no crime de estupro mediante violência real, a ação penal é pública incondicionada. O que significa que a titularidade da ação pertencerá ao órgão público independentemente da representação da vítima. Ou seja, o que deflagra a ação nos casos previstos pela súmula não é a queixa da própria vítima, a ação não está subordinada a qualquer requisito e dispensa a manifestação prévia de qualquer pessoa para ser iniciada. Nessas hipóteses da lei, é irrelevante a manifestação do próprio ofendido.

Foi a súmula 608 que viabilizou que o MP acusasse Roger Abdelmassih. Mas a regra geral indicava ações privadas para os crimes de violência sexual. Esse era o

¹¹ Ofensa aqui sendo entendida como o motivo deflagrador da ação penal.

modelo antigo. Toda a construção do caso Abdelmassih foi em cima do modelo anterior à alteração da lei, em 2009. (José Reinaldo Guimarães Carneiro, 17 de setembro de 2015)

Trataremos das alterações na lei de crimes sexuais no momento oportuno. Vimos que o uso da súmula 608 do STF possibilitou que o MP imputasse acusação ao réu. Desse modo, quem acusou Roger Abdelmassih foi o Ministério Público, e não as vítimas, pois se tratou de ação pública. Como soubemos, a reportagem que inaugurou o caso na FSP (e na imprensa em geral) passou pelo crivo do setor jurídico do jornal. Sendo assim, podemos supor que o profissional tinha conhecimento do dispositivo legal que permitiu que a titularidade da ação fosse pública, e não privada, como era a regra. Mas o que impediu o alinhamento do discurso jornalístico com o jurídico?

A visibilidade que a imprensa traz. Uma coisa é o Ministério Público e a polícia realizarem uma investigação sigilosa. O investigado terá mais chances de se defender. Sob o holofote da imprensa, as coisas ganham outras proporções. O que pode ser um indício forte para o Ministério Público abrir um inquérito pode não ser forte o suficiente para o jornal publicar. Neste caso, ao dar visibilidade ao caso, estaríamos marcando (Roger Abdelmassih) com o carimbo de que ele molestou mulheres. Claro que é grave a abertura de um inquérito, mas se trata de um documento que circula dentro de um órgão público, nas mãos de um promotor e poucas pessoas. Quando o jornal publica esse documento, a repercussão é muito maior. [...] As pessoas não se reconstituem. Famílias são desagregadas. A vida fica destruída. Isso não se recupera. Então, realmente, o que é prova para a Justiça nem sempre vai ser prova para o jornalista. A repercussão que a TV, o jornal, a revista promovem é definitiva e não há “Erramos” que apague depois. E isso nos preocupava muito. Mesmo eu confiando nas mulheres, às vezes acordava à noite e ficava me perguntando se eu não tinha deixado escapar nada. Daí a importância de ouvi-lo. Eu realmente o ouvi. Ouvi querendo acreditar. Isso foi um amigo do *Estadão* que uma vez me disse: “Sempre ouça o outro lado querendo acreditar. A ponto de derrubar sua matéria para o outro lado”. (Lilian Christofoletti, 7 de abril de 2014)

2.4 NA LETRA DA LEI

Endossamos a afirmação de Carlos Lins, *ombudman* da FSP em 2009, que afirmou “jornal não é tribunal”. Não cabe à imprensa julgar um cidadão e, justamente por esse motivo, num Estado democrático de direito, um veículo de comunicação não pode estar acima das regras que legislam e enquadram comportamentos e condutas. Como podemos observar na

tabela a seguir, existe uma forma apropriada para o jornalismo citar os fatos jurídicos sem incorrer em erros ou promover julgamentos.

Quadro 6
Fatos jurídicos e suas denominações correspondentes

FATOS	DENOMINAÇÕES
Do fato ocorrido até quando a polícia tomar conhecimento e instalar o inquérito:	Suspeito
Da instalação do inquérito até o indiciamento (o indiciamento é quando o delegado declara oficialmente que há indícios contra a pessoa suspeita, a investigação e o inquérito podem seguir mesmo depois do indiciamento):	Suspeito
Do indiciamento até a polícia fazer/oferecer/remeter a denúncia ao Ministério Público:	Indiciado ou suspeito
Da denúncia oferecida ao MP, incluindo o trabalho do órgão, até a aceitação da denúncia (do MP) pelo juiz:	Indiciado
Da aceitação da denúncia pelo juiz até a sentença:	Acusado, réu ou denunciado
Após a primeira sentença, no caso de condenação, até transitado em julgado:	Condenado, sendo melhor acrescentar a possibilidade de recurso ou recurso já interposto pelo condenado
Após transitado em julgado:	Condenado

Fonte: Essa tabela foi fornecida pelo professor de Direito Penal Thiago Bottino, da Fundação Getulio Vargas, durante o Curso de Direito para Jornalistas, em 2015.

Nota: A legislação que cria a ação civil pública e permite a atuação efetiva do MP é a Lei Federal nº 6.938/1981.

Com base na informação de que é possível (e desejável) alinhar as falas da imprensa ao aparato jurídico que nos garante um Estado Democrático de Direito, levantaremos, no capítulo seguinte, as possíveis causas que impediram a harmonia na cobertura do caso Abdelmassih.

CAPÍTULO 3 | A NOVA LEI DE COMBATE AO ESTUPRO (Nº 12.015/2009): A NOTÍCIA E O ESCLARECIMENTO A PARTIR DOS ESTUDOS FEMINISTAS

Como vimos até aqui, a *Folha de S.Paulo* se permitiu tomar posicionamentos ideológicos e se descolar dos fatos jurídicos que envolveram o processo de Roger Abdelmassih. Ao assumir a dúvida do crime de estupro por “falta de prova”, o jornal se posiciona ao lado do julgamento do senso comum e negligencia toda a discussão (e avanço) jurídica que cerca a questão. Como apontado no primeiro capítulo, ao abandonar o adjetivo “supostas” para se referir às vítimas, o jornal também se descola do processo jurídico. A discussão que está por trás desses posicionamentos foi abolida da cobertura, que, como não cansamos de repetir, focou apenas na história particular dos envolvidos.

Este capítulo é dedicado a analisar as motivações e os desdobramentos possíveis a partir da revisão do conceito de estupro acarretada pela mudança no Código Penal através da Lei nº 12.015/2009. Identificamos nesse fato jurídico o ponto de contato central entre o fazer jornalístico e sua função social enquanto agente de promoção (viabilização) de avanços na conquista da cidadania. Observação de que o eixo central do processo jurídico, o estupro, não foi identificado como tal no campo jornalístico. A definição legal do tipo criminal estupro trazida pela nova lei será o nosso ponto de partida para avaliar os desdobramentos da lei. Abordaremos o estupro e a mudança legal na perspectiva dos estudos de gênero, problematizando então o fazer jornalístico. Tomando-se como base a notícia que divulgava a mudança do conceito legal de estupro, fundamentamos nossa inquietação a respeito da abordagem do jornal *Folha de S.Paulo* acerca da lei e sua apropriação enquanto notícia.

Em 20 de agosto de 2009, a FSP divulgou a mudança no título VI do Código Penal brasileiro, que tutela os crimes sexuais. A informação está contida em um conjunto de textos que narrava os acontecimentos relacionados ao caso Roger Abdelmassih; ocupou menor espaço e não teve nenhum destaque. O texto reduzia todo o processo histórico contido na sanção da Lei nº 12.015/2009 aos desdobramentos que resvalariam no réu. O jornal se limitou a tratar do assunto da seguinte maneira:

Conceito de estupro mudou no início do mês

Desde o último dia 7, está em vigor a lei de n.º 12.015, que mudou a redação de artigos do Código Penal, entre os quais o 213, que classifica o que é estupro. Pela legislação anterior, estupro era a violência sexual praticada contra uma mulher, mas apenas quando havia "conjunção carnal". As outras formas de sexo forçado (como oral ou anal) e atos libidinosos – independentemente do sexo da vítima – entravam na classificação como sendo atentado violento ao pudor. Agora, essas práticas passaram a ser consideradas estupros. Para configurar o crime, há a necessidade de o ato ter sido praticado "mediante violência ou grave ameaça". Isso não mudou com a lei.

O médico Roger Abdelmassih foi denunciado sob acusação de 56 estupros porque a denúncia foi apresentada no último dia 13, quando o Código Penal já havia sido alterado. Se fosse pela legislação anterior, seriam 53 atentados violentos ao pudor e três estupros.

A mudança não interfere, porém, no tempo que o médico poderá ficar preso, numa eventual condenação. Primeiro porque os supostos atos atribuídos a ele pela Promotoria foram praticados antes da mudança da lei – pela legislação brasileira, uma nova lei só pode retroagir em benefício do réu.

Além disso, a pena prevista para ato violento ao pudor é a mesma do estupro, tanto na legislação antiga quanto na atual: de seis a dez anos de reclusão. A pena aumenta em algumas circunstâncias. (FOLHA DE S.PAULO, *Cotidiano*, 20 de agosto de 2009)

A alteração do Código Penal originou-se em uma discussão jurídico-teórica-feminista muito anterior ao processo penal de Roger Abdelmassih. A sanção da Lei nº 12.015/2009 foi resultado da luta secular que vem sendo travada pelas mulheres com objetivo de atingir a igualdade política entre os gêneros (feminino e masculino). A definição do que é o estupro atravessa obrigatoriamente um dos pilares estruturantes de nossa sociedade. Diz respeito ao acordo que estabeleceu, milênios atrás, as regras do relacionamento entre mulheres e homens, com desvantagens imensuráveis (e talvez irreparáveis) para as primeiras. Definir ou redefinir o que é o estupro do ponto de vista legal traz implicações não só na aplicação do direito penal, mas, sobretudo, na moral que norteia os valores e julgamentos dos cidadãos a respeito da sexualidade, comportamento e corpo femininos. Desde o Código de Hamurábi,¹² os homens definiram as regras e os valores de uso do corpo das mulheres e transformaram em leis o que as sociedades pré-civilizadas vivenciavam de modo “intuitivo”: a divisão sexual da espécie humana, com desvantagens para as mulheres (SAFFIOTI *et al.*, 2014).

Tomemos a linha evolutiva do código de leis brasileiro a fim de rastrear como perpetuamos em nosso país a conversão da diferença entre os sexos no que tange à desigualdade de direitos. Quando o primeiro Código Penal brasileiro foi criado, em dezembro

¹² Código de Hamurábi é o mais bem preservado exemplar da história das leis escritas. Oriundo da Mesopotâmia, acredita-se que foi escrito pelo rei Hamurábi, aproximadamente em 1700 a.C.

de 1940, durante o Estado Novo, pelo então presidente Getúlio Vargas, a liberdade sexual dos cidadãos desta nação era regida sob o título de Crimes contra os Costumes. O título traduzia para os termos legais os hábitos e as condutas da vida sexual que eram aprovados moralmente pela sociedade; normatizava comportamentos, criminalizava e punia desvios, portanto. Definia quem poderia praticar sexo, de que modo; como os crimes se davam, quem poderiam ser os agressores e as vítimas. A exemplo de todos os códigos que o precederam, o Código Penal brasileiro mantinha a tradicional definição de estupro: ser um crime praticado por homens contra mulheres honestas, virgens donzelas. Mulheres que não fossem honestas ou virgens ou menores de idade (além de virgens e honestas), aos olhos da lei e da sociedade, não poderiam, por definição, ser vítimas de estupro. Não desfrutavam dos direitos de defesa e justiça viabilizados pelo Estado, além de sofrerem com o julgamento moral de seus pares. O adultério também era considerado um tipo de crime, portanto, encontravam-se definidas na lei suas características e formas de punição. Geralmente, as mulheres eram as autoras e raramente as vítimas desse tipo penal.

A primeira reforma no título VI do Código Penal veio em 28 de março de 2005, quando sancionada a Lei nº 11.106, que abolia os crimes de sedução e adultério, além de transformar o crime de rapto em “qualificadora”¹³ do crime de sequestro (art. 148). O ponto mais importante da lei de 2005 foi a exclusão da expressão “mulher honesta”,¹⁴ que habitou por décadas o texto do Código Penal. Fato que a sanção da Lei nº 12.015/2009 trouxe alterações ainda mais substanciais ao Código Penal, a começar pela redefinição da nomenclatura do próprio título, que passou a designar os “Crimes contra a Dignidade Sexual”. Além da nova titulação, a reforma criou ‘tipos penais’, ou seja, novos crimes; unificou crimes que coexistiam em diferentes tipos penais, revogou artigos e capítulos, modificando as normas em geral (NUCCI, 2009). O título VI da Parte Especial do Código Penal, que dispõe sobre agora os Crimes contra a Dignidade Sexual (arts. 213 a 234-B), está dividido em seis capítulos:

¹³ A partir daquela data, os crimes de sequestro incluíam punibilidade para aqueles que praticassem o crime para fim libidinoso; contra menor de 18 anos.

¹⁴ Até 28 de março de 2005, os artigos 215, que tipifica o crime de posse sexual, e 216, que tipifica o crime de atentado violento ao pudor, eram redigidos da seguinte forma:

- art. 215. Ter conjunção carnal com mulher honesta, mediante fraude.

- art. 216. Induzir mulher honesta, mediante fraude, a praticar ou permitir que com ela se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal.

- Capítulo I – crimes contra a liberdade sexual (arts. 213 a 216-A);
- Capítulo II – crimes sexuais contra vulnerável (arts. 217-A a 218-B);
- Capítulo III – rapto (revogado);
- Capítulo IV – disposições gerais (arts. 225 a 226);
- Capítulo V – lenocínio e tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual (arts. 227 a 231-A);
- Capítulo VI – ultraje público ao pudor (arts. 233 a 234); e
- Capítulo VII – disposições gerais (arts. 234-A a 234-B).

A mais essencial das alterações encontra-se no capítulo I, que trata da redefinição do que é o estupro. Antes da sanção da Lei nº 12.015, os crimes contra a liberdade sexual contavam com seis tipos penais: estupro; atentado violento ao pudor; posse sexual mediante fraude; violação sexual mediante fraude; atentado ao pudor mediante fraude. Agora, os tipos penais foram resumidos em três: estupro; violação sexual mediante fraude e assédio sexual. Para análise e desenvolvimento dos argumentos deste capítulo, vamos nos concentrar nas alterações contempladas no capítulo I, por serem as que tocam diretamente nosso objeto de pesquisa. Vamos nos ocupar com mais atenção nos seguintes itens:

- 1) Redefinição do conceito de estupro;
- 2) Inclusão do estupro no quadro dos crimes hediondos;
- 3) Ação penal com titularidade pública;
- 4) Segredo de justiça para crimes contra dignidade sexual.

Cabe apontar que a redação atual do título VI dá sequência às atualizações morais que vieram sendo feitas na lei desde a criação do código, em 1940. Por exemplo, o texto aboliu definitivamente a figura da “mulher virgem” e trouxe os conceitos “vulnerável”¹⁵ e “exploração sexual”. Passemos agora à apresentação das alterações que nos interessam.

¹⁵ Também matéria de debate no campo jurídico, vulnerável é definido como o menor de 14 anos ou quem, por enfermidade ou deficiência mental, não tiver o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer causa, não possa oferecer resistência.

1. *Redefinição do conceito de estupro, art. 213*

Quadro 7

Redefinição do conceito de estupro no Código Penal brasileiro

CÓDIGO PENAL DE 1940	ALTERAÇÃO DO CÓDIGO PENAL PELA LEI Nº 12.015
Título VI - Dos Crimes contra os Costumes	Título VI - Dos Crimes contra a Dignidade Sexual
Capítulo I - Dos crimes contra a liberdade sexual	Capítulo I - Dos crimes contra a liberdade sexual
Estupro Art. 213. Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça: Pena - reclusão, de 6(seis) a 10(dez) anos.	Estupro Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

A redação anterior do título VI sustentava uma interpretação reducionista e ultraconservadora a respeito da violência sexual, para dizer o mínimo. O texto resumia estupro apenas à conjunção carnal, ou seja, ao coito vaginal (penetração da vagina exclusivamente pelo pênis). Tal interpretação do crime pressupunha que os agressores fossem apenas homens e que as vítimas fossem apenas mulheres. Ato libidinosos como sexo anal estavam enquadrados no revogado art. 214, *Atentado Violento ao Pudor*, que a partir da Lei nº 12.015/2009 foi incorporado à nova definição de estupro. A acepção sustentada pelo título Crimes contra os Costumes amparava legalmente a ideia de que o estupro viola a moral coletiva, a moral pública, e não a integridade e dignidade da vítima, uma vez que os costumes e a norma eram os bens protegidos pela lei anterior. Era como se o crime de estupro representasse, na verdade, “agressão à sociedade por intermédio do corpo feminino, é como se o homem (pai ou marido) fosse tocado em sua integridade moral pela violência sexual vivenciada pela mulher” (MENICUCCI, 2005). A reformulação da lei oferece instrumentos

para fomentar no seio da sociedade discussão que, por uma perspectiva otimista, pode resultar também na reformulação da moral coletiva, pois são ofertados subsídios para uma nova interpretação do estupro e seu significado.

No novo texto, a conjunção carnal não é mais entendida como a única forma de estupro. “Denomina-se estupro toda forma de violência sexual para qualquer fim libidinoso, incluindo, por óbvio, a conjunção carnal” (NUCCI, 2009, p. 16). Estupro passa, então, a ser entendido como qualquer ato sexual praticado sob violência ou grave ameaça para satisfação da libido. Pouco importa se o desejo será saciado havendo penetração vaginal ou não.

Atualmente, admite-se, então, que estupro pode ser cometido por um homem contra outro homem, por uma mulher contra outra mulher, por um homem contra uma mulher e por uma mulher contra um homem, e que o crime não está condicionado apenas à conjunção carnal (NUCCI, 2009). A lei reconhece ainda que o ato sexual sem consentimento causa graves danos à integridade, à dignidade humana. Entretanto, no documento legal, ou seja, no documento da ação penal, continua sendo preciso respeitar a tipificação legal que separa os atos libidinosos em *conjunção carnal* ou *outro ato libidinoso*.

Na peça acusatória, deve ser descrito o ato sexual violento tal como se deu. Se mais de um, evidentemente, todos devem ser especificados para garantir o pleno direito de defesa.

Quanto à acusação, depende da forma eleita pelo agente. Tratando-se de conjunção carnal, não se exige a completa introdução do pênis na vagina, nem é necessária a ejaculação. No tocante a *outro* ato libidinoso, a forma consumativa é mais ampla, pois as maneiras de cometimento do crime são diversificadas. Basta o toque físico eficiente para gerar a lascívia ou o constrangimento efetivo da vítima a se expor sexualmente ao agente para ser atingida a consumação. Porém, somente o caso concreto poderá delimitar, com eficiência, a finalização *iter criminis*, permitindo ao juiz visualizar a consumação. (NUCCI, 2009, p. 17, grifos do autor)

2. *Crimes hediondos* - Sobre a inclusão do estupro no quadro dos crimes hediondos, a mudança foi no sentido de ajustar o texto da Lei nº 8.072/1990¹⁶ – que define os crimes

¹⁶ Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.

Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.

Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, consumados ou tentados: (Redação dada pela Lei nº 8.930, de 1994) (Vide Lei nº 7.210, de 1984) I – homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994) II – latrocínio (art. 157, § 3º, in fine); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994) III

hediondos –, uma vez que o próprio conceito de estupro foi revisto. Como a Lei nº 12.015/2009 uniu *estupro e atentado violento ao pudor* no mesmo tipo penal ‘estupro’ e criou o tipo penal o ‘estupro de vulnerável’, era esperado que o texto da Lei nº 8.072/1990 se ajustasse aos novos conceitos.

3. *Ação penal com titularidade pública* - O efeito imediato dessa ação é retirar definitivamente os crimes sexuais da esfera privada, tratando-os como questão de segurança do Estado, portanto, uma questão de interesse público. A jurisprudência vinha apontando para essa prática, uma vez que grande parte das ações penais era da titularidade do Estado, na figura do Ministério Público. A ação ainda é condicionada à representação da vítima, ou seja, é preciso prestar queixa. Esse é o movimento exigido para deflagrar a ação penal, cuja titularidade passa a ser do Ministério Público. Se na ação penal privada era a própria vítima quem acusava o agressor pelas vias de um advogado particular, agora o cenário é outro. As vítimas não podem ser mais as acusadoras legais de seus agressores, tendo o Estado assumido esse papel tão logo a vítima solicite. Além de anular o carimbo de ‘acusadora’ para as vítimas, a decisão elimina a justificativa apresentada anteriormente de que a denúncia deveria ser privada para evitar constrangimentos e possíveis assédios à vítima. A ação apenas será incondicionada quando a vítima for vulnerável. Ou seja, o Ministério Público deverá agir de modo imediato tão logo tome conhecimento do crime, dispensando-se a iniciativa da vítima ou responsável (no caso de menores) para deflagrar a ação.

4. *O segredo de justiça* - A inclusão do art. 234-B no capítulo VII (Disposições Gerais) do título VI definiu que “Os processos em que se apuram crimes definidos neste Título correrão em segredo de justiça”. Tal decisão encontra respaldo no art. 5º da Constituição Federal de 1988, que define a exceção da publicidade dos processos judiciais tendo em vista o resguardo da intimidade das partes.

– extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994) IV – extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada (art. 159, caput, e §§ 1º, 2º e 3º); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994) V – estupro (art. 213, caput e §§ 1º e 2º); (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009) VI – estupro de vulnerável (art. 217-A, caput e §§ 1º, 2º, 3º e 4º); (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009) VII – epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º). (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994) VII-A – (VETADO) (Inciso incluído pela Lei nº 9.695, de 1998) VII-B – falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, caput e § 1º, § 1º-A e § 1º-B, com a redação dada pela Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998). (Inciso incluído pela Lei nº 9.695, de 1998) Parágrafo único. Considera-se também hediondo o crime de genocídio previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956, tentado ou consumado. (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

[...]

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

[...]

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem; (Constituição Federal de 1988, grifo nosso)

É preciso pontuar, no entanto, que a nova nomenclatura, somada à unificação dos tipos penais e todas as outras mudanças, não resolve dois problemas cruciais ligados ao estupro: 1) a prova; 2) a construção moral que idealizou a vítima ideal.

1) A prova - A lei ainda exige provas robustas e continua a debater qual o grau de resistência mínimo da vítima pode ser aceito como prova do crime. Ou seja, a ausência da violência física pode ser interpretada como consentimento pelo juiz.

A unificação dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor faz desaparecer, por completo, qualquer referência à honestidade ou ao recato sexual da vítima. Pouco importa como age o ofendido nesse cenário, podendo ser prostituta ou garoto de programa. **Logicamente o ponto central continuará sendo a produção de provas**, pois o delito cometido apenas com uso de grave ameaça é mais difícil de ser evidenciado.

[...]

Debatia-se com intensidade o grau de resistência da mulher e a duração de seu dissenso no cenário do crime de estupro. Tal discussão não se exaure diante do novo tipo penal. Entretanto, permiti-se debater, igualmente, o grau de resistência de qualquer pessoa, em face do delito sexual violento. Admite-se, ainda, o debate acerca da duração do dissenso da vítima em qualquer contexto e não apenas no âmbito da conjunção carnal. Sob essa ótica, é crucial afastar todo tipo de preconceito e posições hipócritas, pretendendo defender uma resistência sobre-humana por parte da vítima, a fim de comprovar o cometimento do estupro. Por vezes, o delito se consuma mediante emprego de grave ameaça, tornando-se inviável até mesmo a realização de corpo delito, visto não restar nenhuma lesão visível à pessoa ofendida. Certa vez houve debate em determinado Tribunal a respeito do dissenso da vítima, pois esta, percebendo ser o estupro inevitável, solicitou ao agente que utilizasse preservativo. Por conta dessa atitude, o outro terminou absolvido sob alegação de que a ofendida teria aquiescido com a relação sexual. (NUCCI, 2009, p. 18-19, grifos nossos)

O núcleo do tipo penal “estupro” encontra-se no verbo “constranger”, que significa tolher a liberdade, obrigar alguém a fazer o que não se quer.¹⁷ Relembrando, o novo texto do art. 213 redefine o estupro como ação de “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (CÓDIGO PENAL, 2009). Grave ameaça é a violência moral¹⁸ que resulta de intimidação, portanto, suas marcas são psicológicas e emocionais, ao contrário das marcas deixadas pela violência real; esta, sim, pressupõe a violência física, administração de drogas, remédios ou outros que anulem e/ou dificultem a resistência da vítima, deixando provas materiais.

Apesar de o texto legal admitir a violência moral, é matéria de larga disputa nos tribunais o grau de resistência da vítima como prova inconteste do crime como não consentimento ao ato. A jurisprudência mostra que o comportamento da mulher vítima de violência sexual sempre esteve no centro da tribuna, sendo usado como prova contra ela própria. O direito, em sua disciplina Vitimologia discorre largamente sobre a participação consciente ou não, ativa ou não da vítima no crime cometido contra ela. No Código Penal brasileiro, o capítulo III trata da aplicação da pena e traz no art. 59 especificações sobre a fixação da pena com a seguinte determinação:

Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, **bem como ao comportamento da vítima**, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime: [...] (CÓDIGO PENAL, 2009 grifos nossos)

Nada mais apropriado que os crimes sexuais para a aplicação desta premissa. Ainda que interpretemos a alteração legal como um movimento no sentido de eliminar o machismo impregnado no direito penal, há, na cultura, na moral coletiva, largas brechas para que a jurisprudência continue buscando justificativas, desculpas para o crime na vida íntima e no comportamento da vítima. Quando saímos do papel para verificar como se dá a aplicação das

¹⁷ Definição encontrada no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, de 2009.

¹⁸ *Dicionário de Direito Penal*, Mini Paumape, 1995, p. 106.

leis na vida real, constatamos que, quando a pauta é violência sexual, o que está em jogo é muito mais a reputação da vítima do que o crime cometido pelo réu.

Confirmam-se os seguintes julgados [17], os quais atestam que a dinâmica da prova, em sede de crime de estupro, possui vetor diverso, pois compete menos ao acusado sustentar sua inocência – a exemplo dos demais crimes – que à vítima provar a veracidade de suas declarações:

Estupro é a posse sexual da mulher por meio de violência física ou moral, isto é, pela força ou por grave ameaça. Supõe dissensão sincera e positiva da vítima, manifestada por inequívoca resistência, não bastando platônica ausência de adesão, recusa meramente verbal, oposição passiva ou inerte ao ato sexual (RT 607/291 – TJSP).

Para a tipificação do estupro exige a lei que a vítima, efetivamente, com vontade incisiva e adversa, oponha-se ao ato sexual. Seu dissenso ao mesmo há de ser enérgico, resistindo, com toda sua força, ao atentado à sua liberdade sexual. Não se satisfaz, pois, com uma oposição meramente simbólica, um não querer sem maior rebeldia. (TJSP – RT 535/287).

Tratando-se de mulher leviana, cumpre apreciar com redobrados cuidados a prova da violência. E ainda mais a vis compulsiva. Para a condenação é mister que essa prova seja estreme de dúvida (TJSP – RT 537/301).

Toda vez que uma mulher adulta, adotada de suficiente força para oferecer resistência, afirmar ter sido coagida ao coito mediante violência, dever-se-á usar da máxima cautela e objetividade, tanto mais quanto a experiência ensina que, muito frequentemente, afirmações de tal natureza não passam de invenção (TJSP – RT 498/292).

Os crimes contra os costumes são, geralmente, praticados na clandestinidade, sem a presença de testemunhas, razão pela qual tem valor probatório o depoimento da vítima se harmônico e coerente com as demais declarações constantes dos autos (TJMS – RT 673/353). (SILVA *apud* MIRABETE, 2010)

3.1 ONDE A LEI NÃO ALCANÇA

As leis não nascem no vácuo. Não são alteradas porque o legislador acordou bem-humorado, cheio de inspiração e resolveu fazer algo novo. As mudanças legais são fruto de muita luta social. A mudança a respeito das leis que tutelam a sexualidade do povo brasileiro é resultado da secular luta feminista ao redor do mundo e em particular da luta das feministas brasileiras¹⁹ pela ampliação e garantia do direito das mulheres. Nesse sentido, as atualizações

¹⁹ Ao tratar da desigualdade de gênero, Saffioti aponta, entre outras, a distância entre o legislador e as leis – nada sensíveis à realidade das vítimas de violência de gênero; e a realidade das mulheres violentadas. Graças à vigilância e infiltração das feministas no meio jurídico, foi possível os avanços trazidos na reforma do Código

feitas no texto do Código Penal brasileiro estariam, em tese, atendendo às reivindicações que alargariam a cidadania das mulheres, uma vez que, com a reforma, o bem jurídico protegido passa a ser a dignidade sexual da pessoa, e não mais os costumes. Pretende-se garantir o respeito ao desejo, à vontade sexual de cada um, portanto, visa-se garantir o direito de se escolher quando, onde, com quem e de que modo acontecerá a prática sexual (NUCCI, 2009). O que se busca punir é a satisfação da libido obtida sem o consentimento do outro.

Infelizmente, porém, o texto da lei não dá conta de resolver, ao menos não por si só, questões ligadas às estruturas sociais intrínsecas ao estupro. Questões que são da ordem das relações assimétricas entre mulheres e homens e que foram sendo moldadas e solidificadas ao longo da história da espécie humana e contaminam todo o modo de organização das nossas sociedades atuais. Logo adiante, apontaremos as origens dessa assimetria, mas cabe ressaltar que a sexualidade feminina sempre foi tutelada pelos homens, pelos machos da espécie. O estupro, sua definição e punição sempre foram ditados pelas mãos dos homens. Ainda que atualmente o Código Penal brasileiro pareça responder a uma demanda feminina, a grande maioria dos juízes e legisladores é do sexo masculino. Assim como o são os políticos e todos os que ocupam cargos de poder e desfrutam dos mais altos *status* nessas e em qualquer outra sociedade que já tenhamos tido notícia.

Não vamos aqui nos deter nas explicações que tentam justificar e legitimar como natural a ocupação dos espaços públicos pelos homens, enquanto caberia à mulher o espaço doméstico. Pelo contrário, vamos somar ao coro das que lutam para demonstrar que a desigualdade entre os sexos – com prejuízo para as mulheres – não é um dado irrefutável da natureza, mas sim uma construção mental cruel e injusta que estruturou as relações pessoais, contaminando as leis, os Estados e tudo o mais que compõe o universo humano. Sendo assim, a lei, por si só, parece insuficiente para dar conta de corrigir a assimetria entre as fêmeas e os machos da nossa espécie.

Faz apenas seis anos que o título VI do nosso Código Penal deixou de tutelar os crimes contra os costumes para tutelar os crimes contra a dignidade sexual. O primeiro título vigorou por 69 anos. Mesmo o Código Penal de 1940 trouxe o lastro machista de seu antecessor. O Código Criminal do Império, de 1830, tipificava o estupro da seguinte forma:

Penal, pela Lei nº 12.015/2009. Sobre a limitação do antigo conceito de estupro, a autora narra ter partido das feministas a iniciativa de elaborar proposta para reforma da parte específica do Código Penal. “Nesta sessão trabalhamos: uma representante do Cfemea, grupo que atua junto ao legislativo federal nos assuntos pertinentes à causa feminista, a advogada Silvana Pimentel e eu, pelo fato de ter feito o curso de Direito e de, como socióloga, ter estudado o abuso sexual e o abuso incestuoso” (SAFFIOTI, 2015 p. 25).

Art. 222. Ter cópula carnal por meio de violencia ou ameaças, com qualquer mulher honesta. Penas – de prisão por tres a doze annos, e de dotar a offendida. Se a violentada fôr prostituta. Penas – de prisão por um mez a dous annos. (*Apud* PIERANGELLI, 1980, p. 243, ortografia original)

Bem antes do Código Criminal do Império, em 1700 a.C., o Código de Hamurábi tutelava, em seu capítulo X, sobre “Matrimônio e família, delitos contra a ordem da família. Contribuições e doação nupciais”. Nele, o art. 130 ordenava: “se alguém viola a mulher que ainda não conheceu homem e vive na casa paterna e tem contato com ela e é surpreendido, este homem deverá ser morto e a mulher irá livre”; no art. 154 - “Se alguém conhece a própria filha, deverá ser expulso da terra”; no art. 157 - “Se alguém, na ausência de seu pai, tem contato com sua progenitora, dever-se-á queimá-la ambos”; no art. 158 - “Se alguém, na ausência de seu pai, é surpreendido com a sua mulher principal, a qual produziu filhos, deverá ser expulso da casa de seu pai”.

Seis anos, portanto, é muito pouco quando contemplamos o tempo em que as sociedades vivem sob a tutela do regime patriarcal,²⁰ que, apoiado na divisão social de gênero, cerceia a liberdade, a autonomia, a sexualidade, a individualidade, enfim, o corpo, a existência das mulheres enquanto seres humanos, enquanto sujeitos de direito, enquanto cidadãs. Tomando como base a definição de patriarcado apresentada por Saffioti, podemos resumidamente dizer que patriarcado é um sistema político alicerçado na exploração e dominação dos homens sobre as mulheres. Trata-se de um conjunto de leis secular, que define e organiza a vida cotidiana de modo a privilegiar os homens em detrimento das mulheres, uma vez que se apoia e realiza a partir de um dado natural que é a diferença sexual da espécie humana. A origem desse sistema está no acordo original que brindou aos homens, patriarcas, direitos sociais baseados nessas diferenças. Como já dito, o texto mais remoto de que se tem notícia é o Código de Hamurábi. Como lembra a autora em pauta, um dos elementos essenciais do patriarcado é exatamente o controle da sexualidade feminina a fim de garantir a fidelidade da esposa ao marido (SAFFIOTI, 2015).

O contrato original inicialmente firmado em sociedades patriarcais com limites postos na esfera privada – o pai ter direitos específicos, como os de vida, morte e casamento sobre esposa, filhas e filhos – extrapolou a esfera pessoal, alastrando-se pelo corpo social, pois

²⁰ Saffioti estima, com base na autora Gerda Lerner - que por sua vez baseou-se em pesquisas paleontológicas, arqueológicas e outras evidências –, que o patriarcado teria 2.603-4 (*sic*) anos (SAFFIOTI, 2015, p. 63).

“direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado” (SAFFIOTI, 2015, p. 57). As estruturas hierárquicas das relações patriarcais contaminaram e moldaram todos os espaços públicos, todas as sociedades. Obviamente, e como já apontado no início do capítulo, o pacto original sofreu mutações e foi se adaptando aos novos contextos históricos. Como aponta a autora, trata-se de um fenômeno social, portanto, está em constante transformação e, justamente por isso, encontramos nas sociedades atuais a essência do contrato original. O núcleo duro não é mais o patriarca, contudo, conseguimos identificar a mesma lógica de atuação do *patria potestas* nos Estados e ainda nas relações pessoais dos dias atuais, quando os homens continuam sendo os titulares dos direitos sexuais.²¹ O contrato social que estabeleceu os direitos sexuais masculinos sobre os corpos femininos era, por óbvio, um acordo que normatizava as relações sociais por vias legais e tinha como um de seus eixos centrais o controle da sexualidade feminina. Impossível que tal acordo fosse restrito apenas ao seio familiar, uma vez que do controle das relações individuais dependia a ordem do corpo social. “Sendo o *patriarcado* uma forma de expressão do poder político, esta abordagem vai ao encontro da máxima legada pelo feminismo radical: ‘o pessoal é político’” (SAFIOTTI, 2015, p. 57).

Justaposto ao conceito de patriarcado, está o conceito de gênero. Endossamos a defesa de Saffioti para o uso simultâneo de ambos. Um não exclui o outro, sendo complementares e essenciais para a compreensão e localização teórico-social da opressão e submissão das mulheres. A divisão da humanidade baseada em gênero obedece a um conjunto de regras morais cuidadosamente construído sob insígnia da desigualdade. Para tal, foi preciso que acreditássemos e aceitássemos que existe uma divisão, talvez divina, entre os machos e fêmeas da espécie humana que é deflagrada a partir do fato biológico “genitálias diferentes”. Em linhas gerais, estamos falando da divisão da espécie por sexo/gênero (RUBIN, 1993). É, então, com base nos órgãos reprodutivos que valores e comportamentos distintos são

²¹ Para detalhar melhor o conceito de patriarcado, Saffioti cita Pateman. Reproduzimos aqui a citação: “A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato social original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal - é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subverteram o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido de patriarcal - isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres - e, também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich, de ‘lei do direito sexual masculino’. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado: ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno (p.16-17)”. (*apud* SAFFIOTI, 2015, p. 56-57)

atribuídos a homens e mulheres. São várias as autoras que se debruçam sobre o tema, abordando-o por diferentes ângulos.²² A intersecção entre os diversos enfoques encontra o mínimo consenso na ideia de que gênero é a construção social do feminino e do masculino.

Apesar de o conceito de gênero ser aparentemente neutro, pois não explica necessariamente a desigualdade,²³ é a partir dele que se dá a reflexão acerca do fenômeno social (diferentes papéis atribuídos a homens e mulheres) que foi criado a partir do dado biológico (genitálias diferentes) e resulta na divisão sexual assimétrica entre os gêneros da espécie humana. Foi após a apropriação feminista do termo, na década de 1970,²⁴ que as investigações a respeito da história das mulheres passaram a adotar a acepção para nomear e revelar as relações sociais hierárquicas entre homens e mulheres, sendo elas subordinadas a eles. *Grosso modo*, podemos afirmar que, para além de uma categoria analítica, o conceito de gênero revela a estrutura social presente em todas as sociedades²⁵ que trabalham para exaltar o masculino e inferiorizar o feminino, delineando limites e possibilidades de atuação e comportamentos e ordenando as relações e o cotidiano. Se por um lado o conceito de gênero revela as relações assimétricas e atemporais entre os sexos, é o conceito de patriarcado que dará conta da base material dessa estrutura, pois traduz as diferenças em desigualdades no campo político. Como aponta Saffioti, o conceito de patriarcado, aliado ao de gênero, localiza no tempo e espaço a “ordem patriarcal de gênero”. Sem a divisão social de gênero, o patriarcado não teria bases para se sustentar.

²² Saffioti (2015, p. 47), ao explicar que gênero não se resume apenas a uma categoria de análise, resume: “Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (Lauretis, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (Scott, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (Flax, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem e mulher, mas também relações homem-homem, e relações mulher-mulher (Saffioti 1992, 1997b; Saffioti e Almeida e Almeida, 1995) etc. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: gênero é a construção social do masculino e do feminino”.

²³ A divisão de gênero aponta que há diferenças entre homens e mulheres, mas deixa em aberto o teor simbólico valorativo das diferenças. Assim como deixa em aberto que, no campo das violências, apenas pressupõem que a violência perpassa os sexos, sem necessariamente definir os contornos sociais da diferença, sem definir vítimas e agressores. Essa conclusão fica subentendida, muitas vezes. Como conclui Saffioti, “Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em função de sua generalidade excessiva, apresenta grande grau de extensão, mas baixo nível de compreensão”. (SAFFIOTI, 2015, p. 148)

²⁴ RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” dos sexos*. 1993.

²⁵ Baseando-se em Lerner, ao tecer suas considerações sobre a neutralidade do conceito de gênero, Saffioti aponta que, por mais que mulheres tenham tido *status* relativamente altos em sociedades anteriores, mesmo nas de caça e coleta, “em todas as sociedades conhecidas as mulheres, como categoria social, não ditam normas sexuais nem controlam as trocas matrimoniais. (SAFFIOTI, 2015, p. 127)

O patriarcado, ou a ordem patriarcal de gênero, ao contrário, como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando propositadamente explícito o vetor da dominação-exploração. Perde-se em extensão, porém se ganha em compreensão. Entra-se assim, no reino da História. Trata-se, pois, da falocracia, do androcentrismo, da primazia masculina, é por conseguinte, um conceito de ordem política. (SAFFIOTI, 2015, p. 148)

Julgamos pertinente ao nosso trabalho a definição do conceito de gênero pela via do patriarcado, uma vez que a ordem patriarcal de gênero é um conceito preciso para análise dos desdobramentos, no Estado e na sociedade, da violência sexual praticada por homens contra mulheres. Adotamos o conceito porque ele contém a localização histórica e a dimensão política da violência praticada contra as mulheres. A fim de investigarmos como a imprensa e o direito penal traduzem a violência sexual, consideramos fundamental rastrear as bases histórico-teóricas para compreender o problema. Por tratar-se de uma análise que busca problematizar o fazer jornalístico e sua contribuição para a construção da cidadania das mulheres, mais que apontar a assimetria de gênero nas relações sociais, é preciso localizá-las no campo político e legal que as traduz e as sustenta enquanto desigualdade.

As diferenças entre os seres humanos são naturais, pois são fatos biológicos perfeitamente normais. Longe de ser um dado natural, no sentido de encontrado e verificado facilmente na natureza, a desigualdade é um conceito, um dado social. Trata-se, pois, de uma construção mental e parte da imaginação fértil dos homens se materializando sorrateiramente em ações que promovem e justificam a injustiça baseando-se nas diferenças, que são traduzidas politicamente em desigualdades. Igualdade e desigualdade são conceitos políticos, construções mentais. Não é possível e não se espera que todos os indivíduos de uma sociedade sejam iguais. A natureza pressupõe diferenças e, como aponta Saffioti, o par da diferença é a identidade, e não a desigualdade. A ideia de desigualdade costumeiramente se apoia em fatos naturais para naturalizar injustiça, desigualdade social, violências de todo tipo, discriminações. Em tese, no terreno da política, da democracia, não poderia haver assimetria de direitos, sobretudo quando a base são diferenças naturais. A ideia de igualdade nasce no seio da revolução burguesa e prega que todos são iguais. Portanto, todos somos portadores dos mesmos direitos. Seres humanos são diferentes por excelência e os Direitos Humanos nascem para dar conta disto: de garantir que todos terão direitos respeitados independentemente das diferenças naturais (SAFFIOTI, 2015).

Pelo exposto, podemos afirmar que a violência de gênero revela a divisão desigual de papéis sociais atribuídos a mulheres e homens e que o julgamento – tanto pela via legal quanto moral – está atravessado pela ordem patriarcal de gênero. É como se o agressor sexual estivesse cumprindo um papel social; que, apesar de imoral, é socialmente esperado. Segato (2003), em suas pesquisas e entrevistas com estupradores no Distrito Federal, constatou que, longe de serem doentes mentais ou sociopatas, tratava-se de homens normais, extremamente moralistas, que se viam como justiceiros, cumprindo a função de educar e punir as mulheres desonestas (SEGATO, 2003). Moralmente, as mulheres que são vítimas de violência sexual têm vasculhada sua conduta na busca de justificativas que autorizem a agressão.

Nos tribunais não haveria de ser diferente. Por essa razão, a leitura e aplicação descontextualizadas da Lei nº 12.015/2009, portanto, feitas sem a compreensão de toda a ordem patriarcal de gênero inerente à violência sexual, continuarão repetindo as mesmas violências contra as mulheres e tratando com benevolência o agressor. Ao considerar as questões legais que envolvem a violência sexual, Andrade tem críticas ferrenhas ao direito penal:

O discurso feminista da neocriminalização, louvável pelas boas intenções, encontra-se, nesta perspectiva, imerso na reprodução da mesma matriz (patriarcal) de que faz a crítica, num movimento circular. Pois, em primeiro lugar, reproduz a dependência masculina na busca da autonomia e emancipação feminina. Ou seja, as mulheres buscam libertar-se da opressão masculina recorrendo à proteção de um sistema demonstradamente classista e sexista e crêem encontrar nele o grande Pai capaz de reverter sua orfandade social e jurídica. O fulcro da questão parece residir, pois, no próprio sentido desta proteção. Até que ponto é um avanço para as lutas feministas a reprodução da imagem social da mulher como vítima, eternamente merecedora de proteção masculina, seja do homem ou do sistema penal? Ou, em outras palavras, de que adianta correr dos braços do homem (marido, chefe ou estranhos) para cair nos braços do sistema penal se nesta corrida do controle social informal ao controle formal reencontra a mesma resposta discriminatória em outra linguagem? Em segundo lugar, ao reproduzir o discurso e as práticas da “luta contra” a violência sexual através do sistema penal, não raro associados a uma declaração de guerra contra o masculino (política separatista), a estratégia neocriminalizadora reproduz o alcance imperialista do sistema penal que, ao maximizar a conversão dos problemas sociais em problemas penais, estendeu seu império sobre a sociedade como um polvo estende seus tentáculos sobre a areia. E, ao tentar abarcar, ao mais fino grão, o cotidiano da vida social, assumiu uma tarefa enormemente superior à sua intrínseca capacidade. (ANDRADE, 1996, p. 119)

Ao comentar estudos relativos à reforma na legislação que tutela os crimes sexuais em países como Canadá, na década de 1980, Andrade ressalta que, ao anular as questões da ordem patriarcal de gênero inerentes ao estupro com a mensagem de que qualquer um pode

ser estuprador, o texto invisibiliza a característica principal do crime, que é justamente a de ser crime praticado por homens contra mulheres pressupondo a submissão, dominação e controle de um gênero sobre o outro.²⁶ O pensamento de Rita Segato vai ao encontro do acima exposto. Segato considera que a lei é ineficaz para desmanchar o universo das construções sociais que promovem a violência de gênero e não será por decreto que serão transformadas as fantasias e formas de desejo e alcance do prazer baseadas na construção de estereótipos de gênero. “Aqui, o trabalho da conscientização é lento, mas indispensável” (SEGATO, 2005).

3.2 QUEBRANDO O SILÊNCIO

Para além de defenir conceitos e problematizar a legislação que tutela a sexualidade (feminina), acreditamos que a discussão a respeito dos crimes de violência sexual deve passar também por sua compreensão simbólica. Nesse sentido, recorremos a Rita Segato, que define o estupro do seguinte modo:

Uso e abuso do corpo do outro sem que este participe com intenção ou vontade compatíveis, o estupro dirige-se ao aniquilamento da vontade da vítima, cuja redução é justamente significada pela perda do controle sobre o comportamento de seu corpo e o agenciamento do mesmo pela vontade do agressor. A vítima é expropriada do controle sobre seu espaço-corpo. É por isso que se poderia dizer que o estupro é o ato alegórico por excelência da definição schmittiana de *soberania* – controle legislador sobre um território e sobre o corpo do outro como anexo a esse território. Controle irrestrito, vontade soberana arbitrária e discricionária cuja condição de possibilidade é o aniquilamento de atribuições equivalentes nos outros e, sobretudo, a erradicação da potência destes como índices de alteridade ou subjetividade alternativa. Nesse sentido, também esse ato está vinculado ao consumo do outro, a um canibalismo mediante o qual o outro perece como vontade autônoma, e sua oportunidade de existir somente persiste se é apropriada e incluída no corpo de quem o devorou. O resto de sua existência persiste somente como parte do projeto do dominador. (SEGATO, 2005, p. 270)

A mulher que viveu a desagradável experiência de ter seu corpo tocado sem o seu consentimento sabe o quanto a experiência, por mais banalizada que pareça a outrem, pode ser violenta e traumatizante. Aquela que já viveu qualquer forma de violência sexual, por certo, perguntou-se o que ela mesma fez para provocar a situação e, se pensou em denunciar a

²⁶ Veja ANDRADE, 1996.

violência, encontrou no caminho muitas dificuldades internas e externas. Sentir-se responsável e culpada pela violência sofrida é fator essencial para que a denúncia não se realize e que o crime continue na escuridão. A culpa é componente fundamental da socialização feminina e elemento essencial para que a chamada “cultura do estupro” opere. O termo foi cunhado pelas feministas norte-americanas no fim da década de 1970 e denuncia uma série de comportamentos sociais que, pela via da moral, invisibilizam o estupro ou o legitimam enquanto ação provocada pela vítima; ao mesmo tempo que embute nas mulheres a sensação de culpa pela violência sofrida. Culpabilizar a vítima, duvidar da sua palavra são as principais estratégias desse processo. Quando se trata de violência sexual, fatalmente a conduta das mulheres será colocada sob suspeita. Recai sobre a vítima a obrigação de se provar inocente, comprovando a veracidade da denúncia. A palavra da vítima de violência sexual é imediatamente posta em dúvida, devendo ser reiteradamente testada, o que não vemos acontecer com vítimas de outros tipos de crime. A vida sexual da mulher serve imediatamente de prova contra ela mesma. Por que ela estava na rua àquela hora da noite? Por que ela estava sozinha na casa do agressor? Por que ela estava usando decote? Por que ela bebeu? Ah! Ela procurou! Apenas a mulher honesta (a mesma que figurou por anos em nosso Código Penal) será merecedora da justiça. Busca-se a vítima ideal. Desse modo, o agressor, quem de fato cometeu o crime, encontra no comportamento da vítima as justificativas para a violência e tem na falta de credibilidade da palavra dela esconderijo seguro. Saffioti localiza na herança do pensamento freudiano o descrédito dado à palavra das vítimas de violência sexual:

Dominaram o século XX dois pensamentos: o de Marx e o de Freud. Ambos, cada um a seu modo e em seu campo, questionaram agressivamente as sociedades em que viveram. Produziram ideias e análises, por conseguinte, subversivas, legando ambos às gerações posteriores patrimônios culturais até hoje valorizados. No caso de Freud, porém, uma parte desta herança tem produzido resultados extremamente deletérios às vítimas de abuso sexual, em especial do abuso incestuoso. Para Freud e hoje para muito de seus seguidores, os relatos das mulheres, que frequentaram seu consultório, sobre abusos sexuais contra elas perpetrados por seus pais eram fantasias derivadas do desejo de serem possuídas por eles, destronando, assim, suas mães. (SAFFIOTI, 2015, p. 20)

Nada mais útil, palatável e facilmente absorvido pela ordem patriarcal de gênero que uma hipótese impossível de se provar – no sentido popperiano – como o complexo de Édipo

Feminino.²⁷ A hipótese da fantasia feminina sobre a agressão sexual como sendo na verdade um desejo oculto pelo agressor serviria não só para invisibilizar o abuso incestuoso, como qualquer outro tipo de estupro.²⁸ Além de imprimir o desejo oculto às vítimas, a cultura do estupro opera no sentido de refutar vários de seus atos de resistência.²⁹ Como vimos, há ainda no direito grande discussão sobre o dissenso da vítima. Além de a definição do que seja ou não estupro ser dada pelas vias do direito penal, contaminado pela ordem patriarcal de gênero, é também o direito penal que definirá o que é a resistência suficiente e satisfatória de uma vítima. É a estrutura social masculina que julgará a vítima de estupro e a violência sexual. Por vezes, pouco importa se o legislador é homem ou mulher, a grande maioria respira, bebe, come e dorme na mesma ordem patriarcal de gênero (SAFFIOTI, 2015).

Para além do descrédito da palavra da vítima, existem outros motivos pelos quais uma vítima de violência sexual não denuncia o crime. O primeiro deles encontra-se na dificuldade que muitas vezes há em reconhecer a violência. Verdade que é recente nosso entendimento e reconhecimento de vários tipos de violências como tal. Muitos comportamentos violentos e agressivos foram naturalizados, pois simplesmente entendidos como características dos relacionamentos e modos de se relacionar. A reconceitualização do entendimento da violência passa pela ampliação recente de seus significados. O estupro marital, por exemplo, encontrou abrigo e proteção na jurisprudência e ainda é motivo de debate judiciário o direito implícito do marido de obter sexo independente da vontade da esposa, uma vez que o contrato marital implicava obrigações sexuais. No direito penal, encontramos defensores da tese de que o marido não pode ser penalizado por estuprar a esposa justamente porque a prática do sexo é obrigação. Doutrinadores mais antigos como Nelson Hungria e Magalhães de Noronha defenderam essa posição. Há também os defensores como Damásio e Mirabete, que sustentam a tese de que, sim, o marido pode ser penalizado pelo crime de estupro porque a lei não sustenta o emprego de violência ou grave ameaça para conseguir sexo (MAIA, 2007). Apesar de a Constituição Federal de 1988 estabelecer a isonomia entre os sexos, a jurisprudência revela, mais uma vez, a estrutura da ordem patriarcal de gênero operando. Doutrinadores

²⁷ Jung rebatizou a hipótese dando o nome de Complexo de Electra.

²⁸ Importante destacar que uma das estratégias da defesa de Roger Abdelmassih se apoiou na hipótese levantada pelo réu de que as vítimas vivenciaram fantasias sexuais provocadas pela anestesia. Na imprensa, foi publicada a seguinte declaração da atriz Luisa Tomé: “Ele é afetivo. Vai ver que elas não entenderam direito. Será que não é delírio dessas mulheres, até um desejo oculto?”

²⁹ Na década de 1990, feministas canadenses lançaram a campanha “no means no” – não é não – para combater a ideia de que, quando uma mulher diz não, ela quer dizer sim.

como Nucci acreditam superado o debate a respeito da legalidade do estupro marital, sobretudo após a Lei nº 12.015/2009.

Não mais se admitia a tese de que haveria, na conduta violenta para atingir a conjunção carnal, o exercício regular de direito. Homens e mulheres são iguais em direitos sob a ótica da Constituição Federal de 1988. Portanto, hoje, pode-se admitir a esposa como sujeito ativo do delito estupro, tendo por vítima o marido. (NUCCI, 2009, p. 18)

Ingênuo supor que a alteração na legislação por si só dará conta de resolver os problemas originados em outra esfera social. O chamado “débito conjugal”, depreendido do nosso Código Civil, através do art. 1.566, inciso II, determina a “vida em comum, no domicílio conjugal”, essa é a tradução para os dias de hoje da obrigatoriedade do sexo no casamento; representando a atualização do contrato sexual, aquele que dá aos homens poderes e direitos sobre as mulheres. Nessa versão do contrato, temos o corpo feminino, ele próprio, como dote.

A exemplo da invisibilidade do estupro marital, inclusive pelo Estado, temos várias outras possibilidades em que a vítima pode ter dificuldades de reconhecer o estupro, pelo simples fato de que as mulheres são socializadas e doutrinadas para não identificar a violência e se reconhecer como culpadas. Se uma mulher é estuprada numa festa por um “amigo”, após ter bebido a ponto de estar inconsciente ou não ter condições de se defender, facilmente ela será julgada moralmente por ter provocado a situação. Poucos serão aqueles a reconhecer que o “amigo” deveria ter cuidado da saúde e integridade física da mulher em questão, e não se aproveitado do seu estado de embriaguez. Muito provável que a própria mulher se culpe. Então, para além da dúvida que se instala a respeito da veracidade da denúncia, com base na honestidade da vítima, há mais duas forças atuando como verdades na invisibilização do estupro: 1) o mito do desconhecido no beco escuro e 2) o estereótipo do estuprador.

Sub-reptícia a ideia naturalizada entre nós de que o estupro acontece apenas à noite, em ruas e becos escuros, e é perpetrado por um total desconhecido da vítima. Esse mito vem colaborando por décadas para invisibilizar as outras circunstâncias em que o estupro acontece. Não a rua, mas a casa é definitivamente o lugar mais inseguro e violento para as brasileiras. Um levantamento apresentado pelo Ipea, em 2014, trouxe análise a respeito do estupro baseada no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), gerido pelo Departamento de Análise de Situação de Saúde (Dasis), da Secretaria de Vigilância em Saúde

(SVS), do Ministério da Saúde (MS).³⁰ Foram analisados dados de 2011 que revelam o registro de 12.087 estupros no país naquele ano. A análise dos dados comprova o que as feministas já apontam há muito tempo: o estupro é um crime majoritariamente praticado por homens contra mulheres. As mulheres são as agressoras em 1,8% dos casos e vitimizam crianças, enquanto os homens são os agressores em 96,6% dos casos e vitimizam mulheres de todas as idades.³¹ Em 89% dos casos registrados no referido estudo, as vítimas eram do sexo feminino, sendo que crianças e adolescentes representavam 70% do total. Nesses casos, os agressores são, em primeiríssimo lugar, os próprios pais, que vêm seguidos por padrastos, familiares e conhecidos. O estudo ainda aponta que 70% dos estupros são cometidos por pessoa conhecida da vítima, sendo a cena do crime a própria casa em 65% dos casos.

Em 2013, pesquisadores do Ipea levaram a campo, no âmbito do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), um questionário sobre vitimização que continha perguntas sobre violência sexual. Com base nas respostas, foi possível estimar que a cada ano no Brasil 0,26% da população sofre violência sexual, o que indica que haja anualmente 527.000 tentativas ou casos de estupros consumados, dos quais 10% são reportados à polícia. Tal informação é consistente com os dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de 2013, que apontou 50.617 casos de estupro notificados em 2012 no Brasil. Contudo o relatório alerta: as estatísticas devem ser analisadas com certo cuidado, pois é

³⁰ O Sinan foi desenvolvido no início da década de 1990 com o objetivo de padronizar o processo de registro, de consolidação e de compartilhamento de dados de doenças e agravos de notificação compulsória (DNC) no Brasil. Os dados são coletados a partir da Ficha de Notificação/Investigação Individual, que é preenchida nas unidades do Sistema Único de Saúde, sempre que houver suspeita da ocorrência de problema de saúde de notificação compulsória. Os agravos decorrentes de violências começaram a ser relacionados entre 2006 a 2008, quando a vigilância foi implantada em serviços de referência para violências (centros de referência para violências, centros de referência para DST/Aids, ambulatórios especializados, maternidades, entre outros). A partir de 2009, o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva) passou a integrar o Sistema de Informação de Agravos de Notificação versão net (Sinan NET), disponível para todos os municípios do país. Entretanto, apenas a partir de 2011 as notificações de violência doméstica, sexual e outras violências passaram a ser feitas de forma padronizada e universal, com a publicação da Portaria MS/GM nº 104, de 25 de janeiro de 2011.

³¹ Segundo levantamento do Ipea publicado em 2014, em 2011 os homens representaram 11,5% das vítimas de estupro sendo: 18,8% crianças (até 13 anos); 6,4% adolescentes (entre 14 e 17 anos), 2,5% e adultos (acima de 18 anos). As vítimas de estupro do sexo feminino representaram 88,5% naquele ano. Quanto ao sexo dos estupradores, os dados revelaram que:

- vítima criança, o agressor do sexo masculino em 92,55% dos casos;
- vítima adolescente, o agressor do sexo masculino em 96,69% dos casos;
- vítima adulta, agressor do sexo masculino em 96,66% dos casos.
- As mulheres são estupradoras em 1,8% dos casos quando a vítima é criança. Fonte: Sinan/Dasis/SVS/Ministério da Saúde. Dados de 2011.

possível que a metodologia utilizado no SIPS não seja a mais adequada para medir a prevalência do estupro, “podendo servir apenas como uma estimativa para o limite inferior de prevalência do fenômeno no País” (IPEA, 2014).

Lembramos que, em uma sociedade com distâncias socioeconômicas tão grandes, as classes baixas e as altas terão formas diferentes de lidar com o estupro. A investigação acerca da violência sexual nas classes altas não é tarefa fácil,³² dado o silêncio que cerca os atos violentos. A imagem e o *status* da família, entenda-se o *status* do patriarca, devem ser mantidos a todo custo. Os patriarcas das famílias mais abastadas possuem mais poder e controle não só sobre suas famílias, mas nos ambientes sociais onde circulam. Muitas vezes, as vítimas não conseguem denunciar as agressões em razão do poder e da influência do pai ou marido no círculo social no qual estão inseridos (SAFFIOTI, 2015). O revelar da violência nas classes altas corresponde ao desmascarar do opressor por definição: o homem branco.³³

Chegamos então ao segundo ponto: o estereótipo do estuprador. Quem temer quando se está andando sozinha à noite na rua: o homem negro ou o homem branco? O que está bem vestido ou mal vestido? Sendo o estupro um ato que acontece supostamente em ruas escuras, perpetrado por um desconhecido, fatalmente operar-se há por preconceitos e estereótipos na hora de encontrar culpados. Cabe ainda pensar por que o mito do estranho no beco escuro foi tão aceito. Se pensarmos no corpo da mulher como território de posse do marido ou pai, a presença de um estranho fatalmente confrontará a soberania e o direito pátrio. É preciso que se defenda a propriedade contra o invasor. Em se tratando do estupro enquanto conjunção carnal, ainda existe o agravante da violação do útero enquanto propriedade pátria. O ato sexual poderá resultar em um filho bastardo, criando problemas de linhagem, de herança, de propriedade. Não seria absurdo concluir que, mais que um mito para invisibilizar outras situações de estupro, o desconhecido no beco escuro é a única possibilidade de estupro que abala o pátrio poder. Portanto, a única forma de estupro que é socialmente reconhecida como tal e onde a vítima tem chances de conquistar justiça.

³² *O preço do silêncio* é resultado da pesquisa de Tânia Rocha de Andrade Cunha, orientada por Heleieth Saffioti, e tem como objeto a violência conjugal contra as mulheres das camadas média e alta.

³³ A título de ilustração, relembremos o caso de agressão sofrida pela atriz Luana Piovani, em 2008. Piovani foi agredida pelo ex-noivo, Dado Dolabella, e decidiu denunciar às autoridades. Seus advogados entraram com ação baseando-se na Lei Maria da Penha e a sentença do desembargador Sidney Rosa da Silva, da 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, foi simbólica. Segundo ele, Luana Piovani “não pode ser considerada uma mulher hipossuficiente ou em situação de vulnerabilidade” e não convivia “em relação de afetividade estável” com Dado. Logo após a sentença, a câmara carioca aceitou um recurso apresentado por Dolabella contra o Ministério Público. Podemos supor que a recusa em reconhecer Luana Piovani como vítima tem ligações com a recusa em reconhecer Dado Dollabela, um homem branco, da elite, como agressor.

3.3 INTERPRETAÇÕES

Como já visto, encontra-se no controle da sexualidade feminina o pilar de sustentação do patriarcado e na violência de gênero, principalmente sexual, a materialização do poder, subordinação e força masculina. Por todo o exposto, podemos somar ao coro das várias feministas que já apontaram a violência de gênero como um fenômeno transversal nas sociedades. Está presente em todas as classes sociais e, claro, sua materialização variará de acordo com as possibilidades do ambiente, características do agressor etc.³⁴

Voltando ao objeto desta pesquisa, acreditamos ter oferecido arcabouço teórico para embasar as seguintes afirmações: as vítimas de Roger Abdelmassih permaneceram tanto tempo em silêncio porque foram silenciadas pela estrutura que blinda o poder, *status*, prestígio e privilégio de um homem que, além de ostentar diploma da mais respeitada das profissões, é destaque entre seus pares. As vítimas de Roger Abdelmassih, como mostraram as reportagens, tentaram denunciar o crime, mas não foram ouvidas pelas autoridades.

Ao analisar os crimes contra mulheres na Ciudad Juárez, México, Rita Segato afirmou que “nenhum crime realizado por marginais comuns prolonga-se por tanto tempo em total impunidade”. O primeiro registro de agressão sexual contra Roger Abdelmassih data de 1970. Só em 2014 ele foi preso. Ainda hoje há quem duvide da veracidade das denúncias. O jornal *FSP*, logo após sua prisão, publicou um texto, em 20 de agosto daquele ano, na página principal, comentando a prisão do réu e seus efeitos simbólicos para a democracia. O texto ainda lembrava ao leitor que, “embora condenado a quase três séculos de prisão, Abdelmassih não tem contra si uma sentença definitiva, e seus advogados insistem em proclamá-lo inocente”. No final do artigo, que é publicado sem assinatura, portanto, é a opinião do jornal, a análise lembra que uma das funções da Justiça é o encarceramento, que serve para satisfazer as vítimas e evitar vinganças pessoais. “Não por acaso algumas mulheres fizeram questão de ver Roger Abdelmassih preso”, conclui o jornal.

³⁴ Na obra *Gênero, patriarcado e violência*, Saffiot descreve, no geral, como se dá o estupro incestuoso nas classes altas e baixas. *Grosso modo*, o pai de mais poder intelectual e econômico irá violentar sexualmente a filha ou filho pela via da sedução; enquanto o pai mais grosseiro e rude irá agir pela violência física, com auxílio de armas e ameaças. Em tese, a vítima que sofreu violência sexual pela via da sedução se sentirá culpada e coautora do ato, enquanto a vítima que sofreu violência sexual pelo emprego da violência física e moral não irá carregar a culpa da coautoria.

Denunciar Roger Abdelmassih significou denunciar a violência sexual que acontece nas classes altas, perpetrada por homens de poder e prestígio. Não é à toa que quem deflagrou o processo que culminaria com a condenação e prisão foi um órgão da imprensa, e não as vítimas. A imprensa cumpriu seu importante papel de denunciar a estrutura assimétrica de poder, a relação do opressor e do oprimido e as vias da opressão, controle e violência. A imprensa funcionou como último recurso para as vítimas. Só a imprensa conseguiu, sem querer e por linhas tortas, romper o silêncio da Justiça e a convivência da sociedade.

Podemos concluir que, ao ignorar o pedido de socorro das vítimas por tanto tempo, os órgãos competentes cumpriam função essencial para a manutenção e sustentação do poder das elites. Agiam de acordo com o contrato original do pátrio poder. O que significa para a sociedade admitir a existência de crimes de violência sexual nas classes altas? O que significa admitir que o homem da mais alta estirpe e *status* social se iguala a “qualquer” outro homem quando o assunto é violência de gênero? No texto em que analisa as estruturas elementares da violência, Rita Segato nos oferece ferramentas para analisar o caso Roger Abdelmassih sob a perspectiva simbólica da violência sexual. Como a autora aponta, “o corpo feminino é resumo da dignidade de um povo”. É sobre o corpo das mulheres que se inscreve a ordem patriarcal, onde se sustentam o poder masculino e o sistema de *status*. A violência contra o corpo feminino é a materialização da dominação, basta olhar na história os registros de estupro de guerra como prática de ocupação de territórios. O corpo das mulheres é parte indissociável dos territórios e marca a conquista (SEGATO, 2005). A soberania é uma das marcas simbólicas da violência sexual:

Por que o estupro adquire esse significado? Porque, devido à função da sexualidade no mundo que conhecemos, ele conjuga em um único ato a dominação física e moral do outro. E não existe poder soberano que seja somente físico. Sem a subordinação psicológica e moral do outro, o único que existe é poder de morte, e o poder de morte, por si só, não é soberania. A soberania completa é, em sua fase extrema, a de “fazer viver ou deixar morrer”. Sem domínio da vida enquanto vida, a dominação não pode completar-se. É por isso que uma guerra que resulta em extermínio não constitui vitória, porque somente o poder de colonização permite a exibição do poder de morte diante daqueles destinados a permanecer vivos. O traço por excelência da soberania não é o poder de morte sobre o subjugado, mas sim sua derrota psicológica e moral, e sua transformação em audiência receptora da exibição do poder de morte discricionário do dominador. [...] O estupro, a dominação sexual, tem também como característica conjugar o controle não somente físico, mas também moral da vítima e seus associados. A redução moral é um requisito para que a dominação se consuma e a sexualidade, no mundo que conhecemos, está impregnada de moralidade. (SEGATO, 2005, p. 270-271)

Roger Abdelmassih se aproveitou de todos os preconceitos e discriminações que pesavam contra as mulheres e encontrou aliado nos privilégios desfrutados pelos homens de sua classe. Mais que um homem de alta classe social, Roger Abdelmassih era “um dos pioneiros da fertilização in vitro no Brasil e um dos especialistas mais procurados em sua área”. Ele tinha credenciais para continuar agredindo sexualmente suas pacientes e sair impune. Entretanto, a ironia está justamente no fato de ele ter agredido exatamente as mulheres da sua classe, do seu grupo. Ao fazê-lo, ele ofendeu também aos homens de seu grupo, seus iguais. Vale lembrar que Abdelmassih dava aos ricos os filhos que eles não conseguiam gerar espontaneamente. Na lógica patriarcal de gênero, Abdelmassih violou as famílias, mais que as mulheres. Violou o núcleo sagrado do pátrio poder. Se por um lado as mulheres sofreram várias tentativas de silenciamento e foram ignoradas diversas vezes ao tentar denunciar o crime, foi o fato de o réu desafiar seus iguais que tornou possível algum tipo de justiça.³⁵ Mas não sem persistência. As mulheres, as vítimas, precisaram enfrentar a estrutura de poder que cercava o agressor e toda a estrutura assimétrica de gênero que pesava contra elas. As vítimas de Roger Abdelmassih precisaram vencer muitas barreiras para se fazerem ouvir. E, mesmo quando a imprensa decidiu noticiar as investigações, ainda o fez de modo a colocar em dúvida a palavra das vítimas.

³⁵ O promotor do caso, José Reinaldo Guimarães Carneiro, afirmou que a classe social das vítimas foi fator essencial para se deflagrar o processo judicial.

CAPÍTULO 4 | O REGISTRO DO COTIDIANO: PROBLEMATIZAÇÃO DO FAZER JORNALÍSTICO E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DAS MULHERES A PARTIR DOS ESTUDOS FEMINISTAS

A violência contra as mulheres está na base da vida cotidiana. É diária, corriqueira, frequente. Manifesta-se de diferentes formas e graus. É transversal, atingindo a todas as mulheres em qualquer classe social, etnia, religião. Atinge a toda e qualquer pessoa que se identifique e se reconheça como do gênero feminino e se autodenomine mulher. Isso não significa que todas as mulheres sofrerão as violências da mesma forma, pois a divisão de classe, a etnia e o gênero atuam de modo a acentuar ou atenuar a violência contra as diferentes mulheres da sociedade. A violência contra as mulheres é da ordem do cotidiano e é recebida com mais ou menos resignação, mais ou menos consciência pelas mulheres e pela sociedade em geral.

Por sua vez, é da natureza do jornalismo narrar o cotidiano, e o cotidiano contém a violência contra as mulheres e tudo o mais que cabe na vida em sociedade. Certamente, a função social do jornalismo vai muito além disso. Não faltam trabalhos cuja matéria é justamente definir o papel do jornalismo na sociedade³⁶ e que o localizam enquanto mediador do diálogo entre sociedade e Estado; além de sentinela da democracia. Se há divergências teóricas a respeito das possibilidades de produção de conhecimento a partir de veículos de massas, como é o jornal, os pesquisadores do tema encontram o mínimo de consenso na ideia de que o jornalismo é parte constituinte do Estado Democrático de Direito. Seu papel vai além de simplesmente narrar os fatos. Uma vez que toda narrativa pressupõe um discurso e todo discurso é fruto de uma ideologia,³⁷ posicionamentos ideológicos, podemos considerar que valores morais estão contidos em ações e palavras. Sobre os valores morais, podemos dizer que são passíveis de mudanças, embora possam parecer inevitavelmente estáveis e inabaláveis. Mas antes de falarmos sobre a ilusão da estabilidade dos valores morais é preciso

³⁶ Ver: Victor Gentili Democracia de massas: jornalismo e cidadania; Silvia Moretzsohn pensando contra os fatos jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico; Jonh Keane *The Media and Democracy*;

³⁷ Além dos clássicos do conceito de ideologia, que vão das obras Marx, Bakhtin, Foucault, citamos Claudemar Alves Fernandes, *Análise do discurso reflexões introdutórias*, e Teun A. Van Dijk, *Discurso e poder*.

dizer um pouco mais sobre o cotidiano e sobre o jornalismo. Usaremos a definição de Agnes Heller para a vida cotidiana.

A vida cotidiana não está “fora” da história, mas no “centro” do acontecer histórico: é a verdadeira “essência” da substância social. Nesse sentido, Cincinato é símbolo. As grandes ações não cotidianas que são contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam. Toda grande façanha histórica concreta torna-se particular e histórica precisamente graças a seu posterior efeito na cotidianidade. O que assimila a cotidianidade de sua época assimila também, com isso, o passado da humanidade, embora tal assimilação possa não ser consciente, mas apenas “em-si”. (HELLER, 2008, p. 34)

No cotidiano estão dadas as relações e interações sociais. Nele se forma o tecido da vida em comum, é onde se realizam e também onde se (re)formulam os valores morais. Heller chama nossa atenção para o quão automático é o pensamento e são as ações na vida cotidiana, de tal forma que é preciso haver um esforço intelectual para perceber que existe uma ordem regendo a vida cotidiana e que ela vai, não por acaso, ao encontro do pensamento hegemônico que corresponde à ideologia do poder dominante. O pensamento cotidiano produz o “humano-genérico”, aquele para quem o correto coincide com a verdade,³⁸ que herda os valores morais e os aceita como perpétuos, imutáveis, sem jamais questionar a ordem “natural” da vida. Ao explicar o pensamento de Heller, Alice Koshiyama ressalta que “A vida quotidiana marca a relação dos valores particulares dos indivíduos com os valores do gênero humano mostrando ações materializadas em atos e fatos”.

Destacamos o conceito da vida cotidiana porque a partir dele, ou melhor, na vida cotidiana como prática que valida o conceito, é vivenciada a herança deixada pela ordem patriarcal de gênero. Como vimos anteriormente, esse sistema contaminou todas as esferas e instâncias da vida e se arrastou pelos séculos. Relações sociais, afetivas, valores morais, estruturas hierárquicas de poder (em suas instâncias estatais), a vida simbólica e a vida material estão contaminadas pela ordem patriarcal de gênero, e o fazer jornalístico, por óbvio, não sairia imune.

No jornalismo, assim como no cotidiano, há uma imensa dificuldade em organizar os problemas comuns a todas as mulheres, de modo a torná-las mais conscientes de si enquanto

³⁸ Heller discorre sobre a cotidianidade numa perspectiva marxista. A argumentação na obra *O cotidiando e a história* se dá em torno da divisão de classes, o que não é o foco do nosso trabalho. Consideramos, entretanto, apropriado e enriquecedor seu conceito de cotidianidade para nos ajudar a elaborar a argumentação sobre o jornalismo como prática de registro do cotidiano, mas não só.

categoria social, ou seja, um grupo coeso, mas heterogêneo, que faz parte da vida social e política. Embora a presença das mulheres seja relevante em momentos históricos decisivos, como a Revolução Francesa, a historiografia clássica ignora sua presença. A história não contempla a existência das mulheres como agentes. Observar como a história narra (ou deixa de narrar) a vida das mulheres é essencial para a compreensão da construção dos papéis de gênero, afinal, a posição ocupada nos espaços públicos e privados vai definir a posição social das mulheres ao longo do tempo (KOSHIYAMA, 2001). Julgamos pertinente a utilização do conceito de cotidianidade de Heller porque a autora atribui ao cotidiano sua devida importância.

4.1 NOTÍCIA ENQUANTO PRODUTO

Em *Pensando contra os fatos*, Silva Moretzsohn oferece elementos que atam jornalismo e cotidiano. No referido trabalho, Moretzsohn pensa o senso comum a partir da perspectiva gramsciana e traz para a experiência cotidiana toda a problemática que cerca o fazer jornalístico, qual seja, distanciar-se o suficiente do acontecimento para oferecer uma análise o mais crítica possível do cotidiano, dos acontecimentos, e demonstrar que “os fatos nem sempre são o que parecem”. Moretzsohn define o jornalismo como forma de conhecimento vinculada à vida cotidiana e fundamenta-se nas origens e bases fundantes da prática jornalística, localizando seu discurso legitimador.

Ocorre que o jornalismo se justifica historicamente pelo ideal iluminista de esclarecer os cidadãos; logo, estaria traindo sua proposta caso se rendesse ao “mero” relato de fatos. O que, a rigor, também é impossível, porque, como em qualquer discurso, o relato de um fato carrega consigo necessariamente uma interpretação. Por isso, é preciso contrariar o lugar-comum de que “contra fatos não há argumentos”, para valorizar os argumentos que investem contra a naturalização dos fatos. Logo, desfazer essa aparente contradição é o primeiro passo para se afirmarem as possibilidades do jornalismo no caminho que vai do senso comum ao senso crítico. (MORETZSOHN, 2007, p. 25-26)

Julgamos a obra de Moretzsohn pertinente à nossa pesquisa porque localiza a produção jornalística dentro da vida cotidiana, usando a mesma base teórica de Heller,³⁹: o filósofo G. Lukács. Partindo de um resgate histórico, insere o jornalismo como elemento essencial à Revolução Burguesa de ideais iluministas e, posteriormente, em um contexto maior de produção pós-industrial, globalizado e neoliberal. Nessa trajetória, a autora traz boa parte da discussão que sempre acompanhou a prática do jornalismo: sua função social. Existe uma tendência a aceitar o jornalismo como mediador entre Estado e sociedade. Entretanto, há os que defendam o papel de mensageiro da notícia, enquanto instância que reporta acontecimentos pertinentes à vida em sociedade. Quando se coloca apenas como mensageiro, o jornalismo abre brechas para servir candidamente aos interesses do mercado, pois se exime das suas responsabilidades ligadas à credibilidade e ao impacto que a informação gera. É o que a autora chama de “jornalismo de mãos limpas”.

A partir da constatação dessas duas possibilidades de atuação do jornalismo, a autora problematiza dois conceitos essenciais, que são a imparcialidade e a objetividade. Quando a imparcialidade e a objetividade servem ao “jornalismo de mãos limpas”, o jornalismo tende a funcionar como mensageiro da informação. Essa ideia acalenta a ilusão de que seja possível narrar os fatos de forma imparcial e objetiva, como se a produção dessa narrativa, o discurso, fosse completamente isenta de posicionamentos, valores morais e ideologias. É como se a produção da notícia não contemplasse uma série de escolhas, podendo ser o processo neutro cujo resultado seria o relato puro e verdadeiro. A relação entre o jornalismo e capitalismo, da produção de notícia num contexto industrializado, no qual a transmissão sistemática de informação seguiu a rotina industrial, ocultando da audiência/leitor o processo produtivo, está bem descrita na obra em questão. Num chamado do jornalismo às suas origens, Moretzsohn (2007, p. 30) lembra que o dilema do jornalismo está no postulado iluminista que o orienta: “lidar com a imediatividade dos fatos com um distanciamento capaz de conferir-lhes sentido, lidar com a vida cotidiana com a perspectiva de fornecer-lhe elementos de crítica”. Inserido na lógica capitalista, o jornalismo também não deixa de ser uma atividade alienada, uma vez que a notícia nada mais é que um produto. Entretanto, não fosse a possibilidade de suspensão do cotidiano intrínseca à profissão, o que possibilita localizarmos brechas no sistema que permitem vazão ao trabalho criador e crítico, o jornalismo estaria, sim, fadado a ser apenas mais um trabalho alienado.

³⁹ Obviamente não por coincidência já que ambas as autoras foram influenciadas pelo filósofo Georg Lukács; tendo sido Heller sua aluna e colaboradora.

Sem ilusões e utopias, Moretzsohn trata também da questão humana, lembrando que o jornalista não está acima da sociedade, não é um herói capaz de magicamente revelar o que está em trevas. Ao contrário, o jornalismo é produto de seu meio. Citando o repórter português Carlos Fino, Moretzsohn oferece uma imagem que contém a metáfora necessária para a compreensão da prática cotidiana do jornalismo. O trecho citado pela autora refere-se ao momento em que o repórter se despede de uma colega de trabalho, com quem conviveu no Iraque, durante a cobertura da invasão americana: “Quando a acompanho à porta – vela dentro de um copo para não se apagar – e vejo afastar-se no corredor, iluminando as trevas ao mesmo tempo sendo devorada por elas, pensei que talvez estivesse ali a imagem perfeita da nossa própria profissão” (Carlos Fino⁴⁰ *apud* MORETZSOHN, 2007, p. 289).

O jornalismo (usado aqui como sinônimo de imprensa) nasce na Revolução Burguesa e é essencial enquanto instrumento de resistência capaz de registrar, reproduzir e difundir as vozes revolucionárias. Nasce do ideal iluminista e por ele é inspirado na forma e nos procedimentos que buscam revelar a verdade. O jornalismo se pauta na razão, nos fatos, nos acontecimentos da vida cotidiana, mas obviamente não se trata de um conduíte neutro, uma vez que, muito cedo, a imprensa se tornou negócio e passou a reproduzir a voz do poder dominante.⁴¹ De todo modo, mesmo com todos os percalços, ainda é dos poucos agentes sociais capazes questionar os valores hegemônicos e a ordem “natural” do mundo. Quando não o faz, porém, é extremamente eficaz em revalidá-los e, aí, pode corroborar para a manutenção de desigualdades, injustiças, falta de esclarecimento.

Victor Gentili (2005) recorta o jornalismo como instrumento para a construção da cidadania quando aponta o direito à informação como crucial para a consolidação da democracia de massa.⁴² Parece-nos impossível pensar a evolução dos direitos civis, sociais e

⁴⁰ Jornalista português, cobriu como correspondente diversas guerras, sempre a serviço da RTP (Televisão Pública Portuguesa). Sua carreira atinge o auge no início dos anos 90, com a cobertura de diversos conflitos na periferia da ex-URSS: Abkhásia, guerra civil da Geórgia, Nagorno-Karabakh (enclave sob domínio armênio na república do Azerbaijão), Moldávia (conflito da Trans-Dniéstria) e Chechênia. Cobriu também a entrada dos mujahideen em Cabul (1992), depois da retirada das tropas soviéticas. Ainda nesta qualidade, nos anos 2000, assegura a cobertura dos conflitos do Médio-Oriente (reocupação israelita dos territórios palestinos da Cisjordânia), guerra civil na Albânia, Afeganistão (ataque norte-americano contra os Taliban depois do atentado às torres gêmeas, em Nova Iorque) e última Guerra do Iraque (2003). Pela excelente repercussão mediática que a cobertura da RTP no Iraque teve no Brasil (via RTP Internacional e TV Cultura de São Paulo), Carlos Fino foi convidado a vir ao Brasil onde proferiu palestras nas Faculdades de Comunicação de várias universidades, designadamente Fortaleza, Natal, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

⁴¹ Cf. KEANE, 1999; PETLEY, 2007.

⁴² Gentili (2005, p. 72) adota o “resumo definidor” de Daniel Bell para explicar seu conceito de sociedade de massa. “Diz Bell (1980, p. 16-17): as revoluções nos transportes e nas comunicações têm colocado os homens em um contato mais estreito entre si e produzido novas formas de relacionamento; a divisão do trabalho tem produzido eventos mais independentes; as tensões de uma parte da sociedade se transmitem a todas as outras.

políticos excluindo o peso que a informação teve e tem nesse processo. A informação, além de um direito, é um bem público e social, como já definiu a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Apesar de não ser um campo da ciência, o autor ressalta que o jornalismo enquanto campo de mediação é de valor singular para cientistas e historiadores (GENTILLI, 2005). Nesse sentido, Soledad Gallego-Díaz relembra que o compromisso do jornalismo é com o cotidiano, com a criação de agendas e análise e dos acontecimentos do presente e que são de interesse público. “Um jornal é uma publicação que transmite fatos, contexto, análise e opinião sobre esses fatos em um determinado momento. Ele também gera um espaço público de discussão, de discussão política” (GALLEGO-DÍAZ, 2012, p. 08, tradução nossa⁴³). Koshiyama lembra que, além do ato de mediação, o jornalismo é uma profissão que exige conhecimentos técnicos especializados e, citando Perseu Abramo, pontua que “o jornalista é um intelectual, mas é também um trabalhador da notícia e sua ação difere do exercício da liberdade de expressão de um cidadão ou de político” (ABRAMO *apud* KOSHIYAMA, 2006, p. 2).

O jornalismo é, sem dúvida, uma atividade profissional que tem a política em seu DNA e, enquanto instrumento de mediação que circula no espaço público, está banhando pelo caráter social da profissão. Em suma, queremos dizer que o jornalismo tem a responsabilidade de suprir o direito social à informação (PERUZZO, 2002). Por tudo que já dissemos até aqui, sentimo-nos confortáveis para afirmar que a realização do trabalho jornalístico encontra percalços de várias ordens, mas existem dois principais obstáculos que são inerentes ao exercício da profissão: 1) superar os interesses econômicos, políticos, financeiros da empresa a fim de realizar seu trabalho de forma livre, pois imprensa enquanto empresa tem interesses e valores que nem sempre coincidem com os do jornalista; 2) questionar os fatos, interrogá-los

Não obstante esta maior interdependência, porém, os indivíduos tornam-se mais estranhos uns aos outros. As velhas ligações de grupos primários familiares e da comunidade local se despedaçaram; as antigas fés paroquiais estão colocadas em dúvida; poucos são os valores unificadores que permanecem no lugar. Além disso, os padrões críticos de uma elite culta não formam mais a opinião e o gosto. O resultado é que costumes e moralidade estão continuamente em movimento, as relações entre os indivíduos são mais tangenciais e setorializadas do que propriamente orgânicas. Ao mesmo tempo, uma mobilidade maior, espacial e social, intensifica a sua pressão sobre o *status*. Ao contrário de um *status* fixo ou conhecido, simbolizado pelo hábito ou pelo título, cada pessoa assume uma multiplicidade de papéis e deve constantemente provar a si mesmo no suceder-se de novas situações. Devido a todos estes fatores, o indivíduo perde um coerente sentido de si mesmo e a sua ansiedade aumenta”.

⁴³ “Un periódico es una publicación que transmite hechos, contextos, análisis y opinión al respecto de esos hechos en un momento concreto. Además genera un espacio público de discusión, de discusión política.” GALLEGO-DÍAZ, 2012, p. 8.

e abordá-los de forma crítica, deixando de lado o senso comum,⁴⁴ opiniões pessoais, valores morais, a fim de realizar a difícil tarefa de apresentar novos argumentos que sirvam para o esclarecimento⁴⁵ do senso comum. O que se espera de um jornalista não é pouco, mas a posição que essa instituição ocupa em nossa sociedade justifica tais expectativas.

4.2 JORNALISMO E CIDADANIA DAS MULHERES

Por mais que o jornalismo enquanto produto de mercado pareça a alguns leitores isento, ele não é. Para Serra⁴⁶ (*apud* MORETZSOHN, 2007, p. 129), “o jornalismo não é apenas uma forma de comunicar fatos e opiniões a um público, mas implica formas particularíssimas de ‘captação do real’, por um lado, e sua formalização num discurso (escrito, verbal ou por imagem)”. Essa ideia é central para o nosso trabalho, uma vez que estamos tratando da representação das vítimas de violência sexual. É preciso que se diga que não são as mulheres, as vítimas de carne e osso, com seus traumas, medos e fantasmas, que figuram nas páginas do jornal. São personagens construídas por um profissional com base em entrevistas, informações, dados, fatos, imagens, para recontar a realidade, recompor, reconstruí-la não necessariamente da perspectiva de quem viveu a violência. No caso da violência sexual de gênero, é comum as mulheres figurarem apenas como vítimas de um

⁴⁴ Definido por Gramsci. “Em que consiste exactamente o mérito do que costuma chamar-se “senso comum” ou “bom senso”? Não só no facto de que, embora esteja implícito o senso comum utiliza o princípio de causalidade, mas também no facto, muito mais limitado, de que numa série de juízos o senso comum identifica a causa exacta, simplesmente e ao alcance da mão, não se deixando desviar por extravagâncias ou dificuldades metafísicas, pseudo-profundas e pseudo-científicas, etc. O “senso comum” não podia deixar de exaltar-se nos séculos XVII e XVIII quando se reagiu contra o princípio da autoridade representado pela Bíblia e por Aristóteles: na verdade, descobriu-se que no “senso comum” havia uma certa dose de “experimentalismo” e de observação directa da realidade, embora fosse empírica e limitada. No entanto, hoje, em condições semelhantes, faz-se o mesmo juízo laudatório do senso comum, embora a situação tenha mudado e o “senso comum” actual seja muito mais limitado na sua força intrínseca. Cf. GRAMSCI, 1978, p.45-46.

⁴⁵ Utilizamos a perspectiva de esclarecimento a partir da definição apresentada por Kant, no ensaio *O que é esclarecimento?* cuja resposta seria a capacidade do homem de pensar por si só, o que acontece quando o homem deixa a sua menoridade. O “sapare aude” ou ousar conhecer, descrito por Kant é apontado por Moretzsohn (2007, p. 107) como a própria raiz do conhecimento e portanto, “é necessário retomar sob essa perspectiva a fundamentação do jornalismo como forma de conhecimento”.

⁴⁶ Moretzsohn utiliza as considerações de Serra no contexto em que a autora busca localizar o lugar social de atuação do jornalismo, utilizando para isso a própria prática. Advogando que o jornalismo tem seu modo particular de ‘captação do real’. SERRA, Antonio. Duas ou três coisas sobre a verdade, in Chico Nelson et al. (orgs), *Jornalista pra quê? Os profissionais diante da ética*. Rio de Janeiro: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro, 1989, p.9-12

drama resumido ao fato, ao acontecimento. O caso por nós analisado é um exemplo de como a imprensa trata as vítimas de violência sexual, resumindo o problema ao fato, jamais (ou muito raramente) dando ao leitor a dimensão do que acontece com a vítima nos dias, semanas, meses, anos que se seguem ao fato. Não se fala dos traumas, dos pesadelos, das dificuldades de se relacionar consigo, com o outro e com o mundo, ou dos problemas de autoimagem e baixa autoestima que a violência sexual pode deflagar nas vítimas.

Se abrangesse essa dimensão humana da violência, as narrativas produzidas nos jornais promoveriam outra representação das vítimas de violência sexual, que, como vimos no capítulo anterior, não são poucas. Mas é preciso mais. É preciso dar conta de “gerar um espaço público de discussão, de discussão política”.

Em um ensaio sobre democracia e luta das mulheres, Eva Blay argumenta: “para alterar-se uma cultura cujas relações sociais de gênero retêm padrões e valores tradicionais e paternalistas vai depender de uma mudança de mentalidade que não será feita exclusivamente por mulheres, mas sim pela sociedade toda” (BLAY, 2002). Voltando à Gallego-Díaz, a autora destaca o poder de influência do jornalismo como uma de suas principais características. Influir, explica, “é nomear as coisas sobre as quais julgamos necessário discutir coletivamente” (GALLEGO-DÍAZ, 2012, p. 5, tradução nossa⁴⁷).

4.3 O FAZER JORNALÍSTICO

Em um de seus textos, a escritora e jornalista Eliana Brum⁴⁸ escreveu “Nomear os fatos com precisão é tarefa obrigatória do jornalismo”. Quando um jornal escolhe o adjetivo “acusadoras” para qualificar mulheres que denunciaram o homem que as agrediu sexualmente, os fatos não foram nomeados com precisão. O que poderia justificar a escolha desse adjetivo – as questões jurídicas que envolvem denúncia de um crime, sua investigação e processo –, como já demonstramos, não a sustenta. Restam os fatos, enquanto acontecimentos passíveis de múltiplas interpretações, como justificativa para tal escolha. Mas a resposta já está dada. Trata-se de uma escolha, que revela a falta de reconhecimento da ordem patriarcal do gênero e se ancora no fazer jornalístico, que é engolido pela pressa e

⁴⁷ “Influir es: decir explícitamente las cosas sobre las que creemos que hay que hablar colectivamente.”

⁴⁸ Eliana Brum, em *El País*, É política, sim Geraldo, 7 dez. 2015.

resumido em manuais de redação. “No jornalismo, nós nos damos essa licença. Realmente do ponto de vista legal quem acusa é o Ministério, mas no dia a dia da redação, usamos acusador em todos os casos”, disse Suzana Singer, secretária de redação do jornal *Folha de S.Paulo* à época do caso Roger Abdelmassih, analisado neste estudo por nós.

Por essa fala, identificamos o que Moretzsohn aponta como necessidade de “suspensão do cotidiano” para a prática do jornalismo. Essencial não tomar os fatos como naturalizados ou naturalizá-los por conveniência de padronização. Um jornalista que está diante dos fatos precisa suspender seu juízo de valor a fim de analisá-los e interrogá-los, para depois compreendê-los e, então, construir seu relato. Ainda assim, é preciso que se tenha consciência de que o relato não é imparcial. É preciso que se saiba minimamente que um relato jornalístico pode dialogar com o senso comum ou oferecer elementos que possibilitem a revisão de moralismos e conservadorismo que empacam o avançar dos direitos.

4.3.1 O fato

Diante do fato – um médico, mas não qualquer médico, e sim o “pioneiro da fertilização in vitro no país”, ser investigado por crimes sexuais contra suas pacientes – se cria uma notícia. O Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de 2013 apontou que em 2012 foram notificados 50.617 casos de estupro no Brasil, mas isso não foi notícia.⁴⁹ A única menção ao fato no periódico por nós analisado foi registrada num texto de 11 de novembro de 2013, publicado na coluna *Opinião*, assinado por Aécio Neves, que se limitou a comentar: “O Anuário traz outra constatação alarmante. A taxa de estupros ultrapassou a de homicídios e chegou a 26,1 ocorrências por 100 mil habitantes. Os 50,6 mil casos registrados podem estar subestimados, já que muitas mulheres agredidas acabam não indo à polícia”. São muitos os homens que agredem sexualmente mulheres e isso não é notícia. Por que, então, o caso Abdelmassih é notícia? A partir das entrevistas, sabemos que o fato de a Polícia Civil e o Ministério Público estarem investigando o “médico das estrelas” é que foi decisivo para que o caso ganhasse status de notícia. Essa informação, somada aos dados trazidos pelo anuário (no mesmo período de tempo em que o caso era coberto pelo jornal) e à nossa análise da cobertura, conduz-nos à triste conclusão de que a agressão sexual não é notícia. Os dados que

⁴⁹ Podemos afirmar com base na pesquisa do acervo online, disponível para assinante, do jornal impresso FSP.

colocariam essa violência em uma perspectiva de problema social, de saúde pública, não são vistos como fatos noticiáveis. O que torna a violência sexual noticiável é sua possibilidade de espetacularização, seguindo o famoso “princípio” definidor de notícia “se um cachorro morde um homem, não é notícia, se um homem morde um cachorro, é”. Em outras palavras, a violência sexual é cotidiana, corriqueira e por isso desprezada enquanto notícia.

4.3.2 A pergunta

Luiz Cláudio Cunha, no discurso proferido na cerimônia de diplomação de Notório Saber em Jornalismo, na Universidade de Brasília (UnB), em 9 de maio de 2011, disse:

O jornalismo é a atividade humana que depende essencialmente da pergunta, não da resposta. O bom jornalismo se faz e se constrói com boas perguntas. O jornalismo de excelência se faz com excelentes perguntas.

A pergunta desafia, provoca, instiga, ilumina a inteligência, alimenta o pensamento. Ao longo de milênios, o homem evoluiu seguindo a linha tortuosa de suas dúvidas, das perguntas que produziam respostas, das respostas insatisfatórias que geravam novas questões, que provocavam mais incertezas, mais perguntas. (Luiz Cláudio Cunha, 2011)

As perguntas não estão dadas *a priori*. São formulações que deveriam acontecer diante do fato ou a partir dele. Mas, no caso Roger Abdelmassih e em incontáveis outros sobre violência sexual, as perguntas, de modo geral, são sempre as mesmas. São formuladas a partir da suspeita da palavra da vítima e colocam em dúvida a veracidade do acontecimento questionando as intenções e a honestidade da vítima. No caso por nós analisado, as perguntas já estavam dadas *a priori*, coincidiam com as perguntas formuladas na cobertura policial de jornais sensacionalistas, baseadas no senso comum, e carregavam todo o preconceito que recai sobre a vítima de violência sexual.

O jornal formulou as seguintes perguntas: “Por que nenhuma dessas mulheres haviam ido à polícia? Como seria possível uma clínica com toda aquela clientela se manter por tanto tempo diante de um cenário desses? Como seria possível numa clínica daquele porte, com tantos funcionários, ninguém nunca ter visto nada? Os questionamentos estavam ligados a por

que ninguém falar em ON, por que a demora para denunciar. Por que deixar passar tantos anos (para denunciar)?”

Nos casos de violência sexual, existe um problema que antecede a pergunta: a ordem patriarcal de gênero que está posta e a esteira na qual a pergunta foi formulada. Essas mesmas perguntas poderiam ter conduzido a caminhos diferentes caso tivesse havido a “suspensão do cotidiano”, que colocamos aqui como o ato de não se guiar pelo senso comum. No caso Roger Abdelmassih, e em tantos outros, o problema é anterior às perguntas porque a intenção é a de revelar a “verdade” dos fatos, e não entender por que uma vítima de violência sexual tem dificuldade ou não consegue de modo algum fazer a denúncia. E nesse ponto voltamos à questão de gênero, qual seja, a sexualidade das mulheres controlada pelos homens num injusto sistema de opressão, violência e submissão que só privilegia aos homens.

4.3.3 Qual verdade?

A busca da verdade, na cobertura desse caso específico e nos casos de violência sexual em geral, esbarra na muralha da prova material. Como visto anteriormente, é da natureza do crime sexual não deixar provas materiais, nem testemunhas. Essa característica é a principal vantagem dos estupradores e alimenta no senso comum a ilusão de que mulheres inventam agressões sexuais por puro “desejo oculto”, para se vingar de suas secretas paixões.

Ao cobrir um caso de violência sexual baseando-se apenas em fatos concretos e cercando-se de cuidados para não sofrer processos judiciais, o jornal *Folha de S.Paulo*, durante toda a primeira fase da cobertura, serviu de porta-voz do réu, endossando seu discurso que colocava em xeque a palavra e as atitudes das vítimas. Em busca da verdade, o jornal não só aceitou passivamente as respostas apresentadas pelo réu, como foi o mensageiro que levou ao público todos os questionamentos apresentados pela defesa e corroborou para a consolidação do estereótipo da vítima de violência sexual.

Com base na análise do conteúdo produzido ao longo daqueles cinco anos, pudemos observar que:

a) O tratamento dado às vítimas variou ao longo da cobertura de modo descolado dos acontecimentos jurídicos, o que revelou graves deficiências do fazer jornalístico e que foram traduzidas em textos parciais e acríticos a respeito da violência sexual. Também constatamos

que o descolamento dos fatos jurídicos promoveu uma cobertura que se pretendeu imparcial, mas, na verdade, privilegiou o agressor.

Na fase da investigação (de 09/01/2009 a 28/02/2009), a apresentação dos personagens se deu de forma a ressaltar as credenciais do agressor, de um lado, e o pedido de sigilo de identidade das vítimas, de outro.

Quadro 8
Representação das vítimas x representação do agressor

Vítimas	Agressor
“acusadoras”, “supostas vítimas”, “mulheres que não aceitavam revelar sua identidade”	“Pioneiro da fertilização no país”; “Um dos pioneiros da fertilização in vitro no Brasil e um dos especialistas mais procurados em sua área”; “O especialista, que é referência na área de reprodução assistida, fez em sua clínica um terço de todos os bebês de proveta do país”

Do ponto de vista jurídico, as vítimas são vítimas desde a apresentação da queixa. Isso acontece já na fase do inquérito policial. É o suspeito quem pode deixar de vir a sê-lo caso a investigação aponte para o não cometimento do crime. Ou seja, é o suspeito quem tem de provar sua inocência, e não a vítima a sua credibilidade. Isso é o que acontece quando se denuncia qualquer outro tipo de crime que não o sexual. Do ponto de vista do jornal, como nos explicou a procuradora Silvana Bartini, para efeito de “imparcialidade”, poderiam ser usados os termos “supostas vítimas” ou “possíveis vítimas” ao reportar que havia uma investigação policial em curso. “Se o jornal não quer assumir que elas são vítimas, porque o processo ainda não acabou, há formas de amenizar isso: ‘pretensa vítima’, ‘supostas vítimas’” (entrevista Silvana Bartini, 9 set. 2015). Adotada essa postura, por uma questão de coerência, o jornal só deveria mudar a definição após o caso ter transitado em julgado, mas, como vimos, o periódico abandonou o adjetivo antes mesmo do primeiro julgamento que condenaria o réu. Sobre essa questão, ouvimos do jornal que, “A rigor, o correto seria manter ‘supostas vítimas’

até o último momento. Penso que pelas evidências que foram surgindo houve a decisão de abandonar o ‘supostas’” (entrevista Suzana Singer, 5 nov. 2015).

Na fase de indiciamento e condenação (24/06/2009 a 24/11/2010,) o fato mais marcante foi o abandono dos adjetivos definidores das vítimas (‘supostas vítimas’ e ‘acusadoras’) cerca de um ano antes do julgamento. O conjunto de texto que marca essa fase revela uma série de informações desencontradas dos fatos jurídicos e que não corrobora para a compreensão do caso nem para o entendimento do funcionamento do aparato jurídico, além de conduzir a uma série de interpretações erradas a respeito do desenrolar do processo. A mais grave delas, a de que o réu estava sendo preso sem ser julgado.

O período que vai de 07 de janeiro de 2011 a 31 de maio de 2015 marca a fuga e captura do condenado e o foco da cobertura é dado ao agressor: como fugiu, como viveu fora do país, como se formou a rede de proteção a ele, o que ele comeu na cadeia após ser preso, etc. As vítimas aparecem de modo secundário e, pela primeira vez, o jornal traz dois textos tratando do aspecto emocional de duas delas. Esses textos, vale dizer, são escritos apenas a partir do relato dessas mulheres, sem que se faça ligação com outras vítimas de agressão sexual.

b) A mudança da lei que define o estupro, ocorrida durante o processo, foi negligenciada pelo jornal. O resultado foi a invisibilização de um passo importante para a desconstrução dos estereótipos sobre as vítimas de violência sexual. Como vimos no capítulo anterior, a discussão sobre estupro é muito anterior ao acontecimento Roger Abdelmassih. A mudança no Código Penal foi fruto da luta das mulheres e afeta a sociedade como um todo. Entendemos que as instâncias sociais, de forma isolada, raramente são capazes de alterar por si só toda a sociedade, é preciso que haja o diálogo e o trânsito da informação entre instâncias sociais, de poder e sociedade. No início do capítulo, fizemos menção à percepção imutável dos valores morais. Para dizer da ilusão da estabilidade das coisas que se expressa nos valores morais e nos parecem inabaláveis, recorremos a Segato (2003). Em sua reflexão acerca da importância das leis, a autora considera que o discurso legal cria um sistema de representações que descreve o mundo tal como ele é ao mesmo tempo que recomenda, prescreve como deveria ser. A partir do conjunto de leis, os sujeitos podem reconhecer-se, nomear situações, definir conceitos, comportamentos. Podem obedecer, discordar e desobedecer. O conjunto de leis ajuda a definir relações via modos aceitáveis socialmente. Ajuda a definir a normalidade e, justamente por isso, é no discurso das leis que se “estabelece a dinâmica da produção de moralidade e de desestabilização do mundo como paisagem

natural” (SEGATO, 2003, p. 13). É no formular e reformular das leis que a sociedade se refaz, impedindo a fixação em práticas que configurem paisagens imutáveis. A reformulação dos valores morais e da ética é a possibilidade de fuga da ilusão de inevitabilidade, como nos diz Segato. Não existe destino. Existem escolhas. Vários comportamentos são evitáveis, pois não se tratam de dados biológicos, estes, sim, definitivos. Para que a sociedade tenha consciência da evitabilidade e perceba sua constante reformulação, e para que os sujeitos se percebam como protagonistas desse processo, “a mediação dos direitos é fundamental” (SEGATO, 2003). É necessário que os meios de comunicação façam seu papel de mediador, colocando a sociedade em contato com suas questões mais pungentes. E isso não deveria ser uma escolha baseada na opinião do público, mas, sim, *o modus operandi* do jornalismo. Não se trata de agradar ao público. Trata-se de mediar questões essenciais à construção e permanência do Estado Democrático de Direito. A leitura de Segato, nesse sentido, é necessária.

A formulação da lei previne a fixação dos sujeitos sociais em práticas prescritas como imutáveis. Através da produção de leis e da consciência dos cidadãos de que as leis se originam de um movimento constante de criação e formulação, a história deixa de ser um cenário fixo e preestabelecido, uma condição da natureza, e o mundo passa a ser reconhecido como um campo em disputa, uma realidade relativa, mutável, plenamente histórica. Este é o verdadeiro golpe na ordem do status. Essa consciência desnaturalizadora da ordem vigente é a única força que o desestabiliza. Os protagonistas do drama do gênero deixam de ver-se como sujeitos inertes numa paisagem inerte, como sujeitos fora da história. Sujeitos para os quais o tempo não implica na responsabilidade da transformação e cuja consciência exclui a possibilidade de decidir e optar entre alternativas, prisioneira de uma “natureza-essência-outro”, de um programa inexorável percebido como biológico e, portanto, inevitável. “This is the sound of inevitability” - este é o som da inevitabilidade – diz um dos carcereiros da Matrix a Neo, o herói desestabilizador da poderosa virtualidade percebida como realidade para o benefício das máquinas. O que temos que produzir, sem descanso, são os sinais da evitabilidade. Para isso, há uma condição indispensável: a mediação dos direitos. A visibilidade dos direitos constrói, persuasivamente, a jurisdição. O direito é retórica por natureza, mas a retórica depende dos canais de difusão, necessita de publicidade. É necessário que a propaganda e os meios de comunicação em geral trabalhem a favor da evitabilidade, e não contra ela. (SEGATO, 2003, p. 13, tradução nossa)⁵⁰

⁵⁰ Texto original: “La formulación de la ley previene el anclaje de los sujetos sociales en prácticas prescriptas como inmutables. A través de la producción de leyes y de la conciencia por parte de los ciudadanos de que las leyes se originan en un movimiento constante de creación y formulación, la historia deja de ser un escenario fijo y preestablecido, un dato de la naturaleza, y el mundo pasa a ser reconocido como un campo en disputa, una realidad relativa, mutable, plenamente histórica. Este es el verdadero golpe en el orden de status. Esa conciencia desnaturalizadora del orden vigente es la única fuerza que lo desestabiliza. Los protagonistas del drama del género dejan de verse como sujetos inertes en un paisaje inerte, como sujetos fuera de la historia. Sujetos para quienes el tiempo no implica en la responsabilidad de la transformación y cuya conciencia excluye la posibilidad de decidir y optar entre alternativas, prisionera de una “naturaleza-esencia-otro”, de un programa inexorable percibido como biológico y, por tanto, inevitable. “This is the sound of inevitability” – éste es el sonido de la inevitabilidad – le dice uno de los carceleros de la Matrix a Neo, el héroe desestabilizador de la poderosa virtualidad percibida como realidad para el beneficio de las máquinas. Lo que tenemos que producir, sin

c) A cobertura é baseada nos fatos jurídicos e segue, de modo cronológico, os acontecimentos legais. Entretanto, os textos não dão conta de explicar de modo claro os passos do processo. Várias informações aparecem de modo isolado nos textos ou demasiadamente resumidas, e isso mais confunde que esclarece. Em vários momentos, tem-se a impressão de que informações foram apresentadas apenas para constar, e não de fato porque eram essenciais para a construção de sentido do conjunto de textos. Desse modo, os acontecimentos foram narrados superficialmente, quase que cumprindo uma tarefa mecânica de acompanhar. Como tal, os textos dão a falsa impressão de que estão apenas reportando de forma isenta os acontecimentos. O leitor acompanha o drama do médico que foi acusado por mulheres que se recusam a revelar suas identidades e que todo o processo judicial é baseado em depoimento, e não em provas. É dessa forma que os fatos são transcritos em notícia. A menos que o leitor tenha algum envolvimento no caso ou tenha vivido algo parecido, os textos não dão conta de trazer para o cotidiano a questão da violência sexual, pois a trama se resume às personagens desse escândalo. Corrobora sobremaneira para a narrativa “alienada” o descolamento do discurso jurídico. Como já apontamos, em vários momentos o jornalismo se dá “licença” para usar de modo livre termos jurídicos que são essências para a definição dos fatos. Com isso, mudam-se os significados das ações, o que gera outras interpretações e impacta diretamente e de modo negativo na construção da representação das vítimas e na própria construção da informação, que nem sempre é apresentada de forma clara.

d) A falta de dados indicadores de violência sexual durante a cobertura confinou os textos no universo particular dos envolvidos, retirando o caráter social inerente à violência de gênero. Na somatória do conjunto de textos que cobre os cinco anos do drama vivido pelo agressor, destacamos um único texto que merece louvor. Já apresentado no primeiro capítulo, pedimos licença para trazê-lo novamente. Como dissemos, trata-se de uma ilha. Um único texto que foi capaz de içar do drama pessoal elementos que dialogassem com o público, dando a dimensão social da violência sexual, colocando a questão como de interesse público.

descanso, son las señales de la inevitabilidad. Para esto, hay una condición indispensable: la mediatización de los derechos. La visibilidad de los derechos construye, persuasivamente, la jurisdicción. El derecho es retórico por naturaleza, pero la retórica depende de los canales de difusión, necesita de publicidad. Es necesario que la propaganda y los medios de comunicación en general trabajen a favor de la inevitabilidad, y no en su contra.” (SEGATO, 2003, p. 13)

Sem malabarismos literários nem formulas mágicas, de forma simples, clara e objetiva, o texto apresenta dados, circunscrevendo o problema da falta de apuração das denúncias de assédio no Cremesp, no contexto público e não privado. A única fonte é fala autorizada para descrever as informações baseando-se em estatísticas. Não são apresentados dramas pessoais, mas, sim, um conjunto de dados que dimensionam o problema na esfera pública. Para encerrar, o texto traz uma nota de serviço que é essencial para o esclarecimento de pacientes a respeito dos seus direitos em consultas médicas. Citamos novamente o texto na expectativa de que o leitor possa apreciá-lo, após toda a nossa explanação a respeito de violência sexual de gênero e da problematização do fazer jornalismo, com um novo olhar.

São Paulo, terça-feira, 13 de janeiro de 2009

Cremesp arquiva 65% das denúncias de assédio

DA REPORTAGEM LOCAL

Dois terços das denúncias de assédio sexual recebidas pelo Cremesp (Conselho Regional de Medicina de São Paulo) são arquivadas, mostra estudo feito entre 2002 e 2008. Foram 272 denúncias de pacientes contra médicos paulistas- 35 por ano, em média- das quais 65% foram arquivadas por falta de provas, segundo o conselho.

Os ginecologistas lideram as denúncias, seguidos pelos médicos da saúde da família. Entre os citados, 15% são reincidentes -foram denunciados pelo mesmo crime por mais de uma mulher. Em geral, os acusados de assédio são homens casados, entre 40 e 60 anos.

Embora as queixas de assédio representem 1% do total de denúncias recebido por ano (4.000 em média) pelo Cremesp, o alto índice de arquivamento levou o conselho a instalar no ano passado uma câmara técnica para discutir o tema.

"Ficava sempre a palavra do denunciante contra a do denunciado e a mentalidade de que, sem provas, não há crimes. Agora, estamos levando em conta outros fatores, como a reincidência. A ideia é agilizar a apuração da denúncia e o julgamento do caso", explica a médica Ieda Therezinha Verreshi, conselheira do Cremesp.

A médica diz que outro fator que dificulta a apuração das denúncias é o silêncio das pacientes. "Muitas faziam a denúncia, mas depois não voltavam para prestar depoimento. Têm medo do marido, do companheiro. Agora, estamos indo até elas para ouvi-las", conta.

Segundo o ginecologista Nilson Roberto de Mello, presidente da Febrasgo (federação das sociedades de ginecologia e obstetria), a recomendação é que, na hora de examinar a paciente, o médico tenha assistência de uma enfermeira ou de uma auxiliar de enfermagem.

(CLÁUDIA COLLUCCI)

ORIENTAÇÕES

O médico nunca deve examinar a paciente sozinho. O conselho de medicina orienta que uma enfermeira esteja presente;

Se possível, a mulher deve ir à consulta acompanhada;

Nenhuma consulta exige que a mulher fique totalmente nua na frente do médico;

Se perceber qualquer suspeita de assédio, a mulher deve denunciar o médico na polícia e no conselho regional de medicina. (FSP, *Cotidiano*, 13 jan. 2009)

Afora esse serviço, os anos de cobertura do caso não trouxeram uma linha sobre como as mulheres devem proceder para receber tratamento médico, psicológico ou mesmo jurídico após o estupro. Apesar de o equipamento público ser insuficiente ou ineficiente para o acolhimento de vítima de violência sexual, esse serviço existe no Brasil.⁵¹ Acreditamos que a divulgação e o uso por parte da população são fatores importantes para o aperfeiçoamento desses equipamentos.

e) Emoldurar no caderno *Cotidiano* a discussão de violência de gênero é, mais uma vez, invisibilizar a violência específica contra mulheres, escamoteando a questão sob o tema da violência urbana. Como já apontamos, a falta de dados e o foco no drama pessoal do agressor confinaram a cobertura no universo particular, exatamente como o senso comum entende a violência sexual de gênero. O clássico ditado “em briga de marido e mulher não se mete a colher” apropriado pelo jornalismo resulta em uma cobertura que apenas expõe os personagens do drama sem oferecer elementos para que a sociedade participe da discussão sobre violência sexual e de gênero. Sem localizar o problema no âmbito social, como questão de saúde pública, os leitores simplesmente acompanham o drama de mulheres vítimas de estupro, espancamento, assassinato, como quem acompanha uma novela. Com o mesmo distanciamento.

4.3.4 Artigos

A partir da leitura dos artigos sobre o caso publicados na *Folha de S.Paulo*, constatamos ainda que as notícias produzidas no jornal impactaram diretamente a opinião de

⁵¹ O Hospital Pérola Byington, localizado na cidade de São Paulo, é referência no atendimento a vítimas de violência sexual. Sendo famoso pelo atendimento humanizado que acolhe com respeito e dignidade as vítimas. No site do hospital, importantes informações estão à disposição do público, entre elas, a de que o atendimento hospitalar da vítima de violência sexual não é vinculado a um boletim de ocorrência. Ou seja, uma pessoa que sofreu violência sexual não precisa fazer o B.O. para ter atendimento médico. O texto, retirado do site oficial do hospital, esclarece: “As situações de violência sexual que necessitam de atendimento de emergência recebem atenção no Serviço de Pronto Atendimento da instituição, disponível 24 horas, todos os dias da semana, incluindo-se feriados. Casos que não necessitam intervenção médica de urgência podem buscar pelo Serviço Social de 2ª a 6ª feira, das 7:00 às 19:00 horas. Não é necessário apresentar encaminhamento de outro serviço de saúde ou Boletim de Ocorrência Policial para receber atendimento. O Centro de Referência da Saúde da Mulher também conta com uma unidade do Instituto Médico Legal (IML), especializada no atendimento de casos de violência sexual. No entanto, para acessar aos procedimentos oferecidos pelo IML, diferentes daqueles acima descritos, é necessária a apresentação de requisição da Autoridade Policial, feita durante o Boletim de Ocorrência Policial”.

seus articulistas, visto vez que os textos produzidos para analisar se basearam em cobertura ancorada na vida privada dos protagonistas do caso, com foco no drama pessoal do agressor; e nos acontecimentos jurídicos estritamente ligados ao caso. Como resultado, vimos a produção de análises que debatiam sobre o Estado Democrático de Direito como um todo e, em particular, sobre os direitos do réu. Vimos questionamentos sobre a legitimidade da prisão preventiva ou não, e como este dispositivo poderia abalar nossa democracia ou indagações sobre o direito de defesa do réu. Não houve um texto em que o estupro fosse o foco.

As “licenças” que o jornalismo se dá para descolar-se dos conceitos jurídicos provocou discussões improdutivas até mesmo para o Estado Democrático de Direito, uma vez que os articulistas estavam pautados em informações erradas. Exceção foi o advogado Luís Francisco Carvalho Filho, que explicou didática e tecnicamente o recurso da prisão preventiva, contribuindo para o esclarecimento do que é o recurso jurídico.

4.3.5 Ombudsman

Ao longo da cobertura, houve três publicações referentes ao caso, assinadas por pessoas que ocuparam o cargo de *ombudsman* à época da cobertura do caso. É preciso registrar que as colocações de Carlos Eduardo Lins da Silva foram, do nosso ponto de vista, acertadas. Em seu primeiro texto, publicado em 1º de fevereiro de 2009, critica o jornal por ter cedido espaço em *Tendências e Debates* para que o então investigado pudesse se defender com artigo escrito em primeira pessoa. Carlos Silva admite que inicialmente viu o gesto do jornal como sendo a garantia constitucional de defesa, mas as cartas dos leitores o fizeram rever sua posição. Vale a leitura do texto.

Minha primeira reação ao artigo de Roger Abdelmassih na página A3 de quarta foi positiva. Achei que era garantia do direito de defesa. Cartas de leitores que o criticavam me mudaram a opinião. O espaço de "Tendências/ Debates" é para discutir ideias, não para tratar de crimes comuns. O artigo não analisa o tema do assédio sexual, só defende um acusado de tê-lo cometido. O jornal já lhe vinha dando espaço nas reportagens. Se queria dar mais, deveria tê-lo entrevistado. (Carlos Eduardo Lins da Silva, *ombudsman* da *Folha*, 01 de fev. 2009)

O segundo texto data de 4 de outubro de 2009 (e já comentado por nós no primeiro capítulo) e trata de outro artigo publicado no mesmo *Tendências e Debates*, publicado na página A3, espaço nobre do jornal. O artigo em questão é assinado por Gustavo Ioschep e faz insinuações deselegantes à respeito das vítimas e dos promotores. Sobre esse artigo, o *ombudsman*, entre outras observações, diz:

Por sair do específico e chegar a conclusões gerais, esse texto não padece do problema básico do anterior. Mas passa a impressão de que o jornal está sendo **parcial** nesse episódio, **em favor do acusado**.

É preciso **pautar alguém do outro lado, não para tentar provar culpa (jornal não é tribunal)**, mas para **mostrar o drama, as preocupações, os direitos atingidos de suas possíveis vítimas** (e de outros pacientes que sofrem algum tipo de assédio por parte de médicos) e o que podem fazer para se resguardar. (Carlos Eduardo Lins da Silva, *ombudsman* da *Folha*, 4 de out. 2009, grifo nosso)

4.3.6 Entrevistas

Imprensa: As entrevistas revelam que a equipe envolvida na cobertura não era sensibilizada ao tema e não possuía conhecimento a respeito dos crimes de estupro, desconhecendo suas características e seus efeitos devastadores sobre as vítimas. Em nenhum momento foi aventada a possibilidade de aprofundar na questão pelo lado da vítima, apesar de o *ombudsman* ter registrado essa necessidade. O resultado foi uma cobertura confinada no universo pessoal e privado dos protagonistas da trama, por ter se baseado apenas nas pessoas envolvidas no acontecimento, descartando dados, estatísticas e outras fontes que abordar o estupro e a agressão sexual sob outros ângulos. O discurso da defesa do acusado foi endossado pelo jornal, que duvidou da palavra das vítimas, assumindo posicionamento contra elas e em favor do réu.

Ministério Público: Revelou que os avanços no campo da lei apontam para a desconstrução de preconceitos em relação às vítimas de violência de sexual. Nossa argumentação no terceiro capítulo foi no sentido de mostrar que essa sensibilização, no campo legal, parte de um franco diálogo estabelecido entre os legisladores e doutrinadores e as feministas. Fato é que pudemos identificar mais avanços nos direitos das mulheres no campo legal que no campo da comunicação social, entenda-se, jornalismo. Aqui temos duas

hipóteses: a) os legisladores são mais receptivos à ideologia feminista, demonstrando maior boa vontade em estabelecer um diálogo com as representantes da luta das mulheres que os profissionais da comunicação; b) as feministas estão mais dispostas a dialogar com os legisladores que com os jornalistas, repórteres, produtores, etc. Sendo esta a hipótese verdadeira. Tanto isso pode acontecer porque as feministas não entendem o campo das comunicações sociais como importante para a transformação social e no tocante à assimetria de gênero, quanto porque o jornalismo se recusa a dialogar ou mesmo reconhecer a divisão social de gênero. A leitura de Rita Segato nos faz descartar a primeira hipótese.

De modo geral, destacamos que o principal acontecimento relacionado ao caso Roger Abdelmassih, a mudança na conceituação do crime de estupro, não foi fato noticiável, o que não nos causa surpresa, pois a leitura das notícias produzidas pelo jornal já indicava que o estupro não era o critério de noticiabilidade, mas, sim, a investigação em curso de um notável figurão da medicina. Entretanto, entendemos que o olhar voltado para o estupro e a violência sexual perpetrada contra as mulheres abriria as portas para uma cobertura que tiraria o problema da vida privada para contextualizá-lo na esfera pública e política. Dados gerais sobre estupro, entrevistas com profissionais da área da saúde que lidam com vítimas para transmitir orientações e esclarecimentos, entrevistas com profissionais do direito para falar sobre procedimentos legais seriam alternativas que dariam uma nova dimensão ao caso. Como apontou Carlos Lins da Silva, jornal não é tribunal, e nos casos de estupro e violência sexual a verdade não está disponível a partir da simples observação dos fatos e provas materiais. Trata-se de questão muito mais complexa. Tratar de um caso específico é promover um julgamento paralelo, seja do investigado (como no caso Escola Base), seja da vítima (como no caso Abdelmassih).

Partir do pessoal para dar conta do político. Acreditamos que essa é a contribuição do jornalismo à luta das mulheres, conseguir olhar para esse grupo de excluídas e percebê-lo enquanto uma categoria social que precisa representar-se. Perceber as mulheres não em seus dramas pessoais, mas como um grupo heterogêneo, composto por diversas etnias, classes, religiões, mas um grupo de cidadãs que compõe a sociedade.

4.4 OUTRAS POSSIBILIDADES

Nossa intenção com este trabalho é, senão, apontar para a necessidade da sensibilização do jornalismo às questões das mulheres enquanto categoria social. Sem esse potente aliado como mediador dos conflitos de gênero, a luta se mostra ainda mais árdua, pois o silêncio do jornalismo contribui para invisibilização das questões relacionadas à categoria social mulheres. Neste sentido, nosso trabalho vem como uma reflexão e crítica sobre o fazer jornalístico. Temos a consciência de que no conforto de nossa sala é fácil apontar defeitos e criticar. E não é disso que se trata nossa pesquisa. O que queremos é provocar o som da inevitabilidade, tal como sugere Segato. A imprensa brasileira tem alguns exemplos de publicações que foram voltadas para as questões das mulheres, mas não só publicações que eram assumidamente feministas, como mostra Margareth Rago (1996). O foco da argumentação está em pontuar as conquistas alcançadas pelo movimento ao longo do século. Para isso, a autora parte da elaboração do senso comum de que o feminismo perdeu seu prazo de validade. Ao partir para o esclarecimento, a autora pondera:

Como explicar que a entrada maciça das mulheres na esfera pública, sobretudo nos últimos 30 anos, que a decorrente feminização da cultura, que a profunda transformação nas relações de gênero, não corresponda uma crescente valorização do feminismo, tanto quanto uma incisiva adesão a ele, seja se o consideramos enquanto um conjunto de idéias que reivindicam os direitos da mulher, seja se nos referimos às práticas e lutas que eclodiram e vêm eclodindo na sociedade? Como explicar que as feministas continuem sendo associadas a um estereótipo que vem de longa data, e não apenas dos anos 1970, definindo-as como "machas, feias e mal-amadas"? (RAGO, 1996, p. 43)

Ao longo do texto, Rago resgata a história do feminismo no Brasil rastreando as várias publicações (periódicos e revistas) feministas que emergiram a partir do início do século XX. Ao fazê-lo, o texto marca conquistas, mudanças e atuações do feminismo em seus vários momentos da história. Chama nossa atenção a importância da imprensa para que a historiadora possa fazer esse resgate. Exemplificando com trechos retirados das publicações feministas da época o momento em que o feminismo se posiciona ao lado da luta de classe, apropriando-se do discurso marxista e de esquerda, passando assim a ser mais bem recebido pelos militantes políticos e revolucionários. A revisão do discurso feminista resultou em sua aceitação enquanto movimento social e político e deflagrou a percepção equivocada no senso

comum de que o movimento havia acabado. Utilizando o texto a seguir, extraído do jornal *Nós, Mulheres*,⁵² Rago resgata este momento de revisão.

Que as coisas fiquem claras: mantemos a firme convicção de que existe um espaço para a imprensa feminista, que denuncia a opressão da mulher brasileira e luta por uma sociedade livre e democrática. Acreditamos que a liderança da luta feminista cabe às mulheres das classes trabalhadoras que não só são oprimidas enquanto sexo, mas também exploradas enquanto classe. (*Nós Mulheres*, março-abril, 1981, *apud* RAGO, 1996)

As principais conquistas do movimento feminista nacional, assim como sua história de aceitação, reconhecimento, mudança interna, revisão de discurso, conflitos, estão registradas no texto, que, enquanto narra a trajetória do feminismo, rebate a ideia do senso comum de que o feminismo já teria sumido do mapa. A argumentação termina com o seguinte parágrafo:

Enfim e a despeito do pessimismo suscitado pelo conservadorismo de nossos tempos, é inegável o quanto o feminismo, seja enquanto modo de pensamento, seja enquanto conjunto de práticas políticas e sociais, contribuiu e tem contribuído vigorosamente para a crítica cultural contemporânea. Para além da desconstrução das configurações ideológicas, conceituais, políticas, sociais e sexuais que norteiam e organizam nosso mundo, o feminismo deu visibilidade não apenas às mulheres e às questões femininas, mas às formas insidiosas e perversas da exclusão que operam sobretudo na esfera pública. Ao mesmo tempo, propôs formas alternativas de organização social e sexual fundamentais para a construção de relações mais igualitárias não apenas entre os sexos, já que se trata fundamentalmente da construção de um novo conceito de cidadania, num campo em constante mutação. (RAGO, 1996, p. 33)

Há espaço para uma imprensa feminista também na grande imprensa, como mostra a biografia de Carmen da Silva que se entrelaça à história da revista *Cláudia*.⁵³ Durante 22 anos ininterruptos, entre 1963⁵⁴ e 1985, a jornalista redigiu a coluna *A Arte de Ser Mulher*,

⁵² Publicado entre 1976-1978, o jornal mantinha seu foco na conscientização das trabalhadoras pobres, usando linguagem marxista inicialmente destinada a pensar a luta entre as classes sociais, e não precisamente a guerra entre os sexos.

⁵³ Criada em 1961, o periódico repetia representações sobre o gênero feminino calcadas num ideário tradicional, revestido por uma tônica modernizante condizente aos anseios da época. Em 1963, a revista inaugurou um novo formato ao colocar uma mulher falando para as mulheres, ao contrário do que era realizado até então, quando a presença de mulheres na imprensa era quase nula.

⁵⁴ Década de 1960 - Brasil vive épocas de crescente expansão do capitalismo, submetendo todas as atividades – inclusive a imprensa – à lógica da modernização do país. As mulheres, vistas como as principais consumidoras

publicada mensalmente no referido periódico da Editora Abril. A coluna antecipou alguns dos debates encampados pelo discurso feminista no Brasil, tais como: uso da pílula anticoncepcional, inserção da mulher no mercado de trabalho, divórcio e aborto, entre outros. Carmen trabalhou sob a máxima feminista “o pessoal é político”, propondo a revisão de papéis, atitudes e ações individuais como parte da construção da cidadania, e não mais como eventos privados e isolados. A política, como disse Eliana Brum, “é o exercício de estar com o outro no espaço público”. Confinar as mulheres em seus dramas pessoais negando a questão política que perpassa as relações humanas demonstra a incapacidade de reconhecer o outro, no caso, as mulheres, enquanto sujeitos de direito, enquanto cidadãs. Ao escolher definir que as vítimas de um médico são acusadoras, e não vítimas; e ao ignorar a mudança na legislação que passa em revista o modo como a sociedade deve entender o que é o estupro, o jornal *FSP* não cometeu apenas um erro técnico ou fez uma escolha conveniente. Citando novamente Eliana Brum, finalizamos, “Diante desse depedacamento, há que se cuidar para que as palavras disponíveis, aquelas que dão nome a conceitos cuja construção são o que de melhor a humanidade criou, não sejam pervertidas e restem também elas obscenas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procuramos demonstrar que, ao confinar a cobertura dos casos de estupro e violência sexual a vida pessoal das vítimas e agressores; sem revelar ou problematizar as características de desigualdade de gênero presentes neste tipo de crime, a imprensa prejudica os avanços nas políticas públicas para o combate e enfrentamento da violência de gênero em geral e do estupro em particular. Contribui, ao mesmo tempo, para a manutenção da chamada cultura de estupro, que, em síntese, é um conjunto de crenças e valores morais que consistem em: duvidar da palavra da vítima; culpar a vítima pela violência; e invisibilizar o estupro, tornando a violência de difícil reconhecimento para a própria vítima, que comumente entende a agressão como algo provocado por ela; portanto, ela acredita que mereceu. Essa lógica perversa inverte os papéis e coloca a vítima sob suspeita e, o agressor, no papel de quem fez o que deveria fazer.

No artigo que resume a obra *Estruturas Elementares da Violência*, Rita Segato conta que as entrevistas realizadas com estupradores, na penitenciária de Brasília, revelam o estupro enquanto ato disciplinador. É a vingança contra as mulheres desobedientes, que abandonaram a posição destinada a elas no sistema de *status* da moral tradicional. Deste modo, o estupro está justificado no “mandato de punir” e é direcionado ao aniquilamento do controle da vítima sobre si mesma (SEGATO, 2003).

Em outro artigo, onde a mesma autora analisa os assassinatos das mulheres na cidade de Juárez, estado de Chihuahua, fronteira norte do México com El Paso, Texas, Segato analisa os crimes, todos com requintes de crueldade e marcas de estupro coletivo, a partir da leitura que se pode fazer analisando as marcas das múltiplas violências deixadas nos corpos das mulheres. Ao definir a violência como linguagem e traduzi-la na representação simbólica dos atos, a autora apresenta a leitura do estupro e outras violências de gênero como “expressões de uma estrutura simbólica profunda que organiza nossos atos e nossas fantasias e confere-lhes inteligibilidade.” Esta foi a chave que usamos para analisar a cobertura do caso Roger Abdelmassih. Buscamos, a partir do arcaboço teórico oferecido por Segato, ler os elementos que compunham os acontecimentos a fim de localizar as questões de gênero inerentes a questão. O estupro como arma de dominação e poder saltou aos nossos olhos e, então, pudemos analisar o que representava, para a ordem patriarcal de gênero, o silêncio da

imprensa sobre a redefinição do conceito de estupro, ocorrida paralelamente ao julgamento de Roger Abdelmassih. A mudança afetaria muito pouco a pena do réu, mas os resultados simbólicos da revisão do texto legal estão diretamente ligados à possibilidade de revisão dos valores morais da sociedade e oferecem elementos para derrubar estereótipos, preconceitos e julgamentos equivocados a respeito das vítimas de violência sexual. Entretanto, este não foi um fato considerado noticiável pela imprensa.

Para que a lei consiga afetar a moral é urgente que seja acessível à sociedade. Os cidadãos precisam ser afetados pelo discurso do direito, pois essa é a grande arma capaz de desestabilizar a moral que se apresenta como permanente. Pela força que um exerce sobre o outro, faz-se necessária a discussão a respeito do que significa a mudança do código de leis. “Os atores do drama do gênero desejam ver-se como sujeitos inertes em uma paisagem inerte, como sujeitos fora da história”, alertou Segato.

Procuramos mostrar que as perguntas, elemento essencial do fazer jornalístico, precisam ser respondidas como o que Moretzsohn define como “suspensão do cotidiano”, um conceito já definido por Lukács e aplicado ao jornalismo pela autora. Abandonar o senso comum é fundamental para que possamos produzir conhecimento. Produzir a informação que irá abalar nossas crenças e valores. É preciso duvidar das respostas quando elas parecem que já estão dadas antes mesmo que haja a pergunta. Sem isso, a cobertura dos casos de violência sexual repetirá sempre o discurso do senso comum.

Ao analisarmos um caso específico, buscamos, ainda, demonstrar que esse pequeno recorte resume um comportamento padrão da imprensa, que confina as violências de gênero ao ambiente doméstico evitando que o problema seja percebido como uma questão de saúde pública. Dados estatísticos e falas de profissionais da área que possam analisar o problema de outro ângulo ajudariam a retirá-lo da vida privada e a recolocá-lo na esfera pública.

Importante registrar que o caso Roger Abdelmassih só teve o desfecho que conhecemos (condenação e prisão do réu) porque as vítimas eram mulheres de classes média-alta e alta. Fosse mulheres “do povo”, dificilmente Abdelmassih seria condenado. Isto revela duas coisas: 1) a violência sexual de gênero como uma marca transversal, ou seja, que atinge mulheres em todas as classes sociais; 2) o *status* do agressor é fundamental para a invisibilização do crime.

Essencial dizer que o efeito provocado pela divulgação da primeira reportagem foi produzido a partir da estratégia do promotor, que buscava justiça e temia que o caso fosse destruído por “obra do destino”. O jornal decidiu publicar o furo, não porque tivesse certeza do que estava fazendo, mas porque era notável um homem tão poderoso estar sendo

investigado. Atrevemos-nos a dizer que não importa qual o crime. Assim, como Deus, a imprensa escreveu certo por linhas tortas. Do ponto de vista jurídico, o caso é exemplar, ao menos dentro do que nós podemos julgar a partir do que conhecemos do aparato (muito em função desta pesquisa). Do ponto de vista do jornalismo, podemos dizer que se atirou no que viu e se acertou o que não viu. O fato de tantas vítimas procurarem a justiça, quebrando o silêncio de tantos anos, foi um efeito colateral, não, uma hipótese considerada num trabalho investigativo. Ao longo da análise do conteúdo produzido pelo jornal FSP, pudemos perceber que, ainda que o jornal conseguisse publicar coisas importantes, como a reportagem sobre o arquivamento das denúncias de assédio sexual no Cremesp, ou tenha reproduzido (ainda que uma única vez) a fala elucidativa do promotor a respeito do medo das vítimas em denunciar o estupro, essas informações eram quase ilhas, isoladas num mar que repetia a dúvida do senso comum que, nos atrevemos a dizer, foi ardidamente apropriada para embasar a argumentação da defesa do réu. Quanto a isto, basta verificar a história dos crimes de gênero e o discurso dos juristas que se valem dos mais baixos argumentos para culpar a vítima pelo crime praticado contra elas. “Eu matei por amor”, de Doca Street, entrou para a história como a mais doce justificativa para o feminicídio.

No geral, os textos produzidos pela FSP repetiam a exaustão que as acusadoras ou supostas vítimas eram mulheres sem rostos. Que não havia provas do crime. Que o acusado era notável e renomado, acima de qualquer suspeita. À medida que o número de vítimas que formalizavam seu depoimento no Ministério Público de São Paulo ou na Polícia Civil aumentava, o jornal se viu obrigado a rever seu posicionamento, o que fez abandonando as palavras que utilizou para definir as vítimas. Mas elas, as palavras, já haviam sido impressas e circularam, sedimentando um pouco mais a ideia de que mulheres que denunciam um agressor estão se vingando de uma paixão; a mentira sobre o estupro seria uma estratégia feminina para esconder um desejo oculto.

Quando nos debruçamos nos dados sobre estupro no Brasil, levantados pelo IPEA, confirmamos o que a teoria já apontava. O estupro é um crime cuja característica principal é ser invisível socialmente, não deixar testemunhas. A prova material mais contundente, o esperma, “evapora” caso a vítima tome banho ou demore mais que 72 horas para fazer o exame de corpo delito. Mesmo que seja de sua vontade denunciar, diante do juiz, o advogado de defesa tem sempre a seu favor a possibilidade de afirmar que o sexo foi consensual. É a palavra da vítima contra a do agressor. E o que está em julgamento, como destacou Meniccuci, é a conduta e comportamento da vítima, não o crime de estupro. Ainda que a vítima apresente marcas de violência física, essas marcas podem ser contestadas; pode-se

avaliar que ela não resistiu o suficiente. Ou mesmo que gosta do ato sexual mais agressivo. A vítima de violência sexual (com complacência apenas para as crianças) está sempre em um beco sem saída.

Por fim, mas não por último, pois muito mais poderia ser dito, deve ser dito e precisa ser dito a respeito do estupro e das formas como a sociedade o esconde, invisibiliza e ignora. Se fizemos alguma pergunta capaz de trazer outras respostas possíveis, foi graças ao olhar feminista que sempre nos guiou, nos provocando incômodos e inquietações. Não fosse a luta das mulheres que vieram antes de nós e que estão ao nosso lado hoje, tentando abalar o que insiste em se mostrar como inabalável (a ordem patriarcal de gênero), Abdelmassih não estaria preso. Foi o trabalho “invisível” das feministas, que se infiltram no sistema e corroem as estruturas, o responsável pela condenação e prisão do, talvez, maior predador sexual que a história deste país conheceu.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultura/Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos.)

ALVES, Leonardo Barreto Moreira. A ação penal nos crimes contra a dignidade sexual após a lei 12.015/09. Site **Migalhas**, sexta-feira, 18 de dezembro de 2009 Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI99401,61044-A+acao+penal+nos+crimes+contra+a+dignidade+sexual+apos+a+lei+1201509>>. Acesso em: 29 out. 2015.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Lives blown apart**: Crimes against women in times of conflict – Stop violence against women. London: Amnesty International, 2004. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/documents/ACT77/075/2004/en/>>. Acesso em: 20 set. 2014.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Violência sexual e sistema penal: proteção ou duplicação da vitimação feminina? **Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos**, v. 17, n. 33, p. 87-114, 1996.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Tradução Maria João da costa Pereira. Lisboa: Relógio D'agua, 1991.

BLAY, Eva Alterman. **Assassinato de mulheres e direitos humanos**. São Paulo: Editora 34, 2008.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BORGES, Joana Vieira. A grande dama do feminismo no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, maio/set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000200017>.

BRUM, Eliane, É política, sim, Geraldo. **El País**, Opinião, 7 dez. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/07/opinion/1449493768_665059.html>. Acesso em: 7 dez. 2015.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde. **Nota Técnica**, n. 11, Ipea, Brasília, março 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2015.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CIVITA, Laura Taves. **O melhor de Carmen da Silva**. Organização Laura Taves Civita, seleção de Textos Julia Tavares. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1994.

CUNHA, Luiz Cláudio. Todos temos que lembrar. Disponível em: <<http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2011/05/13/todos-temos-que-lembrar-luiz-claudio-cunha>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

D'ELIA, Fábio Suardi. **Tutela penal da dignidade sexual e vulnerabilidade**. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) – Faculdade de Direito, PUC-SP, São Paulo, 2012.

DE PLÁCIDO E SILVA. **Vocabulário jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

DICIONÁRIO DE JORNALISMO JUAREZ BAHIA SÉCULO XX. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2010.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**. Tradução Judith Hoffnagel, organização Karina Falcone. São Paulo: Contexto, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.

GALLEGO-DÍAZ, Soledade. Si te van a matar, no te suicides. **El País**, La Cuarta Página, 16 mar. 2012. Disponível em: <http://elpais.com/elpais/2012/03/15/opinion/1331836802_010235.html>. Acesso em: 12 dez. 2105.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. (Coleção Comunicação.)

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Introdução à filosofia da práxis**. Tradução Serafim Ferreira. Lisboa: Edições Antídoto, 1978.

GROPPI, Angela; BONACCHI, Gabriella. **O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: APA, 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

KEANE, John. **The Media and Democracy**. Cambridge: Polity, 1999.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Mulheres Jornalistas na Imprensa Brasileira*. Intercom, Campo Grande – MS, 2001. (<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/4366/1/NP2KOSHIYAMA.pdf>)

KOSHIYAMA, Alice Mitika. A construção da cidadania da mulher: Grupo de Pesquisa e Interdisciplinariedade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24. set. 2001. **Anais...** Campo Grande: Intercom, 2001. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/79265322440166433898030206929393262641.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. Comunicação, Gênero e Cidadania: 1963-2006. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29. **Anais...** Brasília: Intercom, 2006. Disponível em: <<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/19799/1/Alice+Mitika+Koshiyam a.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. sobre pesquisar e aprender. In: FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA QUALIDADE DO ENSINO DE COMUNICAÇÃO. Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, 11 a 13 de maio de 2006. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/69114231698978631466650261022243568209.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. Ensino de jornalismo e formação para a cidadania. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 30. Santos, SP, set. 2007. **Anais...** Santos: Intercom, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0136-2.pdf>>. Acesso em: 11 Jan. 2016.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feitiçeras**. Tradução Paulo Fróes. 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

MAIA, Luciana Andrade. O estupro marital. **DireitoNet**, 25 jun. 2007. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6560/Estupro-marital>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

MARTINS, Luiz. Prefácio. In: GENTILLI, Victor. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. (Coleção Comunicação.)

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

MENICUCCI, Eleonora *et al.* Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 3, jun. 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102005000300007>>. Acesso em: 10 nov. 2015

MEYER, Michel. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

MILTON, John [1644]. **Areopagítica**: discurso pela liberdade de imprensa ao Parlamento da Inglaterra. Prefácio e edição Felipe Fortuna; tradução e notas Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**: jornalismo e cotidiano – do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Tradução Perinho A. Guareschi. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Crimes contra a dignidade sexual**: comentários à lei 12.015, de 7 de agosto de 2009. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

OLIVEIRA JÚNIOR, Eudes Quintino de; OLIVEIRA, Pedro Bellentani Quintino de. A palavra da vítima no crime de estupro de vulnerável e sua valoração no processo penal. Site **Migalhas**, terça-feira, 19 de março de 2013. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI174450,31047-A+palavra+da+vítima+no+crime+de+estupro+de+vulneravel+e+sua+valoracao>>. Acesso em: 29 out. 2015.

PEIXOTO, Paulo Matos. **Dicionário de direito penal**. São Paulo: Editora Paumape, 1995.

PERUZZO, C. Ética, liberdade de imprensa, democracia e cidadania. Intercom - **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, América do Norte, 25 mar. 2006. Disponível em: <<http://200.144.189.84/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/420/389>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

PETLEY, Julian. **Censoring the Word**. London: Seagull, 2007.

PINKER, Steven. **O instinto da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, v. 2, n. 3/4, 2012. Disponível em: <http://www.ael.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/151/152>. Acesso em: 28 jan. 2016.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Tradução Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha, Sonia Corrêa. Recife: S.O.S. Corpo, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia**: contrato y status en la etiología de la violencia. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2003. Disponível em <<http://ujed.mx/ovsyg/Documentos/Biblio%20-%20Estructuras.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

SEGATO, Rita Laura. Território soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Estudos Feministas**, v. 13, n. 2, p. 265-285, 2005.

SILVA, Danielle Martins. A palavra da vítima no crime de estupro e a tutela penal da dignidade sexual sob o paradigma de gênero. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n.

2703, 25 nov. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/17897>>. Acesso em: 29 out. 2015.

TJ/MT. Em crimes sexuais a palavra da vítima é suficiente para a condenação. Site **Migalhas**, terça-feira, 13 de novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI49059,21048-TJMT+Em+crimes+sexuais+a+palavra+da+vítima+e+suficiente+para+a>>. Acesso em: 29 out. 2015.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. 1. ed. Brasília: Flacso, 2015. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **A Vindication of the Rights of Woman with Strictures on Political and Moral Subjects**. London: J. Johnson, 1792.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. Tradução Karina Jannini. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ANEXOS

Entrevistas

Entrevista com a dra. Ana Cláudia Scalquette

Data: 31/03/2014

Atua na área de reprodução humana e direito. A professora e advogada não atuou diretamente no caso Roger Abdelmassih, mas, enquanto realizava sua pesquisa de doutorado em biomedicina e ética, conversou com profissionais que lidavam com o assunto diretamente.

P: Fale um pouco sobre sua pesquisa.

A.C.: Um dos objetivos da minha pesquisa foi provar que existe não só um direito à reprodução constitucionalmente garantido, mas um direito à reprodução assistida. Esse direito à reprodução assistida é um ramo específico do direito que deve cuidar de todos os efeitos que decorrem do uso dessas técnicas médicas. Tais direitos devem ser estendidos a um casal ou a uma pessoa solteira. Deve contemplar todos aqueles que se submetem aos procedimentos de fertilização. Eu consegui provar que existe este ramo específico e que ele tem reflexos em várias áreas do direito. A reprodução humana assistida aciona imediatamente direitos de responsabilidade civil, que estão ligados ao consentimento daqueles que se submetem aos procedimentos de serem informados e receber esclarecimentos a respeito de todas as etapas do processo. Imagine, os casais que se submetem a essas técnicas já estão muito fragilizados pela vontade de terem filhos. Soma a isto o fato de entenderem muito pouco sobre as técnicas do tratamento, então as pessoas acabam confiando no profissional escolhido e pedem poucos esclarecimentos. Este pouco de informação é uma coisa perigosa porque pode dar margem para o cometimento de vários abusos, como por exemplo o uso de práticas com as quais os casais não concordariam se soubessem, se tivessem sido de fato informados. Acho que o maior medo nessa história é do uso do material genético, se é mesmo o material do próprio casal ou não. Se for material de doador, quais são os doadores? Como é feita a escolha? Mil desdobramentos acontecerão a partir da escolha de material de doadores.

Bem, no caso específico do Roger Abdelmassih, parece que esses casais em regra queriam usar seu próprio material e há uma suspeita que é investigada de que pode ter sido usado material genético de outras pessoas sem o consentimento do casal.

Eu trabalhei em dois casos, e obviamente não posso dar detalhes, mas posso dizer que vi casamentos desfeitos pela força da dúvida. Este casal que havia realizado o sonho da paternidade e maternidade após estourado o escândalo, não só das evidências de abuso sexual, mas também de eventualmente ter sido utilizado material genético de outra pessoa para os procedimentos, se viu na situação de o pai querer fazer o exame de DNA para saber se os filhos tinham material genético dos dois e a mãe não queria de jeito nenhum. Para ela, notícia alguma mudaria seu amor pelos filhos. Ela preferia não saber. Então, aí o casal que já havia passado por um momento super delicado durante o casamento e que conseguiu o fruto do seu relacionamento, que é o bebê, se viu diante deste problema, que eu acho, quase insolúvel. Porque se ele fizesse o exame e soubesse que o filho não carregava seu material genético, o que é que ele ia fazer? Descatar o filho depois de nascido? Entregar para a adoção? Isso é um absurdo, filho não é um produto. Por outro lado, se ele não fizesse o exame, a dúvida iria corroê-lo para sempre.

P: Estou baseando nossa entrevista em uma reportagem publicada na revista *Época*, em 2001, única reportagem que tocava na questão da biossegurança. Nessa reportagem, o entrevistado Paulo Tomaz Bastos, que trabalhou na clínica de Abdelmassih, afirma que mais de 8 mil crianças não seriam geneticamente falando filhas de seus pais. Ele defende que o exame deveria ser feito, pois as crianças e famílias teriam direito de saber a verdade. Você concorda? E ainda, de quem era a maior angústia para saber a verdade? E o que se faz depois dessa informação?

A.C.: Como o caso é relativamente recente, não temos um medidor. Os elementos que tenho para ponderar são os casos nos quais trabalhei e que, como disse, são sigilosos. Respondendo a sua segunda pergunta, não necessariamente a angústia irá brotar em apenas uma pessoa do casal. Pode ser que venha por parte dos dois. Mas há duas situações distintas decorrente do mesmo fato: os pais podem querer saber se os filhos são geneticamente seus, mas não necessariamente vão tomar a decisão de contar os resultados aos seus filhos. Aí, entramos num outro assunto super delicado da reprodução humana assistida que é: uso do material genético tenha sido dos pacientes que irão se submeter ao tratamento ou uso do material genético de uma pessoa de fora. Se o material é de um terceiro, esta opção deve estar

expressamente declarada por aqueles que buscam a fertilização, pois o uso de material genético sem o consentimento é para mim uma conduta que deve ser criminalizada. Porque a situação é grave.

Veja, a situação é tão grave e possui tantos desdobramentos que a partir da minha pesquisa nasceu um anteprojeto de lei que hoje é projeto de lei e tramita no Congresso Nacional. Foi apresentado pelo deputado Eleuses Paiva e trata-se de um estatuto contendo 105 artigos para cuidar dessas ações. Há a previsão de 25 crimes possíveis, decorrentes de condutas oriundas na reprodução humana assistida. Um desses crimes catalogados é a troca de material genético. O profissional não pode fazer uso de material da cabeça dele, sem comunicar a ninguém. Esta é uma decisão absolutamente pessoal, do casal. As suspeitas que rondam os procedimentos praticados na clínica de Abdelmassih são gravíssimas e verossímeis, até porque você se fundou numa reportagem publicada em uma revista de circulação nacional. Os casais que carregam estas dúvidas estão numa situação absolutamente vulnerável. Eles não têm lei específica que os proteja. Eles foram vítimas de um ato antiético, imoral, mas ainda não ilegal. Veja, o que temos no Brasil até agora é a resolução do Conselho Federal de Medicina que aponta diretrizes éticas para a classe. Mas a grande diferença entre uma resolução para uma lei é que a resolução diz o que deve ser feito pelos profissionais de determinada área, o resto da sociedade não está vinculado a essas diretrizes: eu sou advogada, as diretrizes do Conselho de Medicina não me vinculam. Você é jornalista, não te vinculam. Mas, claro, pensamos que em tese nenhum médico quer agir em desacordo com a resolução ética que comanda sua carreira... Estamos no terreno da confiança, sem garantias, pois diretrizes não são conjunto de leis. Não temos ainda uma disciplina específica para julgar a troca de materiais genéticos sem o consentimento dos pacientes. Não posso te dizer que isso que é um crime. Que é ilegal. Até agora, não é. Então, a situação é péssima.

Se eu fosse convocada a categorizar esta conduta legalmente, classificaria como sendo crime gravíssimo, dos mais torpes. Porque a vida de uma família pode ser destruída. Como imaginar que você vai viver num equilíbrio emocional depois de ter sido vítima de troca de material genético? E não estamos aqui falando de uma vítima acidental, mas de uma vítima intencional. Todos nós estamos sujeitos a errar. Vamos imaginar que você e eu tenhamos passado por um tratamento e tenha havido a troca acidental do nosso material. A pessoa agiu com culpa, não agiu deliberadamente. Machucou nossa vida, mas não teve a intenção. Você sabe que a pessoa não agiu de má fé. Aqui [no caso Abdelmassih] não. Aqui foi uma técnica intencionalmente aplicada para garantir o sucesso. Sabemos que um dos fatores que leva ao sucesso deste tratamento, a um percentual maior de chances de gravidez e de nascimento de

um bebê, é a idade dos óvulos que está diretamente ligada à idade da mulher. Em tese você poderia engravidar com qualquer idade desde que você pegasse óvulos de uma mulher jovem.

P: Que é o que eles chamam na reportagem de turbinar os óvulos?

A.C.: É, a turbinagem parece que é o argumento de que você pega uma parte da mitocondria, se não me engano, e joga no óvulo de uma mulher, mas segundo alguns médicos com os quais eu trabalho – que me amparam na parte específica da medicina e genética – essa técnica não existe. É troca (de material genético). Não tem como eu pegar um pedacinho e jogar outro pedacinho. Mas veja, estou falando com base no achismo, não tenho provas científicas. Você teria que conversar com um embriologista ou um biomédico. São estes os dois profissionais envolvidos nas técnicas de fecundação. Um biomédico, que normalmente é um ginecologista e obstetra, que vai fazer todo o controle hormonal, dos gametas, do óvulo para analisar e o embriologista que é quem vai manipular esse material. Dúvidas mais técnicas você deveria tirar com um embriologista. Até para que você desconstrua essa ideia de turbinar óvulo. Até onde eu sei isso não é científico. Fala-se que é possível, mas não dá para fazer. O que é a verdade científica disso? Já que estamos falando aqui do seu trabalho que é de investigação, valeria a pena você se aprofundar.

P: Gostaria de te ouvir falando da questão da biossegurança no Brasil. Em que pé estamos nesse campo?

A.C.: Em termos científicos posso dizer que estamos avançados, pois no Brasil a área de reprodução humana assistida conta com clínicas super competentes e que se submetem à fiscalização da Anvisa etc. Em termos legislativos ou de controle nós estamos atrasadíssimos. Mais ou menos é um país onde tudo acontece de ninguém ficar sabendo como. A primeira coisa que se precisa fazer para controlar de maneira eficiente uma determinada técnica é conhecer como ela funciona. Ter dados suficientes que sirvam de parâmetro para tomada de decisões e escolhas. Depois é preciso tutelar as ações. Nossa situação atual é assim: a gente nem bem entende como tudo funciona a reprodução humana assistida e nem temos levantamento muito preciso de quais são as chances reais de sucesso, não sabemos como os embriões [são] preparados etc. E, para piorar não temos a tutela legislativa. Então, só pra te dar um parâmetro, a Anvisa, por meio de duas resoluções, criou o banco de células e tecidos germinativos – conhecido por DCTG. Toda clínica precisa ter um cadastro do seu banco. E

criou também o Sinzembrio que é o sistema nacional de produção de embriões. Por duas resoluções esses dois nichos foram criados e a Anvisa começou a impor algum controle para as clínicas. Hoje, pelo último relatório da Anvisa – que anualmente se compromete a soltar relatório – 90 clínicas estão cadastradas e o número estimando é de 120. De bate pronto você tem 30 clínicas soltas. E esse número pela própria Anvisa é tido como subestimado. Então, pode ser que haja muito mais clínicas. É um cadastro ainda pequeno. Se você abrir esse relatório como jornalista, está disponível na internet. É o sexto relatório, se não me engano da Sisembrio você vai ver que alguns dados que são fornecidos pelas clínicas cadastradas são inconsistentes. Então, a gente tem uma população de mais de 140 mil embriões congelados. É uma cidade de bebês que podem nascer. É muito grande esse número e detalhe, é um número subestimado, você tem 30 clínicas que não se cadastraram tomando por base que seriam só 120. E você tem aí os dados de pesquisa e algumas clínicas enviam dados inconsistentes que ficaram de ser emendados para a frente.

A tua pergunta foi em que nível nós estamos falando de biossegurança. Então, estamos engatinhando. Há uma boa vontade do governo, inclusive no Projeto de Aceleração do Crescimento do governo da Dilma foi colocado como uma das metas a abertura de centro de reprodução humana assistida no SUS, para atender a pacientes que não podem pagar, o que é interessantíssimo. Aqui no estado de São Paulo a gente tem um centro que é só para pessoas que são portadoras do HIV, em que a reprodução assistida é usada para fazer com que bebês nasçam saudáveis sem o vírus. Então assim, o governo mostra uma preocupação em ampliar, embora isso não tenha se efetivado, em usar as técnicas para o bem dessa criança que vai nascer. O que é super nobre. É de acordo com a constituição, de acordo com o que a gente quer para a sociedade etc.

Por outro lado a gente tem um descompasso do controle e da tutela legislativa. Há inúmeros projetos de lei, inclusive o PL 4892, que eu vou te mostrar. Que é esse de 2012 que foi de nossa autoria, que foi apresentado pelo deputado Eleuses. Ele foi pensado a partir de um outro projeto pequeno, que tinha pelo menos um quinto de artigos, para agora ser analisado pela Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania. Só para você entender: tem o Congresso Nacional, tem as duas casas, a Câmara e o Senado e lá, várias comissões. Essas comissões têm que opinar antes do projeto ser submetido à votação e nós estamos aguardando a marcação de uma audiência pública para que a gente discuta com clareza. Nessa audiência pública então serão levantados os principais obstáculos e dentre eles os crimes. Porque esse PL que é o do estatuto vai tutelar o âmbito civil, das responsabilidades, do consentimento, dos direitos daquele que nasce de... Eu posso não conhecer minha origem biológica, se sou feito

com material de doador? Enfim, tudo isso. Vai tutelar a parte administrativa com a criação de um conselho de controle da biossegurança. Vamos criar regras claras que todos têm que seguir senão a clínica não vai funcionar. E você mulher, você casal, você até homem que queria fazer um processo de reprodução assistida vai poder, de forma transparente, escolher as clínicas que estão legais, cadastradas, que se submetem ao controle. Porque é muito mais seguro. E depois, a parte criminal para aqueles que fogem da curva, como o Roger.

P: Qual a sua opinião a respeito do caso Roger Abdelmassih, no que diz respeito as questões éticas, de biossegurança e dos procedimentos que ele oferecia?

A.C.: Pelo relato dos pacientes, e se você conseguir entrevistar algum vai ser super de grande valia, era uma clínica quase que perfeita. O mundo encantado da reprodução assistida. Porque ele era extremamente atencioso pré, no durante o no pós tratamento. Embora os casais com os quais eu tive contato e que fizeram tratamento lá afirmaram que a questão do dinheiro sempre foi uma questão muito exigida. Pagamento até tal dia... Lógico como toda prestação de serviço, claro, mas o aspecto negocial floresceu ali para os casais de forma bem contundente. Mas era um mundo encantado falso. Em alguns casos falso e as consequências foram desastrosas. Porque, de novo, se eu tivesse que classificar como crime mais torpe e até hediondo, eu classificaria esse, porque acabou com a vida de uma família. Ninguém morreu. Pelo contrário, nasceu. Mas a questão psicológica foi revirada do avesso.

P: Foram dois casais que você assessorou juridicamente?

A.C.: Sim. Tive dois casais que foram meus clientes que chegaram ao final do casamento por conta dessa dúvida. Olha, já é um período muito difícil e se você conseguir manter seu casamento durante o tratamento é porque há muito amor. Porque o relato dos médicos com os quais eu tenho contato por força da pesquisa é de que o desgaste psicológico é tanto que as brigas são muito comuns durante o tratamento. Desde o início. Porque você está se submetendo a esse tratamento? Porque o homem não tem um espermograma razoável que o permita fecundar o óvulo e portanto a infertilidade seria masculina ou a mulher teria alguma questão? E aí se o casal não está muito afinado já começa aquela briguinha da culpa. “Você é o culpado de...” Se você passa dessa fase 1, você não quer jogar a culpa porque é um projeto parental, do próprio casal, você tem o desgaste do tratamento que é desgaste financeiro, psicológico e que envolve hormônios. Você está grávida, você sabe. Então imagina, a mulher

toma um bombardeio de hormônios e a barriga linda e o bebê para nascer. De novo o afinamento é super exigido. E aí vem a terceira bomba. Depois de, em tese, um momento de alegria que é o nascimento do filho vem a dúvida de você olhar pra trás e ter sido enganada por um profissional que tinha uma reputação super ilibada porque era tratado por todos os programas de TV com muito respeito. Mal comparando, mas pela admiração como apresentador e sabe-se que, mesmo com diferentes opiniões, o Silvio Santos como um ícone reconhecido no Brasil todo, então você pode falar que, numa área tão específica como nessa área de reprodução humana assistida o Roger era o que estava mais em evidência. O dr. Roger aparecia em todos os lugares e se você fosse mulher e precisasse do tratamento e tivesse como juntar dinheiro, era o primeiro que você iria procurar.

P: Alguma das alterações que ocorreram em seu projeto foram inspiradas no caso?

A.C.: Sem dúvida. Especialmente a parte criminal. Sem dúvida. Esse projeto tem uma história muito interessante. Quando eu defendi a tese de doutoramento na USP, na sequência a Saraiva publicou imediatamente o livro e eu faço parte já há muitos anos da Comissão de Biotecnologia e Estudos sobre a vida da OAB [em] São Paulo. E a comissão me solicitou. Me disseram: “Olha, já que você se especializou, você consegue fazer um esboço de um ante projeto de lei?”. E eu confesso pra você que é uma coisa interessante porque você acaba tendo que colocar em forma de artigos do que pode e o que não pode ser feito alguma coisa que você estudou, então você pensa nos casos concretos para se basear. Eu fiz esse projeto e apresentei à Comissão que aprovou por unanimidade. O anteprojeto ficou em consulta pública por 180 dias, no *site* da OAB, permitindo a participação da sociedade. Então, quando a gente tirou de consulta o deputado Eleuses, que é médico, apresentou. Então, sim, teve sim uma influência muito grande especialmente nessa parte criminal, de controle administrativo para que esses casos sejam evitados. Todo sistema tem duas facetas. O controle preventivo e o controle repressivo. O ideal é que a gente viva no preventivo, certo? Que os problemas não ocorram. Mas, caso eles ocorram a gente tem que ter um sistema eficiente para reprimir essa conduta. Então foi sim. Sofreu influência sim e eu espero que renda frutos, porque a gente depende da aprovação do Congresso para que essa lei entre em vigor. A lógico, nenhuma lei é perfeita ou agrada a todos, mas pelo menos é um parâmetro de biossegurança em termos de RA.

P: Antes disso, do projeto a gente tinha muito pouco ou nada?

A.C.: A gente ainda não tem nada. Só mesmo a resolução do Conselho Federal de Medicina. A gente tem a resolução 2013/13, que é a última e polêmica. A gente tem um único artigo no código de ética médico, que é o artigo 15, que proíbe a escolha de sexo e tal. Só.

P: Mas o Abdelmassih oferecia sexagem, heugenia, turbinamento etc. publicamente. Falava isso no programas de TV, aos jornais.

A.C.: Isso é um produto, né? A pergunta que se faz: se vier assim você devolve? Mas você sabe que essa oferta tem um pecado jurídico e até científico nela. Por quê? Você pode engravidar naturalmente. É melhor. Você não gasta é um momento de amor, de prazer e você ainda tem um bebê. Os casais que se submetem ao tratamento precisam mesmo porque têm um problema que os impede de engravidar. Ninguém em sã consciência vai até uma clínica gastar entre medicamento e tratamento 25 mil reais por tentativa e ainda com injeções que a mulher recebe na barriga, com cirurgia para extração de óvulo. Todas essas coisas que não são inseminação, que são fertilização, tem de haver uma anestesia geral e uma extração dos óvulos do ovário da mulher. E nesses casos é até um contrassenso falar que uma pessoa faria tudo isso pela cor dos olhos do filho. Isso é um pecado científico jurídico porque banaliza o assunto da reprodução humana assistida. Pessoas que não tem problema da esterelidade ou da infertilidade olham como se fosse uma questão estética. E não é. Essa não é a verdade do que se vê nas clínicas. Isso faz com que a questão seja discutida numa esfera menos séria. O que não é bom. Graças a Deus acabaram as entrevistas dele em programas que daria para ajudar casais porque afinal de contas esse não era o objetivo.

P: Mas se isso já era condenável, por que não se agiu antes?

A.C.: Na verdade é só uma infração ética. Ainda não temos legislação sobre isso. Aliás, é bom que você saiba como jornalista que o direito penal é o ramo mais fechado do direito. A gente tem uma garantia constitucional de que você só pode ser acusado de ter cometido um crime se a lei falar *ipsis literis*? que a sua conduta é crime. Se não couber ou se couber mais ou menos não é crime. Então ele cometeu uma infração ética. Eu confesso pra você que eu me lembro muito de relance da presença do Roger nos programas da Hebe etc. Eu não vou poder te falar que ele falava, se falou publicamente deveria pelo menos ter sido perseguido no âmbito

administrativo médico. Para que não fizesse mais essa infração. Não sei se há muitos processos médicos contra ele...

Mas sabe que no código do consumidor, se uma celebridade empresta sua imagem para falar que determinado produto é bom e esse produto engana o consumidor ela também é responsável. Ela funciona como garantidora da coisa. É até justo. Às vezes você é muito fã de um artista e quando empresta a imagem dele para um produto você acaba se entusiasmando e indo, quando na verdade não é nada daquilo. Então eu vejo até que nessa época o Roger funcionou como uma espécie de celebridade da reprodução assistida. Ele entusiasmou e deu esperança pra vários casais... e tinha uma chance de sucesso muito elevada a clínica dele porque reforça essas coisas [sobre] que ele está sendo investigado. A gente só pode falar com certeza de que ele foi condenado. O abuso houve e tanto é que ele está foragido. Agora a parte científica que talvez seja a mais dolorosa. Sei que os abusos sexuais são terríveis para quem sofre, mas eles atingem a mulher em cheio e todo o relacionamento dela. Agora os crimes contra a família, como a gente mede? A vida de uma criança inocente, que nasceu e que de repente é de material doado e amanhã ou depois quem disse que ele não vai se casar com um irmão? Quem garante que lá na frente ele não vai encontrar e se apaixonar por um parente muito próximo? Pelo pai, pela mãe, e aí? A gente não tem controle de nada disso. A gente não tem controle nem nas clínicas que agem corretamente, quem dirá na clínica do Roger.

P: Voltando ao anteprojeto. Ele ficou aberto à participação pública. Mas como nós poderíamos participar dessa discussão e como poderíamos fazer diferença nessa questão se temos tão pouca informação sobre o assunto, como você mesma citou no começo da entrevista?

A.C.: Há *sites* de comunicação disponíveis tanto no Congresso quando do próprio deputado Eleuses ou da Comissão de Constituição e Justiça. Se a população pedir agilidade, análise, aprovação do projeto, a gente vai avançar. Quando o projeto ficou disponível anteriormente foi para opinar sobre o que era correto ou não, mas essa fase já passou. Pela discussão na Câmara e no Senado é para que o projeto seja aprovado porque hoje não temos nada.

P: Talvez a imprensa tivesse um papel importante para mover a opinião pública nesse assunto. Afinal, se a questão da falta de legislação na questão da biossegurança fosse pauta, a população informada, poderia se mobilizar. Pensando nisso, nas escolhas dos veículos de comunicação, me lembro que a imprensa cobriu muito a questão das pesquisas com células-

tronco e gerou debate na opinião pública. As pessoas souberam ao menos que as pesquisas estavam sendo feitas. No caso Abdelmassih, pouco se falou da questão da biossegurança e quando se cobriu esse aspecto do caso, a questão ficou circunscrita às famílias atingidas... Como você avalia isso?

A.C.: Acho que são vários aspectos, primeiro que ainda é um técnica bem elitizada. Não se atinge uma grande parcela da população. Atingiu-se um número enorme mas de pessoas que tem uma boa condição social. Ou seja, uma parcela específica, então é uma coisa que comenta o interesse, mas depois morre. Outra coisa que podemos analisar é a questão da vergonha, não é? A vergonha e a exposição da intimidade das pessoas. O que faria com que esse assunto fosse cada vez mais debatido seria que os próprios casais enganados ou que se submeteram a tratamentos ali se mobilizassem, como vemos que fazem as vítimas de violência. Mas aí você tem a questão do abuso sexual que as pessoas morrem de vergonha, os casamentos podem ficar abalados, porque afinal de contas... tem aquela mulher que eu falei pra vc, foi abusada na volta da anestesia e o marido não ficou sabendo, ela achou que estava sonhando e quando falou foi reprimida e os parentes dela não estão sabendo que ela era vítima, então o assunto é encolhido ao máximo para a preservação da intimidade. Quando se fala então da possível troca de materiais, todo mundo que fez tratamento nessa clínica quer esquecer, certo? Porque se você fez e deu certo e você nunca tocou no assunto com a sua esposa e nem ela com você para de fato descobrirem o que aconteceu é melhor fingir que isso não aconteceu. Caso você tenha essa dúvida e vá atrás, você já está suficientemente abalado no seu nucleo pequeno familiar e não quer ficar falando disso para todo mundo. A não ser para o seu advogado. Então, acho que um pouco pela matéria ser dolorosa demais para a família e um pouco pela camada muito restrita. Por serem pessoas de poder aquisitivo alto. Ou não, viu? Porque às vezes você faz economia de uma vida. Você faz economia de um imóvel, você vende o seu carro para ter filho. Ou seja, não necessariamente só pessoas com muito dinheiro. Mas a regra geral é que são pessoas com alto poder aquisitivo. Quem hoje tem 25 mil para uma única tentativa?

P: Falando da questão da maternidade que atravessa esse caso, que é o veio condutor de tudo o que aconteceu na clínica... Bem, se por um lado a maternidade é incentivada e desejada, o corpo feminino sempre sofreu cerceamento e controle rígido de nossa sociedade, mas nesse caso me pareceu que houve um fechar de olhos para os crimes ou delitos cometidos na clínica

de Abdel. Será que no campo da biossegurança a investigação em nome da ciência está acima dos valores morais?

A.C.: Acho que a sociedade brasileira ainda tem um chama fervilhando dentro, dentro dos nossos corações há um inconformismo, mas a gente ainda não explodiu. A explosão virá em várias áreas. A gente começa a ver de forma desorganizada aqui e ali mas é típico do brasileiro não fazer nada. Se conformar com atos de crueldade ou violência, pensar que a vida é assim mesmo. Ser otimista e partir pra próxima. Mas na verdade eu acho que a luta é mais profunda. É de não permitir que isso aconteça de novo. Com relação às mulheres, eu acho que tem sim um viés, não só por parte da sociedade, mas porque elas são vítimas ainda de submissão, de sujeição. Tipo “Eu sou o todo poderoso e ela é apenas uma coitada que quer ter filho e vamos fazer o que dá.”. Ela vai ficar feliz, eu dou esse doce pra essa criança e tudo fica resolvido por ali. É um misto de egocentrismo, poder e falta de cuidado para com a mulher. Acima de tudo com a mulher porque era o corpo dela sim [em] que houve abuso, suspeita de troca de material. Ela foi a vítima. Não sozinha. O processo não é solitário. Tem o marido envolvido, mas enfim, na carne, mesmo, literalmente, toda essa falta de respeito.

Com relação à sociedade, eu acho que a sociedade ainda não se tocou. Acho que a palavra é essa. As pessoas não se deram conta da grandiosidade, [da] importância do tema [da] reprodução assistida pra vida das pessoas que estão em tratamento e pra vida da sociedade como um todo; e que precisa controlar essas técnicas para amanhã ou depois não termos situações esdrúxulas como eu te falei de casamento entre pessoas próximas, de brigas para conhecimento de genes. Tem até no último curso que eu abri, em direito médico, tem um *site* americano que agora comercializa em português material genético. Cobrando. Dando perfil dos doadores... é uma coisa que realmente virou um *e-commerce*. Você vai poder comercializar material genético humano. Uma coisa maluca. E ninguém se tocou que isso está acontecendo. O que eu conto... com essa audiência pública, bom, voltando. Você fez um paralelo com a questão das células-tronco embrionárias, a discussão ganhou âmbito nacional e tornou-se de conhecimento de todo mundo. Como o DNA gente tem que dar a mão à palmatória que isso só chegou ao conhecimento da nação por conta do Ratinho. Hoje a pessoa mais simples e de menor conhecimento que tenha sabe o que é DNA porque um programa popular começou a falar de exame de DNA que serve para investigar uma paternidade. Então, a reprodução humana, a gente tem esperança que na audiência pública pra análise desse anteprojeto, que a gente consiga uma projeção nacional. Se a gente tiver que pegar o fio condutor das arbitrariedades pelo teu trabalho, do caso do Roger, pra fazer mais uma vez esse

chacoalhão, esse alerta, para que o caso não morra e para que a gente consiga transformar alguma coisa, isso vai ser sensacional. A infertilidade e a esterilidade alcançam hoje também a camada mais simples da população. Por quê? Porque a vida da gente hoje é mais estressante. A gente não se conforma mais em estudar, fazer apenas o colegial para se casar aos 18 anos, certo? As pessoas se casam mais tarde, aí os óvulos estão mais velhos. A pessoa não consegue engravidar. Os maridos estão mais estressados. Os espermatozoides não estão tão bem também, aí a coisa vai desembocar num tratamento de reprodução, que cada vez mais vai ser usado. Por isso tem que ser feito de forma segura. Então, vamos lá. A audiência pública vai ajudar muito. Acho que o fator documental e histórico desse caso do Roger vai servir pra dar esse chacoalhão. E aí a tua missão é grande. Nobre. É difícil porque você não consegue acesso à muita coisa. Mas é nobre. Você vai ajudar a casais, mulheres, a não passarem por tratamentos antiéticos, por hora. E cada espaço que a mídia der pra gente, a gente vai e fala a respeito.

P: Quais problemas podem acontecer com ausência de legislação na biomedicina?

A.C.: Várias coisas. Em termos jurídicos podemos falar da questão do sigilo, que é uma questão muito complexa. Você que foi feito com material de doador pode ter uma doença que exija um transplante e seus parentes próximos biológicos são aqueles que podem te salvar. Então, eu defendo que haja a possibilidade de quebra desse sigilo, mas não que dessa quebra possa decorrer qualquer direito entre pais e filhos, porque não é o caso. Tem uma questão complexa envolvendo sigilo e anonimato. Tem uma questão complexa envolvendo a barriga de aluguel que aqui no Brasil não pode cobrar, por força do entendimento constitucional. Mas seria a seção temporária do útero de uma mulher para gestar uma criança. Basicamente, e se a mulher não quiser entregar a criança porque se apegou ao bebê mexendo nos nove meses de gestação? É apenas um contrato? Que segurança existe de que a mulher vai cumprir até o final com a sua palavra? O problema do registro da criança. Quando você vai para o hospital você mulher tal, pariu uma criança do sexo tal, mas na verdade a criança vai ser registrada em nome de outra. Então, eu defendo que deve haver um pacto de gestação de substituição homologado pela justiça antes da gestação. Uma coisa simples, rápida, mas que garanta que as partes saibam exatamente o que elas têm que fazer e têm como compromisso até o fim da gravidez.

Tem a questão da possibilidade de o filho nascer depois do falecimento dos próprios pais. Hoje o único artigo em lei que cuida da reprodução humana assistida está no Código Civil é o 1597, fala da presunção de filiação. Nós, no âmbito civil, presumimos que são filhos

do casal aqueles nascidos das técnicas de reprodução humana. Mesmo que haja material de doador. É um avanço, mas solto. Você tem três frases e depois não há mais nenhuma tutela dos efeitos. Foi daí que veio todo o meu inconformismo. Mas um desses incisivos permite que o filho seja considerado do casal mesmo depois do falecimento do marido. Um pouquinho machista ainda porque só vê o falecimento do marido, mas enfim. E a questão da herança? A herança só se reparte quando uma pessoa morre. E pode ser que depois de 10 anos a mulher queira fazer uso do espermatozoide congelado do marido. Tem limites para isso? Qual é o prazo? Quais são os direitos patrimoniais? E há mil outros problemas como o controle do material genético doado. Hoje pela resolução você pode usar o material genético de um doador para duas gestações de sexo diferentes por área de 1 milhão de habitantes. Aqui em São Paulo se a gente arredondar para 15 milhões de habitantes, vamos ter 30 pessoas, 15 homens e 15 mulheres nascidos com material do mesmo doador. Isso é pouco? Contando que a camada que faz ainda o uso das técnicas é bem mais restrita. Eu levantei mais de uma dezena de problemas como previdência trabalhista, quem sai de licença maternidade: a mulher que emprestou o útero ou a mulher que vai cuidar do filho? É bastante complexo.

Entrevista com dr. José Reinaldo Guimarães Carneiro

Data: 24/02/2014

Tem 53 anos, atuou como promotor de Justiça no caso Roger Abdelmassih durante as investigações, entre 2008 e março de 2009. Foi ele quem recebeu a denúncia.

A entrevista foi dividida em dois momentos. A primeira parte das perguntas busca entender o caso, uma vez que todo o acesso às informações se deu via imprensa e o processo é mantido sob sigilo da justiça. A linha do tempo foi baseada em tudo o que foi divulgado no jornal *Folha de S.Paulo*. A segunda parte das perguntas trata da relação da imprensa com o caso e, ainda, busca comparar o vocabulário utilizado pela imprensa ao vocabulário jurídico – utilizado no processo.

J.R.: O desenrolar do caso na imprensa foi algo que eu vivi diretamente. Acredito que isso vá te ajudar, pois o que iremos conversar é realmente efetivo.

P: Antes de iniciarmos a entrevista, gostaria que o senhor se apresentasse.

J.R.: Sou promotor da justiça do estado de São Paulo, trabalho no enfrentamento de organizações criminosas desde 2003. Trabalhei em outros casos complexos dentro do Ministério Público e tenho a certeza de que ter sido procurado para este caso, decorreu de minha experiência anterior como promotor de investigação criminal. O caso Roger Abdelmassih não é uma investigação de crime organizado, mas foi levado até mim quando eu estava no Núcleo de Combate a Organizações Criminosas. Na academia, sou mestre em processo penal pela PUC de São Paulo e professor no curso de graduação da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie e na Escola Superior do Ministério Público. Estou no Ministério Público desde 1988, tenho 25 anos de experiência profissional. Nos últimos 4 anos, exerço o mandato de assessor do Corregedor Geral do Ministério Público. Findo o mandato, volto ao meu posto de promotor de justiça.

P: Sua participação no caso Roger Abdelmassih foi como promotor?

J.R.: Sim. O que aconteceu foi que nós estávamos fazendo investigações criminais, neste núcleo que chamamos de Gaeco⁵⁵, um grupo que tem um contato muito forte com a imprensa. É do nosso dia a dia o atendimento à imprensa, à comunicação social devido à sua relevância (Gaeco) e às peculiaridades desses casos. Eu fui procurado neste contexto. Quem primeiro fez um levantamento e descobriu que o médico estava estuprando as vítimas foi um organismo de imprensa, foi a TV Globo. Uma produtora da TV Globo procurou pelo Ministério Público, junto ao jornalista que era setorista nosso à época, o Maurício Ferraz — que hoje está no Fantástico. O caso chegou assim. Nós conversamos com essa produtora e ela disse: "Eu tenho três evidências.". Naquela época, ela tinha colhido o depoimento de algumas mulheres. Eram três ou quatro mulheres, eu não me lembro com clareza o número. Ela disse que tinha ouvido os depoimentos dessas mulheres, em locais diversos do país, já pensando em uma reportagem sobre o caso. Mas por questões de protocolo da emissora, não teria uma reportagem se não houvesse investigação criminal. Eu pedi a ela para ver os depoimentos. Por uma norma da emissora, eu não poderia ter acesso ao material bruto. A produtora me entregou a fita já

⁵⁵ O Gaeco é um grupo de atuação especial criado pela Procuradoria Geral de Justiça em 1995, que tem como função básica o combate a organizações criminosas e se caracteriza pela atuação direta dos promotores na prática de atos de investigação, diretamente ou em conjunto com organismos policiais e outros organismos". Definição retirada do *site* oficial da instituição no endereço: <<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/gaeco>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

editada com as identidades das mulheres preservadas e disse para eu tirar minhas conclusões. Assisti aos depoimentos da mulher 1, mulher 2, mulher 3... Eu peguei o caso assim, desta forma. Eu queria perceber primeiro se tínhamos um caso. Eu nunca tinha ouvido falar que esse médico atacava mulheres. Esse médico, inclusive, chegou a fazer uma palestra quando eu estava no meu mestrado na PUC. Eu conheci o médico lá. Ele foi levado por uma professora da USP para dar uma palestra aos mestrandos sobre bioética. Olha que coisa!?

Depois do caso montado, as pessoas falavam: "Poxa, mas só você não ouviu falar, isso era tudo muito divulgado.". Eu nunca tinha ouvido falar. Tanto, que assisti a uma palestra dele. Aliás, eu o achei muito comercial. Foi essa a primeira impressão que eu tive dele.

Mas muito bem, eu levei as declarações para casa e fiquei estudando. Eram declarações muito longas, de pessoas que na verdade não se conheciam. Eu ainda estou em dúvida quanto ao número, mas acho que eram 5 pessoas. Muito bem. Quando eu formei minha primeira impressão sobre o caso, eu pedi que a minha esposa visse as declarações. Eu queria uma opinião feminina, pois era muita responsabilidade partir para o início de um caso que envolvia tanta dificuldade. Minha esposa ficou bastante impressionada e me disse: "Você deve se aprofundar nisso.". O caso Roger Abdelmassih nasceu desta maneira.

P: Em que ano que foi?

J.R.: Nós estávamos em 2008, salvo engano. É que algumas datas a gente tem dificuldade de se lembrar. Mas o caso nasceu desta maneira.

P: Bate com as informações que tenho via imprensa.

J.R.: Meu primeiro passo, então, foi fazer contato com essas mulheres.

P: Como?

J.R.: Convenci a TV a fazer com que uma mulher falasse comigo. Era uma mulher que estava extremamente amedrontada. Muito amedrontada. Era terrível para ela o fato. Ela tinha trazido feridas muito graves consigo. Traz para todas as pessoas. Mas a primeira pessoa com quem eu tive contato, era alguém que estava arrasada emocionalmente por conta da experiência horrível que ela teve na clínica. Ela estava com o marido, que tentou apoiar o tempo todo, mas

quando ela chegou na frente de um promotor criminal, não era uma coisa que estava nascendo ali. Ela trouxe emoções que carregava já há cinco, seis anos. Os fatos eram muito antigos.

Veja, eu trabalhei no [caso] Celso Daniel, trabalhei no [*trecho incompreendido*], trabalhei no XX e Corinthians, trabalhei no PCC... esse [Abdelmassih] é o caso mais forte, mais impactante da minha experiência como promotor criminal... Toda vez que eu paro para pensar e me lembro... Eu tenho contato com algumas das vítimas até hoje. É muito impressionante. Foi pra mim e para as pessoas que estavam no meu entorno uma coisa muito forte.

P: Esse foi o primeiro caso que o sr. pegou de violência sexual?

J.R.: Não, não. Eu já tinha trabalhado em muitos casos de violência sexual em 20 anos de carreira. Mas veja por exemplo, o estupro. O estupro é o convencional, a agressão mesmo. Eu me lembro, na década de 1990, de ter trabalhado em um caso grave de um pai que havia estuprado as duas filhas. Foi uma experiência muito forte porque o fato foi marcante para essas crianças, óbvio. E esse rapaz foi morto dentro da cadeia. Trabalhar com estupro é uma coisa natural dentro de uma perspectiva de um promotor criminal. Agora, trabalhar com um crime praticado desta forma dissimulada, ao longo de tanto tempo, envolvendo poder econômico, envolvendo destaque na imprensa, envolvendo tantas coisas... Foi muito forte.

P: Por que é tão difícil prender os criminosos sexuais?

J.R.: Não é difícil punir criminosos sexuais. No Brasil nós temos uma dificuldade muito grande de punir criminosos. Especialmente criminosos de uma determinada faixa socioeconômica. O caso de Brasília, o Mensalão, está rompendo com aquilo que normalmente a gente vê no processo criminal. É um marco. Eu não estou falando do caso pelo mérito do caso, pois eu não conheço seu mérito. Mas tem por resolvido se o Supremo Tribunal Federal e a maioria dos ministros falou que é aquilo lá, no sistema judicial brasileiro, é aquilo. Acabou. Então, na verdade, o processo criminal brasileiro desde as ordenações filipinas do Brasil Colônia mudou muito pouco; porque é um processo que só pune uma determinada classe social muito inferior.

O criminoso sexual é punido tanto quanto todos os outros. A questão aqui diz respeito ao poder econômico. O caso Roger Abdelmassih é um paradigma nesse aspecto. Essa não é uma dificuldade específica desse caso ou de casos de crimes sexuais, eles (os agressores) são

responsabilizados normalmente, todos os dias. Se você for ao Foro Central Criminal você vai ver centenas de casos de estupro de vulnerável, enfim...

P: Mas eles são processados?

J.R.: Sim, são. São processados, julgados e condenados. Na região de Avaré, existe um presídio só de criminosos sexuais, você sabia disso?

P: Não.

J.R.: Não me lembro agora se é na cidade de Avaré ou em um dos presídios na região. Enfim, o criminoso sexual é diferente. E por quê? Uma vez que o criminoso sexual é condenado, ele é um delinquente que se adapta a um sistema de cumprimento de pena. Ele trabalha, tenta se ressocializar. Se você comparar, por exemplo, um furtador, um roubador, com um criminoso sexual, você consegue fazer no cumprimento da pena o criminoso sexual evoluir. O roubador você não faz. Normalmente este último não trabalha. Então, a ideia do sistema de administração penitenciária foi separar esses criminosos.

P: Então esse tipo de penitenciária funciona melhor pela forma como foi pensada?

J.R.: Sim. Eu fui conhecer. Lá dentro é tudo aberto. Coisas que são setorizadas nos presídios ao lado, lá é aberto. Você consegue passar de um setor para outro livremente. Lá dentro funcionam confecções. Há ainda uma fábrica de brinquedos, daquelas pipas de papel... Eu acho fundamental que você consiga ouvir o diretor desse presídio. É lá que está o maníaco do parque, por exemplo. Um estuprador em série.

P: O Abdelmassih pode ser colocado nesta categoria, de serial?

J.R.: Eu acho que sim. O Abdel não foi colocado, estampado como um serial, porque o serial tem determinadas características, como por exemplo a prática do homicídio, que não é um crime do Abdel, mas ele é um estuprador contumaz. É muito difícil pensar na recuperação de uma pessoa com uma patologia desta natureza. É complicado. A gente nem conseguiu fazer um estudo de sanidade dele porque a defesa fez uma opção de negar o tempo todo a autoria dos crimes. Até hoje.

P: Durante quanto tempo o senhor trabalhou no caso?

J.R.: Quase um ano. Eu era obcecado por uma preocupação muito forte. O caso deveria ser absolutamente sigiloso. Não poderia sair uma nota na imprensa, enquanto eu não me convencesse da realidade do caso. Uma notícia que saísse sobre a investigação destruiria a carreira do médico. Imediatamente o efeito seria esse. Então, esta era uma preocupação fortíssima. Muito mais que em outros casos envolvendo organizações criminosas, quando esta preocupação não existe. Ou quando existe é perto do zero. Foi por conta deste excesso de zelo que eu quase perdi o caso.

Então, o que aconteceu: nós começamos a colher as evidências. Aos poucos essas mulheres foram aparecendo mas eu não conseguia evoluir em número. Eu tinha aquela mulher. A primeira que veio trouxe outra. Mas, para convencê-las a formalizar o depoimento num papel demandava um tempo de convencimento. Aí, vinham os advogados delas querendo entender o que estava sendo feito, o que poderia acontecer e a gente não sabia o que poderia acontecer. Não era uma investigação daquelas que a gente resolve em um estalar de dedos, era uma investigação que do ponto de vista emocional, eu insisto nisso com você, era muito diferente.

Bem, nós colhemos cinco ou seis evidências sozinhos. Só os promotores do Gaeco, apenas nós. Não tinha polícia envolvida.

P: Desculpe interromper, mas foi feito um acordo com a Globo para que a emissora não soltasse nada durante as investigações?

J.R.: Não, na verdade a produtora da Globo jamais noticiaria sem que a gente tivesse evoluído na investigação. Aliás, isso é um outro detalhe mais complicado ainda e que vai ter implicações mais adiante. A gente na verdade descolou completamente da produção da Globo. A emissora não interferia na investigação. Então, o que fizemos? Colhemos evidências a ponto de ter a primeira conclusão forte e poder afirmar: agora temos um caso. Daí, eu queria ouvir o médico. Eu precisava abrir a investigação para ele. Eu notifiquei o médico e todas as desgraças aconteceram para o Ministério Público. O médico contratou o primeiro advogado dele. Não veio falar conosco. Se recusou terminantemente, por opção dele, a se defrontar conosco para trazer a versão dele, enfim... ele preferiu não falar. Foi a opção dele.

P: Foi quando ele apresentou um atestado médico? Foi o que saiu na imprensa.

J.R.: Apresentou. Nós marcamos uma segunda data e veio o advogado. Nós conversamos com ele e dissemos que se o problema era impossibilidade de saúde, a gente marcaria para depois. Mas enquanto a gente marcou para depois, ele [Abdelmassih] correu e começou a fazer uma investigação paralela contra uma das vítimas. Das cinco vítimas, quatro eram de poder econômico bastante estabelecido. Uma, era uma funcionária muito pobre do médico, e foi aí que ele atacou. Ela tinha lúpus, além de outros problemas. Era uma pessoa muito singela. Ela chegou a mandar um *e-mail* para o médico falando que poderia negociar com ele, etc. e tal. Depois ela nos pediu desculpas... mas ela fez isso. Então, abriu-se um flanco do médico contra esta mulher. Ou seja, enquanto eu estava pensando que eu estava aguardando o médico para poder vir falar comigo quanto ele estivesse melhor, a verdade não era essa. Ele estava com um inquérito policial, dentro da polícia, no Deic, para comer a investigação pelas beiradas. Quando eu descobri isso, e não foi imediatamente, eu descobri outras coisas também. Eu distribui minha investigação para o juiz, eu tinha que fazer isso, é protocolo, e minha investigação desapareceu dentro do Foro Criminal. Eu pensei “Poxa, ele está atacando.”. Eu já não tinha conseguido ouvir o médico, que seria o padrão normal da investigação. Se ele viesse e falasse: “é isso, é aquilo outro”, eu iria atrás. Era uma investigação em andamento. Até ali, ninguém sabia da existência do caso. Aí, foi quando eu percebi essas manobras todas, achei que o caso precisaria de uma divulgação social. Foi quando eu conversei mais efetivamente com a imprensa. Nós precisávamos divulgar o caso. Ele estava sendo destruído por conta do trabalho que estavam fazendo no entorno. Como é que pode uma investigação desaparecer dentro do foro criminal e ninguém dar satisfação dela? Você pode pensar: “Refaça! o senhor tinha a cópia.” Mas se eu chamasse uma das vítimas, com todo seu histórico, e disse a ela: “olha, a senhora vai ter que prestar um novo depoimento porque eu perdi a sua investigação”, neste caso especificamente eu perderia tudo. Então foi muito, muito complicado.

Bom, e aí, eu descobri que a TV Globo não daria o caso. A emissora resolveu não tocar no assunto sob alegação de que o caso não estava maduro. Disseram “Não vamos entrar nisso. Não faremos.”.

P: A Fátima Bernardes foi inseminada por Abdelmassih...

J.R.: Não, não, ela não era vítima.

P: Imagino que ela não, mas com todas as globais que foram inseminadas pelo médico, o senhor não acha teria alguma relação....

J.R.: Havia. Eu não vou dar nomes, mas eu precisei conversar com uma jornalista da TV Globo que tinha sido vítima do médico e ela me disse que falaria como mulher, mas que a empresa não a deixaria falar comigo. A produtora, então, estava extremamente desiludida e angustiada. Mas até aí eu não desconfiava, é normal um jornalista ter uma matéria derrubada. Eu insisti para que divulgássemos o caso como ele estava. Mas não tive resposta. Então, aconteceu outro fato. No Foro Criminal da Barra Funda há cerca de 50 juízes criminais e apenas dois não aceitam investigações feitas só por promotores. Pois o destino, entre aspas, quis que a distribuição levasse o caso justamente para um deles, que é a juíza Kenarik. E por que ela não aceita? Porque ela não aceita investigações produzidas só pelo Ministério Público. Esse é o debate que envolve a questão da PAC 37, as ruas, etc. e tal... Bem, a denúncia foi rejeitada.

P: Já que estamos neste ponto, e a questão da Kenarik era uma pergunta, quais as implicações dessa recusa para o andamento do processo?

J.R.: Foi terrível. A investigação havia desaparecido. O médico não tinha falado conosco. Havia um inquérito policial contra uma das vítimas e para trancar aquele inquérito na polícia houve um trabalho enorme do Ministério Público. Trancamos. Enfim, era tudo uma estratégia de defesa, própria deles. E aí, você tem que perguntar para o advogado de defesa deles que estratégia era essa. Deu trabalho.

Nós fomos atrás para reconstruir essas coisas. O que eu tive que fazer? Tive que colocar a polícia no caso. Mas não poderia ser qualquer delegacia. Tínhamos que fazer uma delegacia especializada se inteirar do caso e a polícia me atendeu, entregou o caso nas mãos de uma delegada de uma Delegacia de Mulheres para refazer aquilo que eu já havia feito, que, em síntese, era ouvir aquelas mulheres. E qual é a diferença entre a oitiva que eu faço e a oitiva que um policial faz? A vítima era a mesma... Tudo que elas haviam falado para mim, depois de um exercício grande convencimento, elas teriam que repetir para a polícia. Como eu explico para a vítima essa discussão sobre o poder de investigação do Ministério Público? Então, foi um outro sacrifício. Neste caminhar, com o inquérito desaparecido e as coisas todas atrapalhadas como elas estavam, é que eu precisei divulgar o caso. A Globo teve a primeira

mão, mas não divulgou. Argumentei que haviam sido eles quem trouxeram o caso... “Não faremos”, responderam. Aí, minha segunda ideia foi a *Veja*. Começamos a conversar com a *Veja*. Eles vieram, estudaram profundamente o caso. Não havia segredo de justiça, não havia nada disso. A *Veja* também falou não. Mas não foi algo decidido do dia para a noite. Foi um processo lento. Nesse intervalo eu fui procurado por uma outra jornalista — que já havia trabalhado conosco em outro caso — a Lilian Christofoletti, da *Folha de S.Paulo*. Foi a *Folha de S.Paulo* quem deu a notícia pela primeira vez. Na ordem real dos acontecimentos, era o terceiro veículo. Porque não foi o veículo que trouxe [o caso] nem aquele que espontaneamente estava acompanhando, que era o caso da revista *Veja*. E você me pode perguntar: “E por que o senhor divulgou na imprensa?”. Eu divulguei porque eu estava perdendo o caso. Eu tinha certeza absoluta de que o caso estava sendo massacrado e isso ia além das nossas forças.

Primeiro que a questão da investigação às ocultas tinha uma razão de ser. Preservar a integridade do médico, pois eu poderia divulgar o caso sem estampar as mulheres. Segundo: eu tinha consciência de que pela Constituição da República o caso não deveria ser sigiloso. O sigilo nas investigações é próprio de Estados totalitários. Quanto mais transparência eu tiver na investigação melhor. Até por que não existem outros mecanismos, só quem pode resolver este tipo de litígio é o Estado, através de um juiz. E as investigações precisam seguir um protocolo. É uma necessidade que aconteça a investigação, e esta aconteceu assim.

Continuando, foi só a *Folha* quem se interessou. Eles publicaram... acho que num domingo.

P: Foi publicado no dia nove de janeiro de 2009.

J.R.: E no dia seguinte, o telefone do Gaeco nunca mais parou de tocar. Esta foi a coisa mais impressionante que eu já vi. A quantidade de pessoas que nos procuraram. Temos no processo 60 e poucas vítimas. Mas umas 180 compareceram ao Gaeco para nos cumprimentar, para resgatar a honra que estava desgraçada, para abraçar os promotores e só isso; mais nada além disso, pois não queria aparecer.

Eu me lembro de um caso, não sei se interessa para o seu mestrado, mas você é jornalista, vou contá-lo a você. Me ligou uma moça, de Minas Gerais, e me disse: “Eu fui estuprada por um médico e perdi meu casamento por conta deste criminoso. Meu marido nunca acreditou que eu tivesse sido vítima deste crime.”

No mesmo dia, ou no dia seguinte, não me lembro ao certo, o marido desta mulher me ligou de um outro lugar e falou: “Doutor, eu não acreditei na minha mulher, eu perdi meu casamento por conta deste médico.”. E eu soube quem era este casal, pois esta mulher prestou depoimento. Ela procurou uma delegacia na cidade dela, Minas Gerais, e o delegado então nos ajudou. A vítima não sabia chegar até o Gaeco, em São Paulo, mas ela conseguiu se dirigir a uma delegacia para registrar queixa. Este delegado teve um papel importante, pois ao invés de ficar brigando para saber quem investiga, quem não investiga, o delegado fez o contato direto com o Gaeco e isso viabilizou a investigação.

Mas veja, este é apenas um detalhe da investigação. Teve gente que me procurou falando assim: “Eu depusitei toda a esperança da minha família nesse médico.”. Veja, uma pessoa me contou que sua família tinha um gene cancerígeno que matava seus descendentes ainda na adolescência. Muitas pessoas da família morriam por conta desta genética e o médico estava trabalhando para isolar esse gene. Você veja o tipo de questão ligada ao caso. Aqui é mais que “só” procriação, aqui vemos vidas depositadas nas mãos deste médico. Esta pessoa se sentou a minha frente e me perguntou: “O que é que eu faço agora?”.

E eu te pergunto: “Como é que eu, um promotor criminal, vou saber o que uma pessoa nesta situação pode fazer?”. Bem, eu respondi: “Eu acho que você tem que pegar a sua esposa e ir para um outro médico.”.

P: Este casal estava em tratamento no momento em que o caso se tornou público?

J.R.: Sim. Então, veja, as pessoas nos procuravam não apenas pelos casos de estupro. E as pessoas que não sabiam se tinham sido vítimas, pois estavam inconscientes no procedimento? Estas também nos procuravam querendo levantar indícios para saber se algo havia acontecido... Por outro lado, também fomos procurados por pessoas que queriam que o caso morresse. Estas diziam: “Melhor não divulgar, melhor não falar, melhor não mexer...” Elas preferiam jogar a sujeira embaixo do tapete.

P: E houve alguma informação falsa, pistas falsas informadas pelas pessoas que procuravam o Gaeco?

J.R.: Não. Não houve uma só pista que não se confirmasse. Houve apenas um caso, em outro estado, no Espírito Santo, de manipulação genética evidente e o casal descobriu. Esse casal

começou a conversar comigo, mas optou por fazer um acordo financeiro com o médico e a partir daí eles não falaram mais comigo. E eu não julgo este casal.

P: Me lembro de ter lido a respeito deste casal na imprensa.

J.R.: Foram essas coisas todas, o Gaeco se transformou num lugar especial. A energia que se estabeleceu ali foi impressionante. E era uma libertação para aquelas mulheres que antes não tinham como lutar contra aquele médico. Imagine, um cara vendido pela mídia de uma maneira tão “violenta”, tendo sido capa de revista inúmeras vezes, se relacionava com pessoas que eram formadoras de opinião, ia a inúmeros programas de televisão... e por trás disso, nós tínhamos um criminoso sexual perigosíssimo. Este é o Roger Abdelmassih.

P: Como ou por que este processo se tornou sigiloso?

J.R.: A segunda denúncia apresentada pelo MP precisou ser apresentada para a mesma juíza, Kenarik Felipe. Ela já havia ficado ‘preventiva’ no caso. A segunda denúncia, então, foi apresentada de modo a cumprir as exigências que a juíza solicitava — refizemos as investigações com o auxílio da polícia. A partir do momento em que o processo voltou a apreciação dela [Kenarik]... que é uma pessoa muito engajada, faz parte da ONG Juízes para a Democracia — é uma juíza que tem um papel muito destacado na proteção da mulher — as coisas ficaram completamente diferentes. Foi ela que em algum momento decretou o sigilo da ação penal que nasceu lá dentro.

Então, as coisas aconteceram na ação penal estão sob sigilo e disto nós não vamos conversar. Eu estou tratando com você apenas da investigação criminal. Bem, o que aconteceu foi que a ação penal redundou em uma condenação de 278 anos.

P: Então, foi a juíza Kenarik quem julgou Abdelmassih e deu a sentença?

J.R.: Sim. Ela quem julgou. Ela ouviu todas aquelas vítimas que eu já tinha ouvido na investigação e, enfim, tomou ciência da gravidade do caso.

P: Por quantos crimes Abdelmassih foi indiciado e por quantos e quais crimes ele foi condenado?

J.R.: Ele foi condenado por estupro, basicamente em concurso material porque havia muitas vítimas [*sic*] e ele foi considerado culpado pela práticas desses estupros. Eu não tenho a sentença em mãos, eu não vou poder dizer a você quantos crimes, mas foram 278 anos... Muitos!

P: Enquanto corria o processo, houve uma alteração na lei a respeito do entendimento do conceito de estupro.

J.R.: Em 2009. Foi uma alteração do Código Penal.

P: Exato. Nesta ocasião foi noticiado pelo *site* UOL a seguinte informação: “Réu em processo criminal por 56 estupros contra pacientes, médico Roger Abdelmassih foi preso no segunda (17) denunciado em junho pelo Ministério Público de SP; conforme a legislação anterior, seriam 53 atentados violentos ao pudor e três estupros. Pena é de 6 a 10 anos de reclusão.”. Minha pergunta é: a mudança da lei possibilitou que a sentença fosse mais pesada ou não?

J.R.: É uma questão um pouco mais complicada para quem não conhece a fundo o direito... Na verdade é assim, nós tínhamos antes da mudança da lei dois crimes diferentes: estupro só com relação sexual convencional, este era o crime de estupro; atentado violento ao pudor que era qualquer outro tipo de violência sexual que não a relação sexual em si.

Uma bobagem do passado que precisa ser modificada. Qual é a diferença de uma violência sexual se você vai fazer a relação sexual ou se vai cometer outro tipo de violência? Você está me entendendo? O que o legislador mudou foi só isso. Ele fundiu dois tipos penais em um só. Tudo hoje é estupro. Hoje, até um homem pode ser vítima de estupro; que anteriormente era algo que só poderia vitimar mulheres.

Essa alteração [na lei] já foi considerada na ação penal do Roger e ela por si só não prejudicou o Roger. Porque as ações da lei penal pós fato, ou seja, aquilo que acontece para pior, depois do fato praticado, não podem prejudicar o réu. Mas aqui, tivemos apenas uma fusão de tipos penais. Não atrapalhou em absolutamente nada.

P: O senhor saberia dizer o número exato de testemunhas que foram ouvidas ao longo do processo?

J.R.: Muitas, muitas. Maridos, esposas... Não tenho números.

P: As denúncias foram todas feitas por mulheres?

J.R.: Sim. Ouvimos várias testemunhas, entre homens e mulheres. As vítimas eram só mulheres. O Abdemassih não atacava homens.

P: Compreendo. Minha pergunta foi formulada pensando no segundo processo aberto contra Abdelmassih, que está ligado às questões éticas dos procedimentos para fertilização realizados em sua clínica... As questões de manipulação genética. Houve a abertura de um segundo processo, estou correta?

J.R.: Sim, houve. Não é uma coisa fácil de ser provada. A evidência mais concreta que tínhamos era daquele casal do Espírito Santo que apresentava o laudo. Mas esta evidência perdemos por opção do casal. A legislação brasileira sobre manipulação genética ainda não é uma boa legislação... No Mackenzie temos uma super especialista nesse assunto, a Ana Cláudia Scalquetti, talvez valha a pena você ouvi-la. Ela é a maior autoridade no Brasil, hoje, para poder falar dos avanços e retrocessos na área de manipulação genética.

P: Estamos, então falando de dois processos? Um sobre os estupros, investigados pelo senhor e outro sobre manipulação genética?

J.R.: As coisas se misturaram, fomos investigando tudo o que era possível investigar.

P: A *Folha de S.Paulo* divulgou que Abdelmassih estuprava suas pacientes desde a década de 1970. O senhor pode confirmar esta informação?

J.R.: Não sei se desde a década de 1970, mas encontramos registros desde o início de sua atuação, em Campinas.

P: Sim. Ele se formou lá.

J.R.: Nós ouvimos uma vítima em Campinas que narrou a agressão sexual acontecida há 20 anos.

P: O senhor consegue estimar o número total das vítimas de Abdelmassih? 56 foi o número que saiu na imprensa, relacionadas ao processo.

J.R.: Esse número corresponde a um terço das pessoas que estiveram conosco, no Gaeco. As pessoas foram até lá. Veio gente do exterior. Ele lidava com um público muito seletivo econômica e socialmente. Foi isto que viabilizou que ele fosse condenado. Te digo com a maior tranquilidade, se ele fosse um médico que atacasse vítimas pobres, o processo teria sido trancado. Aqui [neste caso] houve um enfrentamento muito forte porque ele atacou vítimas com o mesmo poder econômico dele. Eu falo isso com tristeza, não tenho nenhuma alegria na constatação de que o processo penal seria completamente diferente do que foi. Retomando a sua questão, eu não somei, mas a quantidade de pessoas que comparecem ao Gaeco para abraçar os promotores, como elas mesma diziam... Era um resgate. Imagine você ter um ente querido estuprado por um médico, num momento tão delicado... Você procura um profissional, é um tratamento caro... Quantos casais se separam por conta disso?

P: A imprensa tocou nesse ponto, divulgou histórias de vários casais que se separaram após as agressões...

J.R.: Sim, mas muitos se reconciliaram a partir do caso Abdelmassih⁵⁶. A atuação da justiça criminal resgatou a dignidade destas famílias.

P: Qual foi a maior dificuldade deste caso?

J.R.: Lidar com uma pessoa muito poderosa. Ele não mediu nenhum esforço para poder subtrair a nossa ação. A prova disto é que ele está foragido. Nós fizemos tudo o que pudemos para prender esse médico. Conseguimos prender esse médico... Mas...

P: Calma, um minuto, nós vamos chegar lá... Mas antes, em algum momento, ele assumiu a culpa?

J.R.: Em nenhum momento. Ao menos até onde eu estava na investigação, não. Ele não assumiu a culpa. Ele botava a culpa, por exemplo, no efeito da medicação que as pessoas

⁵⁶ Promotor se refere ao caso – oficialmente aberto pelo MP e sua divulgação na imprensa.

tomavam. Nós fomos averiguar a informação. Fizemos a pesquisa. Nenhuma alegação do médico ficou abandonada. A matéria de defesa foi levada muito a sério.

P: Então vocês testaram a anestesia que ele alegava causar as alucinações, o propofol?

J.R.: Sim, fizemos a pesquisa sobre o sal deste medicamento. Ouvimos os peritos, que descartaram completamente a hipótese. Não existe esse efeito colateral. Não existe a pessoa imaginar que está sendo estuprada pelo médico.

P: Curiosamente, a alucinação era sempre a mesma, para todas as mulheres... Bem, continuemos. Ainda com a intenção de confirmar informações que eu obtive pela imprensa. A defesa apresentou cinco pedidos de *habeas corpus*, um pedido de revogação de prisão. Todos foram negados. O senhor confirma essas informações?

J.R.: Foram vários pedidos de *habeas corpus*. E houve um natal que caiu na minha cabeça uma bomba, eu torcia pelas vítimas que eu tinha que proteger. A responsabilidade do Ministério Público é exatamente essa: proteger as vítimas. E houve um natal, eu nunca vou me esquecer: dia 23 de dezembro de 2009, uma liminar solitária de um único ministro...

P: O ministro Gilmar Mendes...

J.R.: O ministro Gilmar Mendes colocou o médico na rua... e ele fugiu. Todas as evidências indicavam que ele fugiria. Foi por esse motivo que ele estava preso.

P: O senhor pode me dizer quais as evidências que indicavam que ele fugiria?

J.R.: Ele (Abdel) começou a fazer um trabalho forte de consulado, com levantamento de passaportes. Os consulados que conheciam a investigação fizeram contato conosco. A gente tentou breicar, mas esses procedimentos consulares são procedimentos que dependem muito dos países, etc. A gente apresentou essas evidências — aqui nos já estamos falando mais recentemente — para evitar a fuga dele, e foi decretada a prisão.

P: Como o senhor avalia esse *habeas corpus* concedido pelo ministro Gilmar Mendes?

J.R.: Eu gostaria que você perguntasse isso a ele, como ele avalia esta concessão.

P: Eu adoraria poder fazer esta pergunta a ele.

J.R.: Pois faça, ainda que você tenha que colocar na pesquisa que não foi atendida. O mundo caiu na nossa cabeça de novo. Aquelas vítimas, elas têm muito medo do Abdelmassih. Foi terrível. Só quem passou pelo trauma de um atentado sexual é que sabe as consequências todas. E ainda praticado por uma pessoa que tem poder econômico, uma pessoa que tem dinheiro e influência e se quiser, manipula a opinião pública. E elas nos contavam em detalhes, as agressões.

P: E como o senhor avalia a participação do advogado Thomas Bastos na defesa?

J.R.: Ele teve uma participação de tribunal técnico. E é isso.

P: Mas foi depois da entrada do ex-ministro Thomas Bastos é que o *habeas corpus* foi concedido...

J.R.: O verdadeiro advogado, que faz o que chamamos de defesa técnica, que é a que deve ser feita, não é melhor ou pior, é a defesa que tem que ser feita... Enfim, o advogado do Abdel foi o Oliveira Lima. Com ele eu falaria se fosse você.

P: O senhor sabe me dizer se os processos aberto no Cremesp — Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo — foram os mesmos do Ministério Público?

J.R.: Isso é outra história. Desde o início das investigações a gente precisava urgentemente falar com o Conselho Regional de Medicina, mas o nosso canal de comunicação era extremamente trancado. Eles se fechavam e a gente não conseguiu (diálogo). A medida em que o caso foi crescendo em repercussão pública é que fomos tendo mais facilidade até que hoje ele está cassado no Conselho Regional de Medicina. Quando o caso começou, nem na minha melhor expectativa eu imaginava que obteríamos um resultado desta natureza. Não é que o caso esteja perdido, não, Lieli. Sabe por que não está? Porque este homem não ataca mais mulheres em plena Avenida Brasil. Quando eu passo lá (no endereço da antiga clínica de Abdel) e vejo lá um hospital, uma unidade do Albert Einstein funcionando ali, um hospital de

excelência, de qualidade... Quando eu vejo que aquele elefante, que era o símbolo do poder de Abdelmassih, não está mais lá, eu fico aliviado.

P: O senhor acredita que ele vá ser preso um dia?

J.R.: Eu acredito. O Abdelmassih é uma pessoa muito vaidosa. Talvez a mais vaidosa com quem eu já tenha me deparado. A vaidade dele, em algum momento, vai viabilizar a prisão. E eu não acredito que ele esteja no exterior. Eu acredito que ele esteja no Brasil. De médico famoso ele passou a exercer a profissão mais cara que existe hoje no mundo, que é a de foragido. Uma pessoa para permanecer indefinidamente foragida, ela tem que movimentar um poder econômico muito grande. Ele tem esse poder, mas uma hora a fonte seca.

P: A última notícia sobre ele nos jornais é a de que sua atual esposa, com quem ele se casou ao sair da prisão, teve gêmeos...

J.R.: Sim. Ela era colega de Ministério Público. Muito mais moça que ele. A notícia pra nós chegou bem depois, ela abandonou o Ministério. Ficamos chocados. Eu nunca tive contato com essa colega de MP Federal. Larissa Sá... Eu soube da notícia de que eles tiveram filhos.

P: Outra notícia que me chamou a atenção foi a de que o Ministério Público pediria aumento da pena de Abdel... Essa notícia saiu logo após ter sido noticiada a sentença e condenação.

J.R.: Salvo engano tem recurso sim.

P: O senhor saberia me dizer por quê?

J.R.: Isso é normal. A juíza pode ter desconsiderado algum caso, é procedimento normal.

P: Sendo Abdelmassih preso, nossa justiça só permite o cumprimento de 30 anos... Estou errada?

J.R.: Ele foi sentenciado antes dos 70, caso contrário os prazos cairiam todos pela metade, seria diferente. Essa é a lei para qualquer caso, tá? Mas como ele foi sentenciado antes do 70, se ele for preso, ele fica bastante tempo preso. É isso que você quer saber?

P: Sim.

J.R.: Aquela conjuntura de fatores que viabilizava que ele conseguisse uma liminar aqui e outra acolá, hoje não existe mais. E por que não existe? Porque o Brasil hoje tem um processo criminal mais maduro, a prova disto é o mensalão e aí a gente volta no começo da nossa conversa. E ele é foragido, ele provou que aquilo que a gente estava falando realmente iria acontecer. Então, se o ministro Gilmar Mendes acreditou que não havia indícios que ele fugiria, hoje, imagino que o Gilmar pensa completamente diferente. Mas isto é algo que você tem que conversar com ele.

P: A declaração de Gilmar Mendes à época do *habeas corpus* foi a de que a prisão teria antecipado a pena de Abdel (que não havia sido julgado).

J.R.: Todos falam isso diante da prisão preventiva. A prisão preventiva acontece diante de riscos para o processo e para as vítimas. Para as vítimas ele já não apresentava mais perigo. Mas para o processo sim.

P: Aquela imagem divulgada, de uma pessoa muito parecida com ele...

J.R.: Não, não era ele. Eu consegui perceber tão logo vi. Embora eu nunca tenha me confrontado com ele pessoalmente, eu tinha muito material e o estudei bastante. Mas ele vai fazer uma coisa dessa um dia, ele vai a um restaurante bacana. Ele deve estar um pouco diferente hoje... Imagino que ele tenha tomado esse cuidado. Mas eu acredito que vamos conseguir fazê-lo pagar. Preso.

P: Quais são os aspectos positivos e negativos da cobertura da imprensa no caso?

J.R.: A imprensa salvou o caso. Se eu tivesse a opção de manter o caso no sigilo, como eu mantive quase um ano... Mas vendo as coisas que estavam acontecendo no entorno do caso, eu teria perdido esse caso. E talvez, sem a imprensa não teríamos conseguido alcançar tantas vítimas.

P: Segundo o que acompanhei na imprensa, a primeira notícia, a da *Folha*, publicada em nove de janeiro, contam com cinco testemunhas. Em abril esse número havia saltado para 60.

J.R.: Você precisa falar com a Lilian Christofolletti.

P: Sim, ela é uma das peças chaves para minha pesquisa.

J.R.: É interessante pensar no processo de construção desta matéria. Ela tinha que ser completamente cercada. Ela ia e voltava para a mão dos advogados. Em um dado momento eu brinquei com ela: a matéria é sua ou dos advogados? Era dela, evidentemente.

P: Eu tenho perguntas sobre a construção do texto.

J.R.: Você estudou o texto?

P: Sim. A primeira reportagem eu estudei a fundo.

J.R.: A que conclusão você chegou? Está cercado o texto, não?

P: Sim, consigo perceber que ele está cheio de cuidados. Mas tenho algumas ressalvas. Inclusive o que me fez solidificar minha percepção a respeito do primeiro texto, foi a continuação da cobertura. Foi o que veio depois. E do ponto de vista de análise do discurso eu acho um pouco complicado quando ela diz assim: “investigado por supostos crimes sexuais”. Quando alguém é investigado não é exatamente por uma suposição considerada factível? Isso não torna o texto redundante, diminuindo a questão?

J.R.: Mas trata-se de um recurso jornalístico muito comum. A imprensa adora falar “suposto”, “em tese”, “talvez”, ou “segundo fulano”, tudo o que retira (dela, imprensa a responsabilidade). Ela não abre mão de dar a notícia, mas ao mesmo tempo, passa tudo para os ombros da pessoa que está dizendo. E a fonte é que é a responsável. Enfim, mas esta matéria tem um valor especial — e eu falo isso na faculdade de direito — essa matéria viabilizou a responsabilização criminal do Roger Abdelmassih. Não fosse a *Folha*, eu não sei o que seria.

P: Eu não questiono a importância da veiculação desta notícia... Na TV Globo, por exemplo, quase não se viu nada a respeito do caso.

J.R.: Se você pesquisar a Globo nos dias subsequentes a esta reportagem, você não vai ver nada. Demorou muito para que eles tocassem no assunto.

P: Apenas na Globo News eu vi uma boa matéria, com a Monica Waldvogel, enfim. Voltando à *Folha*. Outro ponto que me chama a atenção é que até o final da cobertura, em 2011, ela [*Folha*] vai tratar as vítimas do Abdelmassih como “as acusadoras”. Esse é um termo técnico legal?

J.R.: Não, quem acusa é o Estado, na figura do Ministério Público. As vítimas são vítimas. Eu não havia reparado, você está me chamando a atenção para isso, mas vale pontuar que a linguagem do jornalismo e do direito são completamente diferentes.

P: Entendo que a inocência presumida tenha que ser algo sagrado para a imprensa. Enquanto alguém está sendo investigado, deve ser tratado como suspeito. Mas, no caso Abdelmassih, até depois de ele ser condenado, ele continua sendo tratado como suspeito.

J.R.: Oh, estão fazendo isso com o mensalão também. Há pessoas que já foram condenadas e ainda estão sendo tratadas como suspeitas... Vou resumir a questão para você. Se a gente tiver um latrocínio na esquina, o jornalismo, o Ministério Público, a polícia, nós brasileiros não temos nenhuma cerimônia em pegar pelo pescoço o latrocida e estampá-lo de uma maneira imediata na imprensa. Mas quando a gente fala do criminoso do colarinho branco, a dificuldade é muito maior. Por exemplo, o latrocida da esquina eu consigo algemar. Não tem problema. Ninguém cria obstáculos. Mas como é que eu vou fazer para algemar o banqueiro? Aí, tem até súmula do Supremo Tribunal Federal evitando as algemas. As algemas em si, ainda que sejam rudimentares e medievais, são um meio de contenção. Não um ato de humilhação. São necessárias para evitar que a pessoa fuja. Que ela se mate, como já aconteceu de pessoas, na hora da prisão, pularem do prédio e se matarem. Não tem a ver com classe social.

P: Ainda buscando compreender semelhanças e diferenças entre o texto jurídico e o texto jornalístico, na tentativa de investigar se a informação influencia ou não a opinião do leitor,

gostaria que o senhor comentasse o seguinte trecho, publicado pela *Folha de S.Paulo*, naquele nove de janeiro, de 2009:

“A investigação começou em maio no Gaeco, grupo especial do Ministério Público paulista. Para os promotores José Reinaldo Carneiro, Luiz Henrique Dal Poz e Roberto Porto, “já há indícios contundentes contra Abdelmassih, suficientes para denunciá-lo à Justiça.”

“São realatos detalhados de diferentes vítimas, mulheres que não ganham nada contando isso. As histórias têm muitas similitudes e são bastante verossímeis”, afirma Dal Poz.

O Ministério Público não tem prova material contra o médico, apenas relatos.”

J.R.: Isso aí é uma coisa de maluco, né? Por que prova material? O estupro é um crime que não deixa obrigatoriamente prova material. Prova material significa exame de laudo pericial. A prova material do homicídio é o laudo de necropsia do corpo, não basta um atestado de óbito. Mas no crime de estupro, se o médico lesionar a vítima e ela se submeter a um laudo material, mas normalmente, não é um crime que deixa marcas. Como é que o Brasil sempre analisou esses crimes? Em cima de evidências concretas que são a palavra da vítima, pois são crimes praticados às escondidas, naturalmente. Então, a palavra da vítima é evidência. Creio que isto seja tenha sido um cuidado do jornalista.

P: Uma hipótese que levanto é a de que quando falamos em crime sexual, existe uma tendência do senso comum em culpar a vítima e dar todos os atenuantes para o agressor. Qual a posição do senhor em relação a esta afirmação?

J.R.: Não, eu não tenho essa visão do crime sexual. A gente fala crime sexual, mas tecnicamente nem é mais chamado dessa maneira. A nova lei, àquela a qual você se referiu, ela fala do crime contra a dignidade sexual. Então, saiba que hoje, no direito penal, não existem mais crimes sexuais. O correto é ‘crime contra a dignidade sexual’. Não tem como se culpar a vítima.

P: Ressaltando que estou me referindo ao senso comum... O que vimos por exemplo nos comentários de reportagens publicadas na internet, em páginas de redes sociais.

J.R.: Mas aí você vai entrar por terrenos que vão falar do comportamento da mulher mais liberal... nada, absolutamente nada justifica o criminoso sexual. Nada. Cada mulher tem seu

charme pessoal e isso tem que ser respeitado, um ataque selvagem tem que ser tratado desta maneira.

P: Então, podemos dizer que a legislação atual tenta trabalhar desta forma, não usando a vida pregressa da vítima contra ela?

J.R.: Tenta. O Código Penal mudou de uma maneira positiva. Porque as ações penais do passado, de antes de 2009, eram ações privadas. A vítima que, se quisesse, contrataria um advogado para processar o criminoso. Salvo algumas hipóteses, de vítimas menores. Hoje não é mais assim, o Estado chama para si a responsabilidade de processar esse tipo de criminoso. Nós sabemos que a mulher hoje está integrada ao Estado e não há aquela visão machista. Por que se fazia daquela maneira? Para preservar a família, o entorno da vítima. Se pensava “Ah, talvez processar seja uma coisa mais complicada ainda. Vamos deixar deste jeito.”. Então, nós mudamos. O ano de 2009 foi um marco divisor. E isso não tem a ver com o Abdelmassih. Isso aconteceria de qualquer maneira, o direito penal estava evoluindo para isso.

Segunda entrevista com José Reinaldo Guimarães Carneiro

Data: 17/09/2015

P: Nosso objetivo é entender como o Ministério Público recebe e entende a palavra da vítima nos casos de crimes sexuais. Tanto no caso Roger Abdelmassih quanto nos crimes de mesma categoria.

J.R.: Hoje falamos modernamente em crimes contra a dignidade sexual. É um detalhezinho, mas que deve ser focado. Houve uma alteração da lei em 2009 e o que chamávamos de crimes sexuais passou a ser chamado de crimes contra a dignidade sexual.

Especialmente com relação a crimes contra a dignidade sexual, especialmente o estupro, que é o mais violento, a jurisprudência brasileira conferiu o entendimento de que a palavra da vítima é preponderante.

Porque o crime sexual, o estupro, ele é cometido de uma maneira a ser absolutamente clandestino. Você não tem outras pessoas observando. Então é o tipo de delito que não deixa,

de forma comum, testemunhas. Se retirássemos a palavra da vítima, não teríamos nada. Em nenhuma hipótese. Abriríamos assim uma válvula de impunidade para estupradores. O que aconteceu foi que a jurisprudência sempre consolidou esse entendimento, que prevalece a palavra da vítima. No caso Abdelmassih, imagine o seguinte: e se fosse só uma vítima e não mais de 60? Como as coisas teriam acontecido? Quando a investigação começou, nós tínhamos esse parâmetro: a palavra da vítima vale? A palavra da vítima vale e vale muito. Isso não é graças ao caso Abdelmassih, é devido à construção da jurisprudência brasileira nesta área. Bem, o caso Abdelmassih tinha alguns complicadores. Primeiro porque ele envolvia uma pessoa absolutamente notória, uma clínica conceituada no exterior. Então, se eu lançasse exclusivamente uma vítima, pois veja, eu não recebi 60 vítimas. Eu recebi uma. Meu primeiro contato foi com uma única pessoa, que estava absolutamente amedrontada e era perfeitamente natural que ela estivesse assim. Se eu fosse levar em consideração apenas este depoimento, talvez eu não construísse o caso. Eu precisava de mais elementos. Então, veja, no caso Abdelmassih, o MP foi ainda mais cuidadoso do que ele é normalmente do que ele foi em outros casos de estupro. Isso foi um preconceito nosso, que eu reconheço. Mas eu tinha muito medo de provocar um desastre na vida de um profissional inocente. Essa era uma preocupação real. Por isso, o caso foi investigado muito tempo sob sigilo. Assim pudemos chegar na segunda, terceira... Quinta vítima. Foi quanto eu tive certeza de um multiplicador. Mas não seria necessário. Uma pessoa poderia ter deflagrado este caso.

Porém, acho muito difícil o Judiciário brasileiro ter considerado a materialidade do caso apenas com uma vítima. Foi fundamental que as coisas acontecessem como elas aconteceram, ou seja, com uma quantidade expressiva de vítimas. E a quantidade expressiva só foi possível graças a matéria da *Folha*. A matéria da *Folha* foi um divisor de águas, pois eu estava perdendo o caso. Estava isolado na investigação, as coisas acontecendo de uma maneira absurda... Um dia era o sumiço da investigação, outro dia, a rejeição da denúncia etc. Eu estava perdendo o caso. Então resolvi romper meu silêncio e tornar público o caso. Foi assim que eu fiz.

P: A imprensa divulgou que a primeira pessoa a acusar o Roger Abdelmassih teria sido a ex-funcionária dele. O texto do jornal diz: “Esta não será a primeira tentativa do Ministério Público de denunciar Abdelmassih. Em setembro, os promotores ofereceram acusação formal contra o médico com base em dois casos: o da ex-funcionária e o de uma ex-paciente que acredita ter sido vítima de violência sexual enquanto estava sedada em 1999.” (*Folha de S.Paulo*, caderno Cotidiano, 09 de janeiro de 2009)

J.R.: Isto não é verdadeiro. Meu primeiro contato com uma vítima de Abdelmassih diz respeito a uma pessoa que está absolutamente protegida e não é a secretária. A primeira pessoa que foi formalmente ouvida pelo MP não foi a secretária. Então, se as pessoas falam que o caso está alicerçado na fala de uma secretária, elas falam para tentar desvirtuar a realidade da investigação. Agora a fala em si, eu quero comentar, é uma fala preconceituosa. Pois veja, a primeira mulher que falou comigo é uma mulher bastante poderosa. Mas o poder que ela tem não retirou dela o medo, os traumas que ela tem como acontece com toda vítima de um esturador. Mas se tivesse sido a secretária? Foi justamente em cima dela que o médico foi com uma facilidade extraordinária. Olha o preconceito. Porque ele não foi contra as vítimas poderosas? Como diz o ditado: “Assombração sempre sabe para quem aparece.”. A secretária era uma menina doente. Ela tinha uma doença grave, autoimune. Eu tinha a responsabilidade de protegê-la e o fiz da maneira que pude, inclusive trancando a investigação que tinham aberto contra ela no Deic. Enfim. Preconceito.

P: A pergunta agora é sobre a proteção das vítimas. A defesa do Abdelmassih repetiu por diversas vezes que, ter negado o acesso à identidade das vítimas e às acusações, cerceou o direito de defesa do réu. Houve a intenção proposital do MP em proteger essas vítimas, não entregando suas identidades à defesa?

J.R.: Existiu, claro. Isso é moderno. Hoje em qualquer lugar civilizado do mundo você protege as testemunhas e vítimas. O Brasil tem uma lei de proteção as vítimas, testemunhas e aos colaboradores, por conta da delação premiada. Nós temos em São Paulo um provimento do Tribunal de Justiça que viabiliza que você ouça uma vítima que tem medo de sofrer consequências, ela presta o depoimento dela e você tira a qualificação. Mas não tira a qualificação para desaparecer com ela, essa qualificação vai para as mãos do juiz do caso e lá adiante, depois de concluída a investigação, no momento da ação penal, a defesa tem o acesso à informação direta da qualificação da testemunha. Então, evidente que é uma alegação da defesa. Mas elas não tiveram coisa alguma cerceada. O que houve foi a limitação ao acesso na fase do processo onde isto cabia. Tanto é verdade, que ela já sabia por exemplo da Cristiane, que foi uma vítima que depôs sem proteção. A defesa de pose da identidade foi lá criar empecilhos para desqualificar o depoimento da Cristiane. Quando Roger foi processado em juízo, o advogado de defesa, com a antecedência que a lei determina. Sabia quem eram as vítimas e suas qualificações. Nada foi omitido para o processo criminal.

P: O que é qualificar a vítima?

J.R.: Significa dar o nome dela, o endereço, a filiação de tal maneira que o acusado saiba quem é a pessoa. Eu me lembro desta fase da investigação e realmente, ele se bateu muito com isso. A gente brigou muito pra preservar esse sigilo. E isso é essencial. As pessoas tinham pavor dele. São questões muito graves. O poder econômico dele influenciava muito fortemente. A estrutura do Judiciário influenciava muito fortemente. As pessoas não acreditavam. Hoje fala-se do Abdelmassih com uma facilidade muito grande, por quê? Porque ele está condenando a mais de cem anos de cadeia, já no Tribunal de Justiça. Agora, naquele momento silencioso da investigação... para falar com uma vítima era um grande esforço. Ainda tive minha primeira denúncia rejeitada. para trazer a vítima e explicar pra ela a rejeição de uma denúncia por conta de uma tese do poder de investigação do MP. Isso era tudo muito difícil. Foi utilizado um provimento. Esse provimento é público, o número dele é 32, do ano de 2000. É da Corregedoria Geral da Justiça. Mas, em síntese, é isso que te contei: você ouve a pessoa, tira os dados que dão a referência de quem ela seja e os dados vão para as mãos do juiz do processo. Lá adiante, quando a ação penal for instalada efetivamente, o advogado de defesa tem ciência pelas mãos do juiz. Então o advogado da ação penal, que foi o Oliveira Lima e o Thomaz Bastos tiveram, souberam o que eles quiseram sobre as vítimas. Normalmente as investigações são pautadas pelo sigilo, eventualmente a gente quebra isso. No caso Abdelmassih eu assumi a responsabilidade de quebrar o sigilo da investigação quando eu percebi que eu estava perdendo a investigação por manobras que fugiam do meu controle. Se não me engano, trato disso na nossa primeira entrevista.

P: Sim, nos contou muito detalhadamente sobre como o caso estava ruindo. Nos casos de violência sexual, como funciona o instrumento de proteção da vítima?

J.R.: Esta é uma questão técnica importante. Vou lhe explicar. Na época da investigação, a proteção das vítimas de violência sexual funcionava como em qualquer outro caso, fosse corrupção, roubo ou estupro. As vítimas sempre são protegidas. Aqui no Foro Criminal as vítimas prestam seus depoimento na ausência de seus roubadores, latrocidias etc. É o protocolo.

A investigação do caso Roger Abdelmassih aconteceu de 2007 para 2008. Em 2009 houve alteração da lei no Congresso Nacional. A lei já citada que revê os crimes sexuais. A

alteração foi muito importante e vou lhe explicar por quê. Anteriormente havia os chamados crimes de estupro e os crimes de atentado violento ao pudor, que era qualquer abordagem sexual que não fosse a relação sexual convencional homem e mulher. No conceito antigo de estupro, que vigorou até 2009, só mulheres poderiam ser vítimas. Então, em 2009 lei sofreu essa alteração: desapareceu o atentado violento ao pudor, por conseguinte, qualquer abordagem sexual violenta ou mediante grave ameaça é estupro. A ‘figura’ atentado violento ao pudor foi extraída do Código Penal. Veja, o coito anal não é menos grave que o coito vaginal. O atentado violento ao pudor era um conceito ultrapassado e antigo. Houve, então, uma fusão do tipo (penal), pós-Abdelmassih. Houve ainda uma outra questão. A ação penal para os crimes de estupro era privada, ou seja: a vítima é que deveria discutir com sua família se iria ou não haver ação penal. Isto é um absurdo. A mulher conquistou um papel de destaque na atual sociedade. Numa sociedade moderna a mulher não pode ficar refém nem da própria família sobretudo na decisão de ação penal num crime de grave natureza como é o estupro. Hoje o estupro é uma ação penal pública, graças a esta transformação da ação privada para a pública. Antes da alteração da lei, a mulher que decidisse processar o estuproador teria ela mesma que contratar um advogado. Hoje, na ação pública o acusador é o Ministério Público. Os legisladores resolveram que todos os casos de crimes sexuais, que agora não estavam mais no controle da vítima, passaram a ser segredo de justiça.

O Abdelmassih faz um movimento tentando se proteger nesse segredo de justiça, mas ele incide em dois problemas gravíssimos. Primeiro, a alteração legislativa aconteceu após o caso dele e segundo, não foi uma alteração legislativa para proteger o investigado do crime, mas para proteger as vítimas que então não tinham mais o controle sobre a ação penal. Esta é uma mudança histórica, vale frisar. Trata-se de uma interpretação histórica e transformação do direito penal. Eu estava trabalhando na investigação em 2008, continuei trabalhando nos anos subsequentes, eu peguei a fase dessa transformação e acompanhei de perto esse processo. Foi uma transformação necessária e moderna. Você entendeu? A ação de estupro era privada anteriormente.

P: Sim, entendi. Mas me surgiu uma dúvida. Antes da alteração, quando a ação era privada, então, quem acusava (propunha a ação) era a vítima?

J.R.: Nós tínhamos hipóteses em que o MP poderia acusar; por exemplo: as hipóteses em que a vítima não tivesse condições de contratar um advogado. Em determinadas circunstâncias em que a vítima tivesse sido atacada pelos próprios ascendentes. E havia ainda a súmula número

608, do STF, que falava em violência real. Foi essa súmula que viabilizou que o MP acusasse Roger Abdelmasshi. Enfim, essas eram hipóteses da lei. Mas a regra geral indicava ações privadas para os crimes de violência sexual. Esse era o modelo antigo. Toda a construção do caso Abdelmassih foi em cima do modelo anterior à alteração da lei, em 2009.

A doutrina do direito penal já queria realizar essa transformação que aconteceu efetivamente em 2009. A lei que modificou o direito penal é a lei 12.015 de 2009. Hoje esta lei está incorporada no Código Penal. De forma bastante resumida, essas foram as transformações trazidas pela mudança na lei.

Bem, então o segredo de justiça passou a ser prestigiado nos crimes de violência sexual para proteger a vítima, que já não tinha mais o controle da ação. Anteriormente, tratava-se de ação privada e de interesse da vítima, mas não só, também do pai, da mãe, do marido da vítima. Então, o segredo de justiça do caso, que apareceu em 2009, vem daí, da mudança da lei e representou o cuidado que o legislador teve com as vítimas nessa fase de transição. Hoje ainda é preciso que haja representação para que as investigação tenham início. Mas a ação penal é do Ministério Público.

P: Quais as situações em que a palavra da vítima não vale como prova, não é considerada? Minha pergunta é baseada tanto na fala dos advogados de defesa, que alegavam que não havia provas, mas também me baseio na decisão da juíza que foi publicada na *Folha*, que dizia que alguns crimes não foram desconsiderados.

J.R.: A palavra da vítima é descreditada quando a manifestação em si revela alguma falta de credibilidade na essência, que o promotor, que é o responsável pela acusação, ou a juíza possam aferir. No caso do Abdelmassih eu não me lembro de uma única vítima que tivesse contado uma história fantasiosa que eu tivesse desacreditado. Agora, havia pessoas que tinham sofrido o abuso sexual de data muito anterior. Esses fatos foram absolutamente desconsiderados. Alguns até passaram pela juíza e foram condenados, mas o Tribunal Superior reconheceu a prescrição quando julgou o recurso. Das pessoas que falaram comigo, nenhuma apresentou uma história que não tivesse começo, meio e fim. Então, depois que eu formei minha convicção de que eu estava diante de um estuprador perigoso, é importante frisar, o Roger é um estuprador perigoso. Uma pessoa que se esconde por traz de uma clínica de fama internacional e comete violências da forma reiterada como ele praticou, acho que é um dos casos mais graves de violência sexual que eu tenho notícia. Existe um consenso entre as pessoas que estiveram ligadas a este caso em relação a isso.

P: Existe a ideia de que as mulheres inventam com frequência que foram estupradas. Baseado no seu tempo de profissão e nos casos de violência sexual em que você trabalhou, gostaria que me respondesse se realmente é comum uma mulher inventar que foi estuprada?

J.R.: Absolutamente raro. Nos crime sexuais, eventualmente você pode se deparar com esse tipo de circunstância em situação de alienação parental, no direito de família. Por exemplo, num divórcio ou numa separação mal resolvida. Nós já tivemos caso em que a mãe imputou um crime sexual contra um pai e que depois se mostrou mentiroso. Neste caso a filha foi colocada como vítima. Mas não é do nosso dia a dia. Eu não tenho nenhuma estatística científica sobre isso, mas a cada dez denúncias de estupro, temos nove ou oito com sentenças de condenação. Vez ou outra temos uma mudança nesse sentido.

No caso Abdelmassih, a prova era uma coisa assim transparente, cristalina, contundente, arrasadora de forma a não deixar nenhuma dúvida. Mulheres que nunca tinham se conhecido na primeira fase da investigação relatavam características específicas de ataque que eram idênticas. Isso sem que as vítimas jamais tivessem conversado umas com as outras.

A defesa do Abdelmassih tentou alegar que elas, as vítimas, tinham uma rede de comunicação na internet. Houve uma manifestação na internet. Mas essa manifestação, que inclusive permitiu que localizássemos algumas pessoas, não discutia mérito dos ataques individuais. E quando rompemos da primeira para a segunda fase da investigação, após a publicação da reportagem na *Folha* e então vieram cerca de 60 vítimas, tivemos uma noção completamente ampliada da circunstância. Todas, todas sem exceção narravam de modo enfático os mesmos detalhes, as mesmas rotinas, a convivência das pessoas na clínica, inclusive dos filhos.

Minha opinião pessoal a respeito da omissão dessas pessoas, dos filhos, é que eles provavelmente estava apenas com uma visão econômica. Pois, acredito que ao ver esta deformidade na clínica, os filhos, muito antes de perderem o nome da clínica, poderiam ter tomado providências concretas para fazer cessar essa desgraça que era a atuação deste pai.

Era um filme de terror. Olha, tenho ciência de vítimas que 10 anos após o ataque ainda são tomadas de suores noturnos, ataques de pânico, crises de ansiedade; houve casamentos destruídos ou que passaram por períodos de angústia e todas as consequências destrutivas próprias da violência. Tudo isso está retratado dentro da ação penal Abdelmassih.

P: Sabemos que existe um projeto de lei cujo objetivo é tipificar os crimes da biomedicina, mas isso ainda não é real. O Brasil não possui um código de leis que regule a biomedicina. Os outros crimes: sexagem, eugenia, turbinamento de óvulos, manipulação genética.

J.R.: Eles estão num limbo que beiram a falta de crime, a atipicidade completa.

P: Então o que houve com aquele outro inquérito que estava sendo montado com a tentativa de punir esses crimes traçando paralelos com os que existem na lei?

J.R.: O que é um caminho complexo. Pois quando se pega coisas que não são crime para fazer se adequar ao que é crimes, certamente teremos uma ação perdida. Todas as vezes que um comportamento considerado imoral, este comportamento não será apto a uma condenação por crime. Nós temos um princípio da legalidade que diz que só os comportamentos que estejam absolutamente colocados na lei é que podem ser considerados como crime.

Mas nessa área, o projeto de lei ao qual você se referiu está bem adiantado do que era quando você me entrevistou a primeira vez. Sei disso porque voltei a conversar com a Cláudia recentemente, após o caso ter sido lembrado na TV Globo por conta de uma discussão sobre embriões que teriam desaparecido. Você acompanhou essa notícia?

P: Não.

J.R.: Foi no ano passado. Bem, esta questão está meio divorciada do caso. Foi uma matéria que mostrava o desaparecimento de n embriões e as vítimas consideravam como filhos, entende? Elas perguntavam: "onde estão meus filhos? Se ele produziu seis embriões e só implantou dois, onde que estão os outros?" Aí, ao final desta reportagem, o Vicente Abdelmassih assume que ele tem em seu poder uma parte desses embriões, não a totalidade. Bem, por conta disso tive este contato mais atual com a Cláudia Scalquete, e ela me mostrou o projeto. O documento contém o detalhamento e tipificação de n crimes. É um projeto rico e vai viabilizar que o Brasil tenha um código de leis detalhado nessa área. Isso vai viabilizar inclusive a tranquilidade dos médicos e profissionais da área. Obviamente tranquiliza os consumidores, mas define os limites de ação dos profissionais do ponto de vista penal. Sei que havia uma outra ação em curso, mas não sei o resultado dela.

P: Os advogados de defesa, logo após a prisão, anunciaram que iram tentar anular todo o processo baseados na prescrição dos crimes. Eles alegam que todos já prescreveram.

J.R.: Eles tentam derrubar a súmula do Supremo que fala em violência real. Não existe nenhuma perspectiva, nenhuma possibilidade, pois, eles já perderam nas duas únicas instâncias que analisam o mérito, que são: o juiz do processo e o Tribunal. Eles podem ir para o STJ, mas para discutir questões ligadas à lei e podem ir ao Supremo para discutir questões ligadas ao direito constitucional.

P: O caso ainda não foi transitado em julgado?

J.R.: Não. Mas eu tenho absoluta confiança de que as tentativas dos advogados serão absolutamente mal sucedidas. Veja, não é que eu esteja nadando em berço esplendido. Nada disso. Mas a ação penal passou pelo crivo do Ministério Público, que foi um crivo que se tentou fazer da melhor maneira possível, passou pelo crivo da juíza criminal, a mesma juíza que rejeitou a primeira denúncia, e passou pelo crivo de uma câmara composta por três desembargadores. Quatro membros do Poder Judiciário já analisaram a prova do processo. É um dos momentos mais tristes do direito penal brasileiro, é o caso Abdelmassih. Isso pela característica da covardia do médico, que se valeu da medicina para cometer as barbaridades que ele cometeu.

P: Por que houve redução da pena dele?

J.R.: Porque no Tribunal alguns delitos que estavam prescritos foram reconhecidos como tal. Quando a juíza o condenou aos tais 278 anos, da sentença da juíza foram realizados dois recursos: um do Roger Abdelmassih, alegando várias teses de defesa, que são essas que os advogados sustentam; mas também foi realizado um recurso do Ministério Público. Por que do MP? Porque a juíza, que tem uma visão liberal do direito penal, entendeu que: como a lei fixa que o máximo de tempo que uma pessoa pode cumprir pena são 30 anos, a progressão do regime teria que ser calculada sobre esses 30 anos, ainda que a pena tenha sido 278. Nós recorremos desse entendimento. Quando o Tribunal de Justiça com os três desembargadores julgaram o caso eles disseram: “A defesa ganha aqui no sentido de que tais e tais crimes já foram cobertos pela prescrição, portanto eles são cancelados.”. Então, a pena que era de 278 anos caiu mais de cem anos. Só que aí, o Tribunal, no mesmo julgamento, diz: mas o MP

também tem razão, pois, a progressão não pode ser calculada pela perspectiva de 30 anos. Este é o limite máximo de tempo que uma pessoa pode ficar presa. A progressão de regime, que é coisa diferente disso tem que ser calculada em cima da condenação real. A progressão do regime vai acontecer baseada na pena que é de cento e poucos anos. É correto o entendimento do Tribunal. Está absolutamente correto. Esta é a realidade do processo, hoje. Da situação de Roger Abdelmassih. Fazendo uma aproximação, ele precisaria cumprir cerca de um sexto dos cem anos para poder progredir de regime.

Entrevista com Lilian Christofolletti

Data: 07/04/2014

Repórter responsável pela primeira reportagem sobre o caso Roger Abdelmassih.

Jornalista formada pela FAAP, 39 anos, trabalhou no jornal *Folha de S.Paulo* por quase doze anos como repórter investigativa, cobrindo majoritariamente crimes de corrupção. Assinou muitas reportagens sobre o Ministério Público; além de reportagem denúncia sobre o político Paulo Maluff e seus paraísos fiscais no exterior e também importante atuação no caso Celso Daniel. Muito de seu trabalho contou com a colaboração do promotor de justiça do estado de São Paulo Silvio Marques. Como explica Christofolletti: “Porque o jornalista precisa checar suas informações, saber se é verdade ou não. O dr. Silvio Marques me ajudava neste sentido.”.

P: Gostaria que você me contasse, com a maior riqueza de detalhes, como o caso Roger Abdelmassih chegou às suas mãos e como foi a reunião de pauta em que se decidiu que esta história se transformaria em reportagem?

L.C.: Esta matéria chegou até mim por uma fonte, uma pessoa que já havia me ajudado em outras reportagens e eu jamais imaginaria esta pessoa ligada a este caso. Essa pessoa tem um casal de amigos cuja esposa relatava ter sido abusada pelo médico. Esta mulher contou para o marido e o marido contou para minha fonte, ele é um advogado. Como nós já havíamos trabalhado juntos, ele me chamou para contar. Na época eu fiquei contente porque ele disse que já conhecia meu trabalho e sabia que eu iria investigar antes de publicar.

P: Sua fonte era o dr. José Reinaldo Carneiro?

L.C.: Não, ele não foi minha fonte. Minha fonte foi um advogado e eu não revelo seu nome. Eu já conhecia o José Reinaldo de outras matérias, praticamente desde a época dos fiscais, foi a primeira matéria que eu fiz na *Folha*, em 1989, se não me engano. Eu já conhecia o Ministério Público, era o comecinho do Ministério Público, do Gaeco. Eu já conhecia o José Reinaldo, mas eu não sabia que ele estava trabalhando no caso. Ele e o Roberto Cotto estavam investigando sigilosamente o caso já fazia um ano e realmente não haviam contado para ninguém. Quando minha fonte disse que o caso já estava com o Ministério Público é que eu fui atrás para saber com quem era. Foi quando eu descobri que já havia um inquérito em andamento, com depoimento de umas seis ou sete mulheres. Você vai corrigindo os números para mim? Eu já não me lembro.

P: Inicialmente eram oito mulheres.

L.C.: Não, eram apenas dois depoimentos oficiais. Ainda não tinha tudo isso, esse número foi de quando começou, no inquérito eram só duas mulheres: a secretária e a sedada. O que tinham eram mulheres que falavam, mas que não queriam colocar no papel. Isso era um entrave para a matéria. Assim que eu recebi a informação, chequei com o Ministério Público e levei para o jornal. Logo em seguida já houve uma reunião do jornal com os advogados, que me disseram que do jeito que estava não era possível publicar. Infelizmente era [o depoimento] de uma mulher sedada, com quem eu não havia conversado com ainda, pois ela não queria aparecer, estava com muita vergonha e o depoimento de uma ex-secretária que havia chantageado o médico. Isso realmente enfraquece a credibilidade do depoimento dela [ex-secretária] contra um médico que era muito conhecido e já havia feito mais de sete mil inseminações artificiais. Então, era difícil acreditar e não dava para publicar isso sem ter mais alguém falando. Eu, então, continuei investigando. E no inquérito era mencionado um *site*, alguma coisa <www.vitimasdeabdelmassih.com.br>. Consegui resgatar algumas páginas que haviam sido congeladas na internet e tentei ir atrás de alguns depoimentos, mas não havia nomes. Daí, algumas mulheres que já haviam conversado com o Ministério Público, mas não haviam se identificado, aceitaram conversar comigo. Primeiro foi por telefone e depois pessoalmente.

Algumas mulheres eram muito conhecidas, eram jornalistas, outras eram empresárias, mas nenhuma queria dar nome. O que era também um empecilho. A gente já tinha umas cinco ou seis mulheres. Toda vez que eu juntava alguma coisa, tinha reunião no jornal. Quem participava muito disto era, principalmente, a Suzana Singer, secretária de redação. Ela era uma excelente secretária de redação. Excelente parceira. Me orientou muito, assim no sentido de questionar. A Eleonora de Lucena, um exemplo de jornalista. Hoje ela não tem mais um cargo fixo na *Folha*. É repórter especial. O José Fernando de Barros e Silva que era meu editor. Eram essas as pessoas que participavam da reunião. Então a gente sentava, conversava, discutia e caía sempre na estaca zero que era: a gente não tem provas. A gente levava isso para os advogados da *Folha* e sempre voltávamos à estaca zero. Infelizmente uma passada de mão, um beijo, um apertão não deixavam marcas visíveis. Deixavam marcar nas mulheres, mas não visíveis. Conversando com elas por telefone eu fui explicando que só aquilo não era suficiente para que publicássemos. Elas ficaram descrentes, disseram: “Vai ser mais uma que não vai divulgar.”. Elas estavam tentando contar. Elas estavam tentando divulgar isso. Aí, eu fui tentando ganhar a confiança delas para poder conversar pessoalmente. Consegui. Marcamos em lugares afastados, elas se apresentaram com nomes falsos. Eu fui tentando conversar. Eu via pelo depoimento delas que elas estavam nervosas, que elas não ganhavam nada com aquilo. Eram mulheres bem sucedidas, casadas. Eu falo que eram mulheres na faixa de trinta, quarenta anos.

P: Como você conseguiu o contato das mulheres anônimas do blog?

L.C.: Eu conversei com uma, que conhecia outra e depois outras, e mais outra. Elas eram de estados diferentes e não eram amigas antes do episódio. Elas não se conheciam, elas passaram a se conhecer pelo blog. Muitas nem haviam contado para os seus maridos e pesquisando na internet elas descobriram o blog. Então, elas não eram amigas de antes, pessoas que se conheciam, que era o que ele [Abdelmassih] falava muito.

Bom, mas mesmo assim a gente não conseguia publicar ainda. A essa altura tínhamos seis depoimentos de mulheres [pacientes], mais o da secretária. Mais o depoimento de um marido e nos sentamos novamente na sala de reuniões. A minha sensação era de que elas estavam falando a verdade. Era possível sentir pelo jeito como elas falavam, elas se emocionavam. Nunca a entrevista foi ao mesmo tempo com todas. Sempre eram entrevistas individuais. Pelo jeito que elas falavam, eu sentia que elas estavam falando a verdade. Elas não ganhavam nada com a história.

P: Quanto tempo se passou entre a denúncia e essas entrevistas?

L.C.: Ah, mais ou menos uns dois meses. Claro que eu queria dar a notícia em primeiro lugar, mas eu não queria cair numa furada. A gente compara com a Escola Base. Era muito recente a Escola Base. A gente não repetir o erro. Eu ainda não era jornalista na época da Escola Base, mas esse caso é muito vivo na memória dos jornalistas. Eu estava em um jornal de grande repercussão. Eu queria que me questionassem. O jornal me questionava muito. A Suzana me questionava muito. Eu sentia a gente trabalhando em parceria. Não assim “Eu quero defender essa matéria. Vou publicá-la de qualquer jeito.”. Não, eu quero ter um caso sólido. Então, eu tinha sete mulheres [vítimas], mais a secretária, mais o marido. E ainda assim voltava na estaca zero. E só o Ministério Público investigando. O inquérito que havia sido aberto sumiu do fórum, depois reapareceu. O que é muito estranho também porque um inquérito não pode sumir depois aparecer assim.

E aí, o que fez a gente mudar um pouco, o que fez o jornal dizer “vamos”, foi que no dia anterior ou alguns dias antes a Dra. Kenarik, que já havia rejeitado a denúncia porque só havia duas testemunhas, resolveu abrir o inquérito na polícia. Aí, como eram dois órgãos investigando: o Ministério Público e a polícia, a *Folha* resolveu publicar. E havia aquele questionamento muito vivo, principalmente por causa da herança do caso Celso Daniel, de que o Ministério Público não tinha poder de investigação. Só com a presença dos dois órgãos é que a *Folha* resolveu investigar. Foi nesse momento. Mas o que pesou? Pesou a credibilidade dos promotores, que eram pessoas que a gente já conhecia há muitos anos. Pesou a riqueza de detalhes do depoimento das mulheres, eu conhecê-las pessoalmente. Saber a identidade delas, apesar de não divulgar, eu tinha a identidade delas. Eu fiz xerox do RG. Eu tinha a foto, eu tinha a identidade delas.

Duas delas. Uma havia feito boletim de ocorrência na época. E uma tinha feito uma escritura pública, lavrada em cartório. Eu também tive acesso à esse documento. Tudo à época. Pesou também o perfil das mulheres. Uma era uma jornalista conhecida e que não ganhava nada com isso... Ninguém quer ser a pessoa que foi estuprada pelo médico. Tinha também uma empresária também conhecida, bem sucedida. Uma bailarina, uma fotógrafa. Uma procuradora do estado de São Paulo. Eram pessoas assim. O que é que essa pessoa vai ganhar com isso? E o jeito que elas contavam. Os detalhes. Muitas surgiram depois das matérias.

Mas bom, daí a gente publicou a primeira matéria. A primeira matéria a gente escreveu e não publicou no dia seguinte. Porque a gente leu, releu, leu de novo, passamos para o advogado. Ele leu mais uma vez, leu muitas vezes.

P: Então os advogados da *Folha* eram os assessores jurídicos.

L.C.: Isso. Pra gente ver se tinha provas ou não tinha. E a gente discutiu muito como a gente ia dar a matéria. A gente escreveu a matéria em cima de fatos. A gente não queria colocar nenhum conceito. E a gente queria deixar bem claro que não existiam provas concretas. O que existiam eram apenas relatos, que era o que o Ministério Público tinha. Porque, de novo, isso é não ter provas. Não tem vídeo, não tem uma gravação que poderia se constituir como prova. Primeiro porque as mulheres eram pegadas muito de surpresa, né? Como falam em seus relatos. Elas estavam voltando da sala de fertilização.

Depois que a gente decidiu publicar, começamos a discutir como iríamos publicar. Eu até tentei achar a capa da *Folha* do dia nove de janeiro de 2009 pra me certificar... Mas não demos chamada de capa. A matéria não foi capa do Cotidiano, foi alto de capa do Cotidiano. Houve a decisão de não ser capa. Ela foi página interna do Cotidiano. Não tem Abdelmassih no título, apenas médico. Optamos por não colocar Abdelmassih. E na linha fina e na lupa a gente colocou a defesa dele. Não que estivéssemos inseguros dos depoimentos. Acho que jornalista tem que ter muito *feeling* e eu acreditava no que elas estavam falando.

A secretária, eu a entrevistei por telefone. Infelizmente o depoimento dela ficou mesmo prejudicado por conta da chantagem. Mas o das outras mulheres eu realmente acreditava.

P: Aproveitando que você tocou neste assunto, vou antecipar uma pergunta. Quando o Ministério Público diz que já abriu inquérito, já tem uma investigação e que o médico vai ser indiciado, ele (o Ministério) diz que esses depoimentos, esses relatos, são provas. Apesar disso, a *Folha* tem o cuidado de dizer que não são provas, são relatos. Então, o que para o Ministério Público são provas, para a *Folha* são relatos. A *Folha* entendia diferente?

L.C.: Isso. E mesmo porque o Ministério Público ainda achava que tinha provas suficientes para a abertura de um inquérito para pedir a denúncia. Ele também estava em fase de investigação. Não era uma coisa conclusa. E é isso. Eles (Ministério Público) tinham

depoimento de oito pessoas, incluindo o marido. Pra eles, isso era prova. Pra gente ainda era pouco.

No caso da Escola Base, o delegado, se você for retomar, também falava que tinha provas. E os jornalistas perguntavam: “Mas quais provas você tem?”. E ele diz: “O inquérito é a minha prova. A abertura do inquérito já é uma prova.”. Não, a abertura do inquérito não é uma prova. Todo mundo está sujeito a erro. O jornalista está sujeito a erro. O promotor também está sujeito a erro. Então o fato de ter só um inquérito não é prova. É um indício de que algo realmente pode ter acontecido ou não. Do mesmo jeito que é difícil para as vítimas provarem que elas foram atacadas é muito difícil provar que ele não atacou, se ele não tivesse atacado. O caráter abstrato da prova pesa para os dois lados. Então a gente pensava muito nisso. Aí a gente publicou a matéria. Tomando esses cuidados para não fazermos uma matéria sensacionalista. Nossa escolha de não dar capa da *Folha* ou do *Cotidiano*, tirar o nome dele [Abdelmassih], não foram feitas por dúvida da matéria, mas para não ser uma matéria sensacionalista. A gente divulgou um fato: ele estava sendo investigado, havia tantas mulheres que já havia prestado depoimento, e o Ministério Público não tinha provas, tinha relatos.

P: Você diria que o caso Escola Base virou um exemplo de como conduzir esse tipo de reportagem, de investigação jornalística?

L.C.: Acho que tem uma grande diferença entre Escola Base e o caso Abdelmassih. Na Escola Base, as vítimas eram crianças. Aqui no caso Abdelmassih as vítimas são mulheres entre 30 e 40 anos. O Gustavo Ioschpe publicou um artigo na época: “Caso Abdelmassih a nova Escola Base?” Primeiro ele cita um caso que aconteceu nos Estados Unidos, onde seis crianças disseram ter sido agredidas sexualmente. Depois ele citou a Escola Base e depois o caso Abdelmassih. Mas o relato de mulheres não pode ser comparado ao relato de crianças. Das sete mulheres que contam no começo (da investigação), três estavam sedadas. As outras não. Então, é claro que as mulheres tem muito mais discernimento, muito mais memória. Dizer que elas estavam confundindo? Algumas pessoas disseram que era desejo oculto que elas nutrissem pelo médico. A gente não está falando de crianças. Estamos falando de mulheres formadas, que estudaram. Que tem profissão. Então, comparar assim também as vítimas de um lado e do outro não é equilibrado. As mulheres não são estúpidas. Não que as crianças fossem, não é o que eu quero dizer, tenho um filho de três anos. O artigo dele me deixou chocada como mulher. Se eu digo que alguém me agrediu, eu sei que alguém me agrediu. Eu não estou

fantasiando. Ele disse também que... Eu me lembro disso muito bem, pois fiquei tão chocada, ele disse que uma das possibilidades era a de que como muita gente estava falando, era a de não querer contrariar a opinião pública, e cita a Escola Base, onde aconteceu isso. Uma criança aparece e aí outra, e outra. Mas espera aí, estamos falando de mulheres. Algumas estavam sim sedadas, mas outras não. Mesmo as que estavam sedadas, mesmo assim, não são crianças. Enfim, eu acho que tem similitudes nos casos, acho que a Escola Base veio para ensinar a desconfiar mesmo das fontes. Muito. Se você tiver a oportunidade procure por uma matéria feita pela Bianca Vasconcelos, na TV Brasil, procure na internet. As entrevista do delegado na época. Ele não deixava os jornalistas perguntarem. Ele dizia que tinha provas, mas não iria falar quais. Isso não existe mais hoje. Ou você mostra ou você não tem. Os órgãos (da justiça) foram amadurecendo. A imprensa foi amadurecendo também. Sem querer julgar o trabalho que foi feito no passado dos jornalistas. Mas todos estamos sujeitos a erros. Por isso é que tem que estar a toda hora questionando.

Aí a gente publicou essa matéria. Mas antes. O texto estava pronto, mas sujeito a alterações e aí eu fui fazer a entrevista com ele [Abdelmassih] antes do dia 09. Eu acho que a entrevista não foi no dia 08, que geralmente a gente faz o outro lado um dia antes. Mas no caso dele a gente segurou um pouco mais pra ver se eles [a defesa] ainda iriam apresentar alguma coisa, pois disseram que iriam. A gente não teve essa pressa de publicar. Eu me lembro que eu ficava muito aflita querendo publicar, mas ao mesmo tempo, a Suzana me dava muita serenidade. Assim, como se dissesse: “Vamos. Mas vamos juntas e com calma.”. E foi certíssimo. Ah, eu me lembro que eu fui fazer a entrevista com ele [Abdelmassih] e ele não quis fotografado.

Eu cheguei lá no prédio dele [no consultório]. Eu cheguei lá e estava um batalhão de gente. Eu me senti tão pequena. Eu estava sozinha. Estava ele, um advogado, uma assessora de imprensa e mais duas pessoas que não me lembro quem, mas não eram os filhos. Quando chegamos à sala onde ele atendia as pacientes para a primeira consulta. Eu me sentei de frente pra ele. Era uma mesa bem grande. Enorme. E na sala tinha a secretária do outro lado. Tinha uma parede de vidro. E ele mesmo falou que aquela janela ele mandou colocar depois das denúncias. Para não gerar mais boatos. Para que as pessoas vissem o que ele estava fazendo. Estavam todos muito tensos tentando parecer bem descontraídos. Mas estavam todos tensos, caras fechadas, amarradas. Era como se fosse uma ofensa levantar uma questão dessa contra ele. Foi o que eu senti. E ele muito animado. Muito teatral. De falar, gesticulando, ele falava andando. Sempre falava dele em terceira pessoa. “O Roger teve uma vida muito difícil, começou do nada.”; “Ele era apaixonado pela Sônia.”. Ele andando, gesticulando muito.

Sempre sorrindo muito, gesticulando muito. O que me chamou a atenção nessa entrevista foi isso. E ele abriu a camisa e chegou bem perto de mim mostrando o braço.

P: Qual foi sua impressão sobre ele?

L.C.: Eu achei ele muito teatral. Muito teatral. Falava muito alto. Ria muito. Tentava me ganhar assim dizendo que meu rosto era familiar. Que me conhecia de algum lugar. Tentando uma aproximação. Imagina, ele me mostrou o braço e dizia coloque a mão no meu muque... E todo mundo dizia: “Coloque.”. Imagina! Não se põe a mão em ninguém. Eu dizia a eles: eu não vou colocar. E ele insistia para eu por a mão. Sabe, foi uma situação constrangedora. Nunca, em doze anos de profissão nunca ninguém me falou nada parecido. Ele estava sendo acusado de assédio e pedia para a jornalista colocar a mão no ‘muque’. Era uma coisa que não combinava muito. Eu achei estranho. Não o toquei. Claro.

E a entrevista foi assim. Ele, muito eufórico, falando de si em terceira pessoa. E todo mundo de cara amarrada. E quando ele fez isso, de pedir pra eu tocá-lo, eu me lembro que o advogado disse de um jeito meio debochado: “Está vendo, ele nem tem músculos. E ele que agarrou as mulheres com toda essa força?”. Me lembro que saí de lá pensando em como é difícil avaliar. Porque tudo é sentimento, né? Eu podia estar errada.

P: Você acreditou na defesa dele? Você achou que ele era inocente? Você, pessoalmente.

L.C.: Eu evito ter opinião pessoal nisso. Eu quero acreditar nele. Eu quero acreditar para não errar na matéria. Tudo o que ele falou eu realmente levei em consideração. Ele alegou que as mulheres demoraram para fazer a denúncia? Questionou por que elas estavam fazendo isso agora? Disse que estavam anestesiadas e poderiam fazer a acusação? Uma coisa que eu tenho pra mim é: acredite. Depois cheque se é verdade ou não. Porque a hora em que você começa... Com elas eu tinha o *feeling*. E ele? Ele estava tentando se defender. Eu me perguntava o tempo todo: e se for mentira delas? E se for? Por mais que eu acreditasse nelas, mas e se não fosse? Tudo o que ele falou eu levei em consideração. Coloquei de lado minha opinião. Afinal, ele era um médico renomado. Ele chegou até ali. Tantas mulheres ele atendeu. Tudo o que ele falou, eu levei para o jornal. Agora me lembro, não publicamos mesmo a matéria no dia seguinte a entrevista com ele. Eu transcrevi a entrevista e debatemos novamente tudo o que ele falou. Tudo o que ele falou. O questionamento do porque as mulheres estarem denunciando só naquela hora, a possibilidade de ser um complô de outros laboratórios...

Tudo. A gente tentou esclarecer com as mulheres, marquei nova entrevista com elas. Queria saber porque elas continuaram o tratamento. Eu as questioneei novamente.

P: E o que elas disseram?

L.C.: Elas queriam ser mães. Era o que elas queriam. E o tratamento com ele, mesmo pagando aquela fortuna, era o último recurso delas. Então, porque as mulheres mesmo molestadas continuavam o tratamento. Eu me lembro que uma estava com o embrião dentro dela e estava esperando para saber se havia engravidado ou não. Havia uma outra na mesma situação. A outra, o marido havia pago e ela já havia começado. Se ela contasse para o marido ele iria mandar ela parar o tratamento. Eles haviam vendido alguma coisa para bancar os custos. Era algo no valor de 30 mil. Isso porque além de fecundar, ele obrigava que as pacientes comprassem os medicamentos na clínica. Ele também teve uma condenação de venda casada. Eram mulheres que tinham o sonho de engravidar. Bem, e aí publicamos a primeira matéria.

P: Acompanhando a linha do tempo deste caso pela *Folha*, dá para perceber o aumento de vítimas. Três dias depois da primeira reportagem o número passou para 14, dois dias depois 30 e dois meses depois 60.

L.C.: Sim. O telefone na *Folha* tocava. As pessoas queriam falar comigo.

P: E como você conduzia?

L.C.: Eu recebia as ligações. Fazia a entrevista. Gravava e dizia: “Para eu poder publicar, a senhora encaminha para o Ministério Público ou para a polícia.”. Eu não poderia publicar o conteúdo de um telefonema anônimo. Poderia até mesmo ser de algum inimigo dele.

P: Por quanto tempo você trabalhou na cobertura do caso e quantas pessoas você entrevistou?

L.C.: De fevereiro à maio. Entrevistei umas 60, 70 pessoas. Muitas não fizeram denúncia no Ministério Público. Elas conversaram comigo pessoalmente, elas queriam ver a punição, mas elas não queriam se expor. Eu sentia que as mulheres queriam contar mas tinham muita vergonha. Vergonha, por quê? Primeiro, elas sentiam culpa. Elas pensavam se tinham provocado ou não. Elas perguntavam: por que comigo? Será que eu me insinuei? Será que eu

fui com uma blusa decotada? Será que em algum momento eu dei a entender que ele podia fazer isso comigo? Eu vi que todas passavam por esse processo. E depois elas concluíam: “Não, não fui eu.”. Quando começaram a surgir as denúncias, elas percebiam que foi ele. Então, muitas desistiram de ter filho nesse meio tempo (antes das denúncias se tornarem públicas). Houve uma que se separou do marido. Ela contou e ele não acreditou nela. Eu entendo porque algumas demoraram tanto para denunciar. Teve uma senhora que o denunciou há uns 20 anos. Eu não consegui resgatar, mas foi o primeiro caso. Abdelmassih era médico antes de atuar em fertilização, ele tinha uma outra especialização (urologista). Ele operou o marido desta mulher e ela estava na sala de espera quando foi atacada, o marido ainda estava na sala de cirurgia. O Abdelmassih não era conhecido, trabalhava no interior. Assim, era uma dona de casa, como uma mulher dessas vai acusar do nada? Começaram a surgir casos de épocas diferentes. Os relatos eram muito parecidos. Ou as mulheres estavam sentadas ou ele as atacava durante a consulta, enfiando a mão por debaixo da blusa delas. O que ele dizia antes de atacar também seguia um padrão, elas relatavam coisas parecidas, que ele falava sempre mal do marido. Dizia assim: “Ah que pena que você está aqui sozinha. O seu marido tem que ser um homem mais presente. Você é uma mulher que merece um homem do seu lado, um homem que te dê força. Essa é uma situação difícil.”. E aí, ele já segurava o rosto delas e dava um beijo na boca. Elas também descreviam muito a frieza que ele demonstrava quando elas reagiram. Ele dizia: “Não quer é só falar.”. Virava as costas e saía. E, depois, na próxima consulta, agia como se nada tivesse acontecido. Era uma frieza absoluta.

P: Quantas vezes você entrevistou Roger Abdelmassih?

L.C.: Só uma.

P: Eu gostaria de ter uma visão melhor da personalidade dele.

L.C.: A filha dele, Soraia, deu uma entrevista dizendo que ela entendeu melhor o pai depois que leu *Mentes perigosas*, que ela começou a entender o pai pela frieza dele. Dele não se sentir responsável pelas coisas que faz. Mas até no comentário dela eu senti que tinha aquilo de que a culpa é sempre da mulher né? Era uma entrevista para a *Época*, onde pergunta se ela não havia desconfiado em nenhum momento. E ela fala assim: “Eu nunca desconfiei, mas pensando bem, algumas mulheres iam bem maquiadas, com decote.”. Iam bem arrumadas. Aí a gente volta na pesquisa do IPEA, que foi corrigida, enfim, era mesmo um número alto. E

daí? E daí se as mulheres estavam maquiadas e com decote? Acho que era disso que as mulheres [vítimas] tinham medo. Até se você pegar depois o Paineiro do Leitor e fazer um levantamento... A gente não publicou, o jornal não tem condições de publicar, mas a quantidade de cartas que chegaram dizendo que as mulheres provocaram, que devia ser desejo reprimido, que era um absurdo publicar coisa só com base em mulher. Tinha muita carta que chegava dizendo que a culpa tinha sido das mulheres. Mesmo aquela atriz, a Luiza Tomé, que deu entrevista no dia seguinte. Não fui eu quem fiz a entrevista, foi uma colega. Mas eu queria ter perguntado se ela pagou pela consulta dele. Ele dava muita consulta para atrizes. Porque ela usou que era alguma coisa de desejo reprimido das mulheres: alucinação ou desejo reprimido.

P: Em algum momento da sua investigação houve algum troca de dados ou informações com o Ministério Público?

L.C.: As mulheres que vinham falar comigo eu sempre encaminhava para o Ministério Público ou para a polícia. A investigação corria sob sigilo, o Ministério Público não poderia me passar nada que fosse da investigação. A gente trabalhou em parceria com o Ministério Público e com a polícia, mas sempre questionando a origem da informação.

Depois, houve uma busca e apreensão num laboratório que foi uma coisa bem traumatizante porque eles entraram no laboratório e tiveram acesso às fichas das mulheres. Aí veio o sigilo da investigação porque eram fichas de tratamento das mulheres.

P: Você teve acesso a essas fichas?

L.C.: Sim. Quando algumas mulheres vieram falar comigo. As fichas eram anotadas à lápis, o que não pode. A ficha deveria ser uma anotação permanente. Daí começou a surgir a dúvida a respeito do material genético que era usado nas inseminações. E nesse momento surgiram alguns casos. Eu conversei com um pai... Nem todas as conversas viraram matérias. Muitas conversas ficaram (de fora) ou porque as pessoas não quiseram depor no Ministério Público. Ou não quiseram aparecer, ou só quiseram conversar. E um desses casos é de um pai que descobriu, olhando na ficha dele, que o sêmen dele havia sido usado para outras quatro ou cinco mulheres. E ele não havia conseguido engravidar a própria mulher. Eu me lembro dele chorando e contando isso. Perguntando: “Como vai ser minha vida depois disso? Como eu vou fazer? Como vou explicar para a minha mulher?”. Ele foi considerado um bom

reprodutor... Isso tudo era de se questionar, porque como ele [Abdelmassih] conseguia um índice tão alto de fertilizações? Tão diferente das outras clínicas? A tecnologia usada era a mesma. Ele tinha o que todas as outras clínicas tinham.

Bem, eu entrevistei muita gente. Conversei com muita gente. E aí, já estávamos publicando as matérias. E os números das vítimas eram de 40 pessoas, 60... E nós não queríamos que aquilo [as reportagens] virassem um massacre. Optamos por não ficar dando detalhes. A investigação já estava correndo.

P: Quais foram as dificuldades na cobertura desse caso?

L.C.: A prova, né? É o que sempre me pedia o jornal, os advogados. Para provar. Alguma coisa concreta.

P: E o que eles entendiam como prova?

L.C.: Uma gravação... uma filmagem. Ele falando alguma coisa...

P: Um flagrante?

L.C.: É. Um flagrante. Uma testemunha que tivesse visto uma pessoa ser atacada...

P: Mas os advogados entendiam a sutileza, se é que posso usar esta palavra, deste tipo de caso?

L.C.: Claro. Eles entendiam. Mas como diziam: “se não está nos autos, não está no mundo”, né? Então é um cuidado que eles têm. E com razão.

P: Em algum momento da cobertura desse caso você se sentiu ameaça, ou correndo algum risco?

L.C.: Não. Nunca.

P: Você enfrentou algum dilema ético durante esse trabalho?

L.C.: Eu tinha uma grande preocupação em não estragar a imagem de alguém.

P: Alguém... O médico?

L.C.: O médico. E ao mesmo tempo, eu sentia uma grande carga de responsabilidade diante das mulheres que estavam desacreditando na imprensa. Elas já tinham tentado falar. E eu sentia que elas depositavam muita confiança. Teve uma que eu sei que ela ligou para o José Reinaldo e disse “Ela não vai publicar. Ela não acredita em mim.”. E não é que eu não acreditava. Eu realmente forçava nas perguntas. Insistindo. Eu tentava pressionar perguntando “O que mais?”, “Conte com detalhes.”.

P: Eu gostaria de saber como você se preparava para entrevistar essas mulheres. Quais as perguntas, a sua postura... Como você lidava com isso?

L.C.: Eu ia com muito tempo livre para conversar. Eu perguntava tudo: “Por que você não denunciou?”, “Ah, mas não era fácil”, diziam. “Por que você não contou para o seu marido ou para alguma amiga?”, “Por que você não fez um B.O.?”. Eu tinha que perguntar. Uma delas chegou a ligar para o José Reinaldo dizendo que a gente não iria publicar, que eu era mais uma que não estava acreditando na história. Eu tentava manter uma postura de advogado do diabo mesmo. Para tentar tirar delas o maior número de detalhes possível. Queria saber como elas tinham se sentindo. Exatamente quais haviam sido seus passos desde que entram na clínica. Eu perguntava “Com quem você foi a clínica?”, “Você foi sozinha?”. Uma delas tinha ido com a mãe. Daí que perguntei: “Onde ficou sua mãe?”, “A que horas você entrou?”, “Quanto tempo você ficou na recepção?”, “Quem estava na recepção?”, “Quem estava sentado ao seu lado?”, “Você conhecia as mulheres que estavam lá?”. E essa mulher (que foi com a mãe) disse que ele [Abdelmassih] não gostava muito que as mulheres ficassem conversando na sala. Me lembro que elas comentaram isso. Então era isso. Eu tentava reconstituir passo a passo desde o momento em que elas entraram até a hora em que saíram [da clínica]. Queria saber porque não conversaram com os maridos... Tudo... E elas tinham muita desconfiança, as mulheres. Porque elas estavam cansadas e desacreditadas.

Engraçado, em maio [de 2009], quando eu fui para o exterior estudar e me afastei do caso, eu ouvi notícias de que teoricamente eu teria sido afastada do caso a pedido do médico. O que não era verdade. Eu já estava com uma viagem programada com o jornal, muito antes. Tentei explicar isso, mas sempre fica aquela coisa de complô. Mas não era nada disso. Tanto é

que depois das reportagens ninguém mais segurou, né? [a imprensa]. Mas é engraçado, que depois que a gente publicou a primeira matéria, se você fizer uma pesquisa no *O Globo*, no *Estadão*, você não vai achar nada.

P: Eu já fiz. Não achei. A *Folha* faz a denúncia e por muito tempo cobre sozinha o caso. Muito tempo depois é que saiu na *Veja* e depois na *Época*.

L.C.: Sim. Primeiro na *Veja* e de forma muito discreta. A *Veja* estava com a notícia em primeira mão. Mas não quis dar. Então, assim...

P: Tenho a impressão de que havia um cuidado da imprensa.

L.C.: Sabe o que eu percebi? Todo mundo tinha feito filho com ele. Na Globo, o diretor tinha feito filho, não sei quem tinha feito filho. Às vezes eu saía pra jantar com algum amigo e me dizia “Olha, meu pai fez filho com ele. Essa matéria sua está errada.”. Eu me sentia assim... Mas não estava [a matéria não estava errada]. Eles me diziam “Cuidado.”. Mas eu confiava em mim. Quando você lida com as pessoas, você tem um *feeling*. Você tem uma confiança que você estabelece num primeiro momento ou não também. Às vezes, o que quero dizer é que na vida pessoal, as pessoas acabavam trazendo isso, me dizendo “Olha, cuidado! Esse médico é super respeitado, ele jamais faria isso. Ele não se arriscaria por tão pouco.”. Isso o próprio Roger me falou na entrevista. Enquanto ele gesticulava, dizia: “Eu posso ter a mulher que eu quiser. Com a idade que eu tenho, eu posso ter. Não faltam mulheres pra mim.”.

Ele tem poder, tem dinheiro, é famoso... De novo, diminuindo as mulheres. Acusando.

P: As interferências no seu texto. Houve interferências? Você me disse que o texto ia para os advogados, você discutia com a Suzana...

L.C.: Interferência de mudar o sentido, nunca. Nunca! O que houve foi questionamento. “Qual a prova disso?”, “Estamos embasados nisso?”. Aliás, em doze anos de *Folha*, em matérias políticas, nunca, nunca houve qualquer interferência no meu texto. Fosse [o texto] falando de PT, de PSDB, nunca. Nunca houve. O que sempre teve foi questionamento. Questionamentos: “Você tem certeza disso?”, “Cadê?”, “Aonde estão [as provas]?”. Eram questionamentos. Interferência nunca. Nunca. Isso não existe. Infelizmente hoje, parece que o mundo se dividiu em ou você está com o PT ou sem o PT. Ou você está de um lado ou de

outro. Isso é muito chato. Você não pode fazer matéria... eu me lembro assim, que quando eu fiz a matéria do Celso Daniel, o PT vinha pra cima dizendo que eu estava sendo tucana. Que era um absurdo aquelas matérias. Os contextos... Você politizar o trabalho da imprensa é muito chato. Acho que realmente acontece, que pode acontecer. Mas na *Folha* nunca aconteceu. Nunca houve ninguém mexendo no meu texto, em parágrafo. O que houve foram questionamentos. A gente fazia reunião e todo mundo perguntava. “Cadê a prova?”, “Onde está?”. E isso só enriquece, né?

P: Voltando um pouco num assunto que já tocamos. A preparação jurídica para a cobertura deste caso aconteceu o tempo todo, não é?

L.C.: Sim, mas é que eu já fazia cobertura política há muito tempo. Então assim, sempre cobri parte jurídica, de processos... Desde que entrei na *Folha*, eu fazia polícia, Ministério Público, investigação.

P: Você sentia alguma dificuldade em alinhar o texto jurídico com o texto jornalístico, a fim de torná-lo mais palatável para o leitor? Me refiro ao caso específico do Abdelmassih. Gostaria de saber se havia algum cuidado na hora de escrever o jurídico no formato jornalístico.

L.C.: Em geral a *Folha* tem uma aplicação no didatismo, né? Eu estudei muito. É uma coisa que já vem fazendo lavagem cerebral na minha cabeça... [risos]. Mas é o hábito de traduzir tudo o que você está fazendo. Explicar o que é uma denúncia. Explicar o que é um inquérito. Por isso que a gente dizia na matéria “O que existe por enquanto é só uma investigação. E um inquérito aberto na polícia... Provas materiais, não.”. Isso é uma forma de dizer... De traduzir isso. O que existem são relatos. Ele não foi condenado. Depois que existiu a denúncia e que ela foi aceita, não significa que ele foi condenado, mas que há provas suficientes para que ele seja investigado. Nesse caso eu tinha que balancear muito pra não ficar nem sem provas, dizendo que é uma acusação mas que não tem fundamento nenhum. Então a gente teve que puxar a parte jurídica, dizendo “Existe um inquérito, existe uma denúncia.”. Então a gente tinha que puxar isso pra não ficar uma coisa sem denúncia. Vazia. Tivemos que fazer o equilíbrio para mostrar que não eram só as mulheres, havia autoridades investigando o caso. Não era uma investigação da *Folha*. Por isso o jornal esperou a entrada de mais um órgão, a polícia... não menosprezando o trabalho do Ministério. Mas é que o caso estava ainda dentro

desse contexto de que o Ministério Público não tinha poder de investigação. E a Kenarik é uma juíza que tem muito conceito, né? Não aceita qualquer tipo de denúncia.

P: Quem assumiria os riscos em caso de um processo movido por Abdelmassih?

L.C.: A *Folha*.

P: Houve processo ou mesmo ameaça?

L.C.: Não. Não houve nem do Maluf que sempre falou que iria processar, mas nunca processou. Aliás, o Maluf falava que eu era azedinha, que eu não tinha namorado... Engraçado isso, né? Sempre volta a questão da mulher.

P: Como lidar com a imparcialidade num caso tão complexo como esse?

L.C.: O jornal me ajudou muito nisso. Me balizou. Tiveram muita maturidade para me ajudar nisso. Me ajudou a ter mais tranquilidade. Novamente, a Suzana, a Eleonor, o Fernando me ajudaram a questionar. Trabalhamos juntos. Eu nunca estive sozinha nessa história.

P: Você acredita na imparcialidade do jornalismo? Você acha que é possível?

L.C.: Acho. É o que eu te falo, em doze anos que eu trabalhei lá, nunca houve essa de não vai publicar. O que teve foi “Cadê a prova?”, “Onde está?”, “Vamos atrás de novo.” Por que é muito fácil dizer que a *Folha* é de direita. Mas qual prova que você tem (pra afirmar isso)? Ah, porque contratou... Reinaldo Azevedo? Mas o jornal é um jornal plural. E eu em doze anos sempre fiz matérias contra PMDB, PSDB... caiu na rede é peixe, né? Fez uma coisa errada, eu quero a matéria... [*risos*]. Sempre fui acusada ou de petista ou de tucana. Faz parte da regra do jogo. O que eu acho ruim é tentar desqualificar o trabalho do jornalista. Essa campanha eu acho ruim.

P: Por que em alguns momentos para a justiça existem provas e para o jornalismo não? O que impede o alinhamento dos discursos?

L.C.: Uma coisa importante é a questão de abrangência. Se ele [o criminoso] está sendo investigado pelo Ministério Público e pela polícia em caráter sigiloso, com o holofote e a repercussão na imprensa você tem mais chance de se defender. Você não tem mais o perigo de ter uma... E se for errado? E se não for verdade? Estou falando da repercussão que a imprensa dá. Então, assim, às vezes o que pode ser um indício forte para o Ministério Público abrir um inquérito, pra gente não é suficiente, não é suficiente para darmos visibilidade e colar um carimbo na cara dele... [Abdelmassih]. Um carimbo de que ele molestou mulheres. Claro que é grave a abertura de um inquérito, mas ela está dentro de um órgão, nas mãos de um promotor. Está entre poucas pessoas. Quando você joga isso para um jornal a repercussão é muito maior.

P: Então, a preocupação, o tempo todo, é em manter a presunção da inocência?

L.C.: Sim. É um preceito da justiça né? Ninguém é culpado até que se prove o contrário. Na imprensa se você publicar isso, a pessoa já é culpada. Infelizmente. Até você conseguir limpar. Provar que você não é culpado. Aqui, se ninguém publicar que você foi absolvido no inquérito é um aborrecimento que você vai levar pra vida toda. A repercussão... Infelizmente não tem “Erramos” que te salve.

P: É a Escola Base...

L.C.: Sim. As pessoas não se reconstituem, né? Se desagrega a família. Se destrói a vida. Isso não se recupera. Então, realmente, é prova na justiça mas nem sempre vai ser prova para o jornalista. A repercussão que tem na TV, no jornal, na revista... não tem depois “Erramos” que apague. E isso nos preocupava muito. Mesmo eu tendo confiança nelas, eu às vezes acordava à noite e ficava me perguntando se eu não tinha deixado escapar nada. Daí a importância de ouvi-lo. Eu realmente o ouvi. Ouvi querendo acreditar. Isso foi um amigo do *Estadão* que uma vez me disse: “Sempre ouça o outro lado querendo acreditar.”. A ponto de derrubar sua matéria para o outro lado.

P: Nas minhas leitura não identifiquei nenhuma referência ao propofolol, anestésico usado e que, segundo Abdelmassih, foi o responsável pelas alucinações das pacientes. O Ministério da Justiça investigou enviando o remédio para laboratório e foi provado que não causava

alucinação. Por que a *Folha* deixou essa informação de fora? E quais os critérios de noticiabilidade? Como vocês escolhiam o que entrava e o que não entrava nos textos?

L.C.: Acho que saiu sim. Publicamos algo sobre o propofol. Acho que foi no começo.

P: Ainda não achei, me lembro inclusive de um texto de junho ou julho, que já não era mais seu. Senão me engano o Marcos assinava...

L.C.: A gente não se pegou muito nisso porque não eram todas as mulheres que estavam sedadas. Essa era a menor parte. Porque o que eles tentavam era colocar como se as mulheres tivessem tomado esse remédio... Dormonide, né?

P: Não. Dormonide é para dormir. O propofol era a anestesia usada na clínica.

L.C.: Mas a maioria das mulheres não estava sedada.

P: Então, isso não era um informação...

L.C.: Era uma informação, tanto é que foi dada, mas não a ponto de... porque isso desvirtuaria o depoimento delas. Seria como se todas estivessem sedadas. Ou fora do próprio controle... E eu me lembro que ele [Abdelmassih], tivemos a seguinte conversa:

Ele: Você já fez alguma cirurgia?

Eu: Já.

Ele: Você já tomou Dormonide?

Eu: Já.

Ele: Você teve alguma alucinação, alguma memória disso?

Eu: Tive. Quando eu acordei eu não sabia se era alucinação ou não. Depois perguntei ao médico e realmente tinha acontecido. Eu me lembro que tratamos disso no jornal. Só não me lembro se fui eu quem fez a matéria ou não.

P: Como eram feitas essas escolhas? O que iria entrar ou não, o que merecia destaque...

L.C.: Nos depoimentos, eu transcrevi todos os depoimentos... O que era muito agressivo, violento, a gente acabou excluindo.

P: O que vocês consideraram agressivo, violento?

L.C.: As história de sexo anal. Estupro mesmo... A gente acabou tirando no primeiro momento.

P: Por quê?

L.C.: Por falta de provas. Mas depois acabou surgindo nas matérias. O que foi muito importante foi aquela fotografia que veio a público e mostrou o rosto. Ela mesma falou que ela iria pagar um preço caro por isso, que sabia que era difícil o que ela estava fazendo. Ela não morava no Brasil. Mas deu confiança para as outras mulheres. Começo a dar rosto para as acusações. E aí alguns detalhes mórbidos e sórdidos vieram à tona. Por que começar a dar detalhes também de sexo anal, de sexo, de masturbação sem ter provas? E isso era expor também as mulheres que também não gostariam de ver a história delas citada desse jeito. O medo de que alguém vinculasse, o medo de como os vizinhos iriam olhar, como os amigos iriam encarar, o marido... É muito delicado, né? Porque isso atinge as mulheres no momento mais frágil da vida delas. Então, tomamos essa iniciativa. Alguns detalhes de estupro anal a gente realmente tirou. E a gente não queria uma matéria que fosse assim... o “médico monstro”. Tivemos muito cuidado. O fato por si já é suficientemente grave. Você não precisa colocar o nome dele, não precisa fazer um título, é... O fato já era grave. Não precisava, então, a gente não colocou mesmo algumas informações assim. E mesmo assim fomos acusados de sensacionalistas.

P: O fato das mulheres não optarem por preservar suas identidades foi algo bem marcado no texto. Por que vocês fizeram questão de marcar esse desejo de anonimato? Essas mulheres que não queriam aparecer. O que você acha que isso pode ter causado no leitor?

L.C.: Acho que pro leitor é ruim porque ele gosta de saber. Um leitor disse: “O médico está aí dando a cara dele. E elas, porque elas não aparecem?”. Isso enfraquece a reportagem. O que fortalece são os números. O que fortalece é o perfil das mulheres. Por isso que a gente falava “de 30 a 40 anos” ou seja, tem discernimento. São bem sucedidas. Quando a gente perguntava o que elas faziam, a gente checava para saber se ela realmente fazia aquilo. Na ausência de nomes, a única coisa que eu podia tentar fazer era solidificar as vítimas. Falando da idade,

falando que elas eram de estados diferentes, que elas não se conheciam, que nenhuma ganhava nada com isso. Invariavelmente eram todas mulheres casadas com homens ricos. Tinha que ter poder aquisitivo, né, para fazer aquilo. Tinha gente até que não, mas que fez muito esforço para pagar. Mas a maioria eram mulheres de poder aquisitivo.

Então, assim, enfraquecia a matéria elas não darem rosto, não darem nome. Mas eu acho perfeitamente compreensível, diante de matérias assim, quem gostaria de vincular o seu nome para ser tachada de “a molestada”? A acusadora?

Mesmo porque a força que ele tinha na imprensa era enorme. Elas se sentiam minúsculas. Ele vivia na TV. Ele era o papa da reprodução. Elas se sentiam menores. Mas ao mesmo tempo com muita raiva.

P: Você já tocou na minha próxima pergunta. A primeira vez que a *Folha* apresenta as mulheres usa a palavra acusadoras e não vítimas. Isso continua nos outros textos. Por que escolher acusadoras e não vítimas? Lembrando que quem acusa é o Ministério Público.

L.C.: Isso... porque elas estavam acusando ainda, né?

P: Mas por que não vítimas?

L.C.: Porque se fossem vítimas eu já estava julgando ele. Se eu as colocasse como vítimas, ele já seria culpado. Naquele momento não dava para saber quem era vítima, se o médico ou se as mulheres. Então, o que a gente tinha? As acusadoras. Elas acusavam. Não chamá-las de vítima em nenhum momento foi um outro cuidado que o jornal tomou. Acho que depois mudou.

P: Não. É uma coisa recorrente no texto: “supostas vítimas”, “afirma ter sido”, “dizem ter”, “dizem ter sido paciente”...

L.C.: Isso é uma característica da *Folha*, em todas as acusações...

P: Em qualquer caso?

L.C.: Em qualquer caso. Mas eu me lembro disso, no começo a gente não as tratava como vítimas. Eu realmente não me lembrava. Por que se fosse eu já estaria tratando ele como condenado né?

P: Mas mesmo depois que ele foi condenado...

L.C.: É que é até a última instância, né? [de julgamento do processo] A gente não trata como condenado. Porque prevalece a lógica da justiça né? Todos são inocentes até que se prove o contrário. Até transitar em julgado, né? Não se considera ninguém culpado. A gente conversava sobre isso. Quando tinha uma condenação transitada julgada a gente falava: “Agora podemos parar de usar...” Isso era uma coisa muito clara e transparente no jornal. Até então tem que ser “suposta”, “sob a acusação de”...

P: Você cobriu outros casos de abuso sexual?

L.C.: Eu acho que não. É que não era minha área, né? Minha área é mais política, desvio de dinheiro, colarinho branco.

P: Por que você foi para esse caso, se não era sua área?

L.C.: Porque era notícia. Era uma história que assim... As mulheres, né? Uma tremenda história. Foi essa a pergunta que o José Carneiro me fez... [risos]. Eu entrei na sala dele e ele falou “Como? Mas você é Brasil, você não é Cotidiano. Eu trabalhei em Cotidiano. Mas assim, algumas matérias deixam de ser suas, mas você sempre volta. Quando a matéria é boa, você quer voltar, você quer estar nas melhores histórias, né?” Eu sempre fui apaixonada pela minha profissão. Eu sentia faro de notícia e eu queria, né?

P: Qual foi o seu papel na cobertura desse caso?

L.C.: Eu acho assim, dentro do jornal eu fui quem coletou as informações, mas eu nunca estive sozinha nessa história. Sempre estive com a Suzana, com a Eleonora e com o Fernando. Eu coletava que nem uma formiga as informações e levava pra eles pra gente discutir sempre juntos. Eu acho que como qualquer repórter — e eu sempre gostei de ser repórter, nunca redatora, interno — você é quem está no campo da batalha. Então, você tem que filtrar do

começo, juntar o maior número possível de informações, não ter medo de se contradizer, não ter medo de duvidarem de você. Eu trazia o maior número possível de informação para partilhar com eles. Assim, eu só consegui levar a informação para o jornal, mas nunca estive sozinha. A Suzana teve um papel fundamental. Ela foi quem me ajudou a ler, reler, questionar, a Eleonora... Não só nesse caso. Elas são excelentes jornalistas. São as melhores chefes que eu poderia imaginar ter. Acho que isso fez um diferença grande. Elas se importaram. Poderia ter sido um chefe que não se importasse e dissesse que dá muito trabalho, “Não vamos nos envolver nessa briga.”. Elas confiaram em mim e sempre exigindo mais: “Vamos lá, vamos atrás.”... Eu sentava e dizia “Temos quatro mulheres.”, e elas “Não, ainda não temos nada.”. Seis mulheres e nada. Sete e estaca zero... E assim fomos. O bom é que nunca me senti sozinha. Elas foram fundamentais. Você não faz uma história grande como essa sozinha. E nem num jornal grande como a *Folha*, você faz sozinha. Tem que ter respaldo.

P: Estar na *Folha* fez diferença para você ter acesso a essa informação?

L.C.: Ah, sim... Abre muitas portas. Com certeza sim. Antes de trabalhar na *Folha*, eu trabalhei no *Correio Popular* de Campinas. Saindo de um jornal para outro eu senti a diferença. As pessoas te atendem... E tudo tem maior repercussão, né?

P: Enquanto você cobria o caso você teve algum contado com o feminismo? Teve alguma visão de localização da mulher na sociedade? Esses foram pensamentos ou interesses durante a cobertura? E ainda, como você entende que o jornalismo pode contribuir para mudança no senso comum de que a vítima é culpada, por usar um decote, um batom...

L.C.: Eu nunca fui militante feminista. Mesmo porque eu nunca parei para pensar nisso. Eu sempre trabalhei muito, independente de ser mulher, de ser homem. Eu participava de qualquer reunião, de qualquer debate. A condição de ser mulher, eu nunca coloquei isso como um entrave ou problema. E, claro que assim... E eu tentava assim... Por serem mulheres que estavam lá, eu tentava não me influenciar por ser mulher. Eu tentei esse distanciamento. Sempre acreditei muito no trabalho. O trabalho nivela. Não tem essa de “Ah, ele consegue um trabalho melhor porque é homem.”. Não, o trabalho nivela. Se você se esforça, eu sempre fui muito determinada, né? Nunca fiquei muito... Nem me colocar na posição de vítima. “Ah, eu fui rejeitada porque eu sou mulher.” Não. Taí... Vamos na batalha. Nunca parei muito pra

olhar isso... Mas, é claro, comentários do tipo assim “Ah, é mulher, por isso consegue informação”, isso sempre vai existir. Eu só nunca dei muita importância pra isso. Você é quem vai escolher que peso isso vai ter na sua vida. Porque eu sempre tive exemplos, da Suzana que é uma batalhadora, da Eleonora que é uma batalhadora também. Você é que escolhe né, não dar importância pra isso. Isso não vai atrapalhar aonde eu quero chegar.

Acho que a imprensa é muito importante pra gente ir desconstruindo esses mitos de que a mulher está provocando porque ela usou um decote ou um batom. Através de uma reportagem, não estou dizendo especificamente desse caso... Mas de um jornalismo sério... Os jornalistas... Eu converso com jornalistas que me dizem que no começo da redação eles jogavam futebol dentro da redação porque só tinha homens. Não tinha mulher. Isso foi mudando muito. Então, acho que o papel da imprensa é importante no sentido de cada vez mais esclarecer as mulheres. Não são as atitudes delas que provocam os homens. São os homens que tem que se controlar e... Isso é crime. Isso é errado, não é a mulher quem faz isso. Foi triste ver que a maior parte dos comentários contra as mulheres no caso do Roger, vinha de mulheres. Não de homens, mas de mulheres que diziam assim “provocou”, “desejo incontrolável”. Aí você [percebe] que infelizmente isso elas trazem da formação delas. Elas fazem parte de um contexto educacional, cultural que infelizmente ainda dá margem a esse tipo de interpretação. Acho que as nossas próximas gerações vão ser melhores... Vão ser... Hoje ainda a gente está preso a isso. Eu fico triste de ver o comentário da filha dele dizer que “Ah, eu percebia mesmo que algumas mulheres iam maquiadas e com decotes.”. Como se elas provocassem de alguma forma isso. Aí você [vê] o resultado dessa pesquisa, são as mulheres quem provocam os homens e por isso elas merecem ser estupradas.... De novo: a gente falta evoluir muito ainda na questão do respeito às mulheres, na questão da igualdade nos salários, igualdade no trabalho, igualdade nas demandas, igualdade na liderança... Mas felizmente isso está mudando. Aos poucos isso está mudando. Eu fico feliz de ver que mulheres que estão na liderança elas são tão aguerridas. Elas vão para a batalha e vão junto com os homens. E não usando o fato de serem mulheres como uma fraqueza ou menor. Pelo contrário. Elas vão pra batalha e estão lá de igual para igual.

Entrevista com Silvana Batini

Data: 09/09/2015

Procuradora do Estado do Rio de Janeiro e professora de Direito na Fundação Getúlio Vargas. Na entrevista, realizada por e-mail, procuramos seguir o roteiro que orienta a pesquisa, verificando as implicações da transição dos fatos jurídicos em fatos jornalísticos.

Na intenção de contextualizar a procuradora sobre o caso, foram enviadas as seguintes reportagens:

- 1) 9 de janeiro de 2009 - *Médico é investigado por supostos crimes sexuais*
- 2) 24 de novembro de 2010 - *Roger Abdelmassih é condenado a 278 anos*
- 3) 25 de novembro de 2010 - *Promotoria quer ampliar condenação de Abdelmassih*
Ex-médico
- 4) 23 de agosto de 2014 - *Ex-médico foi julgado pela lei antiga de estupro*

P: O que me chama a atenção na reportagem 1 é o jornal usar a palavra "acusadoras" para definir as mulheres que denunciaram o crime. Gostaria de entender, do ponto de vista legal, o que impede a imprensa de fazer uma cobertura que não seja sensacionalista, culpando alguém antes do julgamento, mas que ao mesmo tempo, seja capaz de dar a dimensão do trauma que o estupro deixa nas vítimas, promovendo uma discussão mais plural sobre o crime. Por isso, minha primeira questão é: acusadoras é a melhor palavra para definir as mulheres que buscam justiça? Do ponto de vista jurídico é a palavra correta para definir essas mulheres?

S.B.: Não. A palavra jurídica correta a ser empregada em relação a estas mulheres é "vítimas". É o termo da lei. Acusador/acusadora é uma expressão geralmente empregada para o órgão estatal responsável pela acusação nas ações penais: o Ministério Público. Nunca vi uma vítima de furto que vai à delegacia ser chamada de acusadora. Se o jornal não quer assumir que elas são vítimas, porque o processo ainda não acabou, há formas de amenizar isto "pretensa vítima" "supostas vítimas", etc. Acusadoras não é uma expressão adequada do ponto de vista jurídico.

P: Nas reportagens 2 e 3 gostaria de entender melhor a discussão que se dá a respeito da condenação e sentença e no que isso ajuda na compreensão do sistema judiciário. E ainda, quais as peculiaridades, quando se trata de um caso de estupro. A promotoria seguiu o tempo todo afirmando que havia provas suficientes para apresentar uma denúncia contra Abdelmassih e o jornal insistia: "O Ministério Público não tem prova material contra o médico, apenas relatos." Você concorda com a forma colocada pelo jornal?

S.B.: Mais uma vez, não concordo. A frase do jornal refere uma confusão que o senso comum faz. Para se acusar uma pessoa em um processo e para depois condená-la é preciso ter provas suficientes. Provas que sejam suficientes para convencer o juiz. Estas provas podem ser materiais (provas da existência concreta do crime, obtidas por meio dos vestígios materiais que estes crimes deixam), ou outras provas de natureza diversa (prova testemunhal, prova documental, escuta telefônica, provas indiciárias, etc).

No nosso sistema processual, não há uma pré tarifação de provas. As provas não tem valores pré-estabelecidos. Elas precisam formar um conjunto harmonioso e convincente. Ninguém jamais obteria prova da materialidade de um estupro ocorrido há mais de ano simplesmente porque os vestígios possíveis já teriam desaparecido. Pior: um estupro praticado mediante ameaça e violência real, nem sempre deixa vestígios materiais. Exigir prova material de estupro para condenação é absurdo e a lei não fala isto. No caso retratado por você havia um conjunto de testemunhos bastante sólidos, convergentes, plausíveis. Para abrir a ação penal, é mais do que suficiente. No curso da ação, estas provas vão ser confrontadas com contraprovas produzidas pela defesa e o juiz ao final avalia para saber qual prevalece. Nem sempre o grau de certeza é 100%, mas a lei não exige que seja. A condenação tem que derivar de provas suficientes, plausíveis, razoáveis e produzidas em um contexto processual de ampla defesa e contraditório. Mas não é um resultado matemático de uma equação.

O que será que a matéria imaginava como sendo "provas materiais"? Fotos, vídeos, confissão?

Outra questão: nossa tradição jurídica não é de valorização da palavra da vítima. No processo penal, quando a vítima depõe, é chamada de informante. Isso é ruim. Há um movimento em outros países que só agora ganha algum fôlego no Brasil, de valorização da palavra da vítima. Em alguns casos é a única prova possível. Terá que ser avaliada no contexto e sopesada com outras circunstâncias. Mas jamais desprezada. Especialmente em crimes sexuais.

Entrevista com Suzana Singer

Data: 05/11/2015

Editora do caderno Cotidiano do jornal *Folha de S.Paulo* entre os anos de 1994 e 1999 e secretária de redação do jornal entre os anos de 2005 e 2010. Como editora teve papel central na cobertura do caso Escola Base e como secretária de redação participou ativamente das reuniões que decidiram sobre o caso Roger Abdelmassih.

P: Quais as semelhanças entre os casos Escola Base e Roger Abdelmassih?

S.S.: Não sei se há semelhanças, na verdade. O que houve, foi que em 2014, a *Folha* me pediu para organizar um seminário sobre os 20 anos da Escola Base. Era um seminário interno e eu pretendia discutir nossos erros e acertos na cobertura do caso. Reli o material da época, mas o que estava mais fresco na minha memória era o caso Roger Abdelmassih. Traçando um paralelo entre os casos, eu tentei mostrar no seminário que não existe uma regra rígida, objetiva no jornalismo para definir o que se publica ou não. E isto às vezes é uma decisão bastante difícil de se tomar. No caso, a Escola Base havia muito mais material. Havia mães e crianças dando depoimentos. Naquela época não havia a proteção que se tem hoje aos menores. Havia o delegado falando e um laudo do IML, que depois se revelou inconclusivo. Havia muitas coisas. E no caso Roger Abdelmassih havia apenas *off*⁵⁷ das mulheres. Um caso foi um tremendo acerto e o outro um tremendo erro. Mas o caso Abdelmassih poderia também ter sido uma grande injustiça. Poderíamos ter jogado o nome de um grande médico na lama.

P: Como você tomou conhecimento do caso Roger Abdelmassih?

S.S.: Existia uma fofoca, que circulava há tempos. Era fofoca mesmo, do tipo: “Alguém disse que fulana disse que esse cara cantava as pacientes.”. Já chegaram *e-mails* anônimos na redação com o seguinte conteúdo: “Minha mulher sofreu na mão desse cara e vocês não têm coragem de falar dele porque ele é médico de gente famosa.”. Quando a Lilian me contou que o Ministério Público estava investigando o Dr. Roger, decidimos ir atrás. Foi assim que a história chegou aqui. A Lilian [Christofolleti], então, começou a ir atrás das entrevistas. O

⁵⁷“**Off**. Abreviatura de off the record. Notícia que omite a fonte. Informação confidencial que só pode ser publicada sem menção ao nome do informante. Usual em situações de turbulência política, limitação ao direito e informação ou **censura**. Ocasionalmente, utilizada pelo veículo em condições normais (em matérias investigativas, por exemplo), para preservar o sigilo da fonte e do local.” In: BAHIA, Juarez. *Dicionário de jornalismo*. Rio de Janeiro Século XX. p. 264

problema era que no primeiro momento ninguém queria falar em *on*⁵⁸. Quando decidimos investigar, eu fui procurada por ex-pacientes dele que me contaram suas histórias, mas todas falaram em *off*. Fizemos então uma reunião interna para decidir sobre a publicação ou não. Ponderamos as informações que havia. Concluimos que o fato de ter o Ministério Público investigando era uma notícia. Mas esta notícia pode ser dada em meia página, página inteira, um quarto de página. Então, fomos ouvi-lo. Aliás, essa é outra diferença em relação ao caso Escola Base, pois os acusados se esconderam. Não estou culpando ninguém. Eu acho que eu também me esconderia. Houve violência. Pixaram a escola etc. Mas fato é que eles se esconderam e o Dr. Roger recebeu nossa equipe. Eu me lembro da Lilian contar que durante a entrevista ele dizia, em tom confiante: “Olha para mim, você acha que eu preciso agarrar mulher?”. Ele teve muita presença. Me lembro que fui confrontada pela chefia do jornal com a pergunta: “Mas se a clientela dele é tão esclarecida, gente com grana, porque essas mulheres não querem falar em *on*?”. Bem, depois de muita negociação, decidimos publicar, mas sem a foto dele. E aí demorou um tempo até o telefone começar a tocar.

P: Você diria que houve trabalho de jornalismo investigativo nesta cobertura? Por quê?

S.S.: Sim, foi um trabalho de jornalismo investigativo. Foi um trabalho brilhante da Lilian, que conseguiu chegar até essas mulheres, reuniu o máximo de dados possível. O mérito das investigações é todo da Lilian.

P: Como foi sua participação na cobertura do caso e por quanto tempo?

S.S.: Minha participação foi de editora e chefe de reportagem. Quando a Lilian nos apresentou o caso, eu apoiei e ajudei a seguir em frente. Eu fiquei no cargo de secretária de redação até 2010. Então, acompanhei o caso por um ano. Depois, a novela da fuga, a captura, eu não acompanhei mais. [*pausa*] Você deve ter visto que o Abdelmassih publicou artigo na *Folha*?

P: Sim, eu li o artigo, ele faz parte do corpo da minha pesquisa. Também li o artigo da Larissa Sacco Abdelmassih. Ambos publicados no espaço Tendências e Debates.

⁵⁸ **On the record**. Abreviadamente, **on**. **Notícia** com fonte conhecida, perfeitamente qualificada. O contrário de **off the record**. BAHIA, Juarez. *Dicionário de jornalismo*. Rio de Janeiro, Século XX. p. 265.

S.S.: Bem, eu precisava consultar melhor os arquivos. Mas me lembro que nos primeiros dias após a *Folha* ter publicado, a imprensa não tocou no assunto. O *Estadão* não deu, a *Globo* não deu, a *Veja* não deu... Nós ficamos aqui em suspense. Chegamos a receber um ou outro telefonema. Mas foi só depois que surgiu a história da anestesia é que as mulheres ficaram furiosas e a coisa toda começou mesmo. Aí, ele foi capa da *Veja* “o monstro”.

P: Quais as dificuldades desta cobertura e quais as peculiaridades desta cobertura em relação a outros casos de estupro?

S.S.: Neste caso havia questionamentos que eram difíceis de responder. Exemplo: “Por que nenhuma dessas mulheres haviam ido à polícia?”. Depois descobriu-se que tinha uma ou duas [denúncias formalizadas]. A única mulher que aceitava falar em *on* era uma funcionária dele que havia tentado achacá-lo. As mulheres voltavam na clínica para continuar o tratamento. Depois quando as histórias foram aparecendo a gente conseguiu até entender, mas antes, era uma incógnita, as mulheres que o acusavam continuavam o tratamento. Então, era muito confusa a situação psicológica dessas mulheres. Eu, até aquele momento, não conhecia, não sabia que a pessoa podia ficar tão fragilizada aquele ponto. Eu não sabia.

Ele agiu assim por anos. Muitos anos. E ele era muito famoso. O que ouvi dos médicos que o criticam, sempre em *off*, era de que os índices de fertilidade da clínica dele eram meio suspeito. Então acreditava-se que ele usava métodos questionáveis. Mas os abusos sexuais eu nunca tinha ouvido. Eu me lembro que cheguei a conversar com um médico. Perguntei se ele já tinha ouvido algo sobre os abusos e ele me disse que não. Então, nós questionávamos: “Como seria possível uma clínica com toda aquela clientela se manter por tanto tempo diante de um cenário desses?”. Eu me lembro que depois que saiu a história da anestesia, a chefia do jornal me questionou: “E aí? E se for isso?”, perguntaram. Lembro-me de ter, eu mesma, ligado para alguns médicos para apurar a versão que Abdelmassih deu sobre a anestesia. Todos responderam que não era bem como Abdelmassih estava dizendo. Pensando bem, como era possível todas terem a mesma alucinação? De que o médico era um tarado? Era mesmo estranho. Mas, o Abdelmassih manteve a postura. Uma outra coisa que a gente se perguntava: “Como era possível numa clínica daquele porte, com tantos funcionários, ninguém nunca ter visto nada?”. Então, a parte mais difícil era entender a lógica das vítimas.

P: Havia dúvidas sobre a veracidade das denúncias?

S.S.: A dúvida não era se fulana estava mentindo. Os questionamentos estavam ligados ao porquê ninguém falar em *on*, porque a demora para denunciar. Isso nós questionávamos. Veja, eu acho que é diferente do caso [hipotético] de uma menina que diz que foi estuprada na festa e então começam a questioná-la a respeito da roupa, do decote, do comportamento dela. Não era nesse sentido que questionávamos, mas sim no sentido de tentar entender o que estava acontecendo. Por que deixar passar tantos anos [para denunciar]?

P: Neste momento, em que esta era a dúvida, não foi cogitada a possibilidade de conversar com especialistas para tentar entender como se comporta uma vítima de estupro e violência sexual, entender os traumas, as dificuldades da denúncia, enfim, o contexto?

S.S.: Não pensamos nisso. Talvez fosse útil, mas este era um caso bem peculiar. Porque ele pegava as mulheres naquele momento bem delicado da maternidade. Quando elas estavam dispostas a tudo para ser mãe. Então, a mulher engolia aquilo. Me lembro que algumas mulheres se questionavam, se perguntavam se elas haviam dando abertura. Ele as pegava neste momento. Eu não conhecia ninguém que já estudasse isso (naquela época), não sei se haveria alguém que pudesse dar um testemunho sobre isso.

P: Quais os critérios de noticiabilidade adotados para esta cobertura: como eram escolhidas as histórias que seriam publicadas, os ângulos das reportagens, enfim, o que era notícia?

S.S.: A informação de que o Ministério Público estava investigando [Roger Abdelmassih] foi decisiva. Isso era notícia. Sem isso não publicaríamos. Me pergunto se três mulheres tivessem procurado a *Folha* para contar, precisaria ser feita uma grande investigação e nem sempre é fácil. Acredito que iríamos sim investigar. Mas o fato de ter o Ministério Público investigando cria a noticiabilidade. Além disso, sempre tivemos a preocupação de colocar o lado dele. Foi por isso que a gente deu espaço para ele escrever o artigo no *Tendências e Debates*. Tivemos a preocupação de ouvir também o filho dele.

P: O número das vítimas foi crescendo a cada reportagem após a primeira foram 14, depois 25, depois 32 e 61. Vocês estavam preparados para isso?

S.S.: Não estávamos preparados. Mas eu estava rezando para que tudo fosse verdade [*risos*] não era possível ter no meu currículo dois grandes erros. Brincadeiras à parte, nós nunca

imaginávamos que seriam tantas vítimas. E quando paro para pensar no número de vítimas fica ainda mais difícil entender como ele conseguiu se manter por tantos anos... Definitivamente, eu não imaginava esse efeito, não imaginava que a clínica fecharia. Não imaginava.

Curioso isso de entender a psicologia das vítimas, agora conversando com você, eu estou me lembrando que no caso Escola Base a imprensa acreditou piamente nas supostas vítimas. E não havia razão para se duvidar. Depois da Escola Base qualquer caso de abuso sexual infantil a imprensa tomou muito cuidado.

P: Mas o caso Abdelmassih as vítimas não eram crianças.

S.S.: Não, não eram. Eram mulheres.

P: Num primeiro momento da cobertura, o jornal trata as vítimas como “acusadoras” e “supostas vítimas”. Por que chamar de acusadoras, se do ponto de vista legal, quem acusava era o MP?

S.S.: No jornalismo, nós nos damos essa licença. Realmente do ponto de vista legal quem acusa é o Ministério, mas no dia a dia da redação, usamos acusador em todos os casos. Exemplo: “O delator do Lava-Jato acusou o Marcelo Odebrecht”. Em todos os casos é assim. E o “supostas vítimas” foi usado porque era preciso deixar no condicional até termos mais elementos. É um cuidado que o jornal tem. Foi usado também no caso Escola Base. É importante. Não havia certezas, no caso Abdelmassih não havia prova nenhuma.

P: Em quatro de outubro de 2009, o *ombudsman* à época Carlos Eduardo Lins se refere às mulheres como “possíveis vítimas”. Esta não era uma opção?

S.S.: Por quê? Você lê diferente “supostas” e “possíveis”?

P: Sim. Leio. “Supostas” facilita a interpretação a respeito da legitimidade das vítimas. “Possíveis” aponta para a possibilidade de que poder ter de fato havido um crime, de que as vítimas sejam reais.

S.S.: Talvez o “possíveis” fosse uma escolha melhor. Mas adotamos como padrão o “supostas”. Em todos os casos é assim.

P: As mulheres são “acusadoras” ou “supostas vítimas” até o dia 21 de agosto de 2009. A partir desta data o jornal passa a se referir as mulheres como “vítimas”, apenas. Mas o julgamento de Abdelmassih só aconteceu em 24 de novembro 2010. Houve algum fato interno que tenha causado esta mudança de posicionamento?

S.S.: Não me recordo, sinceramente. A rigor, o correto seria manter “supostas vítimas” até o último momento. Penso que pelas evidências que foram surgindo houve a decisão de abandonar o “supostas”.

P: Na fase inicial da cobertura, as mulheres eram “acusadoras”, “supostas vítimas” ou “mulheres que não aceitavam revelar publicamente a sua identidade”. Ao passo que Abdelmassih era pioneiro da fertilização *in vitro*, especialistas mais procurado em sua área, dono da maior clínica de fertilização *in vitro* do país. Por que a cobertura deu tanto destaque ao pedido de preservação de identidade das vítimas?

S.S.: O pedido de anonimato cria uma sombra de dúvida na notícia. Me lembro que só após a primeira mulher aceitar a falar sem a condição de anonimato é que outras foram aparecendo. E ele [Abdelmassih] tinha em seu currículo profissional mais de 7 mil bebês fertilizados. A balança estava pendendo para um lado. Ok, 14 mulheres [agredidas] é um absurdo. Mas ele havia atendido não sei quantas mil e ao longo de vários anos. Poderiam ter sido 14 pessoas que interpretaram mal o que aconteceu. Nós estávamos muito preocupados em não destruir injustamente a carreira de alguém. Eu se fosse uma mulher... [refraseia]. As pessoas continuavam indo na clínica. O movimento não acabou de repente. Depois eu entendi que as pessoas pagavam uma fortuna. Era um tratamento que durava meses. Mas nós poderíamos ter destruído a carreira dele.

P: Na época da investigação, a defesa alegava que o direito de defesa do réu havia sido cerceado porque eles, advogados, não tiveram acesso a identidade das vítimas. Acontece que elas, vítimas tiveram seus depoimentos protegidos durante a fase do inquérito pelo Provimento 32 do TJSP, que garante privacidade no depoimento para vítimas de qualquer crime que se sintam ameaçadas. A *Folha* não publicou essa informação, de que havia as vítimas estavam protegidas pela justiça. Por quê?

S.S.: Não sei porque não foi publicado.

P: Em vários momentos da cobertura, a *Folha* trouxe em diferentes reportagens depoimentos da atriz Luíza Tomé, do ator Raul Gazola, além de médicos e outros pacientes que se posicionaram em favor do médico. Mesmo depois da prisão, há publicação de posicionamentos em favor dele. Como se deu a escolha destas fontes e por quê?

S.S: Se não me engano, a Luíza Tomé falou antes em algum outro veículo. Então, concluímos que se havia pessoas dispostas a falar em favor dele, era justo darmos voz a estas pessoas. Foi nesse sentido. Ao mesmo tempo que crescia o número de vítimas, começaram a aparecer pessoas que o defendiam e eram agradecidas a ele por ter uma família. Julgamos ser justo dar esse espaço a essas pessoas.

P: Em 28 de agosto, a *Folha* publica a reportagem “Mulher diz ter sido ignorada ao acusar médico há 15 anos” que trazia documentos de duas vítimas que comprovavam denúncias antigas. Mas, a reportagem inaugural [09/01/2009] também trazia mulheres com documentos que comprovavam as denúncias e apesar disto, o foco foi colocado no pedido de anonimato. Por quê?

S.S.: Essas mulheres haviam denunciado e foram ignoradas, não foi isso?

P: Foram duas situações. Na reportagem de nove de janeiro, as mulheres apresentavam um B.O. e outra uma escritura pública. Em agosto, eles apresentavam documentos comprovando denúncias na polícia, Ministério Público e Cremesp. Em agosto foi dada outra importância para os documentos. Você se lembra por que isso aconteceu?

S.S.: A Lilian chegou a procurar essas mulheres?

P: A Lilian viu esses documentos. Ela fala deles no texto. Mas eles aparecem abaixo do subtítulo “Anonimato”. Alguns meses depois, a existência de documentos por si só é uma reportagem. Por quê?

S.S.: Em agosto, ele já era um monstro, né? Inicialmente deve ter sido um cuidado que a *Folha* tomou. Mas sinceramente não me lembro...

P: O jornal repetiu inúmeras vezes que a abertura do inquérito foi baseada na denúncia da ex-funcionária, Cristiane da Silva. Mas essa informação não é confirmada pelo promotor José Reinaldo Guimarães Carneiro. Ele conta que a primeira mulher ouvida era uma mulher

poderosa e amedrontada cujo depoimento foi ouvido sob o Provimento 32. O jornal se baseou em qual fonte ou informação?

S.S.: Só a Lilian pode te responder isso. Eu me lembro que a única pessoa que aceitava relevar o nome era a ex-funcionária, que não tinha sido atacada, mas ela dizia ter visto, ouvido.

P: A palavra “estupro” foi usada com parcimônia na cobertura. Por quê?

S.S.: Deixe-me lembrar. Na época, a lei definia estupro como?

P: Resumindo, estupro era penetração vaginal. E eu já emendo minha próxima pergunta. Durante a cobertura do caso houve uma mudança significativa no Código Penal a respeito do conceito de estupro. A mudança dizia que o bem a ser protegido pela lei não era mais a moral, mas sim a integridade sexual da vítima. Dentre outras consequências, a ação penal para esses crimes deixava de ser privada e tornava-se pública. Por que a discussão que fomentou esta mudança não fez parte de cobertura?

S.S.: Minha resposta será baseada apenas na minha memória. Pelo que me lembro, o caso mais grave de todos foi de uma mulher que havia perdido o ovário por uma infecção decorrente de penetração anal e vaginal. Dos outros casos, que eu me lembro, o que havia era beijo, passada de mão. E pela lei, não era considerado estupro. Estou certa? Por isso, o uso da palavra abuso.

P: Sim, você está correta. Antes da mudança era essa a interpretação legal. Mas depois da mudança na lei, a cobertura desta forma: “A denúncia foi feita com base em legislação que passou a vigorar no último dia 7, segundo a qual o antigo "ato libidinoso" passa a ser considerado como "estupro". Pela legislação anterior, seriam 53 atentados violentos ao pudor [atos libidinosos] e três estupros [quando há conjunção carnal]”. Mesmo depois da mudança da lei se voltava a definição anterior. A minha questão é...

S.S.: Mas não havia uma discussão se ele seria ou não julgado na lei antiga ou atual?

P: Normalmente, quando se muda uma lei e já existem casos em andamento, se aplica a lei que irá prejudicar menos o réu. A discussão que realmente houve foi acerca do bem a ser protegido com a mudança da lei. E a discussão foi importante para a nossa sociedade porque a partir dela o que a lei protege quando se fala em crimes contra a dignidade sexual é o corpo da

vítima, a integridade do indivíduo. Não são mais os costumes que estão sendo ofendidos com os crimes sexuais. Uma das mudanças imediatas que a lei trouxe foi quanto à titularidade da ação. Antes da mudança, as ações eram privadas. A pessoa ofendida deveria arcar com os custos. Agora, é uma ação pública. No caso Roger Abdelmassih, o Ministério Público pode ser o responsável porque se tratava de crime sob grave ameaça e isso era uma hipótese da lei, que permitia a ação pública. Mas a regra era ação privada para esses crimes. Então essa discussão foi super importante e passou ao largo da cobertura...

S.S.: Não sei te responder porquê. Mas não saiu em nenhum outro veículo?

P: Não. A imprensa não tratou da questão. O que apareceu foi apenas a informação rasa de que a lei havia mudado. Não houve aprofundamento na questão.

S.S.: É possível notar que a cobertura do caso seguiu descolada do discurso jurídico no sentido de nomear as ações de acordo com os fatos jurídicos. Por exemplo, o jornal abandonou o "supostas vítimas" antes do julgamento do réu. Tratou as vítimas como acusadoras quanto quem acusa e o MP. Por que não alinhar os discursos?

S.S.: O jornalismo tem a liberdade de usar alguns termos, como "acusados", em seu significado comum. Mas o correto seria seguir os passos jurídicos alinhando os discursos. Mas gostaria de comentar que em muitos casos, a cobertura é baseada nas informações que o jornalista consegue através da polícia, do Ministério Público. Nesse caso do Abdelmassih, o jornalismo se descolou das fontes oficiais, fomos atrás das mulheres, ouvimos os dois lados. Ajudamos, sem querer, confesso, mas ajudamos o Ministério Público a ter de fato um caso nas mãos.

P: Certamente, a participação da imprensa foi imprescindível para construção jurídica do caso. O promotor José Reinaldo Carneiro é categórico ao dizer isso. Ele conta que sem a participação da imprensa, o caso teria ruído de forma irreversível. Além disto, quem levou o caso até o MP foi a Rede Globo. Enfim, a imprensa tem papel fundamental nesse caso. Bem, sigo agora para a minha última pergunta. Por que o caso Roger Abdelmassih está em Cotidiano?

S.S.: Porque a parte policial e saúde do jornal é no caderno *Cotidiano*.

Entrevista com Vana Lopes

Data: 05/06/2015

Vana Lopes foi a vítima de Roger Abdelmassih que, além de revelar sua identidade à imprensa, cassou o criminoso que estava foragido há quatro anos e publicou o livro *Bem vindo ao inferno*, contando sua história de superação e busca por justiça.

O objetivo da entrevista foi saber como Vana percebe a participação da imprensa no caso. Vana me recebeu em seu apartamento, na Vila Mariana, em São Paulo e concedeu duas horas de entrevista. A entrevista foi baseada em dados que havia saído na imprensa. A leitura do livro foi posterior à conversa.

P: Você poderia se apresentar?

V.L.: Como muitos brasileiros estudei em escola pública. Pública de interior ainda é pior, não é? Pior em termos. Tem aquele cafuné de professor que presta mais atenção e tal... Dá uma atenção especial porque conhece a mãe de cicrano, aquelas coisas de interior. Mas realmente uma escola precária. Eu tive uma educação normal, estudei até o ginásio porque houve o falecimento do meu irmão, por suicídio. Está narrado no livro. E por várias consequências disto, houve a separação da minha família e eu não pude continuar a estudar e acabei virando, junto com outros irmão, arrimo de família. Quando a família é numerosa são os mais velhos que ficam ajudando a mãe, né? Então, a gente tinha que decidir: trabalhar ou estudar. Eu trabalhava em dois empregos de manhã e à tarde e não podia estudar. Mas minha mãe sempre foi uma pessoa que valorizou muito a leitura. Não só a leitura escrita, mas também a mais bonita, que é a ensinada por Sócrates, Aristóteles, que é a oral. São as histórias que vão passando de um pra outro. Por causa disso, a minha imaginação é muito fértil. Minha mãe tinha uma cultura nata. Ela não deixava nunca que nenhum oráculo, nenhum arquétipo fosse normal. A minha história de príncipe encantado não terminava da maneira como termina nas histórias comuns. No final da história, [minha] mãe perguntava: “E o que que é que vocês acham?”. E cada filho falava: “Ah! Eu acho que a princesa não acordou.”, “Ela voltou a dormir.” e assim por diante. E isso fazia a gente ficar muito criativo. Por causa disso, desenvolvi muito minha criatividade. Apesar de eu ser de uma família muito pobre e morar em uma caixinha de fósforo, como narro no livro, sem nunca ter tido uma boneca, nada,

minha imaginação era muito fértil. E conduzida por uma mãe amorosa, [minha imaginação era] fértil de uma maneira correta. Então, eu desenvolvi uma criatividade muito grande. E eu nunca consegui ler nada da maneira normal, como as pessoas lêem. Não porque eu seja especial. É porque eu sempre leio e fico procurando essa outra opção. E isso é importante porque o ser humano não é, não deve ser massificado, né? A gente não pode seguir normas rígidas na humanidade se ela não é uma humanidade estática. Isso pra mim foi muito importante. A maior herança que eu pude ter.

Aí, quando aconteceu toda a tragédia, que acho que não cabe dizer agora, pois está bem narrada, em detalhes, no livro, eu me vi muito fragilizada. O mundo que eu tinha pra mim, que era o estilismo — onde eu aplicava tudo isso que eu aprendi de criação — desmoronou. Desmoronou por quê? Porque eu me culpei como toda vítima se culpa. Então eu achava que tinha sido porque eu usava uma roupa assim, assado, aquelas coisas... Por causa do meu cabelo que era maior, que era menor, isso que é normal em todas as vítimas, na verdade, é padrão. As vítimas se culpam. E foi o que eu quis fazer comigo fisicamente: me culpar mesmo. Eu achava que estaria protegida ficando feia. Por ter sido uma jovem bonita na época, candidata a miss, eu comecei a me culpar fisicamente. Eu fiz do meu corpo minha fortaleza. Eu parei de me cuidar, de fazer unhas, cabelo. Um período eu parei de comer, emagreci demais. Depois eu comecei a comer demais. Fiquei enorme de gorda, cheguei a 140 quilos, achando que assim eu estaria sempre protegida; que se eu ficasse feia, nenhum homem iria me olhar. Automaticamente, isso me amputou no meu trabalho. Esse homem me amputou profissionalmente. Porque eu trabalhava com moda jovem. Roupas para meninas, garotas, [criava] calças *sexys*, não vulgares mas, um decote etc., eu não conseguia mais fazer. Se eu pudesse, faria burcas, entende? Tudo fechado, que não mostrasse nada. Era inconsciente. A criação é assim. Então, eu vi que não era mais por esse caminho que eu iria poder trabalhar. Eu não iria poder mais trabalhar (como estilista). Mas sendo criativa e precisando de dinheiro, é que depois que eu me separei e fiquei em uma situação financeira complicada... mas eu ainda tive um lapso de criatividade e criei umas roupinhas para computadores. Isso fez muito sucesso por sinal. Quando o computador ainda era de 14 polegadas. Então, como computador não é gente, não é violentado, eu inventei isso e foi um sucesso. Eu peguei coisas simples, uns bonequinhos da Parmalat. Olhando uma revista, eu recortei o rosto de um menininho botei a tela de computador e pronto. Tive um lapso e criei roupinhas para computador. Virei estilista virtual. E aí botei o computador para fazer “muuuuu” e dei mais vida ao computador. Também para tirar um pouquinho da infofobia, porque eu estava mudando da máquina de

escrever para o computador. Eu que mexia só com arte, não entendia de computador. Então, eu quis melhor este meu drama.

Fiz muito sucesso com as capinhas, mas logo veio o *notebook* e minhas capinhas não resistiram, duraram um período. Foi um produto sazonal. Mas me rendeu um bom dinheirinho. Fui para as feiras da Odei, Fenasoft. Fechei contrato com a Sansung, com o IG tamanha foi a criatividade do produto. Estou falando isso, não para me exhibir, mas para dizer que sou bastante criativa. Graças à criação que eu tive. E acho que todas as mães devem educar seus filhos assim. E com esse dinheiro eu resolvi, após todo o trauma... Bem, não sobrou nada de mim após esse trauma. Nada fisicamente, não me sobrou meu casamento, não me sobrou meu amor próprio. Não me sobrou a minha poesia. O que eu considerava ser o ideal de vida, filhos... meu mundo desmoronou. Desmoronou. Minha profissão acabou. Então me sobrou só a minha razão. Minha mente. O que valorizo muito, minha mente. Eu estava indignada. Eu me considerava uma pessoa inteligente, normal. Fui violentada. Faço o procedimento simples de ir a uma delegacia, de tomar uma providência jurídica e o homem está ali: zanzando pra lá e pra cá! Não me conformava com isso. E fora o pânico que desenvolvi com tudo isso. Resolvi ver onde é que eu errei. Se eu tinha feito a coisa toda dentro da lei. Em 1994 falo com o juiz. Em 1993 vou ao Cremesp e nada... Não aceitei isso. Assim como não aceitei as histórias dos príncipes encantados e do sapinho, não aceitei. E eu resolvi, então, estudar direito pra saber onde eu errei.

Naquele período (1993, 1994) eu achava que eu era a única vítima. Nunca pensei que houvesse outras. Toda vítima pensa isso. As vítimas não sabem, hoje eu já sei, depois dessa “faculdade em abdelmassologia” é que não existe violentador de uma mulher só. O que existe é uma que denunciou. Ou a primeira. É uma tara. O desejo do estupro não é psicopatia. Não é psicopatia por quê? Porque nos sanatórios não tem estupradores. Nem todos são... esquizofrênicos, não são todos. É uma questão de estatística. Ele não é psicopata somente. Ele tem psicopatia, mas não é por isso que ele violenta. Ele violenta porque ele tem a tara, que é um sentimento primitivo. Se é um sentimento primitivo ele não controla. Se ele não controla, ele não violenta só uma mulher. Mas eu não sabia disso. Até então eu me culpava mesmo. Dizia a mim mesma que fui eu que olhei errado... Fui eu que fiz qualquer coisa. E isso foi muito ruim pra minha personalidade. Eu sou uma pessoa comunicativa, amorosa, carinhosa e eu me fechei. Cheguei a pesar 140 quilos. Eu fiquei horrorosa. Eu cheguei a esse ponto. [Vana me mostra uma foto da época em que pesava 140 quilos e Vana continua clamando a Deus para ficar assim. E ela me mostra um recorte de jornal com uma mulher extremamente magra. Não consegui identificar se era ela mesma. A conversa continua.]

Eu rasguei páginas da minha Bíblia de tanto chorar. Clamando a Deus [Vana folheia a bíblia toda esfarrapada, onde guarda as fotos que havia me mostrado]. Mas há uma coisa chamada fé, que eu tenho muito, e tem outra chamada ação. Deus permite as duas. O livre arbítrio para você agir. Você pode agir de duas maneiras. Se você for pelo caminho do mau você faz a vingança. Ele (Abdel) andava impune por aí. Com duzentos reais eu poderia mandar matar e condenar minha alma. Mas eu não sou desse tipo. Minha origem é cristã. Eu não ia permitir que ele me fizesse mais mal. Então eu quis conservar as minhas asas e procurei a justiça.

Meu pai, ele foi parar em Diamantina — cidade onde eu narro muito da minha vida, onde foi minha infância — ele foi pra lá atrás de um diamante porque ele era um sonhador também. Ele largou a fazenda do meu avô e foi atrás desse diamante lá no rio Jequitinhonha. Perdeu todo o dinheiro da família. Achava umas pedrinhas, umas coisinhas assim, mas o tal diamante não. Eu narro isso no livro. Então, o que eu fiz? Eu fui buscar na minha infância minha espada de He-Man, de Mulher Maravilha... Pra ver se eu conseguia alguma força, pois eu estava muito fragilizada. Cheguei em Diamantina e entrei na faculdade. Mas antes, eu precisei passar pelo supletivo e fui pra Diamantina ver como era o vestibular. Quando cheguei lá, pra meu espanto, passei em nono lugar. Quando entrei na faculdade... Imagine aquela pessoa com ânsia de estudar, saber seus direitos e obrigações! Eu era como todo estudante, eu achava que iria mudar o mundo. Quem ama o que escolheu, estuda pra fazer a diferença no lado bom. Não estuda para ganhar Prêmio Nobel, mas pra mudar as coisas. E também pra ensinar. Então eu me tornei uma aluna afiadíssima.

Um dos quesitos para estudar direito é gostar de ler. Quando me davam, por exemplo, a Teoria de Kelsen, que é a mais difícil, eu devorei. Eu li e fiz resumo para 20 colegas. Vinte versões diferentes, só para você ter uma ideia do quanto eu gostava de estudar. Esse era meu prazer. No primeiro semestre, em uma das aulas, o professor estava explicando uma coisa muito básica que é a vontade. Isso é muito importante no direito. Cada um tem sua vontade. Eu tenho a minha, Julia tem a dela, você tem a sua. Se a gente for matar a Heloísa, a gente vai responder dentro das nossas vontades. Mesmo que cometermos o crime juntas. Dentro dessa vontade é que é feita a pena. A pena é de acordo com a vontade. Eu tive má fé, você não teve. Ela premeditou. Ela foi na emoção. Bem, quando terminou a aula o professor nos perguntou se havíamos entendido. E eu entendi. Você entendeu o que eu falei?

P: Sim, entendi.

V.L.: Bem, então eu falei pro professor: “Mas a vontade não é única.”. O professor me respondeu que a vontade era única e que cada um é sentenciado pela sua vontade. Então eu questionei: “Mas e os siameses? Como ficam esses casos?”. Há professores que são arrogantes, que não aceitam ser questionados. Ele me disse que “Esse povo não vive.”. Acho que ele respondeu isso porque estava irritado... Sei lá. eEu não me conformei. Fui pra casa estudar sobre os siameses. Achei não sei quantos casos... quase 600 e levei na aula na semana seguinte. Eu achei, por exemplo, um caso de siameses já adultos, [um] caso [em que] eles eram ligados pelo mesmo fígado. Descobri que realmente eles não vivem muito. Mas esses eram adultos e um bebia e outro não queria beber. E aí? Como o direito resolve isso? A vontade é a de quem bebe ou a de quem não bebe se o fígado é de um só? Eu levei esse caso pra aula e questionei o professor sobre como um juiz deveria julgar esse caso. E dei mais exemplos. Se você mata um siamês é duplo assassinato ou é um só? Então o professor se irritou um tiquinho, sabe? Disse que era soberano em sala de aula e que o assunto não era esse. Resultado: por causa disso eu comecei a ser perseguida em sala de aula. Em outra ocasião, ele dizia que o direito deveria ser aplicado de acordo com o ambiente de cada lugar que se vive, eu entendi também. Na Índia o direito é [...] o costume normal da Índia. No Brasil é de acordo com nossos costumes. Isso tem a ver com o que vamos falar: paradigma. No Nordeste é diferente e assim por diante. Então eu entendi. Para cada local a gente tem que visualizar a coisa para o paradigma daquele local. Não há uma situação universal. Cada pessoa tem sua cultura, em sua crença. éÉ uma cultura celular, memorial, vem de herança de pais que valorizamos muito. Isso às vezes gera um conflito com as leis... Às vezes alguém pode achar que determinada coisa está certa porque aprendeu com seus pais. E não é bem assim, há uma Constituição rígida para que pensemos todos iguais. Às vezes não dá. Nossa Constituição é laica etc., mas há conflitos por isso. Então, o professor estava dizendo: “Vocês entenderam que em cada lugar tem que se julgar de um jeito?”.

Eu disse, entendi sim senhor, e ele continuou, “Então quando se fala um, dois... Vem o quê?”. Eu disse: “Feijão com arroz!”. E ele se zangou e perguntou se eu estava de brincadeira. Respondi que não e expliquei que um soldado responderia assim, de acordo com a sua marcha. Claro que eu havia entendido o conceito, mas se a história era julgar em cada local, se for no exército, a hierarquia é diferente... Lá é diferente. Há uma norma maior (que é a Constituição) matar é crime, mas de acordo com a Teoria de Kelsen da qual eu já havia feito 20 resumos, eu sabia que lá no quartel era diferente... Estou te dando esse exemplo pra dizer que eu questiono as coisas, não que eu seja diferente (especial).

P: Você não se conforma com as normas.

V.L.: Eu obedeco. Minha norma maior é a de um ser humano: não matar, não roubar, não fazer mal a ninguém, ter boa fé... Isso foi o que um grande professor me ensinou e é o que me basta em direito: a boa fé! Bem te contei tudo isso para você entender quem eu sou.

P: Sim. Tenho aqui algumas perguntas para tentar entender a sua história dentro da perspectiva da minha pesquisa, sobre a qual já lhe falei pouco antes de começarmos a gravar. Gostaria que você me contasse como foi o seu primeiro contato com a imprensa, para falar do crime de Roger Abdelmassih.

V.L.: Do crime, é como eu explico no livro, já tinha contato com jornalistas por outros motivos. É diferente você ir direto para uma página policial. Eu já estava muito abatida, a minha ideia principal era ser o mais franca possível. Não me preocupei com imagem nem nada. Não era essa a minha intenção. Mas eu tive uma pequena preocupação de nada ser mudado, nem uma vírgula. Porque eu considerei a imprensa um depoimento. E me preocupo ainda com a imprensa dessa maneira, pois a imprensa não é um documento jurídico. Ela é um documento público, mas não jurídico. E, às vezes, mesmo os jornalistas tendo a ética da profissão, ao se mudar uma vírgula, se muda todo um conceito, um pensamento. Eu tive então essa preocupação de ser o mais sincera possível. Muito difícil fazer isso [falar com imprensa] abalada no meio de um processo judicial e me expondo, né? Ninguém fazia isso se expondo.

P: E sua entrevista foi pra qual veículo?

V.L.: Para a revista *Época*. Nós [as vítimas] falamos quase todas ao mesmo tempo. Houve uma que acho que foi a primeira a mostrar seu rosto, não me lembro em qual veículo. Mas era uma coisa pequena. Ela dizia apenas que ele [Abdelmassih] havia sido audacioso com ela. A diferença da minha entrevista é que ela foi rica em detalhes.

P: Sim, se não me falha a memória o título da sua entrevista foi “uma vítima que mostra o rosto”...

V.L.: “Eu não sou uma vítima sem rosto”. Quando eu falo que não sou uma vítima sem rosto é porque estava combatendo a base de defesa deles. Diziam que as vítimas eram covardes,

envergonhadas e que ele estava lutando contra mulheres covardes. Eu li ele dizendo que tinha mais de não sei quantas mil pacientes e que tinha não sei quantas mil crianças nascidas (graça a ele) e que estavam ali apenas quatro ou cinco mulheres. Só faltou nos chamar de “mulherzinha”. Não vou usar esse termo porque eu sei que ele não disse isso, mas só faltou dizer. Enfim, a entrevista dele está aqui [no livro]. Ele estava posando de marido, ao lado do filho e dizendo: “Eu sou maravilhoso, sou isso, sou aquilo e meu advogado, que também é um bambambam, vai cuidar de tudo. Essas mulheres aí são da concorrência.”. Era como se ele dissesse: “Eu não vou nem lutar contra essas mulheres que não têm rosto, que são umas covardes. O meu advogado é quem vai cuidar disso.”. Eu achei aquilo tudo um absurdo.

P: Você chegou a conversar com algum repórter da *Folha de S.Paulo*?

V.L.: Não, quem falou com a *Folha de S.Paulo* na verdade foi o Ministério Público. Não foi nem eu. Foi o Ministério Público quem deu uma entrevista, não me lembro agora o nome da jornalista, mas está aqui [no livro], mas o MP falava das vítimas “sem rosto”, afinal, ele [o MP] não tinha autorização obviamente [para falar o nome das vítimas] e os nomes das mulheres foram trocados.

P: Você foi procurada pela *Época*? Como foi esse encontro?

V.L.: Isso também está no livro. Foi assim: eu não estava pensando em me expor. Na época eu estava respondendo processo judicialmente. Eu soube das denúncias pela secretária dele (senão me falha a memória)... Parece que saiu na imprensa ela dizendo que via ele agarrando pacientes. Eu não sei para que veículo ela deu entrevista e parece que o depoimento dela perdeu a credibilidade porque alegaram que ela estava extorquindo o médico.

P: Sim, era uma secretária dele. Os advogados de defesa conseguiram provas... Bem, você deve saber disto mais do que eu, que acompanhei a história apenas pela *Folha de S.Paulo*.

V.L.: Mas há a versão dela também. A versão dela, como eu entendo bem de direito, sei que a versão dela foi apresentada e não houve contraditório. Na versão dela, ela havia trabalhado lá e ela havia feito um acerto, como muita gente faz, para ser mandada embora... Aquela história dos 40%. É praxe, todo mundo faz. E a partir daí armaram pra ela. Mas eu não vou levantar minha mão agora pra ajudá-la nesse sentido, se foi ou não extorsão, porque não vem ao caso.

O que me interessa, e eu sabia que ela estava falando a verdade, é que ela viu ele agarrando mulheres. Isto era a única coisa que me interessava. Se ela recebeu dinheiro, se foi acerto trabalhista, se foi extorsão não me interessa. Ela estava dizendo a verdade: ele agarrava pacientes, pois se ele me agarrou, se ele fez comigo. Então, ele fez com as outras. Era a única coisa na denúncia dela que me interessava. O resto é só ver o processo trabalhista. São as verdades dela e do processo. A verdade interessante em tudo isso era esta: ele agarrava pacientes.

P: Você falou com a *Época*...

V.L.: Então, aí por causa dessa moça, ou melhor, da versão que ele divulgava sobre extorsão, foi que ele ganhou mais força. Mas começaram a aparecer outras no Ministério Público, mas ninguém mostrava o rosto. Ele [Abdelmassih] quis processar o *Google*, pra você ter uma ideia. Aquilo foi me deixando indignada. E o pior pra mim foi ler que ele iria levar um caminhão de testemunhas. E quando eu vi que realmente havia várias [vítimas] anônimas, essa funcionária que mostrou seu rosto, mais o que aconteceu comigo... A prova maior pra mim era o que havia me acontecido. E ele dizia que iria levar um caminhão [de testemunhas], porque [as vítimas] eram covardes?! Eu não sou covarde e nenhuma delas era, a gente vivia uma situação muito difícil com maridos, protegendo seus filhos. Eu estava numa situação muito difícil. Eu já estava doente e de certa forma estava coagida por estar na denúncia como anônima. Coagida assim: “Vem aqui pra gente conversar.”, essas coisas. Então eu perguntei à delegada se o processo iria adiante com esse tipo de coisa que está acontecendo. Ela me disse que havia pessoas da imprensa procurando vítimas que quisessem mostrar o rosto, porque ele estava alegando que era a concorrência. Eu disse a ela: “Mas eu não sou a concorrência. Eu não tenho clínicas, eu não tenho interesses e eu não sou uma vítima sem rosto.”. Eu estava começando a engordar. Sofrendo muito. Havia ido pra uma clínica psíquica porque eu estava tomando um remédio muito forte. Morava nessa casa, na época sozinha, sétimo andar... Deprimida. Meu telefone não parava de tocar, o advogado dele me ligando... Meu médico achou melhor eu ir pra uma clínica que era um ambiente protegido pra eu ficar. Meu psiquiatra estava preocupado porque eu iria enfrentar o Abdelmassih em juízo. Depois que eu fui violentada eu nunca mais quis chegar perto deste homem. Eu narro isso [no livro], eu tinha muito nojo. E aí, só de pensar em estar na mesma sala que ele, no fórum... É um conflito muito grande, E aí eu fui pra essa clínica ficar em repouso. Protegida, né? Lá o telefone não tocava, eu iria comer, andar, passear, plantar... Me preparar para o dia em que eu teria que

enfrentá-lo. Isso demora, viu? Demora meses. E também [foi importante] para eu ficar fora dessa história de toda hora aparecer na imprensa, vê-lo na televisão. Isso é horrível para quem está vivendo tudo isso. E eu engordando... eu só comia de nervoso. Então, fui para a clínica. Enquanto eu estava lá, recebi uma notificação de que a defesa estava solicitando uma perícia judicial para comprovar minha sanidade mental. Esse momento foi muito difícil... Eu era, sou uma pessoa normal. Eu estava na clínica para descansar, mas acharam que eu não era normal... Então lá fui eu fazer a perícia. Vou ser sincera: eu fui fazer esse exame... Imagine, você é uma pessoa normal, vivendo um momento muito difícil e vem um médico te analisar? Eu sou normal, mas eu não estava normal. Eu estava nervosa. E eu não ia fingir pra um médico. Eu resolvi ser sincera como eu estou sendo com você. Disse a ele o que eu sentia. Que eu estava com medo, com isso, com aquilo... eu estava com medo do perito ser comprado... Ele [Abdelmassi] é poderoso. Esse médico atestou que eu era normal. Alegou que meu depoimento era real, apesar de eu estar emocionalmente abalada, meu depoimento era válido. Meu estado emocional não tirava a credibilidade da minha denúncia. Eu não conhecia o perito. Foi uma pessoa indicada por eles [defesa], da confiança deles. Devo muito a ele.

Esse foi o cenário quando eu dei a entrevista à imprensa. Eu procurei ser o mais sincera possível. Familiares me julgaram sincera demais. Eu fui falar pela primeira vez de sexo anal, vaginal... Se outras [mulheres] deram entrevista, e eu não tiro o mérito de cada uma, a minha foi a mais rica. Foram seis páginas onde eu contava detalhes da consulta, do que ele falava. Estava vivo na minha memória. O sexo anal... tudo. Tudo, tudo eu disse. Eu disse pra imprensa, né? A repercussão é relâmpago. Eu estava na faculdade nessa época. Eu recebi telefonema dizendo que eu não iria ficar viva, que no Brasil era assim, a gente aparecia morta num canto. Eu recebia esse tipo de telefonema. Então, foi uma complicação. A exposição foi bem difícil. Não é fácil você denunciar publicamente. E então eu desenvolvi o pânico. Por quê? Eu estava na faculdade. Na sala de aula o assunto era esse. Começaram a falar em sala de aula. Lembravam muito da Escola Base. A imprensa cometeu um erro. Lembravam muito disso e se apoiavam nisso: que era mentira e tal. Também na faculdade, na sala de aula, as pessoas olhavam duvidosas. Sem contar que quem dizia que nós estávamos mentindo eram artistas de credibilidade.

P: Sim, me lembro do depoimento da Luisa Tomé...

V.L.: Isso. Tudo isso era falado em sala de aula. Eu perdi o prazer de ir pra aula. O meu pânico só aumentava. Mesmo assim, eu fui tentando... Quando você está com a verdade, você

está com a coragem. Mas eu desmoronei quando enfrentei Abdelmassih no tribunal. Aí foi difícil pra mim. Eu falei tudo o que tinha de falar diante do juiz. Dentro da verdade... Os advogados estavam fazendo o trabalho deles, né? Me atacaram, pediam pra eu repetir, querendo me pegar na mentira. Por conta de uma vírgula... Todas essas coisas...

P: Desculpe-me interromper. Abdelmassih te atacou em 1993 e você o enfrentou no tribunal em 2009?

V.L.: Correto. Para você ver como é a imprensa. Já que seu trabalho é sobre isso: não me lembro em qual veículo, me perguntaram sobre isso [enfrentá-lo no tribunal] e eu respondi que pra mim havia sido como um segundo estupro. Não sei como foi colocado, mas deram a impressão de que eu fui estuprada duas vezes pelo mesmo homem. Eu li os comentários e alguém dizia assim: “Mas como ela voltou para ser estuprada de novo.”... Eu pensei: “o que a gente diz pra imprensa é complicado”.

P: Como eu disse no início, meu objeto de pesquisa é a cobertura que a *Folha de S.Paulo* fez do caso. Isso porque a *Folha* foi o primeiro jornal a dar a notícia e foi o único veículo que cobriu o caso até o fim. Inicialmente, eu iria comprar o discurso da imprensa com o discurso jurídico para tentar identificar similaridades e diferenças, mas o processo é sigiloso. Então, o que eu tenho são as entrevistas com alguns envolvidos no caso. Eu falei com o promotor José Reinaldo Carneiro, com a repórter da *Folha*, Lilian Christofolletti, com a advogada Cláudia Scalquette.

V.L.: Ela é advogada de quê? De quem?

P: Ela tinha dois clientes que estavam envolvidos no caso, processando Roger Abdelmassih, mas minha conversa com ela foi sobre as condutas inapropriadas dele: turbinamento de óvulos, tipagem, eugenia. Além dela não poder falar sobre os casos dos clientes, minha entrevista focou no trabalho de doutorado dela que culminou em um anteprojeto de lei pra criar uma legislação na Biomedicina. O que transformaria em crime tudo o que Abdelmassih havia feito, mas que até então era apenas antiético.

V.L.: Eu fui vítima de tudo isso. Tudo isso aí está no meu livro. Eu sou vítima de todos os crimes. Sou vítima de erro médico, lesão corporal gravíssima. Tenho hepatite C hoje por

causa dele. Tenho problema emocional. Os embriões. Sou a única que tem documento provando que esses embriões existem. De como ele fazia manipulação genética. Tudo sou eu que tenho. Tenho tudo documentado porque eu estudei direito. É o que eu digo no livro: o mundo jurídico é papel.

P: Quando eu entrevistei a repórter Lilian Christofollette, eu a questionei muito sobre a forma como ela conduzia as entrevistas. O porquê dela duvidar tanto da palavra das vítimas... A resposta foi que ela fazia o papel da advogada do diabo e que não poderia arranhar a imagem de ninguém.

V.L.: Ela está certa!

P: Eu perguntei a ela se por “ninguém” ela estava se referindo ao médico. E ela me respondeu que sim, a preocupação era de não estragar a imagem dele e ela cita a Escola Base. Eu quis saber se ela havia entrado em contato com alguma entidade feminista ou órgão que desse dados sobre violência de gênero. Na ONU Mulher, por exemplo, há vários dados e estatísticas a respeito de violência de gênero, como as vítimas se comportam, a questão de não quererem se identificar, que isso era normal. Perguntei se ela tinha tido o cuidado de checar essas informações. E ela me disse que não, que aquilo não havia passado pela cabeça dos editores ou dela e que a grande preocupação dos advogados era em não arranhar a imagem de Abdelmassih e que estavam todos muito pautados na Escola Base. Como eu estava te dizendo no começo, minha hipótese é a de que se a imprensa tivesse o cuidado de prestar atenção em como as vítimas de violência sexual se comportam, no porquê elas tentam esconder a identidade, neste caso em específico, as outras mulheres que não estavam fortalecidas como você para se mostrar...

V.L.: Eu não estava forte fazendo isso. Nem mostrando o rosto uma vítima fica forte.

P: Mas é um passo importante e que não é fácil...

V.L.: Não é um passo fácil falar sobre o assunto. Seja anônima, seja mostrando a cara, seja com psicólogo... Enfim. Jornalista, como você, como qualquer outro ou um juiz têm que ser imparciais. Senão vão cometer injustiças como no caso da Escola Base. Nisso eu concordo. Bem, mas eu te disse que o mundo é papel, não foi? Só que o estupro não é papel. O mundo é

papel. O estupro é uma situação única. Em que não há testemunha. Quando houver testemunha, filmagem, prova é premeditação. Quer dizer: eu teria que voltar lá, preparar uma cena, botar uma filmadora e me predispor a ser estuprada de novo pra ele fazer tudo de novo.

P: E esse material provavelmente seria invalidado por um juiz.

V.L.: Lógico, se você premeditou! Uma vítima é pega de surpresa. É ali na esquina. A vítima não anda premeditada [precavida]. É muito difícil a prova da vítima. Por isso que em direito ou em jornalismo, mas o jornalista não entende, há a importância da valorização da palavra da vítima. Eu cito isso no meu livro, que é a mão e o gesto. É diferente a juíza que julgou... nós não temos provas periciais, exames de corpo delito por quê? Porque muitas tinham vergonha de ir [denunciar, fazer o exame] porque eram casadas, o marido iria matar o médico. Iria causar um assassinato, um caso específico. Quando a vítima vai à delegacia e faz o exame, pronto! Lá está a prova material que seria a prova de papel. Não resta dúvida. Mesmo assim, às vezes ainda há questionamentos: “Ela foi lá, ela provocou, ela estava usando decote”. Mas o que é isso? Isso é porque às vezes tem pessoas de má fé. Pessoas que às vezes quer machucar o namorado... Então, inventa uma história. Tem de tudo no mundo, então talvez por causa disso, fulana ou beltrana fez uma denúncia e o homem era inocente. Talvez por isso não levem tão a sério essa história toda. Mas quando a vítima diz tudo, uma vítima real... Aí eu acho que a psicologia tem que entrar um pouco, até na faculdade de vocês [jornalistas]. Como você falou, sai pelos poros. Quando eu fui entrevistada pelo Raul da Record. Eu estava dizendo uma coisa pra ele, por causa do meu pânico, o Roger estava solto. Eu disse: “Eu chorar pra você aqui, ao falar do Roger, posso ter aprendido numa escola de arte. Posso ser atriz. Mas se eu transpiro... Ninguém aprende a suar.”

Eu tinha sudorese quando falava de Roger eu suava toda. Perceber esses sinais do corpo é uma sensibilidade que tem que haver em toda profissão. Você está ouvindo uma vítima... Ela pode ser uma atriz, uma psicopata, uma mentirosa. Até as crianças podem mentir. É raro isso, mas existem casos. Porém, com uma palavra você pega. É uma coisa que não bate com outra. Então é uma questão do jornalista prestar atenção num caso de violência sexual. Em cada detalhe, na riqueza de detalhes. A minha denúncia na época foi riquíssima. São seis páginas. Como uma mulher vai a imprensa falar que houve sexo anal, vaginal... Ainda por cima, feia, gorda, sem pintar o cabelo... Não é para aparecer, né? Não é porque eu estou querendo ser manchete.

P: Você acompanhou a cobertura da *Folha* na época?

V.L.: Sim, eu leio eu acompanho. Inclusive tive um probleminha recente. Pelo jeito você lê bastante a *Folha*, né?

P: Não é meu jornal predileto, eu acompanhei a cobertura do caso pelo jornal, que é meu objeto de estudo.

V.L.: Você leu recente, neste fim de semana, você soube?

P: Não.

V.L.: Então eu vou te dar agora, você vai ficar assustada com o que está aqui. Você está me entrevistando e você não está sabendo disso?

[Vana me entrega o caderno Cotidiano, da *Folha de S.Paulo*, de domingo, 31 de maio de 2015].

P: Essa reportagem vem ao encontro da minha hipótese... Mais uma vez a imprensa, [a] *Folha* está trazendo um caso grave desses para a questão pessoal. De novo não se trata a questão como um problema social. A quantidade de mulheres que são estupradas, abusadas em consultório ou pelos maridos em casa, a quantidade de mulheres violentadas sexualmente é uma questão social. É um problema social. Para fazer esta afirmação estou me baseando em pesquisas, ONG's etc. Mas a imprensa trata isso como uma questão particular, pessoal.

V.L.: Não sei se na faculdade de jornalismo se aprende o mesmo que aprendi na faculdade de direito. Para se abrir a boca, em qualquer veículo, ou aqui, nessa conversa com você, há a necessidade de se ter em mente três conceitos filosóficos: verdade, bondade e necessidade. Eu lhe pergunto: há verdade nisso [reportagem]? Qual a bondade disso aí? Isso aí vai ajudar alguém em quê? E qual a necessidade? Isso aí eu já tenho respondida sua pergunta. Acho que é isso que tem que se ver quando se trabalha com a imprensa. É um princípio filosófico. Mas não só nessa, mas em qualquer reportagem. Qual é a verdade? A verdade da imprensa tem que ser a verdade jurídica. Então, qual a verdade jurídica desta reportagem? É o *e-mail* mostrado? Não é verdade. Eu mostrei documentos. Não houve o confronto. Não houve a sentença pra praticamente fazerem aí calúnia, difamação e injúria.

Primeiro, vou pelo princípio básico. Quero deixar claro que não estou brigando nem com a imprensa, nem com elas. Meu livro não é ficção. Desde quando a história da minha vida pode ser ficção? Se fosse ficção, o que não é, como se interpela a ficção? Está escrito aí no texto que vão interpelar, mas não vão. Juridicamente não pode. Já que elas mesmas estão dizendo que é ficção. Juridicamente eu ganho isso aqui.

Uma diz aqui: “A Vana é uma das piores vítimas.”. Uma das. Ela está dizendo que todo mundo é ruim... Eu não sei se ela disse isso. Se foi dito desta maneira. O que você entende por “uma das”? E continua: “Uma das que mais sofreu.”, “Esse livro é uma ficção.”. Agora, eu lhe pergunto: se sou uma das piores vítimas, uma das que mais sofreu... Bem, aí o advogado diz que irá fazer uma interpelação judicial para que eu explique o que está no livro. Mas se o livro é uma ficção, como ele irá interpelar. Meu livro não é ficção. Meu livro é um livro de realidades. Meu livro é um livro de auto-ajuda e superação.

Estou me atendo a isto porque foi agora, essa semana e tem a ver com o seu trabalho. Isso dá margem a vários processos. Processo pra *Folha*, pra mim, pra elas. Me difama, me causa um problema. As coloca [sic] nessa situação... Eu não disse a frase que está no título, mas parece que fui eu quem disse. O meu livro se chama o *Bem-vindo ao inferno* e aqui está dizendo que o “Inferno são as outras”... Então, eu chamo isso aqui de “tudo por um furo”. Cadê a vítima? Cadê a dor?

Quem carrega no ombro dor... Você sabe o que é dor? Não carrega vaidade nem alimenta ego de ninguém. Eu escrevi um livro. Ponto. O livro da minha caçada. Ponto. É o livro da minha vida. Estou contando aqui a minha vida desde a minha infância. Qualquer um pode escrever um livro. Elas podem escrever suas versões. Por que é que a *Folha* tem que escrever uma matéria dessa? Não tem problema. Eu fui lá e respondi (ao repórter que me procurou) porque se a gente não responde, não só eu, qualquer um... “Fulano não quis responder”. Dando a impressão de que quando fulano não quer atender, fulano é culpado. Então eu fui e atendi. Perdi minha tarde mostrando documento, explicando. Não estou reclamando do jornalista não. Ele foi educadíssimo, maravilhoso. Eu amo a imprensa, minha irmã é jornalista... Eu entendo bem. Mas não é isso o que estou querendo dizer... Foram mais de quatro vítimas que ligaram. Ele só pode falar com quatro. Ele falou com quatro e tentou falar com outras quatro para mostrar a imparcialidade. Ele deu espaço para quatro falarem aqui e uma aqui. Mas ele foi imparcial. O que você entende com esse título? Parece que fui eu quem disse, né? Mas eu não disse nada. Ao invés de se criar uma situação que poderia voltar um dia a ser harmoniosa, agora está tudo pior ainda. Você está me entendendo? Assim foi

tudo com relação ao Roger. Eu adoro a imprensa, eu me dou muito bem com a imprensa. Vocês gravam tudo, pra ter tudo documentado. Tudo ótimo. Eu não tenho medo de gravador. [Para melhor compreensão deste trecho, leia a reportagem anexada ao final.]

P: Se você me autorizar essa entrevista constará nos anexos da minha pesquisa...

V.L.: Tudo você pode por. Eu sou uma pessoa assim... Eu falo com sotaque... eu falo assim. Eu já menti, e falo isso no meu livro. Eu menti quando tinha 14 anos, uma mentira besta. Eu acho muito difícil administrar mentira. Eu não falo mal de ninguém. Jamais processaria elas [as vítimas que acusam Vana], o jornal, ou quem quer que seja. Eu não vivo de processo, de danos morais. Quem corre o tempo todo atrás de coisas ruins, deixa de ver coisas boas. Eu ajudo vítimas. Eu vivo modestamente. Minha casa vive cheia de gente. Eu ajudo pessoas. Essa é minha função. Eu já fui rica. Já ganhei direito. Já viajei pra Europa. Não era feliz. Não deu certo. Agora eu sou feliz de outra maneira. Na época que eu estava doente, no hospital, tentei fazer trabalho filantrópico. Agora eu ajudo vítimas. Virei um imã. Esse é meu trabalho. Não tenho tempo pra fofocas. Pra egos. Eu estou fazendo a minha parte. Isso é simples. Se eu fosse dona desse jornal e me aparecesse uma história dessas eu diria: “Escreva sua versão do livro, que eu publico.”. Agora contestar o da Vana baseando em quê? Ficção? Ah, porque tem uns *e-mails* aqui que ela prometeu... tem uma razão pra tudo isso. Vocês vão me dar o quê, um livro inteiro pra eu explicar o porquê?

Não é em duas palavras que eu vou explicar o porquê de o nome delas não estar no meu livro, nem o nome de cada uma das vítimas. Mas meu livro tem o nome de várias. Não está o delas por quê? Deve haver um motivo não? Eu vou ter o quê? Pra dizer o motivo de elas não estarem aqui, terei eu que cometer um crime e contar coisas particulares da vida delas pra eu não tê-las citado? Não vou. Eu estudo direito. Eu não vou fazer isso. Elas foram julgadas pelo que eu iria dizer? Eu devo ter os meus motivos, não? Motivos esses que não cabe esclarecer. Eu mostrei ao jornalista os documentos, os originais de como eu fui lá e cacei Abdelmassih. Meu livro é mentira? Não, meu livro não é mentira. Meu livro tem camuflagem de duas coisas pra proteger uma testemunha. O resto eu até liguei o meu computador e coloquei ele pra falar com minha informante. Eu tive que me por a esse papel. De provar que minha informante existe porque elas estavam dizendo que meu livro era uma ficção. Agora, ele viu, provou, percebeu. Eu vi que ele tentou me ajudar nessa matéria, de certa forma, sendo imparcial.

P: Você acredita que ele foi imparcial?

V.L.: Não. Eu não acredito. Eu acredito que ele viu a verdade. Ele falou com informantes minhas. Informantes que correm risco de vida. Ele falou com elas. Deve ter até o CPF delas. Ele viu meus documentos originais. Viu minhas provas... mas ele tem que dar notícia. Aí eu lhe pergunto sobre o princípio dos três: verdade, bondade, necessidade. Pra quê isso [a reportagem]? Serviu pra quê? Te ajudou em quê? Te ajudou em alguma coisa?

P: Pra mim? Bem, quanto mais eu entro nesse caso, mais fica claro que a imprensa não está preocupada em tratar a violência contra as mulheres de forma séria. A imprensa não consegue pensar fora da caixa.

V.L.: Então vou te dar uma dica. Temos os três poderes e a imprensa. A imprensa move o país.

P: Se você tivesse que definir qual o papel da imprensa para esse caso, de Abdelmassih, pra condenação como você definiria? Como você acha que a imprensa participou?

V.L.: Na caçada ou na denúncia?

P: Na denúncia.

V.L.: Na denúncia, a imprensa ajudou para que outras vítimas soubessem o que estava acontecendo e fossem lá, também fazer a denúncia. Eu tenho hoje, uma vítima de um médico parecido com o Roger. Parecido em todos os aspectos, gosta de aparecer na imprensa etc. e tal. Ela foi vítima. Acompanhei ela ao Cremesp. Lá um caso só é uma advertência. A partir de três é que se cassa [a licença-médica]. Como é que você vai achar mais vítimas? Você não sai na rua perguntando. A imprensa de certa forma ajudou, mas não as vítimas. Ajudou porque houve o bafafá com a funcionária, o homem era famoso. E quando ventilou o assunto todo, inclusive sobre o meu. Aí eu digo que o meu ajudou muito pela riqueza de detalhes. Havia maridos que não acreditavam nas esposas. Outras que diziam: é igual ao meu caso! Chegou ao ponto de me ligarem para saber se outra pessoa havia contado a minha história, de tão idênticas [as agressões]. Posso dizer que o caso ficou notório e aí os órgãos públicos foram

obrigados a tomar suas atitudes. Mas iguais a Roger há mil outros aí que a imprensa não dá importância. Se esse fosse o foco da imprensa, então.

Veja, estou com uma vítima em Assuí, no Nordeste. O caso dela é gravíssimo. É parecido [com o de Abdelmassih] e ninguém notifica. Então ela não consegue justiça. A justiça, então, quando vê a imprensa, se acelera. Os juizes também estão sobrecarregados, mas não sei se colocam processos pra frente outros para baixo. As coisas andam mais rápido quando há essa cobrança, que não é da imprensa. A cobrança é da população que lê o jornal. A imprensa ajuda nesse ponto. A responsabilidade é grande? É. Não só da imprensa. Só que hoje eu acho que estamos vivendo um caso muito grave. Muito mais grave e acho que seu trabalho tem que focar. Hoje todo mundo se diz repórter porque tem uma rede social. Então, essa semana quiseram colocar numa página, uma denúncia que dizia que um costureiro passou Aids pra um outro, violentou e deu nome aos bois. Se eu sou irresponsável, no meu grupo que tem 70 milhões de pessoas, eu vou difamar um homem que agora descobri que era um hacker que usou a imagem desse cara. Hoje há holocausto *on-line*. Todo mundo agora acha que porque tem a internet, uma câmera, tem o poder de comunicação e pode sair notificando crimes. Vocês [jornalistas] tem a ética, guardar a fonte, etc. Ainda tem problemas na base, né? O mundo está assim. Já não trata nem de imprensa. É a comunicação toda, né? Tem que ter responsabilidade quando se vai mexer com a reputação alheia. Eu digo no meu livro uma coisa que ouve, com O e outra que Houve, com H. Fato é fato. Fato e ato, sabe? São coisas que a gente tem que observar.

P: Você acha que a tradução, ou melhor, a transcrição do texto jurídico para o jornalístico, nesse caso, do Roger foi fiel, digamos assim. Foi uma transcrição que o jornalismo conseguiu mostrar para o público as questões que...

V.L.: Não, o jornalismo não foi imparcial no início. Querida, eu não vou atacar a imprensa porque não era a imprensa, todo mundo foi iludido por ele. Psicopata é uma pessoa que ilude todo mundo. Ele iludiu artistas. O Fernando Collor... Foi muita gente, viu? Não é a imprensa. O jornalista não tem culpa, mas no início, realmente, era uma coisa que as pessoas não acreditavam e as pessoas estavam certas também. Eu posso chegar hoje e dizer: “O Papa me violentou.”. E eu posso não estar dizendo a verdade.

P: Existe uma estatística do FBI, publicada em 2011, senão me engano, que fala que 2% das vítimas de estupro mentem ao apontar o estuprador, mas elas não mentem quanto ao crime. A

justificativa seria que elas têm tanto medo do real agressor que acusam uma pessoa inocente. Seria por esse motivo que persiste a ideia de que há mulheres acusando inocentes. Você tem conhecimento desta pesquisa?

V.L.: É, eu gostaria de ver. Por que elas acusariam outra pessoa?

P: Medo do agressor. O medo do agressor é tamanho que elas não tem coragem de enfrentá-lo. Elas conseguem até contar que houve o crime, mas não conseguem apontar o verdadeiro culpado.

V.L.: Interessante. Achei isso legal. Acho que você deveria partir para pesquisa desse jeito. Você viu minha entrevista no Jô? Ele não leu meu livro, e ele nem tem condições de ler. A assessora dele também não tinha lido. Ele estava meio confuso para fazer as perguntas. Aí eu vou pra entrevista. Quem lança livro e não vai ao Jô, parece que não lançou. Vou lá e ele me apresenta como advogada. Como ele não leu, o que ele me perguntou, me diga? Do estupro. Não perguntou da cassada, não perguntou da auto-ajuda, perguntou do estupro que é um caso notório que é obvio, se ele não soubesse o que está no subtítulo: “A vítima que caçou o estuprador.”... né? Era o mínimo. Então, ele perguntou assim: “Me conta, você foi estuprada, né? Como é que foi o momento?”.

É complicado dizer isso em público, né? Eu tentei ser elegante. Tentei narrar um pouco do livro. E ele insistiu: “Mas você viu a cara?”.

Eu lhe pergunto, querida, se eu denunciei o homem, como é que eu não vi a cara? Mas eu fui tão pega de surpresa por essa pergunta que respondi: “Eu vi a cara e a coisa.”. Todo mundo riu, mas não era pra rir. O Jô insistia na pergunta. E eu, além de responder com a frase, fiz um gesto apontando para a cara e para a coisa. Todos riram. Mas não era piada. A responsabilidade de se fazer uma pergunta num assunto delicado desse é grande. Lógico que também a minha postura, sabendo que é um programa de humor, que tem que se fazer piada, que faz parte do contrato com o patrocinador, eu sabia que teria que fazer uma piada. Mas tem coisas engraçadas no meu livro. Tem o Mário do Armário, que é um *fake* que eu montei pra cantar uma empregada. Havia coisas divertidas que eu avisei a assessoria de imprensa dela. Mas as pessoas querem saber detalhes e eu respondi. Todos riram, mas eu respondi do meu jeito autêntico, porque eu sou assim. Acho que não tem coisa mais verdadeira que a autenticidade. Não é a franqueza, não é a sinceridade. Quando você é autêntico é um jeito que você tem que está na cara. É isso. É sensibilidade. Como você disse mesmo, os 2% que

mentem por medo ou vergonha, porque o agressor é famoso ou sei lá, por uma série de coisas. Com certeza no subconsciente elas têm motivos maiores de estarem mentindo. Que é a vergonha... Inclusive, eu estava dizendo ao Jô: “Quem é que gosta de dizer que foi violentada? É quase que dizer que fui arrombada, estou com lepra, com Aids.”. É um estigma muito grande.

Se eu estou te dando essa entrevista para o seu trabalho é porque eu tenho muita esperança de mudar um paradigma, que é esse de que a cicatriz que fica eterna numa mulher, vire uma marca. Marca de união, marca de coragem, sabe? Uma marca e não só a cicatriz. A cicatriz não sai mais, nunca mais. Nunca mais eu vou tirar essa cicatriz da minha vida. Mas eu posso agora, pegar essa cicatriz, desenhar algo em torno dela e fazer dela uma marca. Então, eu estou tentando fazer da minha cicatriz uma marca de ajuda. Então eu ensino vítimas a denunciar. Como fazer a denúncia da maneira correta para que o algoz não saia por brechas na lei, que foi o que não soube fazer em 1993, hoje eu sei. Sei fazer direitinho. Explico que a vítima tem que ir lá, cobrar, acompanhar. Se a pessoa vai fazer a denúncia no Cremesp, eu explico que é preciso deixar registrado que se quer acompanhar todos os passos. Quando foi comigo, eu não fiz isso. Então, estou procurando fazer da minha cicatriz uma marca. Uma marca de ajuda. Tanto que a arrecadação da venda do meu livro vai para a ONG.

P: Minha última pergunta: em algum momento da sua cassada você entrou em contato com organizações feministas ou teve algum contato com o feminismo?

V.L.: Durante a cassada sim. Durante a cassada eu procurei apoio de grupos [virtuais] para que os meus posts fossem compartilhados, na intenção de divulgar o rosto dele. Era difícil conseguir que tivessem um milhão de compartilhamentos. Eu compartilhava em grupos de mulheres violentadas, erros médicos etc. Nesse momento eu entrei em contato com grupos. Mas a ajuda mesmo, o eco, eu tive foi da sociedade. De pessoas que ficavam indignadas com essa injustiça. Porque ele era um homem sentenciado. Você tem que entender que no caso de Roger, ele já era sentenciado.

E isso eu faço questão de deixar claro, porque ir atrás de um estuprador cujo nome foi apenas ventilado, com a investigação ainda em andamento sem que o sujeito tenha sido condenado não pode. O acusado tem o direito à ampla defesa.

Então, tem que esperar todos os trâmites legais. Eu sou contra linchar virtualmente, ou na imprensa, ou em qualquer outro lugar uma pessoa que não foi sentenciada, julgada e não tem mais direito a recurso. No caso de Roger, ele já havia sido sentenciado e sem direito a

recurso pelo número de vítimas. Mesmo que não tivesse [se cumprido] os trâmites legais, o número de vítimas de lugares diferentes, cidades diferentes, com o depoimento igual, [o caso] não precisava ir para o Supremo, estava na cara. Então, isso já era uma sentença. Seria como dizer que o Papa violentou fulana no Oiapoque, beltrana no Chuí, e que todas vítimas estão dizendo a mesma coisa, mesmo sem se conhecerem.

P: Então, esse caso não precisava ser transitado em julgado...

V.L.: Tem que ser transitado em julgado porque a nossa Constituição manda. E ele só foi pra cadeia, ou melhor, está sem direito a sair e eu só o cassei legalmente e tenho o direito de cassar porque ele já estava sentenciado e julgado. Mas não se pode cassar alguém cujo processo está em trâmite. Pode sim denunciar. Mas não pode sair à cass. Denunciar pode. Eu incentivo a denúncia. Não se pode é fazer justiça com as próprias mãos. Perseguir a pessoa, por exemplo.

P: Me permita tirar uma dúvida legal: quando Abdelmassih foi julgado, condenado e fugiu, o processo dele já estava encerrado?

V.L.: Primeiro ele foi denunciado. Ele alegava inocência. Não houve dúvidas. Havia, como houve comigo, intimidação de testemunhas. Na lei se considera prisão preventiva porque de fora da cadeia ele estava agindo de forma a amedrontar as vítimas. Então, ele foi preso preventivamente por quatro meses. Nesses quatro meses a prisão serviu para que ele parasse de alegar que estava doente e evitar as audiências, isso atrasa muito o processo. Na cadeia ele tinha que ir. Isso agilizou o processo. Ele ficou lá quatro meses preso e estava esperando a sentença. Já eram 56 vítimas que denunciaram e não havia dúvidas. Foram negados dois *habeas corpus*. O primeiro porque a juíza do Tribunal Superior disse que ele era um ser desprovido de sentimento humano, perigoso. O segundo pedido foi negado novamente. O desembargador disse que ele não poderia sair, pois o crime era ainda pior pois o médico tinha a confiança das vítimas. Ele foi cruel. Violentou sonhos. A sentença é assim. Foi negado o segundo *habeas corpus*. Aí, como o advogado de Abdelmassih é ministro, ele foi até o Gilmar Mendes e da noite pro dia, Gilmar fez o que fez. E eu processo o Gilmar. Está aí [no livro]. Eu não posso processar exatamente porque não se processa um juiz: nós vivemos em ditadura judicial. Não podemos processar juiz porque juiz do Supremo não erra. Mas ele errou. Ele não cometeu pecado. Porque há diferença entre pecado e erro. Pecado ele não cometeu, não o

pecado judicial. Quem cometeu pecado foi o Roger, que violentou. Mas o Gilmar errou. Ele não leu o processo. Ele simplesmente deu o *habeas corpus* dizendo uma coisa ridícula: que ele não era mais médico, não usava jaleco e não iria mais violentar paciente. Eu argumento na minha moção: 1) Não existe profissão estuprador. O sujeito não diz “Vou botar meu jaleco e vou estuprar.”. Não, é da natureza. 2) O Dr. Gilmar não seguiu o princípio da prudência. Aí eu faço minha moção. Está no finalzinho. Não deu em nada? Não, não deu. Gilmar não vai perder o cargo dele nem nada. Mas eu fiz minha moção. Minha indignação está aí. Eu não posso mudar o direito. Nós vivemos numa ditadura e ele (Gilmar) é inquestionável. Mas está aí, registrado que a vítima não foi ouvida, nem mesmo pelo Supremo. Quando digo ouvida, não quero dizer ir até lá falar com Gilmar Mendes. A vítima é ouvida quando se lê o depoimento total de uma vítima. Eram mais de 50 vítimas e ele não leu. Se ele tivesse lido, como os outros desembargadores leram, não teria dado o *habeas corpus*. Então, ele deu e o Roger fugiu. Ele [Abdelmassih] sabia que nós iríamos entrar com recurso para anular o *habeas corpus*. E eu fiquei mais indignada ainda. Eu tentei até suicídio. Eu fiquei indignada. Pensei “Meu Deus, eu fiz tudo certo e o homem saiu?”. Não foi bem suicídio... Eu tomei remédios e tal... Eu fiquei desesperada. Eu não sabia mais o que se podia fazer. Então, eu resolvi cassá-lo. Aí, na minha cassada eu também estou no meu direito. Estou exercendo o direito de legítima defesa. Porque em legítima defesa você pode matar. Você poder fazer qualquer coisa em legítima defesa. Se uma pessoa da qual eu tenho pânico, que é um monstro, que me violentou e me ameaçou de tudo?... Eu fiz de tudo para condená-lo e ele está solto!? No meu pânico ele poderia vir aqui e me matar. Eu comecei a ficar presa. Fiquei quatro anos sem sair de casa. O pânico só aumentava. E aí, bem, eu o casei. Até prendê-lo. E hoje eu tenho uma vida normal. Quer dizer... Era pra ser normalzinha, né? Mas agora por causa de ego de imprensa começa essa bafafá. [Ela se refere à reportagem publicada no domingo anterior pela *Folha de S.Paulo*.]

P: Imagino que não seja nada fácil, depois de passar por tudo o que você passou, ainda ter que lidar com isso. Mas o bem que você fez pra muita gente é maior e não se apaga.

V.L.: O bem que eu fiz pra muita gente... São 70 mil pessoas que me acompanham hoje na internet. O bem que eu fiz, considero que foi ser sempre quem eu sou. Simples e frágil. Não tenho medo de mostrar minha fragilidade. Fui essa semana ao meu psiquiatra. Não vou te dizer que isso [a reportagem] não me abalou, porque me abalou. Elas são vítimas. Fico pensando até que ponto vai o ego de alguém... O bem que eu fiz é justamente mostrar no meu

livro, e está bem claro, que qualquer um pode fazer o que eu fiz. Eu não sou especial. É como minha prefaciante disse, eu a escolhi por causa da ONG. Existem muitos “Sergios Moura” por aí. Mas também existem muitas “Vanas Lopes”. Qualquer um pode fazer o que eu estou fazendo. É simples. É óbvio que eu sou um pouquinho mais criativa [*risos*]... Isso foi o que minha mãe me ensinou e mesmo assim eu também ensino no livro. A *Veja* me perguntou: “Vana, qual a diferença entre vingança e justiça? Uma pessoa que fica quatro anos cassando um homem é vingança ou é justiça?”. A vingança, ela não agrega a ninguém. Se ela agrega é pra linchar. A vingança é uma consoante sozinha. Ela não agrega nenhuma outra letra pra formar a palavra paz. A justiça já agrega. A justiça dá eco. Se eu consegui ajudar foi porque eu estava buscando justiça. Eu consegui pessoas da família dele para me ajudar. Eu consegui funcionária da família dele que trabalhou por 12 anos de trabalho escravo. Foi a filha desta mulher quem resolveu me ajudar. A justiça tem isso. A justiça une. A ânsia de justiça une. A justiça traz a admiração. Se eu estivesse em busca de vingança, você não teria vindo aqui pra fazer um trabalho de escola. A vingança é repugnável. A justiça é admirável.